



RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO – 2021
(versão preliminar para envio ao CES-PR)

30 de Março de 2022

CURITIBA
2022

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE - PAS 2021	6
Diretriz 01 – Qualificação da Gestão em Saúde	7
Diretriz 02 – Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde do Paraná	23
Diretriz 03 – Qualificação da Vigilância em Saúde	112
Diretriz 04 – Fortalecimento da Gestão do Trabalho e Educação Permanente	167
Diretriz 05 – Fortalecimento do Controle Social no SUS	177
INDICADORES DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA	185
AUDITORIAS	191
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	218
ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS	231

IDENTIFICAÇÃO

INFORMAÇÕES TERRITORIAIS
UF: PR
Estado: Paraná
Área (Km ²): 199.314
População (Hab.) Estimada 2021: 11.597.484 pessoas
Regiões de Saúde Existentes no Estado: 22
Ano a que se refere o relatório de gestão: 2021

SECRETARIA DE SAÚDE	
Nome do Órgão:	Secretaria de Estado da Saúde do Paraná
CNES	6554113
CNPJ:	76.416.866/0001-40
Endereço:	Rua Piquiri, 170
CEP:	80.230-140
Telefone:	(41) 3330-4300
E-mail:	gabinete@sesa.pr.gov.br

INFORMAÇÕES DA GESTÃO
Governador (em exercício): Carlos Roberto Massa Junior
Secretário de Saúde (em exercício): Carlos Alberto Gebrim Preto
E-mail Secretário: gabinete@sesa.pr.gov.br
Telefone Secretário: (041) 3330-4409

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	
Lei e data de criação:	Lei Estadual nº 152 Data: 10/12/2012
CNPJ:	08.597.121/0001-74
Nome do Gestor do Fundo:	Carlos Alberto Gebrim Preto
Cargo do Gestor do Fundo:	Secretário de Estado da Saúde

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

Instrumento legal de criação do Conselho de Saúde:	Lei nº 10.915, de 04/10/1994
Endereço:	Rua Piquiri, 170
CEP:	80.230-140
Email:	cespr@sesa.pr.gov.br
Telefone:	(041)3330-4313
Nome do Presidente:	Marcelo Hagebock Guimarães
Segmento:	Prestadores
Número de conselheiros por segmento (titular e suplente):	Usuários – 36 Governo/Gestores – 08 Trabalhadores – 18 Prestadores de Serviços de Saúde ao SUS - 10

PLANO DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde referente ao período de 2020 A 2023 ? Sim	
Situação:	Aprovado
Aprovação no Conselho de Saúde:	Resolução nº 001/2020 de 20/02/2020.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde tem Programação Anual de Saúde referente ao ano de 2021? Sim	
Situação:	Aprovada
Aprovação no Conselho de Saúde:	Resolução nº 013/2020 de 16/12/2020.

INTRODUÇÃO

A Lei Complementar Federal 141/12 prevê em seu Artigo 36, parágrafos 1º. e 3º.:

“§ 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão comprovar a observância do disposto neste artigo mediante o envio de Relatório de Gestão ao respectivo Conselho de Saúde, até o dia 30 de março do ano seguinte ao da execução financeira, cabendo ao Conselho emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas estatuídas nesta Lei Complementar, ao qual será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, sem prejuízo do disposto nos arts. 56 e 57 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000.

§ 3o Anualmente, os entes da Federação atualizarão o cadastro no Sistema de que trata o art. 39 desta Lei Complementar, com menção às exigências deste artigo, além de indicar a data de aprovação do Relatório de Gestão pelo respectivo Conselho de Saúde.”

De acordo com as PT GM/MS no. 2.135, de 25/09/2013, e Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017, Art. 99, o Relatório de Gestão é o instrumento de gestão com elaboração anual que permite apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde - PAS, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários ao Plano de Saúde.

Para tanto, o Relatório de Gestão contempla basicamente:

- I – as diretrizes, objetivos e indicadores do Plano de Saúde;
- II – as metas da PAS previstas e executadas;
- III - a análise da execução orçamentária; e
- IV – as recomendações necessárias.

O Relatório Anual de Gestão tomou como referência a estrutura proposta do Sistema DigiSUS – Módulo Planejamento ainda em fase de adequações, que substituiu o Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (SargSUS). Os dados e informações aqui apresentados se referem aos que advêm da SESA.

A SESA registrará o RAG no Sistema DigiSUS Módulo Planejamento, que contemplará também alguns itens que migram automaticamente de bases nacionais (Dados Demográficos e de Morbi-mortalidade, Produção de Serviços no SUS, Rede Física Prestadora de Serviços ao SUS e Profissionais de Saúde Trabalhando no SUS). Após o envio pelo gestor, o Conselho de Saúde emitirá parecer conclusivo por meio do Sistema.

Indicadores cujos dados dependem de fluxos descentralizados e/ou ainda não houve o fechamento das bases de dados do ano de 2021, os resultados serão preliminares.

PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE – PAS 2021

Esta parte do Relatório se refere ao monitoramento e avaliação da Programação Anual de Saúde – 2021, que tem como base o Plano Estadual de Saúde 2020-2023, ambos aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde.

Assim, são apresentadas as 05 Diretrizes; seu (s) Objetivo (s); Metas Anuais; resultados registrados no 1º, 2º, e 3º Quadrimestres do ano de 2021 e Acumulado; Indicadores utilizados para monitoramento e avaliação das metas; e as ações programadas e realizadas, visando alcançar os resultados propostos pelas metas.

Os resultados de metas dos quadrimestres anteriores não são atualizados neste instrumento. Seguindo a lógica de alimentação do Sistema DigiSUS Módulo Planejamento, após preenchido, é encaminhado para o Conselho Estadual de Saúde – CES/PR, e não há possibilidade de retomar o encaminhado para atualizações. Os resultados constantes no campo “acumulado” é o anual.

Nas “*Considerações*”, abaixo dos Quadros das Metas, consta a análise dos resultados específicos das Metas relativas a cada Diretriz, que são avaliados considerando-se 03 situações:

Metas Anuais alcançadas – quando o resultado do indicador da Meta alcançou 100% do esperado para o ano ou superou-o.

Metas Anuais alcançadas parcialmente – quando o resultado do indicador da meta alcançou mais de 60% do esperado, meta quantitativa (parâmetro já discutido em reunião do Plenário do CES-PR e acordado - 229ª. Reunião Ordinária do CES-PR, de 30/03/16); ou quando se trata de uma meta de processo ou estrutura para a qual foi alcançada uma situação que corresponda já estar num processo que certamente resultará na meta esperada.

Metas Anuais não alcançadas - quando o resultado do indicador da meta alcançou menos de 60% do esperado (meta quantitativa) ou quando se trata de uma meta de processo ou estrutura em que nada foi realizado ou o que foi realizado é ainda incipiente.

DIRETRIZ 1 – QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO EM SAÚDE

Objetivos, Metas, Indicadores e Resultados

OBJETIVO 1: QUALIFICAR O PROCESSO DE GESTÃO DO FINANCIAMENTO EM SAÚDE						
Meta para 2021		Indicador para monitoramento e avaliação da meta.	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Acumulado (Resultado Anual)
1	Implantar 1 sistema de gestão orçamentaria e financeira por meio de 04 módulos.	01 Módulo Implantado.	0	0	0	0
2	Disponibilizar 25% das informações orçamentarias e financeiras no portal de transparência do governo.	Disponibilizar Informações Orçamentarias e Financeiras.	0%	0%	0%	0%
OBJETIVO 2: FORTALECER INSTÂNCIAS DE PACTUAÇÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO SUS						
3	Atingir 70% de participação dos municípios do Paraná nas reuniões da CIB Estadual.	Percentual de municípios que participam das reuniões da CIB Estadual.	0%	70%	75%	75%
4	Atingir 70% de participação dos municípios do Paraná nas reuniões da CIR.	Percentual de municípios que participam das reuniões da CIR.	74%	73%	66,5%	66,5%
5	Implantar 2 Comitês Macrorregionais de Governança da Rede de Atenção à Saúde.	Número de Comitês de Governança da Rede de Atenção à Saúde implantados.	0	0	0	0
6	Realização de 23 encontros para acolher os novos gestores municipais do SUS que tomarão posse em 2021, apresentando a política de saúde do Paraná com foco na Rede de Atenção à Saúde	Número de encontros realizados.	0	0	0	0
7	Desenvolver 01 plataforma para metodologias de análises.	Número de plataforma desenvolvida.	01	01	0	01

8	Implantar 10% dos sistemas de Tecnologia de Informação nos processos administrativos da SESA.	Porcentagem de processos mapeados na SESA.	5%	0%	0%	5%
9	Implantar 50% da Rede Nacional de Dados em Saúde no Paraná.	Percentual de Serviços disponibilizados na Rede Nacional de Dados no Paraná.	20%	10%	0%	50%
OBJETIVO 4: FORTALECER AS INSTÂNCIAS DE REGULAÇÃO DE ACESSO AOS SERVIÇOS CONTRATUALIZADOS						
10	Monitorar 50% do cadastramento efetivo dos leitos na Central de Acesso à Regulação do Paraná – CARE em conformidade com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES	Percentual dos leitos SUS informados no CNES cadastrados no CARE.	89%	83%	89%	89%
11	Organizar os Complexos Reguladores Macrorregionais em 3 Regiões de Saúde.	Número de RS incorporadas aos Complexos Reguladores Macrorregionais.	1	0	0	1
12	Implantar 5 protocolos de regulação de acesso às consultas e exames especializados	Número de Protocolos de Regulação de acesso implantados no Sistema de Regulação Estadual	0	0	5	5
OBJETIVO 5: FORTALECER O SISTEMA ESTADUAL DE AUDITORIA, AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO						
13	Incluir em sistema informatizado de monitoramento 30% dos prestadores contemplados nos programas, incentivos, contratualizados e/ ou termo de cooperação entre entes públicos financiados pelo tesouro do Estado.	Percentual de prestadores dos programas, incentivos, contratos assistenciais e/ ou termo de cooperação incluídos em sistema de monitoramento.	10%	10%	10%	30%
	Requalificar o processo de	Número de Regionais de				

14	trabalho das auditorias nas 22 Regionais de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde.	Saúde com processo de trabalho requalificado	6	6	10	22
----	---	--	---	---	----	----

Ações Relacionadas à Meta nº 1

a) Elaborar projeto em parceria com Celepar para o desenvolvimento dos módulos:

1.1 Módulo I FAF – Fundo a Fundo.

Em desenvolvimento junto a Celepar.

2º Quadrimestre:

Permanece em desenvolvimento junto a Celepar.

3º Quadrimestre:

Permanece em desenvolvimento junto a Celepar.

Ações Relacionadas à Meta nº 2

a)Elaborar projeto dos módulos a serem implantados.

Em desenvolvimento junto a Celepar.

2º Quadrimestre:

b) Entregar os módulos no Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira.

Em desenvolvimento junto a Celepar.

3º Quadrimestre:

Permanece em desenvolvimento junto a Celepar

Ações Relacionadas à Meta nº 3

a)Encontros macrorregionais para fortalecer a importância da participação dos municípios nos fóruns de pactuação CIB Estadual.

Como as Reuniões realizadas neste período foram transmitidas via web, em tempo real, não se tem acesso à quantidade de municípios que estavam acompanhando.

Não foram realizados encontros macrorregionais devido à pandemia da Covid-19. Ressalta-se que a transmissão online da reunião da CIB pelo canal da SESA-PR no YouTube segue acontecendo, desde 2020, e é uma ação que visa garantir que os assuntos discutidos possam ser acompanhados por todos os gestores municipais e Regionais de Saúde, em especial neste período em que a participação presencial não é viável. O contato dos gestores municipais com a SESA – PR por telefone e e-mail viabiliza a continuidade das discussões que se fazem necessárias neste período.

2º Quadrimestre:

As reuniões se deram por videoconferência com uma participação de 2008 telespectadores

3º Quadrimestre:

Neste quadrimestre, persistiu a elevada ocorrência de casos e óbitos por COVID 19, o que ensejou em restrições para as reuniões presenciais e para o deslocamento de pessoas, prejudicando os Encontros presenciais que tiveram que ser limitados.

Realizadas 2 reuniões, em 22/09/2021 (por meio de vídeo) e no mês de dezembro (08/12/2021) uma reunião presencial (epor meio de vídeo), que contou com a presença de 1.865 telespectadores.

Ações Relacionadas à Meta nº 4

a)Encontros regionais para fortalecer a importância da participação dos municípios nos fóruns de pactuação CIR.

Não foram realizados encontros regionais devido à pandemia da Covid-19. O contato dos gestores municipais com a SESA-PR por telefone e e-mail viabiliza a continuidade das discussões que se fazem necessárias neste período. Cabe salientar que as Regiões de Saúde seguem realizando as reuniões de CIR – aconteceram uma média de 3 reuniões de CIR por Região de Saúde, com a participação de 74% dos municípios.

3º Quadrimestre:

Permaneceram as restrições compostas pela pandemia para encontros e reuniões. Apesar disto, houve no âmbito das CIR Regionais, diversas reuniões de caráter presencial e por meio de plataformas de vídeo, permitindo com isso que as pactuações para a construção das redes de atenção se mantivesse em todo o Estado.

Resultado parcial de 14 Regiões de Saúde (41 Reuniões ordinárias de Comissões Intergestores Regionais), totalizando 441 participantes.

Ações Relacionadas à Meta nº 5

a)Implantar os Comitês Executivos Macrorregionais.

Devido à pandemia de Covid-19, o processo de Planejamento Regional Integrado ficou suspenso e, assim, os Comitês Executivos Macrorregionais não foram implantados até o momento.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre, iniciou-se o movimento interno de retomada das ações do Planejamento Regional Integrado – PRI; alinhamento interno entre técnicos, e publicação da Deliberação CIB/PR nº 157/2021 que compõe o grupo condutor do PRI.

3º Quadrimestre:

No terceiro quadrimestre foram realizadas 22 reuniões regionais e 8 reuniões macrorregionais, que resultaram na revisão das prioridades regionais e macrorregionais. Na última reunião da Comissão Intergestores Bipartite – CIB foi apresentado o produto deste trabalho, sendo 91 prioridades sanitárias estabelecidas nas 4 macrorregiões de saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 6

a) Organizar Encontro Estaduais com a participação dos 399 gestores municipais do SUS.

Devido à pandemia, até o momento não foram realizados encontros regionais. Realizadas reuniões internas para realinhamento junto aos técnicos do nível central da SESA para posterior retomada das atividades.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre, permaneceu inviável a realização de encontros presenciais devido à pandemia Covid-19

3º Quadrimestre:

Os encontros presenciais permaneceram sobre restrições em todas as regiões paranaenses.

Ações Relacionadas à Meta nº 7

- a) Identificar demanda analítica.
- b) Mapear dados e fluxos de trabalho.

Plataforma Ikebana implantada na SESA, sendo utilizada por algumas áreas (AIH, Lacen)

Ações Relacionadas à Meta nº 8

- a) Identificar áreas prioritárias.

Pandemia COVID-19 tornou-se prioritário no período.

2º Quadrimestre:

- b) Mapear processos de trabalhos por equipe externa.

Devido a pandemia COVID-19, os trabalhos foram redirecionados.

2º Quadrimestre:

- c) Implantar sistemas desenvolvidos.

Na área de notificação de COVID-19, foi implantado o sistema de notificação e monitoramento de pessoas suspeitas para o diagnóstico da COVID-19.

Em processo de implantação do sistema para planejamento de aquisições junto à DAV/SESA.

Na DAV/Vigilância foi implantado o sistema de Auto/Termo de Notificações para Vigilância Sanitária.

Foi implantado o sistema de doses aplicadas da vacina COVID-19 para os municípios do Paraná.

2º Quadrimestre:

- 1) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Notificação do Near Miss Materno no Paraná;

- 2) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Implementação da RAS nos Municípios e região;
- 3) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Cadastro de Serviços Notificadores;
- 4) Elaboração de Sistema para levantamento de dados das condições escolares, dos estudantes, do modelo de ensino e das medidas implementadas contra a COVID-19;
- 5) Elaboração de Sistema para levantamento de dados Quinzenais para localização de surtos da COVID-19 nas instituições de ensino;
- 6) Elaboração de Sistema para levantamento de dados GECITO para prevenção do Câncer do Colo Uterino (CCU) no âmbito do SUS, buscando a melhoria contínua da qualidade dos exames citopatológicos ofertados à população, contribuindo com dados que subsidiem a secretaria, na análise do programa e definição de estratégias visando sua efetividade;
- 7) Elaboração de Sistema para levantamento de dados sobre Insumos Estratégicos nos Hospitais;
- 8) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Cadastramento Único das Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI existentes no Estado do Paraná;
- 9) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Resumo do Monitoramento 10 Passos QUALIHOSP – Paraná;
- 10) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Comunicação de Casos Severos e Óbitos Suspeitos de Dengue;
- 11) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Estratificação de Risco Materno Infantil, a estratificação de risco para a gestante e para a criança foi criada como elemento orientador para uma organização da atenção nos seus diversos níveis: Atenção Primária à Saúde (APS), Atenção Ambulatorial Especializada (AAE) e Atenção Hospitalar (AH);
- 12) Elaboração de Sistema para levantamento de dados do Monitoramento da Triagem Neonatal no Estado do Paraná para realizar o diagnóstico precoce de doenças e tratamento adequado, proporcionando melhor qualidade de vida as crianças, evitando, desta forma, deficiências e morte prematura;
- 13) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Monitoramento dos Casos da COVID-19 para fins de apoio na decisão de isolamento ou quarentena;
- 14) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Notificação de Risco para a Saúde Pública – CIEVS;
- 15) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Investigação COVID-19 com base na Ficha de Investigação de Acidente de trabalho relacionado à COVID-19 - ANEXO I da Cartilha " Emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) para trabalhadores que contraíram o Novo Coronavírus em decorrências de suas atividades laborais

16) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Digitalização de DO's (Declaração de Óbitos) e armazenamento na plataforma DOCUMENTADOR destinado a digitação de Declarações de Óbito/investigações;

17) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para Notificação de Mucormicose no Estado do Paraná;

18) Elaboração de Sistema para levantamento de dados para acompanhar o Fortalecimento e Ampliação da RENAVEH no Estado do Paraná. Será aplicado periodicamente para auxiliar os Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar do Paraná.

19) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Monitoramento do Teste Rápido Covid-19 aplicado a gestantes e puérperas, este monitoramento se refere aos testes rápidos Covid-19 realizados em gestantes e puérperas no serviço hospitalar.

20) Elaboração de Sistema para levantamento de dados Consolidados de Monitoramento de Indicadores e Avaliação do Funcionamento das ILPI's;

21) Elaboração de Sistema para levantamento de dados no Fluxo de Triagem Respiratória e Teste Rápido COVID-19 para Gestantes e Puérperas nas portas de entrada da Atenção Hospitalar do Paraná;

22) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Acesso ao Sisagua no Paraná. O acesso ao Sisagua é destinado aos profissionais que trabalham nas Secretarias Municipais de Saúde, Regionais de Saúde, prestadores de serviço de água tratada e laboratórios de análises ambientais que atuam no controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano vinculado ao Programa de Vigilância de Qualidade da Água para Consumo Humano (Vigiagua)

23) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Acompanhamento de Obras - RAO

24) Elaboração de Sistema para levantamento de dados Estadual de Inspectores Sanitários em Serviços de Saúde e de Interesse à Saúde, estas informações subsidiarão a gestão e o planejamento de ações estratégicas por parte da Coordenadoria de Vigilância Sanitária (CVIS);

25) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Serviços em TCO (Tecidos, Células e Órgãos). A Visa Estadual está realizando um diagnóstico situacional do número de serviços no Paraná, suas principais atividades, suas fragilidades. A fim de iniciar um processo de planejamento para implantação de um sistema de monitoramento da qualidade dos produtos obtidos através do processamento de tecidos, células e órgãos, solicitamos o preenchimento do formulário a seguir.

26) Elaboração de Sistema para levantamento de dados e Validação de Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Bucal, a estratificação de risco visa melhorar a qualidade da atenção à saúde, assim como tornar mais efetivo o uso dos recursos de saúde. Caracteriza-se também como uma ferramenta fundamental no processo de trabalho das equipes de saúde, pelo seu potencial orientador de condutas e estratégias de intervenção. Propõe ainda formas de organização de acesso ao serviço de odontologia na UBS, e otimização do fluxo segundo o princípio da equidade, para ofertar serviços de acordo com a necessidade da população.

- 27) Elaboração de Sistema para levantamento de dados referentes a Serviços de Mamografia no Estado do Paraná e Instituições.
- 28) Elaboração de Sistema para levantamento de dados de Intensificação da Vigilância da Leishmaniose Visceral Canina em Abrigos e Canis Municipais no Estado do Paraná. O objetivo do projeto é realizar vigilância da Leishmaniose Visceral Canina em área urbana, em locais de abrigo, acumuladores e canis municipais no estado do Paraná. Com enfoque, em municípios que apresentam notificações de casos importados e municípios de fronteira com estados endêmicos para doença.
- 29) Elaboração de Sistema para levantamento de dados do PlanificaSUS – Instrumento para Avaliação dos Macroprocessos da Atenção Primária à Saúde.
- 30) Desenvolvido sistema de Triagem Neonatal em conjunto com a DVPcD/DAV para o monitoramento dos testes do programa;
- 31) Atualização do sistema de suporte técnico da SESA para solicitação e substituição de equipamento da SESA
- 32) Em desenvolvimento sistema de acompanhamento de Obras da SESA;
- 33) Em desenvolvimento formulário e consumo de API para a solicitação de renovação de licença sanitária;
- 34) Atualização das rotinas de envio de notificações de casos suspeitos de COVID-19 para o sistema e-SUS Notifica do Ministério da Saúde;
- 35) Em desenvolvimento sistema de suporte e controle financeiro da SESA;
- 36) Atualização e manutenção do sistema CartaSUS para adequar novas demandas do setor responsável;
- 37) Atualização e manutenção do sistema E-sig para adequar novas demandas do setor responsável;
- 38) Atualização e manutenção do sistema SisAvalmuno para adequar novas demandas do setor responsável;
- 39) Atualização e manutenção do sistema Sisplan para adequar novas demandas do setor responsável;
- 40) Atualização e manutenção do sistema SisAvalmuno para adequar novas demandas do setor responsável;
- 41) Levantamento de requisitos para sistema NearMiss;
- 42) Levantamento de requisitos para sistema SIDORA;
- 43) Levantamento de requisitos para sistema de Inspeção Sanitária;
- 44) Em desenvolvimento sistema de planejamento de aquisições;
- 45) Desenvolvimento de painéis analíticos no Metabase para as áreas de epidemiologia e vigilância sanitária;
- 46) Atualização e manutenção dos painéis do Kibana;

47) Atualização e manutenção dos scripts de ETL e automação utilizados para as análises dos setores da SESA;

48) Levantamento de requisitos para sistema de saúde ocupacional;

a) Elaborar o plano para Implantação da Rede Nacional de Dados.

Em processo de estudo/diagnóstico para elaboração do Plano de Integração

b) Capacitar equipes municipais e fornecedores de soluções informatizadas para o prontuário eletrônico.

c) Reestruturar as redes de telecomunicações do Estado para prover a infraestrutura necessária para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Implantada interligação com Sistema do Programa Nacional de Imunização – PNI.

Em processo de interligação com o Sistema de Notificação da COVID-19

Ações Relacionadas à Meta nº 10

a) Disponibilizar o Sistema de Regulação e monitorar a efetiva utilização por todos os estabelecimentos de saúde da gestão estadual em todos os módulos operacionais.

O Sistema de Regulação está implantado e em funcionamento nas 22 Regionais de Saúde, disponível para todos os Estabelecimentos de Saúde do Estado. Para os Estabelecimentos de Saúde com contrato junto à SESA, sua utilização é obrigatória, sendo que atualmente temos 8.042 usuários ativos e um total de 1.137 estabelecimentos de saúde cadastrados nos diversos módulos. APAC: 94 estabelecimentos utilizando; AIH: 255 estabelecimentos utilizando; CMCE: 560 estabelecimentos utilizando; LEITOS: 616 estabelecimentos utilizando; SAMUS Regionais: 11 Centrais sendo 2.908 usuários.

Foram mantidos em funcionamento 4.647 leitos COVID no Sistema Estadual de Regulação em Estabelecimentos de Saúde vinculados à Rede de Atenção, sendo:

1.836 Leitos UTI Adulto nas 4 Macrorregionais: 1.011 na Macro Leste, 311 na Macro Oeste, 256 na Macro Noroeste e 258 na Macro Norte

22 Leitos UTI Pediátrica nas 4 Macrorregionais: 10 na Macro Leste, 02 na Macro Oeste, 05 na Macro Noroeste e 05 na Macro Norte

2.755 Leitos de Enfermaria Clínica Adulto nas 4 Macrorregionais: 1.449 na Macro Leste, 414 na Macro Oeste, 425 na Macro Noroeste e 467 na Macro Norte

34 Leitos de Enfermaria Clínica Pediátrica nas 4 Macrorregionais: 22 na Macro Leste, 2 na Macro Oeste, 5 na Macro Noroeste e 5 na Macro Norte

O registro de ocupação desses leitos é obrigatório no Sistema CARE, sendo que há monitoramento diário da ocupação por Estabelecimento de Saúde e por Macrorregional.

A Ativação ou desativação do leito é obrigatória no Sistema Estadual de Regulação – módulo Leitos

2º Quadrimestre:

O Sistema de Regulação está implantado e em funcionamento nas 22 Regionais de Saúde, disponível para todos os Estabelecimentos de Saúde do Estado. Para os Estabelecimentos de Saúde com contrato junto à SESA, sua utilização é obrigatória, sendo que atualmente temos 9.655 usuários ativos e um total de 1.159

estabelecimentos de saúde cadastrados nos diversos módulos. APAC: 95 estabelecimentos utilizando; AIH: 260 estabelecimentos utilizando; CMCE: 565 estabelecimentos utilizando; LEITOS: 636 estabelecimentos utilizando; SAMUS Regionais: 11 Centrais sendo 2.983 usuários.

Mantidos em funcionamento 3.8277 leitos COVID no Sistema Estadual de Regulação em Estabelecimentos de Saúde vinculados à Rede de Atenção, sendo:

1.733 Leitos UTI Adulto nas 4 Macrorregionais: 860 na Macro Leste, 356 na Macro Oeste, 269 na Macro Noroeste e 248 na Macro Norte

22 Leitos UTI Pediátrica nas 4 Macrorregionais: 10 na Macro Leste, 02 na Macro Oeste, 05 na Macro Noroeste e 05 na Macro Norte

2.072 Leitos de Enfermaria Clínica Adulto nas 4 Macrorregionais: 1.023 na Macro Leste, 278 na Macro Oeste, 387 na Macro Noroeste e 384 na Macro Norte

34 Leitos de Enfermaria Clínica Pediátrica nas 4 Macrorregionais: 22 na Macro Leste, 2 na Macro Oeste, 5 na Macro Noroeste e 5 na Macro Norte

O registro de ocupação desses leitos é obrigatório no Sistema CARE, sendo que há monitoramento diário da ocupação por Estabelecimento de Saúde e por Macrorregional.

A Ativação ou desativação do leito é obrigatória no Sistema Estadual de Regulação – módulo Leitos

3º Quadrimestre:

O Sistema de Regulação está implantado e em funcionamento nas 22 Regionais de Saúde, disponível para todos os Estabelecimentos de Saúde do Estado. Para os Estabelecimentos de Saúde com contrato junto à SESA, sua utilização é obrigatória, sendo que atualmente temos 9.565 usuários ativos e um total de 1.189 estabelecimentos de saúde cadastrados nos diversos módulos. APAC: 257 usuários em 112 estabelecimentos utilizando; AIH: 789 usuários em 264 estabelecimentos utilizando; CMCE: 3.349 usuários em 595 estabelecimentos utilizando; LEITOS: 6.134 usuários em 642 estabelecimentos utilizando; SAMUS Regionais: 11 Centrais sendo 3.057 usuários.

Foram mantidos em funcionamento 1.512 leitos COVID no Sistema Estadual de Regulação em Estabelecimentos de Saúde vinculados à Rede de Atenção, sendo:

739 Leitos UTI Adulto nas 4 Macrorregionais: 352 na Macro Leste, 147 na Macro Oeste, 111 na Macro Noroeste e 144 na Macro Norte

15 Leitos UTI Pediátrica nas 3 Macrorregionais: 5 na Macro Leste, 05 na Macro Noroeste e 05 na Macro Norte

748 Leitos de Enfermaria Clínica Adulto nas 4 Macrorregionais: 412 na Macro Leste, 100 na Macro Oeste, 111 na Macro Noroeste e 125 na Macro Norte

25 Leitos de Enfermaria Clínica Pediátrica nas 3 Macrorregionais: 15 na Macro Leste, 5 na Macro Noroeste e 5 na Macro Norte

O registro de ocupação desses leitos é obrigatório no Sistema CARE, sendo que há monitoramento diário da ocupação por Estabelecimento de Saúde e por Macrorregional com divulgação no Portal do Governo do Estado e no boletim Epidemiológico.

A Ativação ou desativação do leito é obrigatória no Sistema Estadual de Regulação – módulo Leitos

b) Definir os Estabelecimentos de Saúde que serão regulados por Porte (nº de leitos).

Os Estabelecimentos de Saúde que foram incluídos com prioritários para regulação de acesso de maior porte, e que já estão sendo regulados nas modalidades ambulatorial e hospitalar, são:

Centro de Excelência a Atenção Geriátrica e Gerontologia – CEGEN

Centro Hospitalar de Reabilitação

HOESP

Hospital Angelina Caron

Hospital Bom Jesus de Ivaiporã

Hospital do Rocio

Hospital Metropolitana de Sarandi

Hospital Ministro Costa Cavalcanti

Hospital Norte Paranaense – HONPAR

Hospital Regional de Guarapuava

Hospital Regional de Ivaiporã

Hospital Regional de Telêmaco Borba

Hospital Regional do Litoral

Hospital Regional do Norte Pioneiro

Hospital Regional do Sudoeste – Walter Pecoits

Hospital São Lucas Parolin

Hospital São Vicente de Paulo

Hospital Universitário do Oeste – HUOP

Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais

Instituto Dr. Feitosa

Instituto Lucena Sanchez

Instituto Virmond

Santa Casa de Bandeirantes

Santa Casa de Cornélio Procópio

Santa Casa de Jacarezinho

Santa Casa de Paranavaí

3º Quadrimestre:

Os Estabelecimentos de Saúde que foram incluídos com prioritários para regulação de acesso de maior porte, e que já estão sendo regulados nas modalidades ambulatorial e hospitalar, são:

Associação Hospitalar Beneficente Moacir Micheletto

Centro de Excelência a Atenção Geriátrica e Gerontologia – CEGEN
Centro Hospitalar de Reabilitação
HOESP
Hospital Angelina Caron
Hospital Bom Jesus de Ivaiporã
Hospital de Ensino São Lucas – Cascavel
Hospital do Coração - Cascavel
Hospital do Rocio
Hospital e Maternidade Nossa Senhora da Luz - Medianeira
Hospital Metropolitana de Sarandi
Hospital Ministro Costa Cavalcanti
Hospital Norte Paranaense – HONPAR
Hospital Regional da Lapa São Sebastião
Hospital Regional de Guarapuava
Hospital Regional de Ivaiporá
Hospital Regional de Telêmaco Borba
Hospital Regional do Litoral
Hospital Regional do Norte Pioneiro
Hospital Regional do Sudoeste – Walter Pecoits
Hospital São Lucas Parolin
Hospital São Vicente de Paulo
Hospital Universitário do Oeste – HUOP
Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais
Instituto Dr. Feitosa
Instituto Lucena Sanchez
Instituto São José
Instituto Virmond
Metropolitana de Sarandi
Santa Casa de Bandeirantes
Santa Casa de Cornélio Procópio
Santa Casa de Irati
Santa Casa de Jacarezinho
Santa Casa de Paranaíba
UOPECCAN Filial Umuarama

2º Quadrimestre:

Todos os Estabelecimentos de Saúde acima já estão sendo regulados na rotina, tanto nos serviços disponibilizados na assistência ambulatorial como no hospitalar.

Ações Relacionadas à Meta nº 11

a) Implementar Complexos Reguladores Macrorregionais.

Em janeiro de 2021 foi incorporado ao Complexo Regulador Macrorregional Leste à regulação do SAMU da 6ª Regional de Saúde – União a Vitória, aumentando a cobertura para mais 9 municípios da região.

Em planejamento a incorporação da Regulação de Urgência da 1ª RS – SAMU Litoral ao Complexo Regulador Macrorregional Leste, previsto para ocorrer a partir do segundo quadrimestre.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre houve várias tratativas com os gestores municipais do Litoral para incorporação da regulação do SAMU Litoral ao Complexo Regulador Macro Leste em Curitiba. Já em negociação avançada, aguardando definir valores de repasse com a mudança de Porte da Central, conforme previsto em Portaria Ministerial, além de demais detalhes técnicos do projeto.

3º Quadrimestre:

No terceiro trimestre houve reunião com os prefeitos e secretários de saúde dos municípios do Litoral, com a presença da 1ª Regional de Saúde e o Secretário de Estado da Saúde, que apresentaram o pleito de serem incorporados em definitivo ao Complexo Regulador Macrorregional Leste. Esta demanda foi enviada à gestão do município de Curitiba para análise técnica/financeira para implementação.

Ações Relacionadas à Meta nº 12

a) Implantar os protocolos de regulação de acesso às consultas e exames especializados.

Devido à redução de oferta de consultas e exames especializados no período, considerando medidas frente à pandemia por COVID 19, não foram desenvolvidos protocolos de regulação de acesso.

2º Quadrimestre:

Os protocolos de regulação do acesso a serem implantados já foram discutidos entre as áreas técnicas da DGS e DAV, ainda aguardando pactuação e implantação para operacionalização São eles:

Número	Especialidade
4	Cirurgias eletivas
5	Acessos à TRS
6	Cardiologia Adulto
7	Ortopedia Adulto
8	Neurologia Adulto

9	Urologia Adulto
10	Gastroenterologia Adulto
11	Hematologia Adulto
12	Oftalmologia Adulto
13	Cirurgia Geral
14	Angiologia e Cirurgia Vascular
15	Oncologia Clínica e Cirurgia

3º Quadrimestre:

Os protocolos implantados no 3º quadrimestre foram:

- Fluxo de regulação para acesso de pacientes com COVID 19 aos serviços de referência
- Fluxo de regulação para acesso à Terapia Renal Substitutiva
- Fluxo de acesso de pacientes para Oxigenoterapia Hiperbárica na Macro Leste
- Atenção às Gestantes e Recém-Nascidos com Malformação Cardíaca Congênita
- Fluxo de acesso ao agendamento regulado, auditoria das Regionais de saúde e liberação de AIHs de Cirurgias Bariátricas no Sistema CARE

Ações Relacionadas à Meta nº 13

a) Desenvolvimento de Sistema Informatizado para Painel de Controle, Monitoramento e Avaliação.

Elaboração de calendário com os prazos para envio das avaliações.
Elaboração de instrumento avaliativo;

Aperfeiçoamento dos controles de pagamento COVID.

2º Quadrimestre:

Calendário com os prazos para envio das avaliações foi encaminhado, porém as avaliações permanecem suspensas devido à pandemia em conformidade com a Resolução SESA 588/21.

Conclusão do formulário eletrônico para avaliação dos Leitos AVC e Resolução 166. Os formulários não foram implementados devido à suspensão das avaliações conforme Resolução 588/21.

Aperfeiçoamento dos controles de pagamento COVID.

3º Quadrimestre:

Avaliações permanecem suspensas devido a pandemia em conformidade com a Resolução SESA nº782/2021.

Continuidade no aperfeiçoamento dos controles do pagamento das diárias dos leitos COVID.

b) Padronizar o processo de auditoria nos prestadores contratualizados nas Regiões de Saúde.

A padronização dos relatórios foi interrompida para priorizar os processos da Covid19.

3º Quadrimestre:

A padronização dos relatórios foi interrompida para priorizar os processos da Covid19.

2º Quadrimestre:

A padronização dos relatórios foi interrompida para priorizar os processos da Covid19.

3º Quadrimestre:

A padronização dos relatórios foi interrompida para priorizar os processos da Covid19.

Ações Relacionadas à Meta nº 14

a) Implantar padronização de documentos por meio de capacitações de acordo com princípios, técnicas e métodos apropriados para realização de auditorias.

Realizada nos dias 08, 09 e 10 de março/2021 1ª oficina de capacitação de auditoria.

2º Quadrimestre:

Padronizada a operacionalização dos processos de pagamentos de leitos COVID. Memo Circular CAAM/DGS nº 008/2021 de 01 de junho de 2021.

Padronizada a autorização para alguns procedimentos cardiovasculares. Memo Circular CAAM/DGS nº 009/2021 de 10 de junho de 2021.

Padronizada a operacionalização da vistoria dos leitos de suporte ventilatório. Memo Circular CAAM/DGS 011/2021 de 13 de julho de 2021.

3º Quadrimestre:

Padronizada Planilha de Monitoramento dos Serviços de Diálise no Estado do Paraná.

Considerações:

Meta nº 1: Não Atingida. Em desenvolvimento junto à CELEPAR.

Meta nº 2: Não Atingida. Em desenvolvimento junto à CELEPAR.

Meta nº 3: Atingida.

Meta nº 4: Parcialmente Atingida. No ano de 2021 houve restrições para a participação presencial nas reuniões da CIB Estadual, sendo utilizada a prática de reuniões por meio de videoconferência, sendo que o resultado de 66,5% pode estar subestimado pela falta de registro formal das reuniões.

Meta nº 5: Não Atingida. Devido a pandemia os Comitês Macrorregionais de Governança da Rede de Atenção à Saúde, não foram implantados. Foi apresentado à Comissão Intergestores Bipartite/PR – CIB 91 prioridades sanitárias elencadas nas 4 macrorregiões de saúde. A SESA, por meio da parceria Programa de desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - PROADI está revendo os conceitos de governança macrorregional, uma vez que as visões do Estado e do Governo Federal diferem conceitualmente, sendo necessário alinhamento

Meta nº 6: Não Atingida. Devido à pandemia, os encontros não puderam ser realizados

Meta nº 7: Atingida

Meta nº 8: Não Atingida. Aguardando aprovação do Projeto do Banco Mundial para contratação de empresa para o mapeamento de processos da SESA. Previsto para 2º semestre de 2022.

Meta nº 9: Atingida. No final de 2021 meta foi atingida (resultado constante do 3º quadrimestre era preliminar)

Meta nº 10: Atingida.

Meta nº 11: Não Atingida. Não foi possível atingir a meta de incorporar 3 regiões de saúde em complexos reguladores macrorregionais em 2021 inicialmente devido à priorização de ações de urgência e emergência e de regulação relacionadas à pandemia por COVID-19, sendo que os esforços de equipes e recursos financeiros ficaram direcionados para tal. Efetivamente só foi possível incorporar a 6ª RS União da Vitória ao Complexo Regulador Macro Leste e executar ações de planejamento para incorporação da 1ª Região de Saúde **através de reuniões entre os** gestores do litoral e da Região metropolitana, aguardando aprovação para efetiva implantação.

Meta nº 12: Atingida.

Meta nº 13: Atingida.

Meta nº 14: Atingida.

DIRETRIZ 2 – FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DO PARANÁ

Objetivos, Metas, Indicadores e Resultados

OBJETIVO 1: FORTALECER AS AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE COM FOCO NOS TEMAS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE (PNPS)						
Meta para 2021		Indicador para monitoramento e avaliação da meta.	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Acumulado (Resultado Anual)
1	Implantar 1 (uma) linha de cuidado específica para controle, tratamento e prevenção da obesidade no estado do Paraná.	Número de Linha de Cuidado para controle, tratamento e prevenção da obesidade no estado implantada.	0	0	0	0
2	Atingir 17,4% de cobertura no registro no Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do estado nutricional de crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos.	Percentual de cobertura de acompanhamento do estado nutricional no SISVAN.	3,49%	9,96%	16,50%	18,43%
3	Implantar em mais 2 municípios o Programa Vida no Trânsito.	Número de municípios com adesão ao Programa Vida no Trânsito.	1	0	0	1
4	Implantar em mais 5 municípios o Programa de Controle do Tabagismo	Número de municípios com adesão ao Programa de Controle do tabagismo em relação ao total de Municípios do Estado.	0	2	13	15
OBJETIVO 2: FORTALECER A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE COMO COORDENADORA DO CUIDADO E ORDENADORA DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE						
5	Promover a ampliação para 76% a cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Primária em Saúde.	Percentual de cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Primária à Saúde.	79,57%	79,57%	79,57%	79,57%

6	Manter abaixo de 26% as internações por causas sensíveis na Atenção Primária em Saúde.	Proporção de internamentos por causas sensíveis à Atenção Primária.	20,45%	14,21%	22,15%	16,23%
7	Reorganizar perfil assistencial em 5 Hospitais de Pequeno Porte (HPP) com equipes multidisciplinares sob coordenação da APS.	Número de HPP com perfil assistencial reorganizados.	0	0	0	0
8	Manter em no mínimo 89% a cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.	83,1%	76,6%	75%	81,9
9	Reduzir em 0,5% as Incapacidades Físicas Grau 2 (GIF2) no diagnóstico de casos novos de hanseníase.	Proporção de casos novos de hanseníase diagnosticados com Incapacidades Físicas Grau 2 (GIF2) nos anos das coortes.	10,5%	11,3%	11,7%	11,2%
OBJETIVO 3: FORTALECER A LINHA DE CUIDADO EM SAÚDE BUCAL						
10	Ampliar para 53,21% a cobertura de Saúde Bucal.	Percentual de Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Básica (e-gestor/DAB).	46,64%	55,48%	55,48	55,48%
OBJETIVO 4: AMPLIAR O ACESSO DAS MULHERES ÀS AÇÕES DE PREVENÇÃO E DIAGNÓSTICO PRECOZE DO CÂNCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO						
11	Atingir a razão de exames citopatológicos do colo do útero em 0,58 ao ano na população-alvo.	Razão entre exames citopatológicos do colo do útero na faixa etária de 25 a 64 anos e a população feminina na mesma faixa etária.	0,06	0,04	0,23	0,38
12	Atingir a razão de mamografias realizadas na população-alvo em 0,40 ao ano.	Razão entre mamografias realizadas nas mulheres de 50 a 69 anos e a população	0,04	0,04	0,14	0,26

		feminina nessa faixa etária.				
OBJETIVO 5: QUALIFICAR E AMPLIAR A LINHA DE CUIDADO À SAÚDE DA MULHER E ATENÇÃO MATERNO-INFANTIL						
13	Reduzir a Razão da Mortalidade Materna (RMM) no Estado do Paraná para 36,49%	Razão da Mortalidade Materna RMM Número de óbitos maternos/número de nascidos vivos x 100.000.	78,3	90,1	58,8	120,3
14	Reduzir a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) no Estado do Paraná para 10,1.	Taxa de Mortalidade Infantil TMI Número de óbitos de crianças menores de um ano / número de nascidos vivos x 1.000.	10,3	9,0	12,0	9,6
15	Aumentar para 86,90% o percentual de gestantes com 7 ou mais consultas no pré-natal.	Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas de pré-natal.	85,0%	85,2%	85,0%	84,9%
16	Reduzir para 13,05% o número de gestações em adolescentes.	Percentual de nascidos vivos de mães com menos de 20 anos.	11,3%	11,1	11,2%	11,2%
OBJETIVO 6: IMPLEMENTAR A LINHA DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE						
17	Implementar a linha de cuidado em saúde mental nas equipes de APS em 10 Regiões de Saúde do Paraná.	Número de RS com a linha de cuidado em saúde mental implementada na APS.	0	9	4	13
18	Implantar 3 novos pontos de atendimento em atenção especializada ambulatorial em saúde mental – CAPS, SIMPR e ambulatórios.	Número de RS com a linha de cuidado em saúde mental implementada na APS.	0	0	17	17
19	Ampliar em 8 o número de leitos de saúde mental em hospital geral.	Número de leitos habilitados e/ou em funcionamento.	0	0	0	0
OBJETIVO 7: IMPLEMENTAR A LINHA DE CUIDADO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA						
20	Manter em 100% o Teste	Percentual de crianças que				

	do Pezinho dos nascidos vivos no Estado do Paraná.	realizaram o teste do pezinho por ano. Número de testes realizados / número nascimentos de crianças no ano vigente.	100%	100%	100%	100%
21	Realizar teste de Emissões Otoacústicas Evocadas para triagem auditiva em 70% dos nascidos em vivos em Hospitais da Rede SUS do Estado do Paraná.	Percentual de crianças que realizaram o teste de emissões otoacústicas evocadas por ano. Número de testes realizados / número nascimentos de crianças no ano vigente.	72,98%	77,47%	81,23	79,81
22	Realizar teste do Coraçãozinho em 80% dos nascidos em vivos em Hospitais da Rede SUS do Estado do Paraná.	Percentual de crianças que realizaram o teste do coraçãozinho por ano. Número de testes realizados / número nascimentos de crianças no ano vigente	82,54%	82,36%	100%	84,69%
23	Realizar teste do Olhinho em 80% dos nascidos em vivos em Hospitais da Rede SUS do Estado do Paraná.	Percentual de crianças que realizaram o teste do olhinho por ano. Número de testes realizados / número nascimentos de crianças no ano vigente.	82,37%	81,64%	98,84%	84,30%
OBJETIVO 8: IMPLEMENTAR A LINHA DE CUIDADO DO IDOSO						
24	Implantar a estratificação de risco para Fragilidade utilizando o Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20 (IVCF-20) em 20% dos municípios	Percentual de municípios que realizam estratificação do risco de fragilidade de idosos pelo IVCF-20.	51%	51%	51%	51%

	paranaenses.					
25	Incluir 01 novo ponto de atenção ambulatorial e hospitalar.	Número de pontos de atenção incluídos na Linha de Cuidado da Saúde do Idoso	0	0	0	0
26	Reduzir para 357,05 a taxa internações de indivíduos com 80 anos e mais por pneumonia.	Taxa de internação de indivíduos com 80 anos e mais por pneumonia	16,80	11,82	28,47	120,72
27	Implantar em 5 Regiões de Saúde a Planificação da Atenção à Saúde na perspectiva de integrar as ações da APS e Atenção Ambulatorial Especializada (AAE).	Número de Regiões de Saúde com a Planificação implantada.	0	0	22	22
OBJETIVO 9: PROMOVER O CUIDADO INTEGRAL E HUMANIZADO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, COM FOCO NA ATENÇÃO, PROMOÇÃO E CUIDADO EM SAÚDE						
28	Manter nas 22 Regiões de Saúde serviços de atenção integral às pessoas em situação de violência sexual	Número de Regiões de Saúde com serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual	22	22	22	22
29	Apoiar os municípios para implantar 10 novos Núcleos de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde.	Número de Núcleos Municipais de Prevenção da Violência e Promoção da Cultura da Paz criados.	0	0	0	0
OBJETIVO 10: PROMOVER A OFERTA DE LEITE HUMANO PARA TODAS AS CRIANÇAS INTERNADAS EM UNIDADES DE TRATAMENTO INTENSIVO E CUIDADOS INTERMEDIÁRIOS, PARA ATENÇÃO INTEGRAL E CONTINUADA						
30	62,5% das Regiões de Saúde com serviços de Banco de Leite Humano e Posto de Coleta	Percentual de Regiões de Saúde (RS) com Banco de Leite Humano implantado no Paraná/Número de Regionais de Saúde x 100	50%	50%	54,54%	54,54%
	62,5% das Regiões de	Percentual de Regiões de				

31	Saúde com hospitais habilitados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança.	Saúde com hospital habilitado na Iniciativa Hospital Amigo da Criança no Paraná/Número de Regionais de Saúde x 100.	50%	50%	50%	50%
32	Aumentar para 78 o número de leitos de habilitados em Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal – UCIN (Canguru – UCINCa e Convencional – UCINCo).	Número de Leitos Habilitados.	5	0	0	5
33	Implantar em 4 Regiões de Saúde a Estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância – AIDPI Neonatal.	Número de RS com Estratégia AIDPI Neonatal implantadas.	0	0	0	0
34	Certificar unidades básicas de saúde na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil – EAAB em 5 Regiões de Saúde.	Número de Regiões de Saúde com técnicos capacitados na EAAB.	0	0	0	0
OBJETIVO 11: QUALIFICAR O CUIDADO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE, AMPLIANDO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE NA PERSPECTIVA DA INTEGRALIDADE E INTERSETORIALIDADE DAS AÇÕES.						
35	Manter 373 municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola (PSE)	Número de municípios aderidos ao Programa Saúde na Escola (PSE)	392	392	392	392
36	Manter em 16 o número de municípios elegíveis que recebem incentivo financeiro para atenção integral à saúde do adolescente	Número de municípios elegíveis que recebem incentivo financeiro para atenção integral à saúde do adolescente privado de	16	16	16	16

	privado de liberdade.	liberdade				
OBJETIVO 12: PROMOVER A EQUIDADE EM SAÚDE NO SUS À TODAS AS POPULAÇÕES VULNERÁVEIS DO PARANÁ						
37	Realizar 8 oficinas sobre as políticas de promoção da equidade em saúde nas Regionais de Saúde/RS.	Número de RS com oficinas realizadas.	0	2	4	6
38	Implantar 01 Centro de Pesquisa e Atendimento a Travestis e Transexuais (CPPAT) em mais uma Macro Regional no Estado	Número de Centros Implantados				Não se aplica à 2021.
39	Realizar 1 encontro macrorregional para promover a saúde indígena no Paraná.	Número de encontros realizados.	0	0	0	0
OBJETIVO 13: PROPORCIONAR ACESSO E ASSISTÊNCIA QUALIFICADA EM TEMPO OPORTUNO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE URGÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO DO PARANÁ						
40	Reduzir para 69,7 por 100mil/hab a taxa de mortalidade por doenças cardiovasculares na faixa etária entre 0 a 69 anos.	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório na faixa etária de 0 a 69 anos, por 100 mil habitantes na população residente no Paraná.	15,99	21,87	21,35	71,64
41	Reduzir para 45,14 por 100mil/hab a taxa de mortalidade por causas externas, exceto agressões interpessoais.	Taxa de mortalidade por causas externas, exceto agressões interpessoais, por 100 mil habitantes na população residente no Paraná.	13,15	12,08	13,85	44,47
42	Atingir cobertura de 93,70% da população do Estado pelo SAMU.	Índice de cobertura do SAMU da população do Paraná.	96,14	96,14	96,14	96,14%
OBJETIVO 14: FORTALECER A ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA NO PARANÁ						

43	Instituir em 07 Farmácias de Regionais de Saúde a tramitação eletrônica de documentos para solicitação de medicamentos.	Número de farmácias com serviço instituído.	0	0	04	04
44	Expandir em mais 2 Regionais de Saúde o serviço de entrega em casa de medicamentos sob gestão da SESA/PR.	Número de Regionais de Saúde com serviço implantado.	01	0	01	02
45	Implementar em 4 Farmácias de Regionais de Saúde o serviço de Cuidado Farmacêutico com foco na avaliação do resultado do tratamento.	Número de farmácias com serviço implementado.	0	0	0	0
OBJETIVO 15: QUALIFICAR OS AMBULATÓRIOS MULTIPROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, CONTRIBUINDO PARA A REGIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE						
46	Qualificar a Atenção Ambulatorial Especializada em 20 Regiões de Saúde	Número de ambulatorios que atingiram nível mínimo de qualificação na avaliação do Programa de Qualificação dos Ambulatorios Multiprofissionais Especializados.	0	0	0	0
OBJETIVO 16: GARANTIR O ACESSO DA POPULAÇÃO EM TEMPO OPORTUNO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE						
47	Implantar Programa Estadual de Ampliação e Qualificação do Acesso aos procedimentos Cirúrgicos Eletivos em 5 regiões de saúde.	Número de Regiões de Saúde com o Programa implantado	0	0	0	0
48	Aprimorar 1 Programa de	Programa aprimorado		0		

	Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.		0		0	0
49	Manter em 35 por milhão de habitantes o índice de doação de órgãos por morte encefálica.	Índice de doação por morte encefálica (ME).	35,3	34,4	36,0	36,0
OBJETIVO 17: FORTALECER A GESTÃO DOS SERVIÇOS PRÓPRIOS ASSISTENCIAIS						
50	Aumentar para 4 o número de Hospitais Próprios com taxa de ocupação mínima de 75%	Número de hospitais com taxa de ocupação acima de 75%.	0	0	0	0
51	Ativar 1 Unidade Hospitalar Própria	Número de unidades hospitalares em funcionamento cadastradas no CNES	3	0	0	3
52	Concluir 100% a construção do Hospital Regional de Telêmaco Borba.	Percentual de Unidade construída.	100%	100%	100%	100%
53	Concluir 100% a construção do Hospital Regional de Ivaiporã.	Percentual de Unidade construída.	100%	100%	100%	100%
54	Concluir 91,69% a construção do Hospital Regional de Guarapuava.	Percentual de Unidade construída.	98,12%	98,12%	98,12%	98,12%
55	Concluir 41% da Unidade Coleta Transfusão em Toledo	Percentual de construção de obra (PRED)	96,92%	100%	100%	100%
56	Construir 10% do Hemonúcleo de Foz do Iguaçu.	Percentual de construção de obra (PRED)	0	0	0	0
57	Construir, ampliar ou reformar 04 Ambulatórios	Número de Ambulatórios Multiprofissionais Especializados				Não se aplica à

	Multiprofissionais Especializados Regionais.	Regionais Construídos, ampliados ou reformados.				2021.
OBJETIVO 18: FORTALECER A ASSISTÊNCIA HEMOTERÁPICA PARA O SUS						
58	Manter a cobertura de atendimento transfusional pela rede HEMEPAR ao leito SUS em 92%.	Percentual de leitos SUS atendidos pela Rede HEMEPAR.	91,60%	91,6%	91,60%	91,60%
OBJETIVO 19 APOIAR AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (SAR-CoV-2) – COVID-19						
59	Apoiar técnica e financiamento os 399 municípios do Estado para o enfrentamento ao Coronavírus (COVID 19).	Número de municípios atendidos	399	399	399	399
60	Realizar monitoramento assistencial, epidemiológico e laboratorial nos 399 municípios paranaenses de casos da Doença pelo Coronavírus (COVID-19)	Número de municípios monitorados	399	399	399	399
61	Produzir 200.000 tubos de Meio de Transporte Viral (MTV-COVID-19)	Número de tubos de MTV-COVID-19 produzidos por ano	192.123	192.123	0	262.883

Ações Relacionadas à Meta nº 1:

a) Articular com os setores envolvidos para a construção da linha de cuidado para controle, tratamento e prevenção da obesidade no estado.

Iniciado processo de formação de Grupo de Trabalho para condução da discussão e elaboração da Linha de Cuidado para Controle, Tratamento e Prevenção da Obesidade com indicação de representantes das áreas técnicas da Sesa – Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde, como a Coordenadoria de Promoção da Saúde (Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física) e Coordenadoria de Rede de Atenção à Saúde (Divisão de Saúde da Família, Divisão de Saúde Mental, Gerência de Atenção Ambulatorial) e – Diretoria de Gestão de Saúde e Diretoria Geral – Coordenadoria de Atenção Farmacêutica e Núcleo de Descentralização do SUS.

2º Quadrimestre:

Formado o Grupo de Trabalho para condução da discussão e elaboração da Linha de Cuidado do Sobrepeso e Obesidade, composto por representantes da Coordenadoria de Promoção da Saúde (Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade

Física), Coordenadoria de Atenção à Saúde (Divisão de Saúde da Família, Divisão de Saúde Mental, Gerência de Atenção Ambulatorial), Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, Núcleo de Descentralização do SUS, SCAPS e SCAERA da 10ª Regional de Saúde;

Realizadas quatro reuniões do Grupo de Trabalho (28/05, 17/06, 13/07 e 16/08/2021), nas quais foram apresentados o panorama geral do excesso de peso e obesidade; as diretrizes gerais para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como Linha de Cuidado (Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017); Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas Sobrepeso e Obesidade em Adultos; Levantamento de dados relevantes referentes à atenção primária, ambulatorial e hospitalar; Instrumentos de apoio para atuação multiprofissional na APS; Discussão sobre o fluxo do usuário na Rede de Atenção à Saúde, classificação de risco e critérios de encaminhamento;

Iniciado processo de elaboração da referida Linha de Cuidado

3º Quadrimestre:

A Linha de Cuidado de Sobrepeso e Obesidade encontra-se em fase final de elaboração. O documento preliminar foi encaminhado para contribuições dos membros do Grupo de Trabalho e demais áreas técnicas da SESA pertinentes, com prazo para retorno até dia 21 de janeiro de 2022. Concomitantemente, foi solicitado ao Núcleo de Comunicação Social a criação da arte e diagramação do documento.

Ações Relacionadas à Meta nº 2:

a) Apoiar os municípios na qualificação dos profissionais da APS para o acompanhamento do estado nutricional de crianças, adolescentes, gestantes, adultos e idosos.

Ações de capacitação previstas para os próximos quadrimestres.

2º Quadrimestre:

b) Estimular o registro de dados de acompanhamento do estado nutricional nos sistemas de informação vigentes.

Realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios em relação ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e aos programas que envolvem, dentre as suas ações, a avaliação do estado nutricional: Programa Leite das Crianças, Programa Bolsa Família, Programa Crescer Saudável e Programa Saúde na Escola;

Realizada capacitação virtual e elaborado instrutivos para técnicos das regionais de saúde e dos municípios em relação ao monitoramento do estado nutricional dos beneficiários do Programa Leite das Crianças;

Realizado monitoramento semanal da cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, dentre elas, a avaliação do estado nutricional;

Realizadas contribuições referentes ao acompanhamento do crescimento de crianças menores de dois anos na Linha de Cuidado à Saúde da Criança;

Elaborado e divulgado às Regionais de Saúde e municípios o relatório de monitoramento do percentual de cobertura de acompanhamento do estado nutricional, referente aos meses de janeiro a março.

2º Quadrimestre:

Realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e municípios em relação ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e aos programas que envolvem, dentre as suas ações, a avaliação do estado nutricional: Programa Leite das Crianças, Programa Bolsa Família, Programa Crescer Saudável e Programa Saúde na Escola.

Realizado monitoramento do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, referente ao primeiro trimestre de 2021.

Realizada duas reuniões virtuais em 15/06 e 02/07, em parceria com Ministério da Saúde e COSEMS, respectivamente, para apresentação e orientações em relação ao capítulo III da Portaria nº 894, de 11 de maio de 2021, que instituiu recursos financeiros de custeio a todos os municípios para atenção à saúde de crianças e gestantes com má nutrição beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Realizada reunião virtual no dia 17/08/2021 com Regionais de Saúde e municípios elencados na Portaria GM/MS nº 1.863, de 10 de agosto de 2021, sobre a Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil – PROTEJA, realizado apoio aos municípios no processo de adesão, bem como monitoramento semanal das adesões.

Elaborado e divulgado às Regionais de Saúde e municípios o relatório de monitoramento do percentual de cobertura de acompanhamento do estado nutricional, referente aos meses de janeiro a agosto.

Realizado monitoramento semanal da cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, dentre elas, a avaliação do estado nutricional.

Realizada reunião virtual no dia 14/07/2021 com municípios prioritários, juntamente com o Comitê Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família, no intuito de aumentar as coberturas de acompanhamento das condicionalidades nos municípios com menores taxas.

Realizada reunião virtual no dia 16/07/2021, em parceria com o Ministério da Saúde, com os municípios contemplados na Portaria nº 3.297, de 04 de dezembro de 2020, para orientações e esclarecimentos sobre os sistemas de informação envolvidos na vigilância alimentar e nutricional.

Realizado *webinário* no dia 09/08/2021, juntamente com o Comitê Estadual Intersetorial do Programa Bolsa Família, regionais das diversas políticas envolvidas e municípios sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família e retorno da obrigatoriedade do registro do acompanhamento.

Realizada reunião virtual em parceria com o Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual do Programa Saúde na Escola, técnicos das Regionais de Saúde, Núcleos Regionais de Educação e Municípios no dia 18/08/2021 sobre o Programa Saúde na Escola e Programa Crescer Saudável.

3º Quadrimestre:

Disponibilizado no site da SESA materiais de apoio aos municípios para a avaliação alimentar e nutricional, os quais podem ser acessados por meio do seguinte link: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Alimentacao-e-Nutricao>.

Realizada a inclusão de equipamentos necessários para a vigilância do estado nutricional no rol exemplificativo de itens que podem ser adquiridos na perspectiva de fortalecimento da Vigilância em Saúde da Resolução SESA nº 1102/2021, que institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde ProVigiA-PR, no Estado do Paraná.

Orientado aos municípios, via Ofício Circular nº 26/2021 – CPRO/DAV/SESA, sobre o incentivo financeiro das ações de alimentação e nutrição repassado por meio da Portaria GM/MS nº 1.127, de 02 de junho de 2021, quanto ao objetivo e uso do recurso bem como em relação ao monitoramento que atrelará o repasse de recurso ao cumprimento de metas, dentre elas o aumento do número de indivíduos com estado nutricional registrado nos sistemas de informação;

Realizado apoio técnico e institucional às Regionais de Saúde e aos municípios em relação ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e aos programas que envolvem, dentre as suas ações, a avaliação do estado nutricional, a saber: Programa Leite das Crianças, Programa Auxílio Brasil, Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil, Programa Crescer Saudável; Programa Saúde na Escola e Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil - PROTEJA;

Realizado monitoramento do estado nutricional e do percentual de cobertura de avaliação do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Leite das Crianças, referente ao segundo e terceiro trimestres de 2021;

Executada, em 09 de dezembro de 2021, a primeira oficina de apoio à implementação da Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (PROTEJA), em parceria com a apoiadora nacional da estratégia, com a temática "Responsabilização e Organização", no intuito de apoiar os municípios aderidos no planejamento da execução das ações pactuadas, dentre elas a avaliação do estado nutricional;

Efetuada monitoramento quinzenal do percentual de cobertura do acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil, bem como orientado às Regionais de Saúde e aos municípios a respeito da manutenção das condicionalidades de saúde no Programa Auxílio Brasil em relação ao Programa Bolsa Família, dentre elas a avaliação do estado nutricional;

Realizada, em 02 de dezembro de 2021, capacitação intersetorial sobre o Programa Auxílio Brasil para os municípios das Regionais de Pato Branco e Francisco Beltrão;

Efetuada, em 18 de novembro de 2021, reunião virtual do projeto de fortalecimento da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil com municípios contemplados na Portaria nº 3.297/2020 para, dentre outras pautas, apresentação da evolução da cobertura dos indicadores de consumo alimentar e antropometria e dos resultados do mapeamento das ações da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil nos respectivos municípios;

Realizada orientação para formação de novos tutores municipais da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil;

Realizado monitoramento parcial do Programa Crescer Saudável e do Programa Saúde na Escola, bem como oficializados municípios por meio do Ofício Circular nº 31/2021-CPRO/DAV/SESA a fim de melhorar os indicadores apresentados.

Ações Relacionadas à Meta nº 3:

a) Manter a articulação intersetorial no estado do Paraná para a coordenação do Programa Vida no Trânsito.

Participação no Grupo de Trabalho da Ação 18 - Implantação de Grupo de Estudos e Intervenções para a diminuição da violência viária para com crianças e adolescentes, da Força Tarefa Infância Segura (FORTIS).

Realização de duas reuniões ordinárias da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná, em 18/03/2021 com aprovação do regimento interno e em 15 de abril de 2021 com demais pontos de pauta.

Participação de reunião no dia 12 de abril de 2021 com representantes da OPAS/OMS no Brasil e MS, as quais convidaram a coordenação estadual do PVT-PR e as coordenações das comissões municipais do programa, para articulação conjunta de ações para a 6ª Semana Global de Segurança Viária das Nações Unidas, no período de 17 a 23 de maio, cuja tema é “Ruas pela Vida” (Streets for Life: #Love30).

2º Quadrimestre:

Realizada a articulação com a Polícia Científica do Paraná, a Superintendência de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, a Universidade Federal do Paraná, a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (representação regional), a Associação Brasileira de Psicologia de Trânsito (representação regional) e o Departamento de Estradas e Rodagens para participarem da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná, sendo realizadas as respectivas reuniões de recepção e apresentação dos andamentos dos trabalhos da Comissão.

Foi também encaminhada pela SESA a proposta de formalizar a participação dos PVT's municipais na Comissão Estadual, sendo então realizado o convite oficial para as 13 prefeituras que possuem o Programa Vida no Trânsito no Paraná.

Iniciada a elaboração de documento conjunto sobre a Primeira Década da execução do Programa Vida no Trânsito no Paraná com a Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná.

Participação em reuniões ordinárias do Conselho Paranaense de Ciclomobilidade (CONCICLO), participação na Câmara de Saúde, Esporte e Cicloturismo deste Colegiado, e em reuniões extraordinárias semanais de grupos de trabalho para elaboração do planejamento estratégico até 2030. Colaboração no Projeto Aplicativo de Ciclomobilidade do Paraná.

Colaboração na organização do II Fórum Trinacional Sobre Violências, na modalidade virtual.

Organização da 6ª Semana Global de Segurança Viária 2021, ocorrida de 17 a 23/05/2021, conforme proposta pela OPAS, durante o Maio Amarelo, e apoio na edição dos vídeos para a execução da campanha que tinha o tema “Ruas para a Vida”, para estimular a criação de áreas calmas nas cidades.

Realização de quatro reuniões ordinárias da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná, em 20/05/2021 tratando-se da sistematização da publicação conjunta sobre a primeira década do PVT; e em

17/06/21 abordou-se a organização para o IV Fórum do PVT e organização dos trabalhos da publicação, em 15/07/21 se fez a devolutiva sobre a pesquisa de materiais e cursos para o PVT e coordenação da publicação do PVT, e em 19/08/21 tratou-se sobre a compra de materiais pela Sesa para o PVT conforme dados da pesquisa, apresentação do projeto dos cursos de capacitação do PVT e apresentação do projeto do I Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde: uma reflexão sobre a segurança no trânsito previsto para a Semana Nacional de Trânsito, criação dos grupos de trabalho (GT) para elaboração de nota técnica sobre a situação dos motociclistas no Paraná durante a Pandemia de Covid-19 e para organização do fórum do PVT.

Reuniões extraordinárias com os membros do PVT estadual e municipal para organização do conteúdo da publicação do PVT.

Reunião com os GT's do PVT/PR para organização dos trabalhos e divisão das tarefas.

3º Quadrimestre:

Realizado o “VI Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito do Paraná – Trânsito, Saúde e Educação: Construção de uma Agenda Convergente”, de 16 a 18 de novembro de 2021, propiciando espaço de reflexão para discutir e fomentar o desenvolvimento de ações convergentes entre as políticas públicas para a prevenção de acidentes no trânsito, implementação da mobilidade segura e sustentável e promoção da saúde da população paranaense. Foi realizado pela plataforma virtual da Escola de Saúde Pública – ESPPVirtual – ESPP-CFRH/SESA, Curitiba (AVASUS). Contou com 438 visualizações no 1º dia, 392 no 2º dia, 279 no 3º dia e 105 pessoas inscritas no evento até 04/01/2022.

Realizada coordenação do Grupo de Trabalho da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito (PVT do Paraná) para elaboração de Nota Técnica voltada a motociclistas, empregadores de aplicativos, mídia e sociedade em geral, com o objetivo de apresentar o panorama da morbimortalidade no trânsito, a partir de estatísticas disponíveis para o Estado do Paraná, relacionadas aos sinistros com ocupantes de motocicletas, além de sugerir ações para prevenir estes eventos.

Realizada inscrição do trabalho intersetorial da Comissão para concorrer ao Prêmio Excelência em Competitividade do Centro de Liderança Pública (divulgação do resultado em setembro de 2021), o qual estabelece um Ranking de Competitividade dos Estados. A inscrição foi realizada na categoria “Destaque Boas Práticas”, se classificando entre as 15 semifinalistas das 280 políticas públicas inscritas em 2021.

Elaborado estudo situacional do Plano Estadual da Mulher, no contexto do trânsito, objetivando dar visibilidade à violência no trânsito relacionada à questão de gênero e auxiliar na articulação com as outras políticas de prevenção da violência e promoção da saúde e da cultura de paz, entregue em dezembro de 2021.

Contribuição textual na elaboração do “Manual de Planejamento de Rotas Cicloturísticas Municipais e Intermunicipais do Paraná”, em desenvolvimento pela “Câmara Técnica de Saúde, Esporte e Cicloturismo” do Conselho Paranaense de Ciclomobilidade (CONCICLO). O texto elaborado foi entregue em dezembro de 2021 e salientou a relação do campo da saúde com o cicloturismo (*advocacy*), principalmente para a promoção da saúde, uma vez que o objetivo do manual é facilitar o processo de planejamento de rotas cicloturísticas municipais e intermunicipais a partir de etapas

simplificadas, tendo como foco prefeituras, organizações ou instituições que buscam entender o processo da criação de rotas cicloturísticas e implementá-las nos municípios. Este Conselho está vinculado ao Programa Paranaense de Ciclomobilidade (CICLOPARANÁ).

Participação no Seminário Projeto e-Transitar - Relato de Experiências Estaduais, com objetivo de aprimorar as ações e a articulação da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito (PVT do Paraná), ofertado pelo CONASS em 24/11/2021 e transmitido no link: [youtube.com/conassoficial](https://www.youtube.com/conassoficial)

Entrevista concedida a TV Paraná Turismo sobre o IV Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito Paraná, os acidentes de trânsito e as medidas adotadas no Estado de prevenção de acidentes e segurança no trânsito. A entrevista foi gravada em 29/11/2021.

Realização de 3 (três) reuniões ordinárias da Comissão Estadual Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito (PVT do Paraná), nos meses de setembro, outubro e dezembro e de outras reuniões extraordinárias para condução dos trabalhos do GT da Equipe Organizador do VI Fórum do PVT-PR e do GT da Nota Técnica do Motociclista.

Participação de 3 (três) reuniões ordinárias do Conselho Paranaense de Ciclomobilidade (CONCICLO) e de 2 (duas) reuniões extraordinárias da Câmara Técnica de Saúde, Esporte e Cicloturismo.

Participação em 1 (uma) reunião extraordinária entre SESA e Detran/PR sobre a contribuição da saúde para o banco de dados do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renaest); e de uma reunião extraordinária no Detran/PR com o Senatran e outros órgãos que compõem o Sistema Nacional de Trânsito também sobre tratativas da implantação e implementação do Renaest.

b) Apoiar os municípios para a adesão ao Programa Vida no Trânsito.

Prestado apoio ao município de Araucária para adesão ao Programa Vida no Trânsito. O município aderiu e publicou o Decreto nº 35.473, de 14/01/2021, que institui no âmbito do Município de Araucária a Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito/Programa Vida no Trânsito e dá outras providências.

Disponibilizado no site da SESA do Boletim Epidemiológico nº 01/2020 do Programa Vida no Trânsito Paraná. Neste primeiro boletim foram apresentados os principais marcos legais, internacional, nacional e estadual, do Programa Vida no Trânsito, bem como conceitos, objetivos, metodologia de trabalho e fontes de dados utilizados para o desenvolvimento do programa.

Realizada reunião com as equipes das regionais de saúde (áreas técnicas da atenção e vigilância em saúde) no dia 23 de fevereiro de 2021, para tratar sobre ações realizadas em 2020 e planejamento para 2021 na área de Prevenção de Acidentes e Mobilidade Segura do Programa Vida no Trânsito.

Participado em reuniões ordinárias do Conselho Paranaense de Ciclomobilidade (CONCICLO), na coordenação da Câmara de Saúde deste Colegiado, e em reuniões

extraordinárias semanais de grupos de trabalho para elaboração de proposta de reestruturação deste Conselho e respectivas câmaras técnicas, bem como para o planejamento estratégico até 2030.

Realizadas nas reuniões virtuais da Comissão Estadual Intersectorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná, com municípios e Rede PVT Paraná.

Participado das reuniões semanais da comissão de gestão integrada e análise de dados do programa Vida no Trânsito de Curitiba.

2º Quadrimestre:

Apoio técnico para a implementação do Programa Vida no Trânsito no Município de Araucária, através de reuniões virtuais ocorridas em 20/05/2021 e 24/06/2021, com os membros que compõem a Comissão Municipal Intersectorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito.

Elaboração dos projetos de capacitação das equipes dos PVTS's municipais, e de gestores e técnicos interessados na implantação e implementação do PVT, na modalidade EAD e elaboração dos respectivos Editais de contratação de conteudista, planejador instrucional e tutores para elaboração do curso.

Reuniões com a Comissão Estadual, entre os coordenadores da Comissão Estadual (SESA e DETRAN), com municípios e Rede PVT Paraná, por meio de videoconferências.

Participação nas reuniões semanais da comissão de gestão integrada e análise de dados do programa Vida no Trânsito de Curitiba.

A representante da Sesa e coordenadora da Comissão Estadual Intersectorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito do Paraná, Tatiana Gomara Neves, participou como palestrante da *live* Maio Amarelo promovida pela CNBB em 11/05/2021.

Reuniões para retomada das atividades do PVT em Ponta Grossa, com representantes da Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte e da Secretaria Municipal de Saúde, e para retomada também em Campo Mourão com a coordenadora do PVT, uma vez que o município parou as atividades durante a Pandemia de Covid-19.

Reunião técnica realizada pela SESA (Divisão de Promoção da Cultura de Paz e Ações Intersectoriais e 13ª Regional de Saúde) com representantes do trânsito e saúde do município de Cianorte, em 03 de agosto de 2020, para apresentação e sensibilização para a implantação do programa vida no trânsito. Em fase de apoio técnico para articulação dos órgãos no município e de orientação para apresentação aos gestores públicos.

3º Quadrimestre:

Apoio técnico aos municípios com PVT implantado, para o desenvolvimento e divulgação das ações da Semana Nacional de Trânsito (SNT), no mês de Setembro, bem como foi ofertado uma atividade a ser incluída na SNT e dado suporte aos

municípios interessados, sendo a atividade o “I Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde: uma reflexão sobre a segurança no trânsito”, transmitido ao vivo em 21/09/2021.

Participação no curso de formação de multiplicadores para o uso da Plataforma Digital do Programa Vida no Trânsito, desenvolvida pelo Ministério da Saúde e Universidade Federal de Goiás, visando ampliar o apoio técnico oferecido aos municípios aderentes ao Programa Vida no Trânsito.

Participação no Whorkshop de Multiplicadores em Educação para o Trânsito em 29/10/2021, ofertado pela Agência Nacional em Mobilidade e Volvo Group, em parceria com o Detran/PR, com o objetivo de ampliar o apoio técnico oferecido aos municípios aderidos ao Programa Vida no Trânsito quanto a abordagem com o público Idoso.

Participação de reuniões semanais como membro do Comitê de Coleta de Dados, Análise e Gestão da Informação do Programa Vida no Trânsito do município de Curitiba, que visa a identificação dos principais fatores de risco que contribuem para os sinistros de trânsito fatais, para a proposição de políticas públicas baseadas em evidências.

Gravação de vídeo institucional no dia 19/11/21 para divulgação das ações da Semana Municipal de Trânsito de Araucária sobre a parceria da SESA com o Departamento de Trânsito da Prefeitura de Araucária na prevenção de acidentes e segurança no trânsito, salientando os benefícios desta articulação para a população.

Ações Relacionadas à Meta nº 4:

a) Capacitar os municípios e regionais de saúde sobre o Programa de Controle do Tabagismo.

Participado e divulgado a capacitação virtual ofertada pelo INCA – módulo “Tratamento do Tabagismo”, realizada em 14 e 15 de abril de 2021, com disponibilização de 250 vagas.

2º Quadrimestre:

Realização de Videoconferência alusiva ao Dia Mundial sem Tabaco, em 09 de junho de 2021, para todas as equipes da Rede de Atenção à Saúde.

Informe sobre o Dia Mundial sem Tabaco, na Comissão Intergestores Bipartite – CIB em 19 de maio.

Realização de Videoconferência alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Fumo, em 27 de junho de 2021, para todas as equipes da Rede de Atenção à Saúde.

Envio de Nota Técnica do Instituto Nacional do Câncer – INCA, sobre o Dia Nacional de Combate ao Fumo, com orientações sobre a data, abordagem do fumante, estratégias da indústria do tabaco para jovens e adolescentes, reforma tributária, ações e possibilidades da Campanha do Dia Nacional de Combate ao Fumo.

Participação no grupo dos 5 estados selecionados no Projeto para Aprimoramento da Política Nacional de Controle do Tabaco no Brasil, realizado pela Coordenação Nacional do Programa de Tabagismo. Com a realização de 2 formulários no Limesurvey, para Regionais de Saúde e Municípios.

Realização de pesquisa sobre o Impacto da pandemia da COVID-19 no consumo dos medicamentos do Programa Estadual de Controle do Tabagismo, por meio de formulário do Limesurvey.

b) Apoiar os municípios na promoção da não iniciação do uso de tabaco e outras drogas em adolescentes e jovens em articulação com a Secretaria de Educação.

Divulgado e organizado as vagas para capacitação virtual sobre “Prevenção à Iniciação ao Tabagismo”, proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) ou à Atenção Primária à Saúde, com disponibilização de 300 vagas, prevista para 04 de maio de 2021.

Dos 276 municípios aderidos ao Programa de Controle do Tabagismo, houve descadastramento de 2 municípios no CNES: Florai e Santa Cecília do Pavão.

3º Quadrimestre:

Realizada capacitação para os profissionais de saúde no Módulo de “Tratamento do Tabagismo”, do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, ofertado on-line, com carga horária de 8 horas, durante os dias 20 e 21 de outubro de 2021, pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, Ministério da Saúde-INCA/MS. Foram inscritos 647 profissionais de saúde, dos quais 464 (72%) foram habilitados.

2º Quadrimestre:

Divulgado e organizado as vagas para capacitação virtual sobre “Prevenção à Iniciação ao Tabagismo”, proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) ou à Atenção Primária à Saúde, com 286 inscritos, realizada em 24 de agosto de 2021. Sendo que 19% dos profissionais da área da educação.

São 277, os municípios aderidos ao Programa de Controle do Tabagismo, houve ingresso de 2 novos municípios, Cândido de Abreu e Manoel Ribas.

c) Normatizar no estado a prescrição da farmacoterapia de antitabagismo conforme preconizado pelo INCA/MS.

Abordadas questões relacionadas à prescrição de farmacoterapia antitabagismo na capacitação “Tratamento do Tabagismo”, na qual participaram profissionais de saúde prescritores e não prescritores;

Elaborado o Memorando Circular Conjunto nº 58, orientando sobre novo fluxo para solicitação e programação dos medicamentos do Programa Estadual do Controle do Tabagismo (PECT).

2º Quadrimestre:

Tema abordado nas capacitações.

3º Quadrimestre:

Realização de 4 (quatro) webinários, a saber: “Tabagismo e COVID-19: Impactos, prevenção à iniciação e perspectivas”, com transmissão via YouTube dia 27 de agosto de 2021; “Cenário do Programa Estadual de Controle do Tabagismo do Paraná e da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco: ações e perspectivas”, em parceria com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, transmitido via YouTube, no dia 30 de agosto 2021; “Prevenção à Iniciação do Tabagismo nas crianças, adolescentes e jovens” em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, transmitido via YouTube, no Canal do Professor no dia 28 de setembro 2021; “Tabagismo x Homem: Prevenção à Iniciação do Tabagismo e Tratamento”, em parceria

com PUC-PR, transmitido no Canal da Liga Acadêmica de Enfermagem e Promoção da Saúde, no dia 20 de novembro 2021.

O Programa de Controle do Tabagismo é ofertado em 287 municípios do Paraná. No 3º Quadrimestre, 13 municípios aderiram ao programa, a saber: Bela Vista da Caroba, Cruzeiro do Oeste, Inácio Martins, Manfrinópolis, Munhoz de Melo, Nova Esperança do Sudoeste, Presidente Castelo Branco, Quedas do Iguaçu, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Serranópolis do Iguaçu, Tibagi e Vitorino. O município de Santa Helena desistiu-se do Programa.

O Programa Estadual do Controle do Tabagismo do Paraná está incluído no Projeto de Aprimoramento da Política Nacional do Controle do Tabaco do Brasil, do INCA/MS. No terceiro quadrimestre de 2021, no âmbito do Projeto, foram realizadas três reuniões com o INCA/MS, nas datas de 06 de outubro, 10 de novembro e 07 de dezembro de 2021.

Com o objetivo de compreender e analisar as potencialidades e fragilidades de cada município/regional de saúde, foram elaborados três formulários via *LimeSurvey*, visando auxiliar na estruturação de propostas compatíveis e ajustadas aos cenários e regiões apresentadas, viabilizando o desenvolvimento de ações que possam atingir o melhor potencial de cada região. O primeiro formulário foi direcionado para a coordenação municipal, o qual contou com respostas de 308 coordenadores municipais. O segundo formulário foi direcionado para os coordenadores regionais, no qual 18 (82%) responderam o formulário. O terceiro formulário foi direcionado aos coordenadores farmacêuticos dos municípios, de modo a identificar o impacto da Pandemia no Consumo dos Medicamentos do Programa de Controle do Tabagismo nos municípios paranaenses.

Ações Relacionadas à Meta nº 5:

a) Apoiar os municípios por meio de recursos financeiros para custeio, investimento e educação permanente das ações de serviços da Atenção Primária à Saúde com foco em desempenho e qualidade.

Realizado o repasse do Incentivo Estadual de Custeio à Qualificação da APS, com vistas a fortalecer a APS na RAS, como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado, bem como dar maiores condições para as equipes desenvolverem e promover as ações de saúde no seu território de maneira mais qualificada, nas competências financeiras de janeiro a março de 2021;

Realizado o monitoramento dos incentivos de investimento em Transporte Sanitário e Equipamentos para UBS repassados aos municípios nos anos de 2014 a 2018.

Prestado apoio às RS e municípios nas solicitações de retroativo de incentivo de custeio das equipes da APS, credenciamento de Equipes de Estratégia de Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Equipes de Atenção Primária, adesão no Programa Saúde na Hora;

Realizado apoio institucional aos municípios quanto ao Programa Mais Médicos;

Fomentado a discussão entre equipes das Regionais de Saúde e gestores municipais sobre os princípios e diretrizes da Política Nacional da Atenção Básica – PNAB, como também sobre organização do território, composição das equipes da APS em especial à Estratégia de Saúde da Família que é a estratégia prioritária para expansão, consolidação e qualificação da APS, cobertura populacional das equipes da APS e financiamento federal da APS.

Realizado a oficina técnica com os profissionais das Regionais de Saúde com o objetivo de qualificar os profissionais para que possam realizar o apoio institucional junto aos municípios com vistas ao fortalecimento da APS.

Elaborado e divulgado a Nota Orientativa nº 02/2021 que trata das orientações quanto à atuação das Equipes Multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da pandemia COVID-19.

2º Quadrimestre:

Realizado o repasse do Incentivo Estadual de Custeio à Qualificação da APS, com vistas a fortalecer a APS na RAS, como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado, bem como dar maiores condições para as equipes desenvolverem e promover as ações de saúde no seu território de maneira mais qualificada, nas competências financeiras de abril a setembro de 2021;

Realizado o monitoramento dos incentivos de investimento em Transporte Sanitário e Equipamentos para UBS repassados aos municípios nos anos de 2014 a 2018.

Realizado o monitoramento dos incentivos de investimento em Transporte Sanitário e Equipamentos para UBS repassados aos municípios nos anos de 2019 a 2021.

Prestado apoio às RS e municípios nas solicitações de retroativo de incentivo de custeio das equipes da APS, credenciamento de Equipes de Estratégia de Saúde da Família; Agentes Comunitários de Saúde; Equipes de Atenção Primária, adesão no Programa Saúde na Hora;

Realizado apoio institucional aos municípios quanto ao Programa Mais Médicos.

Realizado a oficina técnica com os profissionais das Regionais de Saúde com o objetivo de qualificar os profissionais para que possam realizar o apoio institucional junto aos municípios com vistas ao fortalecimento da APS, em especial a Saúde do Homem e a Saúde do Trabalhador.

Realizado o evento Live no YouTube Agosto Azul " Homem, torne a sua vida melhor! Cuide da sua Saúde", em alusão ao Agosto Azul.

Análise técnica dos processos de habilitação dos municípios contemplados pela Resolução SESA nº 420 e 716/2021, para o recebimento do incentivo financeiro para Transporte Sanitário.

Análise técnica dos processos de habilitação dos municípios contemplados pela Resolução SESA nº 715/2021, para o recebimento do incentivo financeiro de investimento de Equipamentos para UBS.

Elaborado e divulgado a Nota Orientativa nº 06/2021 que trata das Orientações sobre Manejo e Acompanhamento da Síndrome Pós-COVID-19.

3º Quadrimestre:

Realizado o repasse do Incentivo Estadual de Custeio à Qualificação da APS, com vistas a fortalecer a APS na RAS, como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado, bem como dar maiores condições para as equipes desenvolverem e promover

as ações de saúde no seu território de maneira mais qualificada, nas competências financeiras de outubro a dezembro de 2021.

Realizado o monitoramento dos incentivos de investimento em Transporte Sanitário e Equipamentos para UBS repassados aos municípios nos anos de 2014 a 2021.

Realizado o monitoramento dos incentivos de investimento em Transporte Sanitário e Equipamentos para UBS repassados aos municípios nos anos de 2019 a 2021.

Prestado apoio às RS e municípios nas solicitações de retroativo de incentivo de custeio das equipes da APS, credenciamento de Equipes de Estratégias de Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Equipes de Atenção Primária, adesão no programa Saúde na Hora.

Realizado apoio institucional aos municípios quanto ao Programa Mais Médicos e Médicos pelo Brasil.

Realizado o evento Live no Youtube “Guia de Saúde do Homem para Agentes Comunitários de Saúde”, publicado postagens nas redes sociais e realizado distribuição de camisetas em alusão ao Novembro Azul.

Análise técnica dos processos de habilitação dos municípios contemplados pelas Resoluções SESA nº 933/2021, 1009/2021, 1067/2021, 1086/2021 e 1090/2021 para o repasse de incentivo financeiro Fundo à Fundo para a aquisição de Transporte Sanitário.

Análise técnica dos processos de habilitação dos municípios contemplados pelas Resoluções SESA nº 931/2021, 1005/2021, 1069/2021, 1071/2021, 1088/2021 e 1092/2021, para o repasse do incentivo financeiro Fundo à Fundo.

Alterada Resolução nº 773/2019 para a inclusão do equipamento kit dermatológico conforme Resolução nº 976/2021 e habilitado os municípios para recebimento do recurso conforme Resolução SESA nº 1097/2021 destinado para aquisição do kit dermatoscópio para utilização da equipe da Atenção Primária no Telessaúde Paraná.

Alterada Resolução SESA nº 773/2019 para a inclusão do equipamento Tablet conforme Resolução SESA nº 1070/2021 destinado a aquisição de tablets para os Agentes Comunitários de Saúde.

Elaborado e publicado em versão online o Manual de Segurança no Cuidado das pessoas na Atenção Primária à Saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 6:

a) Consolidar nos municípios a Linha de Cuidado da Hipertensão Arterial e Diabetes Mellitus.

Prestado apoio institucional nas ações da Atenção Primária à Saúde sobre a COVID-19 e condições crônicas, utilizando como apoio o uso da ferramenta denominada como “Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia na Rede de Atenção à Saúde”.

2º Quadrimestre:

Prestado apoio institucional nas ações da Atenção Primária à Saúde sobre a COVID-19 e condições crônicas, utilizando como apoio o uso da ferramenta denominada como “Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia na Rede de Atenção à Saúde”.

3º Quadrimestre:

Prestado apoio institucional nas ações da Atenção Primária à Saúde sobre COVID-19 e condições crônicas, utilizando como apoio o uso da ferramenta denominada como “Guia Orientador para o enfrentamento da pandemia na Rede de Atenção à Saúde”.

Em processo de revisão das linhas de cuidados de hipertensão e diabetes mellitus.

Capacitação on line com os municípios pertencentes à 2ª RS sobre a linha de cuidados de hipertensão e diabetes mellitus.

Ações Relacionadas à Meta nº 7:

a) Capacitar equipes multiprofissionais.

Capacitações serão realizadas nos próximos quadrimestres.

2º Quadrimestre:

b) Apoiar a adequação da estrutura física e dos equipamentos dos HPP's.

Projeto em discussão.

Ações Relacionadas à Meta nº 8:

a) Realizar suspeição, diagnóstico, tratamento e acompanhamento na atenção primária, com fluxos de encaminhamentos estabelecidos à atenção secundária, terciária, referências e equipe multiprofissional.

Viabilizado acesso ao atendimento especializado em hanseníase no Hospital de Dermatologia Sanitária em Piraquara.

Iniciadas discussões para estruturação de Núcleo de Telessaúde para Teleconsultorias e Telediagnóstico em Dermatologia, com enfoque na hanseníase.

2º Quadrimestre:

Acesso a atendimento especializado em hanseníase no Hospital de Dermatologia Sanitária em Piraquara.

Iniciadas discussões para estruturação de núcleo de telessaúde para teleconsultorias e telediagnóstico em dermatologia, com enfoque na hanseníase.

3º Quadrimestre:

Acesso a atendimento especializado em hanseníase no Hospital de Dermatologia Sanitária em Piraquara.

Continuidade das discussões para estruturação de núcleo de telessaúde para teleconsultorias e telediagnóstico em dermatologia, com enfoque na hanseníase.

Ações Relacionadas à Meta nº 9:

a) Disponibilizar acesso aos serviços existentes para cirurgias preventivas, de urgência e reabilitativas, órteses, próteses, fisioterapia, odontologia, oftalmologia e psicologia

Elaborado Manual da Pensão aos definitivamente incapacitados pela hanseníase.

2º Quadrimestre:

Elaboração do manual da pensão aos definitivamente incapacitados pela hanseníase.

Ações Relacionadas à Meta nº 10:

a) Aumentar o número de equipes de saúde bucal.

Prestado apoio às Regionais de Saúde e municípios durante o processo de credenciamento de novas equipes de saúde. Sendo que atualmente 53 equipes de saúde bucal aguardam previsão orçamentária do Ministério da Saúde para publicação de portaria de credenciamento.

Encaminhada solicitação de credenciamento de 17 equipes de saúde bucal, sendo 9 ESB – 40 horas e 8 ESB de carga horária diferenciada 20 horas.

Organizado o protocolo de registro de preço em andamento para compra de equipamentos odontológicos para incentivar novos credenciamentos de ESB pelos municípios.

2º Quadrimestre:

Solicitação de credenciamento de 4 Equipes de Saúde Bucal, sendo 2 equipes 40h e 2 equipes 20h.

Credenciamento pelo MS de 142 equipes de saúde bucal sendo 100 equipes 40h e 42 equipes de carga horária diferenciada através da Portaria 46 de 20/07/2021.

Reunião técnica com as 22 Regionais de Saúde para alinhamento das ações e planejamento conjunto.

420 profissionais dentistas que atuam no SUS inscritos na capacitação ofertada pela SESA em parceria com ESPP até o presente momento.

b) Realizar o projeto-piloto de educação na primeira infância

Organizado protocolo de registro de preço em andamento para compra de kits de higiene bucal para o projeto primeira infância. Sendo que devido a pandemia as ações relacionadas ao projeto foram postergadas.

2º Quadrimestre:

Disponibilizado pela plataforma da ESPP Virtual capacitação EAD sobre o tema do projeto-piloto – “educação em saúde bucal na primeira infância” para lançamento futuro do projeto.

Ações Relacionadas à Meta nº 11:

a) Monitorar a intensificação da coleta de citologia do colo do útero na população feminina, prioritariamente na faixa etária de 25 a 64 anos.

Divulgada a Nota Orientativa SESA nº 18/2020 e Nota Técnica SESA nº 12/20, as quais orientam os municípios quanto à análise do contexto epidemiológico local diante da pandemia e organização dos serviços para a garantia do acesso aos exames de rastreamento do câncer.

Realizado o monitoramento do indicador de razão do exame de citopatológico do colo de útero na população-alvo que está em 0,06 (10,3% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a fevereiro de 2021, uma vez que não está disponível ainda nos sistemas de informação os dados de março e abril de 2021.

Identificada a redução de 22,3% no número de coletas de citopatológico do colo do útero realizadas entre janeiro e março de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. Tal fato pode ser explicado pelo agravamento da pandemia de COVID-19 no Estado.

2º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento do indicador de razão do exame de citopatológico do colo de útero na população-alvo que está em 0,15 (26% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a junho 2021, uma vez que não está disponível ainda nos sistemas de informação os dados de julho e agosto de 2021.

3º Quadrimestre:

Implantação do Laboratório de Monitoramento Externo da Qualidade dos Exames Citopatológicos do Colo do Útero - LABMEQ, pactuado sob a deliberação CIB nº 282/2021.

Elaboração e divulgação da Nota Técnica nº17/2021, com recomendações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre a Campanha Paraná Rosa 2021 e as ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero;

Realização da Campanha Paraná Rosa 2021 durante os meses de setembro e outubro de 2021, destacando-se algumas ações:

- Dez encontros nos municípios (Porto Barreiro, Maringá, Loanda, Goioxim, Curitiba, Cruzeiro do Sul, Boa Esperança do Iguaçu, Rolândia, Lapa e Cerro Azul) em parceria com a Superintendência de Ação Solidária- SGAS, com a participação da Primeira-dama do Estado, Sra. Luciana Saito Massa. O público foi composto por prefeitos, gestores municipais de saúde e representantes de entidades envolvidas com a temática do câncer de mama e do colo do útero, bem como representantes regionais da Saúde, Educação, Assistência Social e Casa Civil;
- Lançamento da Cartilha dos Direitos da Pessoa com Câncer;
- Iluminação de instituições com a cor rosa;
- Disponibilização de folderes com versão em alta resolução para impressão e vídeos no site oficial do Paraná Rosa (www.paranarosa.gov.br);
- Confecção e distribuição de camisetas e lenços do Paraná Rosa;
- Publicação sequencial de cards em redes sociais por 21 dias, com informações que estimulam a mudança de hábitos, com dicas sobre autocuidado, práticas integrativas e complementares, alimentação, sono, atividade física, entre outras.

Realizado o monitoramento do indicador de razão de exames citopatológicos do colo de útero na população-alvo, que está em 0,33 (57% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a novembro de 2021, uma vez que ainda não estão disponíveis nos sistemas de informação os dados de dezembro de 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 12:

a) Monitorar a intensificação da realização de mamografias na população prioritariamente na faixa etária de 50 a 69 anos.

Divulgada a Nota Orientativa SESA nº 18/2020 e Nota Técnica SESA nº 12/20, as quais orientam os municípios quanto à análise do contexto epidemiológico local diante da pandemia e organização dos serviços para a garantia do acesso aos exames de rastreamento do câncer.

Monitorado o indicador de razão de mamografias realizadas na população-alvo, que está em 0,04 (10% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a fevereiro de 2021, uma vez que não está disponível ainda nos sistemas de informação os dados de março e abril de 2021. Houve redução de 28% no número de mamografias realizadas entre janeiro e março de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. Tal fato pode ser explicado pelo agravamento da pandemia de COVID-19 no Estado.

2º Quadrimestre:

Monitorado o indicador de razão de mamografias realizadas na população-alvo, que está em 0,14 (35% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a junho 2021, uma vez que não está disponível ainda nos sistemas de informação os dados de julho e agosto de 2021.

b) Rastreamento de mulheres para as ações de controle do câncer do colo de mama na APS.

Elaborado e pactuado em CIB/PR o Plano de Ação para utilização dos recursos previstos na Portaria GM/MS nº 3712/2020, com o objetivo de aumentar em no mínimo 30% o número de procedimentos de rastreamento e investigação diagnóstica para os cânceres de mama e colo do útero, em relação ao ano de 2019, para o período de maio a abril de 2022. A elaboração do plano mobilizou as regionais de saúde para identificar as referências de cada um dos exames das Linhas de Cuidado do Câncer de Mama e Colo do Útero, de modo a garantir o acesso a esses procedimentos, o que poderá contribuir para maior cobertura da população-alvo.

3º Quadrimestre:

Monitorado o indicador de razão de mamografias realizadas na população-alvo, que está em 0,22 (55% da meta anual), sendo esse dado referente aos meses de janeiro a novembro de 2021, uma vez que ainda não estão disponíveis nos sistemas de informação os dados de dezembro de 2021.

2º Quadrimestre:

Publicada a Resolução SESA nº 722/21, que dispõe sobre a realocação dos recursos financeiros para custeio do fortalecimento do acesso às ações integradas de rastreamento, detecção e controle do Câncer de Mama e Colo do Útero.

Realizada apresentação acerca da situação atual do rastreamento do câncer de mama e colo do útero, na Comissão de Saúde da Mulher do Conselho Estadual de Saúde em 26 de maio e no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Londrina, em 15 de junho.

3º Quadrimestre:

Retomada do Programa Estadual de Vigilância da Qualidade dos Serviços de Mamografia do Paraná (PEVQSM-PR), que tem como objetivo implantar ações de controle da qualidade nos Serviços de Mamografia do Paraná que envolvam os exames realizados, por meio da segurança dos equipamentos, qualificação das equipes e interpretação dos laudos, pactuado sob a deliberação CIB nº 242/2021.

Elaboração e divulgação da Nota Técnica nº17/2021, com recomendações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre o Paraná Rosa 2021 e ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero;

Realização da Campanha Paraná Rosa 2021 durante os meses de setembro e outubro de 2021, destacando-se algumas ações:

- Dez encontros nos municípios (Porto Barreiro, Maringá, Loanda, Goioxim, Curitiba, Cruzeiro do Sul, Boa Esperança do Iguaçu, Rolândia, Lapa e Cerro Azul) em parceria com a Superintendência de Ação Solidária- SGAS, com a participação da Primeira-dama do Estado, Sra. Luciana Saito Massa. O público foi composto por prefeitos, gestores municipais de saúde e representantes de entidades envolvidas com a temática do câncer de mama e do colo do útero, bem como representantes regionais da Saúde, Educação, Assistência Social e Casa Civil;
- Lançamento da Cartilha dos Direitos da Pessoa com Câncer;
- Iluminação de instituições com a cor rosa;
- Disponibilização de folderes com versão em alta resolução para impressão e vídeos no site oficial do Paraná Rosa (www.paranarosa.gov.br);
- Confecção e distribuição de camisetas e lenços do Paraná Rosa;
- Publicação sequencial de cards em redes sociais por 21 dias, com informações que estimulam a mudança de hábitos, com dicas sobre autocuidado, práticas integrativas e complementares, alimentação, sono, atividade física, entre outras.

Ações Relacionadas à Meta nº 13:

a) Fortalecer e ampliar as ações do Near Miss Materno.

Realizadas 364 notificações de *Near Miss Materno*;

Realizadas reuniões remotas com Regionais de Saúde e notificadores de *Near Miss Materno*.

2º Quadrimestre:

Realizadas 414 notificações de *Near Miss Materno*.

Reuniões de discussão a respeito do Near Miss Materno:

- 08/06 – Reunião com a Divisão de Saúde Mental.
- 09/06 – Reunião com o Grupo Condutor da 18ª RS.
- 21/06 – Reunião com o Hospital e Maternidade Municipal de São José dos Pinhais.
- 07/21 – Reunião a 2ª, 8ª, 18ª, 19ª RS e hospitais da 2ª Regional de Saúde.

b) Promover a Educação permanente com vistas a qualificação dos profissionais de saúde no atendimento as gestantes e crianças

Desenvolvido e iniciado o Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, com o objetivo de alinhar as informações relacionadas à Linha de Cuidado Materno Infantil. Os encontros são mensais, com agenda anual prevista e temas a serem definidos conforme prioridade, via plataforma de videoconferência online (YouTube-Espppr

virtual), direcionados aos profissionais que compõe a equipe de saúde, com acesso ao vivo e posterior à atividade.

Realizados três encontros, com os temas: Estratificação de Risco da Gestação (Del CIB nº 24/2021) com 1.974 visualizações, Nota Orientativa nº 9/2020 coronavírus (COVID-19) com 751 visualizações e manejo clínico e farmacológico da COVID na gestação e puerpério com 364 visualizações.

Realizados oito encontros online de “Capacitação em Puericultura”, via *lives* transmitidas pelo Youtube – Espppr virtual, as quais ficam disponíveis para acesso posterior dos profissionais, com 11.877 visualizações.

Acompanhado a 3ª turma do Curso de Residência em Enfermagem Obstétrica da ESPP – PR (com 5 novos alunos), que dentre as áreas de prática passam pela Divisão de Atenção à Saúde da Mulher da SESA.

3º Quadrimestre:

Realizadas 342 notificações de *Near Miss* Materno.

Reuniões de discussão a respeito do *Near Miss* Materno:

02/09 – Mesa redonda: *Near Miss Materno: informação para qualificação da atenção e investigação de eventos adversos na Linha de Cuidado Materno Infantil* no II Seminário Integrado de Qualidade e Segurança do Paciente da SESA.

14/09 Participação no Comitê Pró-Vida de Curitiba com o tema Monitoramento do *Near miss* materno;

31/09 - Reunião com a 3º regional de Saúde composta pelo Grupo Condutor da Linha de Cuidado Materno Infantil, abordando a temática *Near Miss* Materno.

22/10 -Reunião sobre *Near Miss* Materno com a 1ª Regional de Saúde.

25/10 – Aula na Residência de saúde da Família a respeito do Monitoramento do *near miss* materno.

04/11 – Reunião com as Regionais 1ª, 2ª 3ª e 5ª RS a respeito de ações relacionadas ao monitoramento de *near miss* materno.

2º Quadrimestre:

Dado continuidade ao Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, sendo abordados os seguintes temas:

04/05 – Diabetes Gestacional: Diagnóstico, manejo e conduta (692 visualizações).

11/05 – Sífilis na Gestação (543 visualizações).

25/05 – Pré-eclampsia Na Gestação: Diagnóstico, Manejo e Condutas (477 visualizações); 01/06 – Acretismo Placentário-Protocolo Regional: Experiência da 10ª Regional de Saúde (370 visualizações).

13/07 – Planejamento Sexual e Reprodutivo (320 visualizações).

03/08 – Experiência da 13ª Regional de Saúde. Vacinação COVID-19 em Gestantes e Puérperas (329 visualizações).

17/08 – COVID-19 Em Gestantes e Puérperas: O que ainda precisamos saber para melhorar os desfechos (220 visualizações).

Realização de evento em parceria com o Conselho Regional de Medicina sobre Prescrição de Vacinas contra COVID-19: As Últimas Evidências – 17/08.

Discussão de Casos de Gestantes e Puérperas com COVID-19 em conjunto com o Ministério da Saúde: Maio: 04, 18 e 25/05; Junho: 09, 16, 30/06 e; Julho: 07, 14, 21/07.

Reunião de orientação para o monitoramento de gestantes e puérperas para utilização do teste Rápido COVID-19 nas portas de entrada hospitalares.

Reunião com a 2ª, 3ª e 21ª RS e Hospital do Rocio para implementação de Protocolo de atenção à gestante com acretismo placentário.

16/06 Reunião de avaliação das Discussões de Caso de COVID -19 em gestantes e puérperas da região Sul com o Ministério da Saúde e Fiocruz.

3º Quadrimestre:

- Continuidade do Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, com o objetivo de alinhar as informações relacionadas à Linha de Cuidado Materno Infantil com encontros mensais, via plataforma de videoconferência online (YouTube-Espppr virtual), direcionados aos profissionais que compõe a equipe de saúde, com acesso ao vivo e posterior à atividade.

Realizados três encontros, com os temas: Plano de Parto: instrumento de Educação em Saúde com 502 visualizações, Pré-Natal do Pai/Parceiro com 210 visualizações e Alimentação Saudável e Atividade Física na Gestação com 155 visualizações.

01,02 e 03/09 - II Seminário Integrado de Qualidade e Segurança do Paciente da SESA.

28/09 – Participação na Câmara Técnica de Prevenção à Mortalidade Materna do Ministério da Saúde.

07/09 - Realização de palestra com a temática educação sexual e reprodutiva no SESC – Curitiba.

03 e 17/11, 01 e 08/12 – Capacitação referente a Linha de Cuidado Materno Infantil com a 16ª regional de Saúde.

Realizados dez (10) encontros online de “Capacitação em Puericultura”, via *lives* transmitidas pelo Youtube – Espppr virtual, as quais ficam disponíveis para acesso posterior dos profissionais, nos seguintes temas:

- Recomendações de Práticas Corporais e Atividade Física para Crianças e Adolescentes Palestrante:

- Saúde Bucal de Crianças e Adolescentes.
- Doenças Crônicas na Infância.
- Aleitamento Materno.
- Prematuridade.
- Dia do Combate ao Câncer Infantojuvenil.
- Saúde indígena de crianças e adolescentes.
- Atendimento em saúde para adolescentes.
- Alimentação adequada e saudável e introdução alimentar.
- A importância do vínculo mãe bebê nos primeiros anos de vida.

Ações Relacionadas à Meta nº 14:

a) Implantar referências e estabelecer protocolos de atendimento para mal formação fetal

Apoiado o Núcleo de Atenção à Medicina Fetal do Complexo Hospitalar do Trabalhador -CHT na atividade com regulação de casos via TFD (Atenção Ambulatorial Especializada e Regionais de Saúde).

Realizadas reuniões com as Regionais de Saúde e os serviços potenciais, buscando ampliação dos pontos de assistências às más formações fetais.

2º Quadrimestre:

Reunião para alinhamento sobre o método de contratação dos serviços de medicina fetal.

Aquisição de oito ultrassonografias de alta resolução para subsidiar o serviço das equipes de apoio à medicina fetal.

Aquisição de torre de vídeo a ser utilizada no núcleo de medicina fetal do Complexo Hospital do trabalhador.

Reabertura de licitação para compra de demais equipamentos para medicina fetal.

b) Ampliar serviços de banco de leite humano

Está em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Bancos e Postos de Coleta de Leite Humano, já existentes, bem como para a implantação de três novos Bancos de Leite Humano.

3º Quadrimestre:

Está em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Bancos e Postos de Coleta de Leite Humano, já existentes, bem como para a implantação de três novos Bancos de Leite Humano

Ações Relacionadas à Meta nº 15:

a) Capacitar profissionais de saúde, gestores e prestadores de serviços.

Organizado e em execução o Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, com o objetivo de alinhar as informações relacionadas à Linha de Cuidado Materno Infantil. Os encontros são mensais, com agenda anual prevista e temas a serem definidos conforme prioridade, via plataforma de videoconferência online (YouTube-Espppr virtual), direcionados aos profissionais que compõe a equipe de saúde, com acesso ao vivo e posterior à atividade.

Realizados três encontros, com os temas: Estratificação de Risco da Gestação (Del CIB nº 24/2021) com 1.974 visualizações, Nota Orientativa nº 9/2020 coronavírus (COVID-19) com 751 visualizações e manejo clínico e farmacológico da COVID na gestação e puerpério com 364 visualizações.

Realizados oito encontros online de “Capacitação em Puericultura”, via *lives* transmitidas pelo Youtube-Espppr virtual, as quais ficam disponíveis para acesso posterior dos profissionais, com 11.877 visualizações.

Estão sendo realizadas capacitações com prestadores e profissionais das regionais de saúde referente o *Near Miss* Materno e seus processos posterior a notificação.

Mantido acompanhamento à 3ª turma do curso de residência em Enfermagem Obstétrica da ESPP-PR (com 5 novos alunos), que dentre as áreas de prática passam pela Divisão de Atenção à Saúde da Mulher da SESA.

2º Quadrimestre:

Dado continuidade ao Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, sendo abordados os seguintes temas:

04/05 – Diabetes Gestacional: Diagnóstico, manejo e conduta (692 visualizações).

11/05 – Sífilis na Gestação (543 visualizações).

25/05 – Pré-eclampsia Na Gestação: Diagnóstico, Manejo e Condutas (477 visualizações); 01/06 – Acretismo Placentário-Protocolo Regional: Experiência da 10ª Regional de Saúde (370 visualizações);

13/07 – Planejamento Sexual e Reprodutivo (320 visualizações).

03/08 – Experiência da 13ª Regional de Saúde. Vacinação COVID-19 em Gestantes e Puérperas (329 visualizações).

17/08 – COVID-19 Em Gestantes e Puérperas: O que ainda precisamos saber para melhorar os desfechos (220 visualizações).

Realização de evento em parceria com o Conselho Regional de Medicina sobre Prescrição de Vacinas contra COVID-19: As Últimas Evidências – 17/08.

Discussão de Casos de Gestantes e Puérperas com COVID-19 em conjunto com o Ministério da Saúde: Maio: 04, 18 e 25/05; Junho: 09, 16, 30/06 e; Julho: 07, 14, 21/07.

Reunião de orientação para o monitoramento de gestantes e puérperas para utilização do teste Rápido COVID-19 nas portas de entrada hospitalares.

Reunião com a 2ª, 3ª e 21ª RS e Hospital do Rocio para implementação de Protocolo de atenção à gestante com acretismo placentário.

16/06 Reunião de avaliação das Discussões de Caso de COVID-19 em gestantes e puérperas da região Sul com o Ministério da Saúde e Fiocruz.

Capacitação no Complexo Médico Penal sobre inserção de DIU e assistência ao pré-natal aos médicos (maio).

Workshop: Atenção à Saúde no município de Pontal do Paraná – 14/05.

3º Quadrimestre:

- Continuidade do Projeto de Educação Permanente “Terça Tece Linha”, com o objetivo de alinhar as informações relacionadas à Linha de Cuidado Materno Infantil com encontros mensais, via plataforma de videoconferência online (YouTube-Espppr virtual), direcionados aos profissionais que compõe a equipe de saúde, com acesso ao vivo e posterior à atividade.

Realizados três encontros, com os temas: Plano de Parto: instrumento de Educação em Saúde com 502 visualizações, pré-natal do Pai/Parceiro com 210 visualizações e Alimentação Saudável e Atividade Física na Gestação com 155 visualizações.

01,02 e 03/09 - II Seminário Integrado de Qualidade e Segurança do Paciente da SESA.

28/09 – Participação na Câmara Técnica de Prevenção à Mortalidade Materna do Ministério da Saúde.

07/09 - Realização de palestra com a temática educação sexual e reprodutiva no SESC – Curitiba.

03 e 17/11, 01 e 08/12 – Capacitação referente a Linha de Cuidado Materno Infantil com a 16ª regional de Saúde.

Realizados dez (10) encontros online de “Capacitação em Puericultura”, via *lives* transmitidas pelo Youtube – Esprr virtual, as quais ficam disponíveis para acesso posterior dos profissionais, nos seguintes temas:

- Recomendações de Práticas Corporais e Atividade Física para Crianças e Adolescentes Palestrante:

- Saúde Bucal de Crianças e Adolescentes.
- Doenças Crônicas na Infância.
- Aleitamento Materno.
- Prematuridade.
- Dia do Combate ao Câncer Infantojuvenil.
- Saúde indígena de crianças e adolescentes.
- Atendimento em saúde para adolescentes.
- Alimentação adequada e saudável e introdução alimentar.
- A importância do vínculo mãe bebê nos primeiros anos de vida.

Ações Relacionadas à Meta nº 16:

a) Capacitar equipes da APS para atenção integral a saúde de adolescentes (acesso, acolhimento, orientações, planejamento reprodutivo, pré-natal, parto e puerpério)

Em processo de produção do plano de trabalho.

2º Quadrimestre:

Em processo de aprovação do plano de trabalho.

3º Quadrimestre:

Em processo de análise do Projeto Estadual da Saúde do Adolescente por setores afins da Secretaria de estado da Saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 17:

a) Qualificar as equipes de atenção primária em saúde para o cuidado em saúde mental.

Finalizado o Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental e o Instrumento para identificação de sinais e sintomas de saúde mental por Agentes Comunitários de Saúde. Ambos os instrumentos aguardam pactuação na Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PR. Depois de deliberado, será iniciado o processo de organização para qualificação das Referências Regionais em Saúde Mental e profissionais de saúde dos municípios

2º Quadrimestre:

Entre as ações de capacitação para toda a rede de saúde, foi realizada a organização do evento “Encontro Paranaense de Saúde Mental e práticas para o cuidado em liberdade: do luto à luta” (24 e 25/05/2021), participação no “Junho Paraná sem Drogas” (06/2021), e organização da Videoconferência de Setembro Amarelo “Prevenção do suicídio: da Informação à ação” (24/08/2021). No âmbito regional, foram realizadas oficinas de organização da linha de cuidado e territorialização (13/08/2021) e videoconferência “Impactos da pandemia Covid-19 na Saúde Mental” (30/07/2021) na 06ª RS, capacitação “Saúde Mental na Atenção Básica” na 16ª RS (05/05/2021), seminário “Saúde Mental e Cidadania: Repensando a Prática Profissional” na 3ªRS (20 e 21/05/2021), evento “RAPS e Linha de Cuidado em Saúde Mental” na 22ª RS (21/05/2021), oficinas de saúde mental na 21ªRS (06/05,18/06 e 23/07/2021), oficinas sobre território, linha de cuidado em saúde mental e intersetorialidade na 21ªRS (07/2021).

Organizou reuniões mensais com os coordenadores regionais de saúde mental para alinhamento e sincronização das ações em saúde mental no Estado.

Construção e divulgação dos 10 Passos para o Cuidado à Saúde Mental dos Trabalhadores da Saúde em Tempos de Pandemia, com o objetivo de sensibilizar e incentivar as equipes e gestores de saúde para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção e prevenção de saúde mental dos trabalhadores da saúde, durante o enfrentamento da pandemia e do pós pandemia, também direcionando um trabalho para acolhimento e encaminhamento aos sofrimentos e consequências psicológicas.

Pactuado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB/PR de 19/07/2021 o Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental e o Instrumento para identificação de sinais e sintomas de saúde mental por Agentes Comunitários de Saúde.

Iniciado o processo de organização para qualificação das Referências Regionais em Saúde Mental e profissionais de saúde dos municípios; foi realizada reunião gerencial com as regionais para capacitação no Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental e no âmbito regional, a 1ª, 4ª, 6ª, 8ª, 11ª, 12ª, 13ª, 21ª e 22ª Regionais de Saúde realizaram capacitação dos municípios.

Composto Grupo de Trabalho para construção do projeto de capacitação das equipes em parceria com a Escola de Saúde Pública – ESPP, cursos EAD, sendo: Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental para a Atenção Primária à Saúde – APS e o Curso de Psicofarmacologia para médicos da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

3º Quadrimestre:

Capacitação sobre Estratificação de Risco em Saúde Mental para a Macrorregião de Saúde/Macronorte, abrangendo os municípios das Regionais de Apucarana (16ª) Londrina (17ª), Cornélio Procopio (18ª), Jacarezinho (19ª) e Ivaiporã (22ª), em 09/11/2021.

No mês de setembro foram realizadas ações sobre o Setembro Amarelo em todas as 22 Regionais de Saúde e Capacitação sobre o Setembro Amarelo em três Regionais de Saúde, sendo: 03ª RS, 08ª RS e 12ª RS.

Lançamento do Curso de Psicofarmacologia para médicos da Rede de Atenção à Saúde em 01/12/2021, formato EAD, em parceria com a Escola de Saúde Pública. Até o momento são 1103 profissionais médicos inscritos.

Início das gravações das aulas do curso de Aperfeiçoamento em Saúde Mental para a Atenção Primária à Saúde, formato EAD, em parceria com a Escola de Saúde Pública, com previsão de início para o 1º Quadrimestre de 2022.

Capacitação sobre a Estratificação de Risco em Saúde Mental para o município Prudentópolis.

b) Ampliar os incentivos financeiros estaduais para implantação e custeio de serviços.

Mantido o incentivo financeiro do Serviço Integrado de Saúde Mental/SIM PR (junção da Unidade de Acolhimento e Centro de Atenção Psicossocial/CAPS AD III).

Mantida a prestação dos serviços especializados em reabilitação psicossocial assistida para pessoas com histórico de internação de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressos de hospitais psiquiátricos e de custódia, depois de esgotadas as tentativas de vínculos familiares e comunitários.

Elaborado o Edital de Chamamento Público para contratação de vagas em serviços especializados de reabilitação psicossocial assistida às pessoas com transtorno mental com ou sem deficiência associada com histórico de internação ou institucionalização de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressos de hospitais psiquiátricos e de custódia, após comprovação de rompimento ou fragilização de vínculos familiares e comunitários. O referido Edital está em análise pela Procuradoria Geral do Estado/PGE.

2º Quadrimestre:

Mantido o incentivo financeiro do Serviço Integrado de Saúde Mental/SIM PR (junção da Unidade de Acolhimento e Centro de Atenção Psicossocial/CAPS AD III).

Mantida a prestação dos serviços especializados em reabilitação psicossocial assistida para pessoas com histórico de internação de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressos de hospitais psiquiátricos e de custódia, depois de esgotadas as tentativas de resgate dos vínculos familiares e comunitários.

3º Quadrimestre:

Mantido o incentivo financeiro do Serviço Integrado de Saúde Mental/SIM PR (junção da Unidade de Acolhimento e Centro de Atenção Psicossocial/CAPS AD III).

Mantida a prestação dos serviços especializados em reabilitação psicossocial assistida para pessoas com histórico de internação de longa permanência (dois anos ou mais ininterruptos), egressos de hospitais psiquiátricos e de custódia, depois de esgotadas as tentativas de resgate dos vínculos familiares e comunitários.

Aprovada a Deliberação CIB nº 312 em 03/12/2021, que institui o Incentivo Financeiro Estadual para o Custeio da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental.

Ações Relacionadas à Meta nº 18:

a) Manter e ampliar os incentivos financeiros estaduais para implantação e custeio de serviços

Com a reabertura em janeiro de 2021 do Sistema de Apoio a Implantação de Políticas de Saúde – Saips do Ministério da Saúde, que possibilita o cadastramento de novas propostas, a SESA tem retomando junto com as Regionais de Saúde/Municípios o

estímulo de inserção de novas propostas para implantação de novos pontos de atenção na Linha de Cuidado em Saúde Mental.

O Saips reabriu apenas para propostas de Equipes Multiprofissionais Especializadas em Saúde Mental (Ament), Serviço Hospitalar de Referência/SHR e implantação de Centro de Atenção Psicossocial em todas as modalidades. Até o momento em relação a meta 2020/2023 a SESA já implantou 3 novos serviços.

2º Quadrimestre:

Com a reabertura em janeiro de 2021 do Sistema de Apoio a Implantação de Políticas de Saúde – Saips do Ministério da Saúde, que possibilita o cadastramento de novas propostas, a SESA tem retomado junto com as Regionais de Saúde/Municípios o estímulo de inserção de novas propostas para implantação de novos pontos de atenção na Linha de Cuidado em Saúde Mental. Também foram elaboradas Notas Técnicas para orientação de regionais e municípios sobre inserção de propostas no SAIPS (Notas técnicas 05, 06 e 07 de 2021).

O Saips reabriu apenas para propostas de Equipes Multiprofissionais de Atenção Especializada em Saúde Mental, Serviço Hospitalar de Referência/SHR e CAPS apenas para incentivos. Na CIB de 19/07/2021 foram deliberadas 57 propostas, sendo: 02 habilitações de CAPS, 01 CAPS (construção), eMAESM Tipo I (43), eMAESM Tipo II (04), eMAESM Tipo III (03), Serviço Hospitalar de Referência (Leitos de Saúde Mental (04).

b)Qualificar equipes da atenção especializada ambulatorial para o cuidado em saúde mental

Finalizado o Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental que aguarda pactuação pela Comissão Intergestores Bipartite/CIB. O referido instrumento é parte da Linha de Cuidado em Saúde Mental que possibilita o cuidado implicado em saúde mental às pessoas estratificadas como médio e alto risco.

2º Quadrimestre:

Finalizado o Instrumento de Estratificação de Risco em Saúde Mental e pactuado pela Comissão Intergestores Bipartite/CIB de 19/07/2021. O referido instrumento é parte da Linha de Cuidado em Saúde Mental que possibilita o cuidado implicado em saúde mental às pessoas estratificadas como médio e alto risco.

Reunião com as Regionais de Saúde sobre a Estratificação de Risco, em 04/08/2021.

3º Quadrimestre:

Capacitação sobre Estratificação de Risco em Saúde Mental para a Macrorregião de Saúde/Macro Norte, abrangendo os municípios das Regionais de Londrina (17ª), Cornélio Procópio (18ª), Jacarezinho (19ª), Apucarana (16ª) e Ivaiporã (22ª), em 09/11/2021, incluindo as equipes da atenção ambulatorial especializada.

Início do Curso de Psicofarmacologia para médicos da Rede de Atenção à Saúde em 01/12/2021, formato EAD, em parceria com a Escola de Saúde Pública, que inclui os serviços de atenção ambulatorial especializada.

Com a reabertura em 2021 do Saips possibilitando o cadastramento de novas propostas junto ao Ministério Público a SESA, a DVSAM tem retomado junto as Regionais de Saúde/Municípios o estímulo de inserção de novas propostas para implantação de novos pontos de atenção na Linha de Cuidado em Saúde Mental.

Ações Relacionadas à Meta nº 19:

a) Promover a qualificação das equipes de atenção hospitalar para o cuidado em saúde mental

Fomentado a ampliação de leitos em serviço hospitalar de referência junto aos municípios, tendo em vista a reabertura do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde/SAIPS desde janeiro deste ano.

Atuado junto as Regionais de Saúde, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná -COSEMS/PR e municípios sobre o cadastro de propostas, bem como os potenciais de implantação para cada região de saúde. Em relação a esta meta o Estado tem neste momento 31 leitos habilitados e em funcionamento, tendo atingido a meta no quadrimestre anterior.

2º Quadrimestre:

Fomentado a ampliação de leitos em serviço hospitalar de referência junto aos municípios, tendo em vista a reabertura do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde/SAIPS desde janeiro deste ano. A equipe da Divisão de Atenção à Saúde Mental- DVSAM atuou junto as Regionais de Saúde, Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná - COSEMS/PR e municípios sobre o cadastro de propostas, bem como os potenciais de implantação para cada região de saúde. Em relação a esta meta o Estado tem neste momento 31 leitos habilitados e em funcionamento, tendo atingido a meta no quadrimestre anterior.

Aprovada em CIB de 19/07/2021 05 propostas de Leitos de Saúde Mental em Serviço Hospitalar de Referência, totalizando 50 leitos.

No âmbito regional, a 14ª RS realizou reuniões para aprimorar admissão do paciente, condutas no internamento involuntário e qualificação das altas (12/08/2021).

b)Qualificar o processo de trabalho das Comissões Revisoras de internações Involuntárias – CERUPI

Finalizado o Manual da Comissão Estadual de Revisão dos Internamentos Psiquiátricos Involuntários – CERUPI que aguarda apreciação jurídica e posterior publicação de resolução.

Realizada proposição conjunta de elaboração de documento com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação do Ministério Público do Estado do Paraná sobre o internamento de crianças e adolescentes.

2º Quadrimestre:

Publicação da Resolução SESA nº 433 de 12 de maio de 2021 que aprova o Manual Instrutivo da Comissão Estadual de Revisão dos Internamentos Psiquiátricos Involuntários – CERUPI. Realizada Reunião Técnica junto às Referências Técnicas de Saúde Mental das Regionais de Saúde para apresentação em 01/07/2021.

3º Quadrimestre:

Seguimento das ações da CERUPI e divulgação da resolução SESA nº 433 de 12 de maio de 2021 que aprovou o Manual Instrutivo da Comissão Estadual de Revisão dos Internamentos Psiquiátricos Involuntários – CERUPI.

Capacitação na 06ª Regional de Saúde para a equipe que compõem a CERUPI Regional em 29/09/2021.

No 3º Quadrimestre os municípios que solicitaram habilitação do Serviço Hospitalar de Referência (leitos de saúde mental em hospital geral), sendo: Uraí (18ªRS), Astorga (15ª RS), Irati (04ª RS) tiveram suas propostas aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde e aguardam publicação de portaria de habilitação e de incorporação de recurso financeiro pelo Ministério da Saúde/MS.

Ações Relacionadas à Meta nº 20:

a) Implementar e monitorar o Plano de Ação estadual da Pessoa com Deficiência com o objetivo de ampliar a rede de serviços de maneira qualificada.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal – Teste do Pezinho.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que tiveram o teste do pezinho alterado ou que não realizaram o teste.

Mantido o Sistema de monitoramento dos testes de triagem neonatal em desenvolvimento e aprimoramento.

2º Quadrimestre:

Implantado o Sistema de Triagem Neonatal, que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico dos testes de cunho obrigatório no Estado do Paraná: Teste do Pezinho.

Implantado o *Kibana* com painel específico do Sistema de Triagem Neonatal, possibilitando as Regionais de Saúde monitoramento e emissão de relatórios relacionados a realização do Teste do Pezinho e seguimento clínico.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste do Pezinho com orientação formalizada por meio do Ofício Circular nº 23/2021 – DVSCA/COAS/DAV/SESA, de 04 de agosto de 2021.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou erro na coleta ou complemento da coleta ou que não realizaram o teste.

3º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste do Pezinho;

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou erro na coleta ou complemento da coleta ou que não realizaram o teste.

Ações Relacionadas à Meta nº 21:

a) Implementar e Monitorar o Plano de Ação Estadual da Pessoa com Deficiência com o objetivo de ampliar a rede de serviços de maneira qualificada.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal – Teste da Orelhinha.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que tiveram o teste da orelhinha alterado ou que não realizaram o teste.

Acompanhando processo de desenvolvimento e aprimoramento do sistema de monitoramento dos testes de triagem neonatal.

2º Quadrimestre:

Implantado o Sistema de Triagem Neonatal, que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico dos testes de cunho obrigatório no Estado do Paraná: Teste de Emissão Otoacústica Evocadas (Teste da Orelhinha).

Implantado o *Kibana* com painel específico do Sistema de Triagem Neonatal, possibilitando as Regionais de Saúde monitoramento e emissão de relatórios relacionados a realização do Teste de Emissão Otoacústica Evocadas (Teste da Orelhinha) e seguimento clínico.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste de Emissão Otoacústica Evocadas (Teste da Orelhinha) com orientação formalizada por meio do Ofício Circular nº 23/2021 – DVSCA/COAS/DAV/SESA, de 04 de agosto de 2021.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou que não realizaram o teste.

3º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste de Emissão Otoacústica Evocadas (Teste da Orelhinha);

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou que não realizaram o teste.

Ações Relacionadas à Meta nº 22:

a) Implementar e Monitorar o Plano de Ação Estadual da Pessoa com Deficiência com o objetivo de ampliar a rede de serviços de maneira qualificada.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal – Teste do Coraçãozinho.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que tiveram o teste do coraçãozinho alterado ou que não realizaram o teste.

Mantido o Sistema de monitoramento dos testes de triagem neonatal em fase de desenvolvimento e aprimoramento.

2º Quadrimestre:

Implantado o Sistema de Triagem Neonatal, que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico dos testes de cunho obrigatório no Estado do Paraná: Teste do Coraçãozinho.

Implantado o *Kibana* com painel específico do Sistema de Triagem Neonatal, possibilitando as Regionais de Saúde monitoramento e emissão de relatórios relacionados a realização do Teste do Coraçãozinho e seguimento clínico.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste do Coraçãozinho com orientação formalizada por meio do Ofício Circular nº 23/2021 – DVSCA/COAS/DAV/SESA, de 04 de agosto de 2021.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou que não realizaram o teste.

3º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste do Coraçãozinho;

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou que não realizaram o teste

Ações Relacionadas à Meta nº 23:

a) Implementar e Monitorar o Plano de Ação Estadual da Pessoa com Deficiência com o objetivo de ampliar a rede de serviços de maneira qualificada.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal – Teste do Olhinho.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que tiveram o teste do olhinho alterado ou que não realizaram o teste.

Mantido o Sistema de monitoramento dos testes de triagem neonatal em fase de desenvolvimento e aprimoramento.

2º Quadrimestre:

Implantado o Sistema de Triagem Neonatal, que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico dos testes de cunho obrigatório no Estado do Paraná: Teste do Olhinho.

Implantado o *Kibana* com painel específico do Sistema de Triagem Neonatal, possibilitando as Regionais de Saúde monitoramento e emissão de relatórios relacionados a realização do Teste do Olhinho e seguimento clínico.

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal —Teste do Olhinho, com orientação formalizada por meio do Ofício Circular nº 23/2021 – DVSCA/COAS/DAV/SESA, de 04 de agosto de 2021.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio da FEPE e Regionais de Saúde, das crianças que necessitam realizar o reteste em decorrência de resultado alterado ou que não realizaram o teste.

Ações complementares ao Objetivo 7: Implementar a Linha de Cuidado à Pessoa com deficiência

Apresentado e pactuado em CIB/PR, reunião do dia 24 de fevereiro de 2021, a atualização do Plano de Ação Estadual da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência do Deliberado (Deliberação nº 23/2021).

Ação de Educação Permanente:

Capacitação em Puericultura – Triagem Neonatal: Formulário de Monitoramento, em parceria com a Divisão de Saúde da Criança e Adolescente, em 18 de junho de 2021, com 626 (seiscentos e vinte e seis) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação em Puericultura – Manejo de uma Criança com Deficiência na Atenção Primária à Saúde, em parceria com a Divisão de Saúde da Criança e Adolescente, em

30 de julho de 2021, com 265 (duzentos e sessenta e cinco) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: Infecção por SARS-CoV-2 – Introdução e Notas Orientativas, em 23 de junho de 2021, com 3.106 (três mil, cento e seis) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: Reabilitação COVID intra-hospitalar, com foco na desospitalização, em 25 de junho de 2021, com 1.349 (um mil, trezentos e quarenta e nove) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: Tecnologias de Cuidado, em 30 de junho de 2021, com 979 (novecentos e setenta e nove) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do médico, em 07 de julho de 2021, com 474 (quatrocentos e setenta e quatro) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do enfermeiro, em 09 de julho de 2021, com 414 (quatrocentos e quatorze) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do fisioterapeuta, em 14 de julho de 2021, com 664 (seiscentos e sessenta e quatro) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do fonoaudiólogo e odontólogo, em 21 de julho de 2021, com 689 (seiscentos e oitenta e nove) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do nutricionista e farmacêutico, em 28 de julho de 2021, com 509 (quinhentos e nove) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do educador físico e terapeuta ocupacional, em 04 de agosto de 2021, com 137 (cento e trinta e sete) visualizações até 26/08/2021.

Capacitação multiprofissional em Reabilitação Pós-COVID-19: na visão do psicólogo e assistente social, em 06 de agosto de 2021, com 267 (duzentos e sessenta e sete) visualizações até 26/08/2021.

3º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento dos estabelecimentos que realizam os testes de triagem neonatal – Teste do Olhinho.

Monitorado o seguimento clínico, por intermédio das Regionais de Saúde, das crianças que tiveram o teste do olhinho alterado ou que não realizaram o teste.

Ações complementares ao Objetivo 7: Implementar a Linha de Cuidado à Pessoa com deficiência

Reunião com as 22 Regionais de Saúde referente a construção dos Planos de Ação Municipal de Saúde da Pessoa com Deficiência, objetivando a implementação da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência.

Resolução SESA Nº 870/2021 que institui o Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação multiprofissional, para a Rede

de Atenção da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná e Reabilitação da Síndrome Pós-COVID-19 na modalidade Fundo a Fundo.

Oficina de Qualificação dos Pontos da Rede de Atenção da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, com objetivo de qualificar o cuidado em saúde das pessoas com deficiência no âmbito da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência da Rede de Atenção do Estado do Paraná (PR).

Ações Relacionadas à Meta nº 24:

Obs: 51%, (205 municípios) resultado obtido por meio de informações dos municípios apresentadas no Painel de Bordo do Guia Orientado do CONASS/CONASEMS.

a)Capacitar as equipes técnicas para estratificação de risco.

Capacitações Realizadas	Local	Data ou período	No. de participantes
Discussão técnica com técnicos da 2ª RS para acompanhamento dos idosos institucionalizados.	Webconferência 2º RS	16/03/2021	04
Discussão técnica com técnicos da 19ª RS para acompanhamento dos idosos institucionalizados. Webconferência 2º RS	Webconferência 19º RS	26/03/2021	04
Liberado de acesso ao Curso “Geriatría aplicada à prática clínica” para profissionais da SESA/Regionais/ Ambulatórios MACC e APS, por meio da parceria da SESA com Edgar Nunes de Moraes consultor CONASS e UFMG.	On line/SESA	27/03/2021	24

2º Quadrimestre:

Capacitações Realizadas	Local	Data ou período	No. de participantes
Discussão técnica PlanificaSUS com técnicos da SESA o qual a linha prioritária do projeto é a Linha de Cuidado ao Idoso	Auditório Anne Marie	14/04/2021	22
Discussão técnica com técnicos com as ILPI em parceria com o Conselho	Webconferência	21/05/2021	130

Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa para acompanhamento dos idosos institucionalizados.			
Evento de Prevenção de Quedas e Lançamento do Manual de Prevenção de Quedas em parceria com a UFPR	On line/SESA	25/05/2021	897 visualizações em 26/08/2021
Reunião Técnica com os municípios e regionais do assunto da Portaria 894/2021 MS.	On line/SESA	02/07/2021	226 participações
Capacitação 3ª RS sobre a linha de cuidado ao idoso e estratificação de risco	On line/SESA	22/07/2021	240
Discussão técnica com técnicos dos municípios e ILPI em parceria com a 20ª RS para acompanhamento dos idosos institucionalizados.	On line/SESA	05/08/2021	48

3º Quadrimestre:

Capacitações Realizadas	Local	Data ou período	No. de participantes
Divisão participou da organização do Seminário de Segurança do Paciente, com foco na Planificação da Atenção à Saúde (linha prioritária idoso)	ESPP (on line)	01, 02, 03/09/2021	02
Participação da Jornada Paranaense de Geriatria	Webconferência	17 e 18/09/2021	03
Realizado o Workshop de Abertura da Fase II do PlanificaSUS na Região de Irati		23/09/2021	226
Oficina de formação dos tutores regionais para o PlanificaSUS Paraná	ESPP	11 e 12/11/2021	62
Participado de curso de formação para curso de cuidados paliativos para não paliativistas: Equipe	On line/Síro Libanês	Dez//2021	02

multiprofissional.			
--------------------	--	--	--

b) Desenvolver e implantar sistema informatizado para registro e monitoramento do IVCF-20.

Aderido à “Nota Técnica para Organização da Rede de Atenção à Saúde com foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada” no qual todos os profissionais da equipe podem aplicar o IVCF-20 no intuito de proporcionar o CUIDADO CERTO ao idoso de acordo com o seu grau de fragilidade.

Divulgado o Guia Orientador do CONASS/CONASEMS e MS versão 4, o qual possui o IVCF-20 adaptado para a pandemia para que as equipes possam realizar por telefone.

2º Quadrimestre:

Protocolo tramitando para análise da viabilidade financeira do sistema e do tempo de execução em andamento. Neste momento aguarda parecer da CELEPAR.

Apoio as regionais e municípios para utilização do IVCF-20.

3º Quadrimestre:

Sistema com demanda APROVADA, aguardando desenvolvimento.

Continuado o apoio às regionais e municípios para utilização do IVCF-20.

Ações Relacionadas à Meta nº 25:

a) Propor modelo de cuidado de idosos para serviços de urgência/emergência.

Programado para 2º semestre

2º Quadrimestre:

Não iniciado

3º Quadrimestre:

Modelo de cuidado específico para urgência e emergência não realizado devido ao momento pandêmico, contudo, o cuidado aos idosos no estado do Paraná, está proposta na Linha de Cuidado ao Idoso publicada em 2018.

b) Propor modelo de cuidado de idosos para atenção terciária (hospitais)

Programado para 2º semestre, começado discussões para integrar os hospitais nas regiões planejadas.

2º Quadrimestre:

Representante da Divisão de Saúde do Idoso participará de grupo técnico para Projeto de Cuidados Paliativos no município de Maringá, via ProadiSUS.

c) Propor modelo de cuidado de idosos para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Atualizada e mantida as ações propostas na Nota Orientativa nº 41 “Medidas de prevenção, controle e testagem nas ILPI”.

3º Quadrimestre:

Apoio por meio de capacitações para a identificação precoce e do manejo da Fragilidade Multidimensional com o uso do instrumento denominado IVCF-20 (Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20). Este instrumento auxilia no enfrentamento dos desafios demográficos, é uma estratégia centrada na pessoa, fundamentada na promoção e manutenção da capacidade funcional dos idosos pela prevenção, identificação precoce e manejo da Fragilidade Multidimensional por equipe multidisciplinar integrada, tendo com processo de trabalho a Avaliação Multidimensional do Idoso e Plano de Cuidado compartilhado (SESA-PR). A estratégia vem sendo implantada na Atenção Primária à Saúde e Atenção Secundária, devendo expandir-se progressivamente para toda a Rede de Atenção à Saúde

2º Quadrimestre:

Mantida as ações propostas na Nota Orientativa nº 41 “Medidas de prevenção, controle e testagem nas ILPI”.

Realizado em conjunto com a Vigilância Sanitária formulário para cadastro das ILPI no Estado do Paraná. Ação em andamento.

Monitoramento dos casos positivos de COVID-19 nos residentes e trabalhadores das ILPI por meio dos alertas gerados pelo Sistema Notifica COVID-19, com respectivas orientações de medidas de contingência e testagem às regionais de saúde correspondentes.

3º Quadrimestre:

- Participação da Divisão de Saúde do Idoso no Grupo Emergencial ILPI do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa e em grupos da Rede de Proteção da Pessoa Idosa, com o objetivo de fortalecer o cuidado a pessoa idosa no Paraná.

- Atualizada e mantida as ações propostas na Nota Orientativa nº 41 “Medidas de prevenção, controle e testagem nas ILPI”.

- Continuado o monitoramento dos casos positivos de COVID-19 nos residentes e trabalhadores das ILPI por meio dos alertas gerados pelo Sistema Notifica COVID-19, com respectivas orientações de medidas de contingência e testagem às regionais de saúde correspondentes.

Ações Relacionadas à Meta nº 26:

a) Oferecer vacinação antipneumocócica para indivíduos com 80 anos e mais.

Distribuída vacina Pnemo-13 para aplicação em idosos residentes nas ILPI e em planejamento a aquisição para os demais idosos.

Vacinados os idosos acima de 80 anos como grupo prioritário para COVID-19.

2º Quadrimestre:

Idosos acima de 70 anos como grupo prioritário para dose de reforço para COVID-19.

3º Quadrimestre:

Disponibilizado vacina para reforço na prevenção de COVID-19 a todos os idosos do Paraná.

Cabe destacar que os dados das internações foram atualizados. No primeiro quadrimestre de 2021 44,24, no segundo quadrimestre 48,01 e no terceiro 28,47, totalizando 120,72 no acumulado. Os dados do terceiro quadrimestre são parciais, dados de setembro, outubro e novembro.

b) Ampliar a atenção domiciliar ao idoso.

Incentivado nos encontros com as equipes técnicas e da APS a intensificarem o acompanhamento e monitoramento dos idosos. No que se refere às equipes de Atenção Domiciliar (SAD), o estado possui um total de 43 equipes habilitadas junto ao Ministério da Saúde em 17 municípios, a saber: Andirá, Araçongas, Cambé, Cascavel, Chopinzinho, Coronel Vivida, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Palmeira, Palotina, Paranavaí e Santa Terezinha de Itaipu.

2º Quadrimestre:

Neste momento 14 equipes EMAD estão em pleito junto ao Ministério da Saúde, aguardando análise pelo mesmo.

3º Quadrimestre:

Incentivado nos encontros com as equipes técnicas e da APS a intensificarem o acompanhamento e monitoramento dos idosos. No que se refere às equipes de Atenção Domiciliar (SAD), o estado possui um total de 55 equipes habilitadas e implantadas (32 EMAD I, 07 EMAD II e 16 EMAP) junto ao Ministério da Saúde em 22 municípios.

Ações Relacionadas à Meta nº 27:

a) Apoiar as regiões de Saúde para a implantação e implementação do processo de Planificação da Atenção à Saúde.

Apresentado pelo CONASS/Hospital Albert Einstein proposta de continuidade do Projeto PlanificaSUS na 4 Região de Saúde para o ano de 2021.

Planejado a expansão do PlanificaSUS Paraná para demais regiões conforme pactuado. Em reformulação o Grupo Condutor para continuidade do projeto.

2º Quadrimestre:

Pactuado junto ao Hospital Albert Einstein a continuidade do Projeto PlanificaSUS Fase II na região de Irati.

3º Quadrimestre:

-Publicado a Resolução SESA nº 720/2021, a qual Institui o Grupo Condutor Estadual do PlanificaSUS Paraná 2021/2022.

-Realizado reuniões mensais para discussão e deliberação da etapas do PlanificaSUS Paraná.

-Lançado a expansão do Projeto PlanificaSUS Paraná na data de 31 de agosto de 2021, para as 22 Regionais de Saúde do Estado, trata-se do projeto “A organização da Atenção Ambulatorial Especializada em rede com a Atenção Primária à Saúde (PlanificaSUS)” e continuidade da metodologia de Planificação da Atenção Primária à Saúde, proposta pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, em parceria com o Ministério da Saúde, fortalecendo a organização da Rede de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde. O projeto se desenvolve na 4ª Regional de Saúde desde 2019, envolvendo profissionais de todo o estado, tendo como linha prioritária a Saúde do Idoso.

-Realizado a formação dos tutores regionais para a expansão do PlanificaSUS Paraná.

-Realizado Workshop de Abertura do PlanificaSUS Paraná em todas as regiões do Paraná, com a participação do grupo condutor estadual do PlanificaSUS Paraná, prefeitos, secretários municipais de saúde, equipes das APS e da AAE, equipes regionais e demais convidados. TODOS os municípios do Paraná aderiram a Planificação da Atenção à Saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 28:

a) Renovar termo de cooperação entre SESA e SESP/IML.

Renovado Termo de Cooperação Técnica mediante Resolução Conjunta SESA/SESP nº 003/2020 e publicada no Diário Oficial Executivo do Paraná em 23 de março de 2020.

2º Quadrimestre:

Ação executada. Termo de Cooperação Técnica foi renovado mediante Resolução Conjunta SESA/SESP nº 003/2020 e publicada no Diário Oficial Executivo do Paraná em 23 de março de 2020.

b) Apoiar regionais e municípios para garantia de atendimento integral às pessoas em situação de violência sexual

Participado de Webinar no dia 26 de janeiro de 2021, com as áreas técnicas das secretarias estaduais e municipais de saúde das capitais, a fim de apresentar e discutir a Vigilância de Doenças Crônicas e Agravos Não Transmissíveis – Pauta: Principais resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019: estilos de vida e doenças crônicas não transmissíveis.

Realizada reunião do Grupo de Trabalho para construção da 3ª edição do Protocolo de Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual, no dia 28 de janeiro de 2021.

Realizada reunião com as equipes das regionais de saúde (áreas técnicas da atenção e vigilância em saúde) no dia 23 de fevereiro de 2021, para tratar sobre ações realizadas em 2020 e planejamento para 2021 na área de atenção à saúde das pessoas em situação de violência e prevenção de violências.

Realizada reunião em 19 de abril de 2021, com representantes da 9ª Regional de Saúde, Instituto Médico Legal, Secretaria Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu, Hospital Ministro Costa Cavalcanti, Delegacia da Mulher e Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) de Foz do Iguaçu, e Ministério público sobre atenção à saúde das pessoas em situação de violência sexual na região da 9ª RS e cumprimento da Resolução Conjunta SESA/SESP nº 003/2020.

3º Quadrimestre:

Ação executada. Termo de Cooperação Técnica foi renovado mediante Resolução Conjunta SESA/SESP nº 003/2020 e publicada no Diário Oficial Executivo do Paraná em 23 de março de 2020.

2º Quadrimestre:

Publicação da Deliberação nº 53/2021 da CIB/PR, em 05 de maio, aprovando o Protocolo de Atenção Integral à Saúde das pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem multiprofissional.

Realizada apresentação com o tema "Violência Contra a Mulher Durante a Pandemia de Covid-19", em 26 de maio, na reunião da Comissão Temática Saúde da Mulher do Conselho Estadual de Saúde do Paraná (CES/PR).

Publicado e divulgado o Protocolo de Atenção Integral à Saúde das pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem multiprofissional, em junho/21.

Participado em reunião no dia 02 de junho, com a macrorregião Oeste – 10ªRS, demais RS, municípios de abrangência e equipe do Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) sobre o Protocolo para a Interrupção de Gravidez decorrente de Violência Sexual da Macrorregião Oeste, conforme a Deliberação nº 027, de 11/03/2015, da Comissão Intergestores Bipartite do Paraná.

Participação em capacitação da 4ª RS, em 28 de julho, sobre o Protocolo de Atenção Integral à Saúde das pessoas em Situação de Violência Sexual: abordagem multiprofissional com os municípios de abrangência da RS e equipes da 4ª RS.

3º Quadrimestre:

Realização nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2021, da “Capacitação Estadual de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual - 1ª edição”, promovida pela Sesa e SESP com apoio do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRM-PR), realizado no formato on-line, totalizando 9 horas. O principal objetivo do evento foi instrumentalizar os profissionais envolvidos com a temática com conhecimentos teóricos e científicos sobre a questão da violência sexual, promover um espaço de diálogo e discussão sobre o tema. O evento foi transmitido via plataforma do CRM-PR e pelo YouTube, e contou com 2.190 profissionais inscritos das áreas da saúde, assistência social, do sistema judiciário, agentes das forças de segurança pública, estudantes, e demais áreas afins.

Links de acesso:

05/10/2021 - www.youtube.com/watch?v=_VMSY75r6gw (2.779 visualizações até 04/01/2022)

06/10/2021 - www.youtube.com/watch?v=tKxV_MynPWI (1.699 visualizações até 04/01/2022)

07/10/2021 - www.youtube.com/watch?v=mYEq90fhHA4 (1.437 visualizações até 04/01/2022)

Participação na comissão organizadora do “II Fórum Trinacional sobre Violências”, promovido pela Itaipu Binacional, por meio do Grupo de Trabalho Itaipu-Saúde, Hospital Ministro Costa Cavalcanti e Prefeitura de Foz do Iguaçu, com o objetivo de desenvolver, estimular, formular e aprimorar políticas públicas, estratégias, programas, ações e linhas de cooperação que visem fortalecer e ampliar as iniciativas conjuntas e individuais nestes países de forma permanente. Público alvo: gestores, profissionais de segurança pública, saúde, educação, assistência social, outros profissionais, estudiosos e sociedade interessada no tema. Realizado de forma virtual com transmissão ao vivo no YouTube do Hospital Ministro Costa Cavalcanti, nos dias 10 e 11 de novembro de 2021. Contou com 250 pessoas inscritas no evento, atingindo 426 visualizações no 1º dia e 558 visualizações no 2º dia (até 04/01/2022).

Desenvolvimento contínuo de ações e atividades de suporte técnico as RS e aos municípios de abrangência sobre prevenção, atenção, vigilância e monitoramento das violências e dos acidentes

Ações Relacionadas à Meta nº 29:

a) Apoiar tecnicamente e monitorar as regionais de saúde e municípios.

Realizada reunião com as equipes das regionais de saúde (áreas técnicas da atenção e vigilância em saúde) no dia 23 de fevereiro de 2021, para tratar sobre ações realizadas em 2020 e planejamento para 2021 na área de prevenção de violências, promoção da saúde e da cultura de paz

2º Quadrimestre:

Desenvolvido ações e atividades de suporte técnico as RS e municípios de abrangência no que condiz a hospitais de referência de violência sexual e interrupção de gravidez de corrente de violência sexual, vigilância e monitoramento das violências e acidentes, notificação das violências interpessoal e autoprovocada, preenchimento correto da ficha de notificação de acordo com o objeto de notificação preconizado pela MS, a fim de manter a produção de informações qualificadas, consistente e robusta.

3º Quadrimestre:

Participação na data de 03 de setembro de entrevista em conjunto com a Divisão de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, com o objetivo de fazer um inventário sobre o Sistema de garantia dos direitos das Crianças e Adolescentes. Foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), promovida pelo Programa Criança Protegida, coordenado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) do MMFDH e no Estado do Paraná organizado pelo Departamento de Justiça da Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e FORTIS.

Participação na data de 28 de setembro da “Pesquisa Avaliativa sobre a Implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências”. Desenvolvida pelo Departamento de Estudos sobre Violência e Saúde Jorge Careli, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ). O objetivo central do estudo foi de avaliar a implementação da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências – PNRMMAV.

Participação em reunião técnica para implantação da Rede de Atenção à Mulher em situação de violência no Município de Pontal do Paraná, em 26 de outubro.

Elaboração e publicação em 17 de dezembro, da Resolução SESA nº 1026/2021 que institui Incentivo Financeiro Estadual de Apoio para implantação e implementação do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz) nos municípios do Paraná, no valor de 14.000,00 (quatorze mil reais), por meio do Tesouro do Estado, para até 29 (vinte e nove) municípios no Paraná, que atenderem os critérios definidos, visando a implantação e implementação do Núcleo de Paz no âmbito municipal, durante o ano de 2021 e ou 2022.

b) Capacitar intersetorialmente os profissionais para promoção da saúde, prevenção às violências e cultura da paz

Participado da Força Tarefa Infância Segura (FORTIS) e de grupos de trabalho com o objetivo de desenvolver ações conjuntas, integradas e articuladas destinadas a prevenção e ao combate à violência praticada contra crianças e adolescentes no Estado do Paraná.

Em virtude da pandemia da COVID-19 as capacitações programadas estão adiadas.

2º Quadrimestre:

Realizada apresentação em conjunto com a Divisão de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, na data de 04 de maio, com o tema "O Cenário das Violências Contra Crianças e Adolescentes no Paraná", no 3º Simpósio Paranaense Intersectorial de Proteção à Criança e ao Adolescente, de forma virtual, com a participação de diversos atores da rede de proteção à criança e ao adolescente do Estado.

Realizada apresentação em conjunto com a Divisão de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, na data de 30 de julho, na reunião do Conselho Estadual da Juventude - CEJUV, com o tema "As Violências Contra Jovens no Paraná na Perspectiva da Saúde".

Elaboração de banner digital, em julho, para divulgação na Campanha Estadual "Agosto Azul" sobre saúde do homem, prevenção de acidentes e violências e promoção da cultura de paz.

Ações Relacionadas à Meta nº 30:

a) Apoiar as Regionais de Saúde na implantação de 01 Banco de Leite Humano por Regional.

Em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Bancos de Leite Humano já existentes, bem como para a implantação de três novos Bancos de Leite Humano.

2º Quadrimestre:

Está em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Bancos de Leite Humano já existentes, bem como para a implantação de três novos Bancos de Leite Humano.

a) Apoiar as Regionais de Saúde na implantação de 01 Posto de Coleta de Leite Humano para cada Banco de Leite Humano.

3º Quadrimestre:

Realização na data de 21 de Setembro, do "I Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde: uma reflexão sobre a segurança no trânsito". O objetivo do evento foi promover a discussão sobre a conexão dos campos de conhecimento da Promoção da Saúde, Cultura de Paz e Segurança no Trânsito, e sua importância para o desenvolvimento das ações de prevenção da violência e dos acidentes no trânsito e seu reflexo para a saúde. O público-alvo foram profissionais e gestores públicos interessados na promoção da Cultura de Paz no campo da Saúde e da Mobilidade Segura. Foi realizado pela plataforma virtual da Escola de Saúde Pública – ESPPVirtual – ESPP-CFRH/SESA, Curitiba (AVASUS). Contou com 284 visualizações e 89 pessoas inscritas no evento até 04/01/22. Link de acesso: <<https://www.youtube.com/watch?v=ThJKdtaorl4>>

Realização de palestra na data de 13 de outubro de 2021, no "Ciclo de Debates Virtuais" promovido pela Claves, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, e Ministério da Saúde - Fioruz, com o tema "Núcleos de Prevenção da Violência e

Promoção da Saúde - histórico e ações na rede”. Foi compartilhada a experiência do Núcleo Estadual Intersetorial de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura da Paz do Paraná e abordado o tema “Promoção da Saúde e da Cultura de Paz: avanços e desafios no trabalho em rede no Paraná.” Contou com 241 visualizações até o dia 04/01/22. Link de acesso: <abre.ai/nucleosdeprevencao>

Realização de palestra no “II Encontro Regional da Comissão Regional de Enfrentamento às Violências Contra Crianças e Adolescentes da 14 Região de Saúde”, em conjunto com a Divisão de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente, no dia 06 de dezembro de 2021, no formato online, com o tema: “As Comissões Municipais de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes: sua importância e função nas políticas de saúde, educação e assistência social”.

Em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Postos de Coleta de Leite Humano já existentes.

Em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Postos de Coleta de Leite Humano já existentes.

2º Quadrimestre:

Está em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Postos de Coleta de Leite Humano já existentes.

3º Quadrimestre:

Realizado live para estimular a doação de leite humano, e reunião com a referência estadual de bancos de leite humano para discutir outras ações que incentivam e estimulam a doação de leite humano, bem como reunião com a 19ªRS para discutir sobre a implantação de um Banco de Leite Humano em Santo Antônio da Platina. Além disso, em processo de licitação a aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Bancos de Leite Humano já existentes, bem como para a implantação de três novos Bancos de Leite Humano.

Ações Relacionadas à Meta nº 31:

a) Apoiar as Regionais de Saúde na habilitação de 01 hospital na Iniciativa Hospital Amigo da Criança por Regional.

Em processo de habilitação de 8 Hospitais, sendo 1 da região Metropolitana de Curitiba, 6 da região de Guarapuava e 1 de Maringá.

2º Quadrimestre:

Em processo de habilitação de 8 Hospitais, sendo 1 da Região Metropolitana de Curitiba, 6 da região de Guarapuava e 1 de Maringá.

3º Quadrimestre:

Realizado contato com os hospitais habilitados nessa iniciativa para que eles realizem o automonitoramento da estratégia e permaneçam habilitados. Entrado em contato com os hospitais que manifestaram interesse em serem habilitados para estimular a continuação do processo.

Ações Relacionadas à Meta nº 32:

a) Investir em unidades hospitalares, ampliando o número de leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatais (UCINCa e UCINCo).

Em processo de reestruturação do “QualiSUS”.

2º Quadrimestre:

Em processo de reestruturação do “QualiSUS”.

3º Quadrimestre:

Em processo de reestruturação do “QualiSUS”.

b) Realizar capacitações e formação de tutores no Método Canguru.

Foi programada a capacitação, porém não foi possível realizar devido a COVID-19.

2º Quadrimestre:

Foi programada a capacitação, porém não foi possível realizar devido a COVID-19.

3º Quadrimestre:

Foi programada a capacitação presencial por parte do estado, porém não foi possível realizar devido a COVID-19. Nesse ínterim, o Ministério da Saúde lançou um curso na modalidade *online* para sensibilização da estratégia. Realizamos a divulgação via e-mail para todas as Regionais de Saúde e hospitais.

Ações Relacionadas à Meta nº 33:

a) Capacitar profissionais da Atenção Primária à Saúde de 100% das Regionais de Saúde na Estratégia AIDIPI Neonatal.

Reestruturando a Linha Guia Materno infantil, ampliando de 1 para 2 anos, e realizando a revisão da nova estratificação de risco a qual passará na CIB/PR dia 27/04/2021, mediante isso, fazendo a Capacitação em Puericultura através de *lives* transmitidas pelo Youtube da Escola de Saúde Pública Do Paraná as quais ficam salvas para que também possam ser assistidas posteriormente. Até o momento realizamos 8 *lives* de Capacitação em Puericultura com 11.877mil visualizações até o momento.

2º Quadrimestre:

Em processo de reestruturação da Linha Guia materno infantil, ampliando de 1 para 2 anos e foi realizada a revisão da nova estratificação de risco a qual foi aprovada em CIB/PR, dia 28/04/2021, mediante isso, estamos fazendo a Capacitação em Puericultura através de *lives* transmitidas pelo *Youtube* da Escola de Saúde Pública do Paraná, as quais ficam salvas para que também possam ser assistidas posteriormente. Até o momento realizamos 18 *lives* de Capacitação em Puericultura com 19 mil visualizações até o momento.

3º Quadrimestre:

Em processo de reestruturação da Linha Guia Materno Infantil. Realização de Capacitação em Puericultura através de *lives* transmitidas pelo *Youtube* da Escola de Saúde Pública do Paraná, as quais ficam salvas para que também possam ser assistidas posteriormente. No 3º quadrimestre realizamos 8 *lives*, totalizando 26 *lives* de Capacitação em Puericultura no ano de 2021 com mais de 25 mil visualizações até o momento.

b) Monitorar adesões aos ciclos bianuais e das ações realizadas pelos municípios.

Ações Relacionadas à Meta nº 34:

a) Capacitar técnicos na EAAB.

A EAAB está sendo reformulada e o Ministério da Saúde solicitou a suspensão de capacitações da estratégia até o lançamento da atualização. Entretanto, foram realizadas 2 reuniões com representantes do Ministério da Saúde, Divisão da Criança e do Adolescente e **Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física dos estados do PR, SC e RS, para tratar da Portaria GM/MS nº 3.297/2020**, que destinou incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de dois anos de idade no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), na Atenção Primária à Saúde.

2º Quadrimestre:

Foi realizada a divulgação do módulo 1 do curso de formação de tutores da estratégia Amamenta e Alimenta Brasil disponível na plataforma UNASUS, assim como a divulgação das inscrições para a primeira turma do módulo 2 que teve seu início dia 23/08/21.

Foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Saúde, Divisão da Criança e do Adolescente e Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física dos estados do PR, SC e RS, para tratar da Portaria GM/MS nº 3.297/2020, que destinou incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de dois anos de idade no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), na Atenção Primária à Saúde.

3º Quadrimestre:

Foi realizada a divulgação do módulo 2 do curso de formação de tutores da estratégia Amamenta e Alimenta Brasil disponível na plataforma UNASUS, o qual teve início em 23/08/21. Bem como divulgação da ampliação do número de vagas disponíveis para os dois módulos de curso aos municípios do PROTEJA.

Foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Saúde, Divisão da Criança e do Adolescente e Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física dos estados do PR, SC e RS, para tratar da Portaria GM/MS nº 3.297/2020, que destinou incentivo financeiro de custeio para as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e alimentação complementar adequada e saudável para crianças menores de dois anos de idade no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB), na Atenção Primária à Saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 35:

a) Apoiar tecnicamente regionais de saúde e municípios.

Prestado apoio técnico e institucional às regionais de saúde e aos municípios no processo de adesão e execução de ações no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE);

Realizadas reuniões virtuais com a participação de profissionais das regionais de saúde e dos municípios para apoio no processo de adesão ao PSE;

Elaborado e publicizado no *website* da Sesa, FAQ de perguntas e respostas para apoiar os municípios no processo de adesão ao PSE.

2º Quadrimestre:

Realizada reunião virtual com técnicos das Regionais de Saúde, Núcleos Regionais de Educação e Municípios sobre os documentos orientadores e monitoramento do ciclo 2021/2022.

Publicada Resolução Conjunta nº 048/2021 – SESA/SEED/FUNDEPAR – que designa os membros para compor o Grupo de Trabalho Intersectorial Estadual do Programa Saúde na Escola, instituído por meio da Resolução Conjunta nº 089/2020 - SESA/SEED/FUNDEPAR.

Realizada primeira reunião com os novos membros do GTI-E do PSE.

Realizada reunião virtual em parceria com o Grupo de Trabalho Intersectorial Federal do PSE, com GTI-E, técnicos das Regionais de Saúde, Núcleos Regionais de Educação e Municípios sobre a ação de prevenção à COVID-19 nas escolas e monitoramento do PSE no ciclo 2021/2022.

3º Quadrimestre:

As Secretarias de Estado da Saúde e da Educação e do Esporte estabeleceram parceria para a inclusão de temas relacionados à saúde na formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino. As formações foram realizadas por meio de webinários disponibilizados no canal do professor, visando abordar conteúdos para subsidiar a prática pedagógica, com cronograma e temas pré-estabelecidos conjuntamente entre as equipes da SESA e da SEED. Os webinários foram transmitidos de forma pública e divulgados amplamente também para as equipes municipais do Programa Saúde na Escola. Em 2021, foram realizados 6 (seis) webinários com a participação de técnicos da SESA, os quais abordaram os seguintes temas: Covid-19; Prevenção à iniciação do tabagismo; Protocolo de biossegurança em saúde nas aulas de educação física escolar; Prevenção de IST/HIV; Impactos das mudanças climáticas na saúde, importância da água potável e relação da degradação do meio ambiental e epidemias; e Combate ao Aedes aegypti;

Prestado apoio técnico e institucional às regionais de saúde e aos municípios quanto à execução, ao registro e ao monitoramento de ações no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE);

b) Monitorar adesões aos ciclos bianuais e das ações realizadas pelos municípios.

Realizado monitoramento semanal das adesões ao ciclo 2021/2022 do PSE;

Previsão de monitoramento das ações executadas pelos municípios no PSE para o próximo quadrimestre.

2º Quadrimestre:

Realizado monitoramento estadual do PSE referente às ações de 2020.

3º Quadrimestre:

Realizado monitoramento estadual do Programa Saúde na Escola, referente às ações executadas e registradas entre janeiro e agosto de 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 36:

a) Monitorar e apoiar financeiramente os municípios-sede de CENSE.

Realizado constante monitoramento dos municípios-sede de CENSE por meio de verificação do Plano de Ação Municipal, preenchimento de formulário eletrônico – Formsus, e o apoio financeiro está sendo realizado mensalmente.

2º Quadrimestre:

Realizado constante monitoramento dos municípios sede de unidades socioeducativas por meio de verificação do Plano de Ação Municipal, preenchimento de formulário eletrônico, e o apoio financeiro está sendo realizado mensalmente

3º Quadrimestre:

Realizado monitoramento da PNAISARI (Política Nacional de Atenção Integral a Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei em regime de internação e internação provisória) dos municípios-sede de Unidades Socioeducativas por meio dos Plano de Ação Anual Municipal e formulários eletrônicos, e o apoio financeiro mensal da SESA.

b) Subsidiar e apoiar a aquisição de equipamentos, insumos e medicamentos ao CENSE.

Realizado pelo CEMEPAR.

2º Quadrimestre:

O apoio para disponibilização de medicamentos foi realizado via CEMEPAR.

3º Quadrimestre:

O apoio para disponibilização de medicamentos foi realizado via CEMEPAR.

Ações Relacionadas à Meta nº 37:

a) Intensificar parcerias com áreas técnicas e de gestão da SESA para desenvolver o projeto das oficinas

Devido à pandemia da COVID-19 e impossibilidade de previsão de retorno às atividades presenciais, o projeto para realização das oficinas foi reformulado para modalidade virtual, sem prejuízo quanto aos temas trabalhados. Estão previstos 6 encontros virtuais, com duração de aproximadamente 3 horas cada um, pré-agendados para ocorrer entre julho e dezembro de 2021. O público-alvo são profissionais que atuam nos municípios e nas regionais de saúde. Nos encontros serão trabalhadas as Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, mais especificamente as seguintes temáticas: equidade, migração, pessoas privadas de liberdade, população negra, populações do campo, da floresta e das águas, povos indígenas, população em situação de rua, população LGBT e povos ciganos;

Encaminhado projeto das oficinas virtuais para Escola de Saúde Pública do Paraná, que será responsável pela certificação dos participantes. A capacitação ficará disponível em plataforma *online*.

2º Quadrimestre:

Devido à pandemia da COVID-19 e impossibilidade de previsão de retorno às atividades presenciais, o projeto para realização das oficinas foi reformulado para modalidade virtual, sem prejuízo quanto aos temas trabalhados. Estão previstos 6 encontros virtuais até dezembro de 2021, com duração de aproximadamente 3 horas cada um. O público-alvo são profissionais que atuam nos municípios e nas Regionais de Saúde. Nos encontros serão trabalhadas as Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, mais especificamente as seguintes temáticas: equidade, migração, pessoas privadas de liberdade, população negra, populações do campo, da floresta e das águas, povos indígenas, população em situação de rua, população LGBT e povos ciganos. A atividade está sendo desenvolvida em parceria com a Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPPr), responsável pela certificação dos participantes. Considerando a temática trabalhada, a capacitação foi nomeada como “Dialogando sobre saúde e equidade”.

Até o momento ocorreram dois encontros virtuais, em que os temas abordados no primeiro foram introdução a equidade em saúde e a atenção à saúde dos migrantes, refugiados e apátridas (dia 15/07), e no segundo encontro sobre atenção à saúde da população em situação de rua e dos povos ciganos (dia 12/08). O curso está disponível na plataforma AVASUS, e até o dia 24/08 havia 276 pessoas inscritas. O evento está ocorrendo em tempo real por meio do canal do *youtube* da ESPPr, e posteriormente a gravação também é disponibilizada na plataforma do curso para os inscritos.

3º Quadrimestre:

Devido à pandemia da COVID-19 e a falta de previsão de retorno às atividades presenciais no início do ano 2021, o projeto para realização das oficinas foi reformulado para modalidade virtual, sem prejuízo quanto aos temas trabalhados. Inicialmente foram previstas 8 oficinas para ocorrerem a partir de abril do ano 2021, no entanto devido ao pico da pandemia no primeiro quadrimestre deste ano, houve uma nova reorganização da capacitação. Desta forma, foram realizados 6 encontros virtuais entre os meses de julho e dezembro de 2021, com duração total de 17 horas. O público-alvo são os profissionais que atuam nos municípios e nas Regionais de Saúde, e demais interessados. Nos encontros foram discutidos sobre Políticas de Promoção da Equidade em Saúde, mais especificamente das seguintes temáticas: equidade, migração, pessoas privadas de liberdade, população negra, populações do campo, da floresta e das águas, povos indígenas, população em situação de rua, população LGBT e povos ciganos. A capacitação denominada “Dialogando sobre saúde e equidade” foi desenvolvida em parceria com a Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPPr), responsável pela certificação dos participantes. Os eventos ocorreram em tempo real por meio do canal do *youtube* da ESPPr, e os conteúdos da capacitação permanecem disponíveis na plataforma AVASUS e com inscrições abertas para os interessados. Até o dia 20/12/2021 havia 405 pessoas inscritas na capacitação.

Ações Relacionadas à Meta nº 38:

a) Articular com áreas da SESA (técnicas e gestão) envolvidas na temática para viabilizar o encaminhamento da demanda.

Realizadas reuniões com representação do CPATT e de áreas técnicas da Sesa com o intuito de acompanhar os atendimentos realizados, bem como identificar as demandas reprimidas nas macrorregionais de saúde para o atendimento no serviço ambulatorial;

Elaborado Memorando Circular nº52/2021/CPRO/DAV/SESA sobre consultas disponibilizadas pelo CPATT e enviado às regionais de saúde para divulgação junto aos municípios.

2º Quadrimestre:

A previsão é que no segundo semestre de 2021 a unidade do CPATT passe a integrar as dependências do Hospital de Infectologia e Retaguarda Clínica Oswaldo Cruz (HIRC), e com isso, será possível ampliar o serviço e possibilitar uma atenção mais qualificada e permanente para a população de travestis e transexuais. Assim, foi realizada visita *in loco* no CPATT (endereço atual e futuro), bem como reuniões com representantes da unidade e de áreas técnicas da SESA com o intuito de compreender melhor o funcionamento do serviço, as facilidades e dificuldades no acompanhamento dos usuários(as), bem como a demanda reprimida no Estado.

b) Definir a Região de Saúde com maior capacidade técnica e demanda para implantar o serviço.

Ação prevista para os próximos quadrimestres.

2º Quadrimestre:

c) Realizar parcerias com outras instituições para implantar o Centro.

Ação prevista para os próximos quadrimestres.

3º Quadrimestre:

Ações serão realizadas em 2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 39:

a) Articular com o DSEI Lsul, COSEMS e áreas da SESA (técnicas e gestão) para desenvolver o projeto dos encontros.

Devido à pandemia de COVID-19, a articulação com o DSEI LSUL, com órgãos de defesa dos povos indígenas (Ministério Público Federal e Estadual, Defensoria Pública, dentre outros) e instâncias de controle social, tem sido intensificada no sentido de garantir apoio técnico e de gestão para manter a adoção de medidas de enfrentamento da doença nas comunidades indígenas localizadas no Estado, em especial no acompanhamento dos surtos nas aldeias e na operacionalização da vacinação contra COVID-19. Em momento oportuno serão programados os encontros macrorregionais.

2º Quadrimestre:

Devido à pandemia de COVID-19, a articulação com o DSEI LSUL tem ocorrido prioritariamente com foco na garantia de apoio técnico e de gestão para manutenção da adoção de medidas de enfrentamento da doença nas comunidades indígenas localizadas no Estado, em especial na operacionalização da vacinação contra COVID-19.

Vale destacar que a SESA está apoiando o DSEI LSUL na realização de um Encontro Intercultural (modalidade *online*) que ocorrerá no Polo Base de Santa Helena, e serão discutidas temáticas no âmbito da saúde, dentre elas sobre a Rede de Atenção Psicossocial, o uso do álcool no contexto indígena, e relatos de experiências. Esse encontro é direcionado principalmente aos profissionais de saúde e de políticas intersectoriais, e lideranças indígenas.

Em momento oportuno serão programados os encontros macrorregionais organizados pela SESA.

3º Quadrimestre:

Devido à pandemia de COVID-19, a articulação com o DSEI LSUL tem ocorrido prioritariamente com foco na garantia de apoio técnico e de gestão para manutenção da adoção de medidas de enfrentamento da doença nas comunidades indígenas localizadas no Estado. No 3º quadrimestre foi realizada uma articulação para a distribuição de testes rápidos de antígenos para serem utilizados com essa população, para que haja rastreamento de novos casos nas aldeias indígenas, de forma a contribuir para a resposta oportuna dos casos e mitigar possíveis surtos nesta população.

A SESA (áreas técnicas de promoção da equidade em saúde, saúde mental, 9ª e 20ª Regionais de Saúde) apoiou o DSEI LSUL na realização do Encontro Intercultural (modalidade online) que ocorreu nos dias 16, 17 e 23 de setembro, com carga horária total de 12 horas, no Polo Base de Santa Helena, e teve como público-alvo os profissionais de saúde e de políticas intersectoriais, e lideranças indígenas, onde foram discutidas temáticas no âmbito da saúde.

Em momento oportuno serão retomadas as discussões acerca dos encontros macrorregionais organizados pela SESA.

Ações Relacionadas à Meta nº 40:

a) Implantar/Implementar protocolos assistenciais de urgência em pontos assistenciais da Rede de Atenção à Saúde (Linha de cuidado IAM e AVC).

Ampliado o uso de trombolítico Tenecteplase (Linha de Cuidado do IAM), visitadas bases SAMU e orientado sobre a TNK, melhorado o rastreamento das ampolas de trombolítico, bem como monitoramento dos direcionamentos dos usuários.

Com a definição dos critérios, e rastreamento das ampolas de trombolítico, mantemos no primeiro quadrimestre todas as Regionais de Saúde capacitadas, articulando com as equipes locais e mantendo os 800 profissionais (médicos e enfermeiros) atentos quanto ao uso do trombolítico.

Em monitoramento o Protocolo de inclusão e exclusão implantado.

2º Quadrimestre:

Ampliado o uso de trombolítico Tenecteplase (Linha de Cuidado do IAM), visitadas bases SAMU e orientado sobre a TNK, melhorado o rastreamento das ampolas de trombolítico, bem como monitoramento dos direcionamentos dos usuários.

Com a definição dos critérios, e rastreamento das ampolas de trombolítico, mantemos no primeiro quadrimestre todas as Regionais de Saúde capacitadas, articulando com as equipes locais e mantendo os 800 profissionais (médicos e enfermeiros) atentos quanto ao uso do trombolítico.

Em monitoramento o Protocolo de inclusão e exclusão implantado. Com o Protocolo de inclusão e exclusão implantado e em monitoramento, realizamos o acompanhamento intra hospitalar dos pacientes trombolisados, visando verificar a efetividade da aplicação do trombolítico pré-hospitalar, totalizando 22 hospitais atualmente. Foram utilizados no período 160 ampolas de TNK, principalmente naquelas regiões em que o tempo porta balão são superiores a 02 horas.

Realizado capacitações mensais contínuas aos profissionais do SAMU que ingressam no serviço e estendendo a capacitação para os profissionais das UPAS do Paraná (Já realizado nas UPAS da 13ª Regional – Cianorte).

b) Implementar estratégias de prevenção de fatores de risco para doenças cardiovasculares de maneira articulada com outros setores.

Realizadas articulações com outras áreas na discussão das estratégias em reuniões semanais com a diretoria de atenção e vigilância em saúde.

Participado de reuniões com as equipes das regionais e as coordenações SCRACA e SCAERA incluindo a APS e outras gerências, incluído as discussões sobre prevenção de risco para doenças cardiovasculares.

2º Quadrimestre:

Realizadas articulações com outras áreas na discussão das estratégias em reuniões semanais com a diretoria de atenção e vigilância em saúde.

Participado de reuniões com as equipes das regionais e as coordenações SCRACA e SCAERA incluindo a APS e outras gerências, incluído as discussões sobre prevenção de risco para doenças cardiovasculares.

c) Implantar Telessaúde para Fortalecer e estruturar a Linhas de Cuidado da Urgência IAM e AVC.

Definido critérios para implantação de Telemedicina Síncrona para apoio a Linha de Cuidado do IAM nas Regionais de Saúde, em parceria com Boehringer, com treinamentos síncronos já em execução, revisão do PAR buscando portas de entrada para as linhas de cuidado.

2º Quadrimestre:

Definido critérios para implantação de Telemedicina Síncrona para apoio a Linha de Cuidado do IAM nas Regionais de Saúde, em parceria com Boehringer, com treinamentos síncronos já em execução, revisão do PAR buscando portas de entrada para as linhas de cuidado. Realizado reuniões com DG, GS e APS para discussões para implementação da Telessaúde.

3º Quadrimestre:

a) Expandimos bases dos SAMU's Regionais para melhorar resolutividade e tempo/resposta do serviço através da Resolução SESA-PR 1034/21. Ampliamos a frota do SAMU na RS de Irati e apoiando o SAMU na 6ª RS e atingimos a cobertura de 96,14% da população e 93,48 dos municípios e temos projetos para implantar novos municípios já para o próximo quadrimestre. Realizamos acompanhamento dos processos de habilitações e portarias do MS, realizando orientação aos municípios (por intermédio das RS) que estão no pleito junto ao MS, solicitação que ocorre no SAIPS (*Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde*). Realizadas reuniões técnicas da equipe em Brasília – DF, com a finalidade de aprimorar o entendimento dos processos de habilitações e portarias do MS, buscando maior resolutividade nas questões relacionadas aos pleitos dos municípios junto ao Ministério da Saúde através do SAIPS (*Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde*).

b) Monitoramos a qualidade dos serviços de urgência e emergência e revendo o papel dos componentes da Rede no processo de trabalho e na efetividade da rede de urgência. Realizadas visitas técnicas e diagnóstico situacional dos componentes da urgência nas macrorregiões do estado e através dos Grupos de Trabalho (GT) criados. Discutimos em GT a revisão da resolução 267/2010 sobre os Comitês de Urgência no Estado do Paraná. Visitas técnicas no quadrimestre mesmo com Pandemia COVID-19 para desenvolver as ações estratégicas da RUE. Realizadas reuniões técnicas em todas as bases descentralizadas da 19ª RS de Jacarezinho e da 06ª RS de União da Vitória para verificação da possibilidade de qualificação do serviço.

c) Apoiamos a implantação dos Complexos Reguladores Macrorregionais como estratégia de acesso e garantia de assistência qualificada a ser disponibilizada para toda população. Revistas as pactuações macrorregionais. Mantidas discussões nas regionais que tem regulação de urgência, promovendo o balizamento das ações dentro dos SAMUs regionais. Retomada discussão sobre pactuação em CIB, visando a garantia de assistência qualificada. Realizadas discussões com o MS durante visita técnica em Brasília tratando sobre as pactuações do SAMU no estado do Paraná.

d) Propomos protocolos assistenciais e de fluxo de urgência no SAMU e SIATE. Elaborado o termo de cooperação técnica entre SESP e SESA que aguarda avaliação jurídica. Assinado termo de cooperação com o SIATE com discussão para regulamentação das ações e posterior implementação ou readequação dos protocolos existentes. Realizado planejamento do curso de socorristas SESA/SIATE, com realização da abertura do edital para o curso de Socorristas para 2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 41:

a) Implantar/Implementar protocolos assistenciais na urgência em pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde com foco no atendimento qualificado do traumatizado.

Revisão dos protocolos existentes e planejamento de capacitação dos profissionais que atendem ao paciente traumatizado com início do curso de Socorristas.

Formado grupo no Estado do Paraná, envolvendo as 4 macrorregionais, visando revisão dos protocolos assistências, dando unidade ao atendimento no Estado do Paraná por meio dos Grupos de Trabalho (GT) criados.

2º Quadrimestre:

Revisão dos protocolos existentes e planejamento de capacitação dos profissionais que atendem ao paciente traumatizado com início do curso de Socorristas.

Formado grupo no Estado do Paraná, envolvendo as 4 macrorregionais, visando revisão dos protocolos assistências, dando unidade ao atendimento no Estado do Paraná por meio dos Grupos de Trabalho (GT) criados. Continuação das reuniões nos GT com finalidade de revisão dos protocolos assistenciais.

b) Ampliar e qualificar o componente hospitalar do SUS na área de Urgência.

Realizadas visitas técnicas nas portas de entrada, nas Macros Leste, Norte e Noroeste.

Em execução de diagnóstico situacional do componente hospitalar na área de urgência.

Visitas técnicas realizadas no quadrimestre mesmo com a Pandemia COVID-19 e restrições à circulação, priorizando a RUE.

2º Quadrimestre:

Realizadas visitas técnicas nas portas de entrada, nas Macros Leste, Norte e Noroeste.

Em execução de diagnóstico situacional do componente hospitalar na área de urgência.

Visitas técnicas realizadas no quadrimestre mesmo com a Pandemia COVID-19 e restrições à circulação, priorizando a RUE. Manutenção das Visitas técnicas realizadas no quadrimestre mesmo com a Pandemia COVID-19 e restrições à circulação, priorizando a RUE.

c) Qualificar as equipes das portas de urgência (APS, Unidade de Pronto Atendimento, Pronto Socorro e Portas de Urgências dos Hospitais) para prestar o primeiro atendimento nas situações de urgência e o encaminhamento adequado para continuidade de tratamento nos pontos da Rede de Atenção à Saúde.

Planejada a capacitação dos profissionais das portas de urgência, para execução dos protocolos assistenciais existentes.

Elaborado as orientações e capacitações para atendimentos de urgência (APS, Unidade de Pronto Atendimento, Pronto Socorro e portas de urgências dos hospitais, etc.) em virtude da pandemia COVID-19.

Elaborado e continuado o processo de aquisição de curso AMLS, (*Advanced Medical Life Support*) da NAEMT (*National Association of Emergency Medical Technicians*) visando capacitar os profissionais que atuam nas portas de urgência e no atendimento pré-hospitalar.

Realizadas novas capacitações, em municípios das macrorregionais de saúde, visando o aperfeiçoamento das equipes das portas de referência para atendimento das urgências relacionadas à COVID-19.

2º Quadrimestre:

Realizadas novas capacitações, em municípios das macrorregionais de saúde, visando o aperfeiçoamento das equipes das portas de referência para atendimento das urgências relacionadas à COVID-19.

3º Quadrimestre:

a) Implantamos/Implementamos protocolos assistenciais na urgência em pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde com foco no atendimento qualificado do traumatizado.

Revisão dos protocolos existentes e planejamento de capacitação dos profissionais que atendem ao paciente traumatizado com início do curso de Socorristas. Formado grupo no Estado do Paraná, envolvendo as 4 macrorregionais, visando revisão dos protocolos assistências, dando unidade ao atendimento no Estado do Paraná por meio dos Grupos de Trabalho (GT) criados. Continuação das reuniões nos GT com finalidade de revisão dos protocolos assistenciais.

b) Ampliamos e qualificamos o componente hospitalar do SUS na área de Urgência. Realizadas visitas técnicas nas portas de entrada, nas Macros Leste, Norte e Noroeste. Em execução de diagnóstico situacional do componente hospitalar na área de urgência. Visitas técnicas realizadas no quadrimestre mesmo com a Pandemia COVID-19 e restrições à circulação, priorizando a RUE. Manutenção das Visitas técnicas realizadas no quadrimestre mesmo com a Pandemia COVID-19 e restrições à circulação, priorizando a RUE.

Qualificamos as equipes das portas de urgência (APS, Unidade de Pronto Atendimento, Pronto Socorro e Portas de Urgências dos Hospitais) para prestar o primeiro atendimento nas situações de urgência e o encaminhamento adequado para continuidade de tratamento nos pontos da Rede de Atenção à Saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 42:

a) Expandir bases dos SAMU's Regionais para melhorar resolutividade e tempo/resposta do serviço.

Ampliada a frota do SAMU com uma avançada em Castro e Irati e implantado o SAMU na 6ª RS e atingimos a cobertura de 96,14% da população e 93,48 dos municípios e temos projetos para implantar novos municípios já para o próximo quadrimestre;

Realizado acompanhamento dos processos de habilitações e portarias do MS, realizando orientação aos municípios (por intermédio das RS) que estão no pleito junto ao MS, solicitação que ocorre no SAIPS (*Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde*).

2º Quadrimestre:

Ampliada a frota do SAMU com uma avançada em Castro e Irati e implantado o SAMU na 6ª RS e atingimos a cobertura de 96,14% da população e 93,48 dos municípios e temos projetos para implantar novos municípios já para o próximo quadrimestre;

Realizado acompanhamento dos processos de habilitações e portarias do MS, realizando orientação aos municípios (por intermédio das RS) que estão no pleito junto ao MS, solicitação que ocorre no SAIPS (*Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde*). Realizado reuniões técnica da equipe em Brasília – DF, com a finalidade de aprimorar o entendimento dos processos de habilitações e portarias do MS, buscando maior resolutividade nas questões relacionadas aos pleitos dos municípios junto ao Ministério da Saúde por meio do SAIPS (*Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde*).

b) Monitorar a qualidade dos serviços de urgência e emergência e rever o papel dos componentes da Rede no processo de trabalho e na efetividade da rede de urgência.

Realizadas visitas técnicas e diagnóstico situacional dos componentes da urgência nas macrorregiões do estado e através dos Grupos de Trabalho (GT) criados.

Visitas técnicas no quadrimestre mesmo com Pandemia COVID-19 para desenvolver as ações estratégicas da RUE.

2º Quadrimestre:

Realizado reuniões técnicas em todas as bases descentralizadas da 19ª RS de Jacarezinho e da 06ª RS de União da Vitória para verificação da possibilidade de qualificação do serviço.

c) Apoiar a implantação dos Complexos Reguladores Macrorregionais como estratégia de acesso e garantia de assistência qualificada a ser disponibilizada para toda população.

Revidas as pactuações macrorregionais.

Mantidas discussões nas regionais que tem regulação de urgência, promovendo o balizamento das ações dentro dos SAMUs regionais.

Realizadas visitas técnicas na Regulação de Urgência da 2ª RS, SAMU Guarapuava, SAMU Umuarama, SAMU Maringá, SAMU Ponta Grossa e SAMU Apucarana, retomada discussão sobre pactuação em CIB, visando a garantia de assistência qualificada.

2º Quadrimestre:

Realizado discussões com o MS durante visita técnica em Brasília tratando sobre as pactuações do SAMU no estado do Paraná.

d) Implantar/Implementar protocolos assistenciais e de fluxo de urgência no SAMU e SIATE. Elaborado o termo de cooperação técnica entre SESP e SESA que aguarda avaliação jurídica.

Revisão das pactuações para operação do SIATE com discussão para regulamentação das ações e posterior implementação ou readequação dos protocolos existentes.

Realizado planejamento e execução do curso de monitor de socorrismo SESA/SIATE, com realização da abertura do edital para o curso e Socorristas. Finalizado o curso de formação de Socorristas SIATE com a formação 114 profissionais bombeiros no período de maio a agosto de 2021.

d) Implantar/Implementar protocolos assistenciais e de fluxo de urgência no SAMU e SIATE.

Revisão das pactuações para operação do SIATE com discussão para regulamentação das ações e posterior implementação ou readequação dos protocolos existentes.

Realizado planejamento e execução do curso de monitor de socorrismo SESA/SIATE, com realização da abertura do edital para o curso e Socorristas.

2º Quadrimestre:

Entregado os certificados dos participantes do curso de monitor de socorrismo SESA/SIATE.

3º Quadrimestre:

Planejada a capacitação dos profissionais das portas de urgência, para execução dos protocolos assistenciais existentes. Foram distribuídas 58 vagas do Curso de Urgência – PROADI/SUS, promovido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Hospital Albert Einstein (SP), aos 34 profissionais enfermeiros e 24 médicos de UPA e SAMU. Das

vagas, 28 foram para módulo Adulto e 30 para módulo Pediátrico. Foram contemplados ao total 20 Regionais de Saúde. Realizada capacitação do PROADI-SUS de boas práticas em cardiologia nas 11 RS e 17 estabelecimentos. Elaborado e continuado o processo de aquisição de curso AMLS, (*Advanced Medical Life Support*) da NAEMT (*National Association of Emergency Medical Technicians*) visando capacitar os profissionais que atuam nas portas de urgência e no atendimento pré-hospitalar. Processo de aquisição do curso de AMLS (*Advanced Medical Life Support*) da NAEMT (*National Association of Emergency Medical Technicians*) segue em tramitação no sistema. Iniciado articulação junto ao MS para realização do IMUV, realizado treinamento em conjunto com as forças armadas e defesa civil no ECADEC.

Ações Relacionadas à Meta nº 43:

a) Mapear a tramitação dos processos de solicitação de medicamentos

Ação concluída no 3ª quadrimestre de 2020.

2º Quadrimestre:

b) Definir e implantar a solução tecnológica mais adequada

A solução tecnológica a ser implantada foi definida em dezembro/2020. Essa solução compreende três recursos tecnológicos: 1) um novo sistema de informação, denominado “Farmácia do Paraná Digital”, onde o usuário fará o cadastro da sua solicitação; 2) o desenvolvimento de ferramenta de triagem do cadastro realizado no “Farmácia do Paraná Digital”, dentro do sistema de informação Sismedex e 3) desenvolvimento de ferramenta para acesso dos documentos inseridos pelo usuário e avaliação técnica da solicitação do usuário, dentro do sistema de informação Sismedex.

O sistema “Farmácia do Paraná Digital” foi desenvolvido pela Celepar e encontra-se em fase final de homologação. A ferramenta para triagem de cadastro digital está em homologação e a ferramenta para avaliação técnica está em desenvolvimento.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre de 2021, o sistema “Farmácia do Paraná Digital” foi homologado, bem como a ferramenta para triagem de cadastro digital. A ferramenta para avaliação técnica no sistema Sismedex para suporte ao cadastro digital foi desenvolvida pela Celepar e homologada pela SESA/PR.

c) Normatizar a tramitação eletrônica de documentos nas farmácias.

Ação prevista para os próximos quadrimestres. Na dependência de execução da ação anterior.

3º Quadrimestre:

No terceiro quadrimestre de 2021, no mês de outubro, o sistema “Farmácia do Paraná Digital” foi implantado em quatro Regionais de Saúde, 2ª RS, 10ª RS, 15ª RS e 17ª RS, estando disponível aos usuários residentes nos municípios sede (Curitiba, Cascavel, Maringá e Londrina).

Até 31 de dezembro de 2021 foram realizados 1.178 cadastros para solicitação inicial ou renovação de tratamentos por meio do sistema “Farmácia do Paraná Digital”. Essas solicitações tramitaram de forma digital sem a necessidade de impressão de documentos e de tramitação de processos físicos.

Ações Relacionadas à Meta nº 44:

a) Definir recursos humanos e estrutura física para a execução dos processos de trabalho que envolvem o serviço de entrega em casa.

No primeiro quadrimestre de 2021, a Farmácia da 15ª Regional de Saúde, com sede em Maringá, estruturou o serviço “Remédio em Casa”.

No referido quadrimestre, o serviço “Remédio em casa” continuou em expansão nas Farmácias das Regionais de Saúde onde foi implantado, tendo sido atendidos por meio dessa estratégia 11.135 pacientes cadastrados na SESA PR para recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica.

O número de usuários cadastrados para o recebimento de medicamentos em 29/04/2020 por meio deste serviço é de 7.230 na Farmácia da 2ª Regional de Saúde (Curitiba); 634 na Farmácia da 10ª RS (Cascavel); 122 na Farmácia da 15ª Regional de Saúde (Maringá) e 3.149 na Farmácia da 17ª Regional de Saúde (Londrina).

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre de 2021 foi mantido o serviço “Remédio em casa” nas 4 Farmácias em que foi implantado até o momento, tendo 12.344 usuários cadastrados em 25/08/2021. São 7.449 na 2ª Regional de Saúde (Curitiba); 724 na 10ª Regional de Saúde (Cascavel); 582 na 15ª Regional de Saúde (Maringá) e 3.589 na 17ª Regional de Saúde (Londrina). Vale ressaltar que o referido serviço tem o objetivo de atender aos usuários residentes nos municípios sede destas Regionais de Saúde.

3º Quadrimestre:

No terceiro quadrimestre de 2021, a Farmácia da 3ª Regional de Saúde, com sede em Ponta Grossa, estruturou o serviço “Remédio em Casa”.

Assim, são 5 as Regionais de Saúde com o serviço implantado e em plena expansão, tendo por objetivo o atendimento aos usuários residentes nos municípios sede.

Em 29/12/2021, o número de usuários cadastrados para o recebimento de medicamentos por meio deste serviço foi 13.722, sendo: 7.500 na Farmácia da 2ª Regional de Saúde (Curitiba); 168 na Farmácia da 3ª Regional de Saúde (Ponta Grossa); 1.063 na Farmácia da 10ª RS (Cascavel); 891 na Farmácia da 15ª Regional de Saúde (Maringá) e 4.100 na Farmácia da 17ª Regional de Saúde (Londrina).

Ações Relacionadas à Meta nº 45:

a) Definir os resultados clínicos que serão avaliados e registrar no sistema de informação

O trabalho para a definição dos parâmetros de parametrização dos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) teve continuidade no primeiro quadrimestre de 2021, apesar do envolvimento de grande parte da equipe nas demandas decorrentes da pandemia de COVID-19.

A definição dos resultados clínicos já foi realizada para 42 PCDT, o que corresponde a pouco mais da metade deles. O correspondente registro no sistema de informação está sendo realizado no momento das avaliações de nova solicitação dos tratamentos.

A partir do segundo quadrimestre de 2020, as renovações das solicitações de medicamentos do CEAF vêm sendo realizadas de forma automática, conforme autorizado pelo Ministério da Saúde. Dessa forma, os resultados dos exames periódicos não estão sendo registrados no Sismedex, adiando a implementação do serviço de Cuidado Farmacêutico com foco na avaliação do resultado do tratamento.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre permaneceu a autorização do Ministério da Saúde para que as renovações das solicitações de medicamentos do CEAF sejam realizadas de forma automática. Dessa forma, os resultados dos exames periódicos não estão sendo registrados no Sismedex, adiando a implementação do serviço de Cuidado Farmacêutico com foco na avaliação do resultado do tratamento.

b) Realizar busca ativa de pacientes com resultado fora da meta terapêutica.

Ação prevista para os próximos quadrimestres. Na dependência de execução da ação anterior.

c) Realizar consulta farmacêutica para os pacientes selecionados.

Ação prevista para os próximos quadrimestres. Na dependência de execução da ação anterior.

3º Quadrimestre:

No terceiro quadrimestre de 2021 ainda permaneceu a autorização do Ministério da Saúde para que as renovações das solicitações de medicamentos do CEAF fossem realizadas de forma automática. Dessa forma, os resultados dos exames periódicos não estão sendo registrados no Sismedex, adiando a implementação do serviço de Cuidado Farmacêutico com foco na avaliação do resultado do tratamento.

b) Realizar busca ativa de pacientes com resultado fora da meta terapêutica.

Ação prevista para os próximos quadrimestres. Na dependência de execução da ação anterior.

c) Realizar consulta farmacêutica para os pacientes selecionados.

Ação prevista para os próximos quadrimestres. Na dependência de execução da ação anterior.

Além das ações pactuadas, a Assistência Farmacêutica promoveu ao longo de 2021 a continuidade das seguintes ações:

I. Convênios com o Consórcio Intergestores Paraná Saúde para aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica

CONVÊNIO	OBJETO	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
CONVÊNIO N.º 61/2021	Aquisição de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Contrapartida Federal para 398 municípios consorciados.	Celebrado o Convênio nº 061/2021 em 15/06/2021 para execução da contrapartida federal do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no valor inicial de R\$ 114.282.491,28, para os anos de 2021 e 2022. No exercício de 2021 foram empenhados, liquidados e pagos R\$ R\$57.141.245,64 (Fonte 255). Sendo assim, o valor total do convênio para o exercício 2021

		foi transferido para execução pelo Consórcio Intergestores Paraná Saúde.
CONVÊNIO N.º 097/2021	Aquisição de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Contrapartida Estadual para 398 municípios consorciados.	Celebrado o Convênio nº 097/2021 em 22/10/2021 para execução da contrapartida estadual do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, no valor inicial de R\$ 57.368.848,80, para os anos de 2021 e 2022 (Fonte 100). No exercício de 2021 foram empenhados R\$ 48.238.859,82. Foram efetivamente liquidados e pagos R\$ 28.684.424,40 entre 29/10/21 a 14/12/2021, valor correspondente ao exercício 2021.

A partir da transferência dos valores financeiros ao Consórcio Intergestores Paraná Saúde pelo Fundo Estadual de Saúde, correspondentes aos convênios nº 197/2020 (saúde mental), nº 61/2021 (contrapartida federal) e nº 97/2021 (contrapartida estadual), somada à contrapartida aportada por 375 municípios para a programação de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, foram adquiridas, ao longo de 2021, 1.489.879.096 unidades que corresponderam a R\$ 201.087.669,24.

II. Transferências Fundo a Fundo

TRANSFERÊNCIA	OBJETO	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE TRANSFERÊNCIA
FUNDO À FUNDO	Aquisição de medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. Contrapartida Estadual para 01 município não consorciado (Curitiba).	Transferência do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de recurso financeiro ao município de Curitiba no valor de R\$5.509.349,28 (Fonte 100).
FUNDO À FUNDO	Incentivo à Organização da Assistência Farmacêutica exercício 2021.	Aderiram ao IOAF 391 municípios. Foram repassados R\$ 843.000,00 em recursos de custeio e R\$ 2.025.000,00 em recursos de capital, perfazendo um total de R\$ 2.868.000,00 (Fonte 100).

III. Distribuição de medicamentos, soros e vacinas pelo CEMEPAR

Além das transferências de recursos financeiros aos municípios paranaenses, cabe destacar a movimentação físico-financeira de medicamentos, soros e vacinas pela SESA-PR, por meio do Centro de Medicamentos do Paraná – CEMEPAR. Em 2021, a unidade distribuiu **302.224.167** de unidades, que correspondem a um valor financeiro de R\$ **2.287.433.367,63** conforme Quadro Resumo.

Cabe destacar que destes valores, 576.005 unidades (19% da movimentação física total) dizem respeito ao recebimento e distribuição das vacinas contra a Sars-Cov2, que corresponderam a um valor financeiro de R\$ 927.019.237,38 (40,5% da movimentação financeira total).

Quadro Resumo - Distribuição físico-financeira de medicamentos, soros e vacinas pelo CEMEPAR em 2021.

	Nº UNIDADES	VALOR (R\$)
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	20.476.797	36.286.511,87
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	48.110.287	1.322.009.314,51
Componente Especializado da Assistência Farmacêutica	130.044.267	524.821.593,65
Oncologia*	586.079	47.077.182,95
Atendimento à COVID-19	4.605.639	46.961.570,71
Programas da SESA-PR	91.926.280	90.311.953,76
Atendimento às Demandas Judiciais por medicamentos	6.374.228	215.561.171,04
Doação**	100.590	4.404.069,14
TOTAL	302.224.167	2.287.433.367,63

* Cinco medicamentos de aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e distribuídos às SES mediante demanda.

** Medicamentos para intubação orotraqueal recebidos pela SESA-PR como doação durante o enfrentamento da pandemia de COVID-19 no ano de 2021.

IV. Ações de estruturação

Em 2021 foram executados R\$ 1.356.550,00 (R\$ 886.050,00 da Fonte 255 e R\$ 534.300,00 da Fonte 100) do orçamento da Assistência Farmacêutica para a estruturação das farmácias e centrais de abastecimento do CEMEPAR e das 22 Regionais de Saúde. O foco prioritário foi a reestruturação da Rede de Frio, através da

aquisição de 70 câmaras científicas para armazenamento de medicamentos, soros e vacinas e 78 freezers verticais para o armazenamento de gelox.

Ações Relacionadas à Meta nº 46:

a) Implementar o Programa de Qualificação dos Ambulatórios Multiprofissionais Especializados gerenciados por Consórcios Intermunicipais de Saúde.

São 21 Regiões de Saúde que poderão ter a Atenção Ambulatorial Especializada Qualificada, considerando que o Estado possui 21 Regiões com Consórcios Intermunicipais gerenciando Ambulatório Médico Especializado – AME.

O Núcleo de Descentralização tem apoiado as Regiões de Saúde para que os Consórcios apresentassem seus pleitos de Adesão ao Programa QualiCIS, até 30 de abril tivemos a formalização de um Convênio, a saber do Consórcio Intermunicipal de Saúde de Campo Mourão – CISCOMCAM, tendo 16 pleitos em fase de análise e aguardando 7 pleitos serem protocolados nas Regionais, totalizando 24 pleitos possíveis pelos Consórcios que gerenciam AME.

2º Quadrimestre:

São 21 Regiões de Saúde que poderão ter a Atenção Ambulatorial Especializada Qualificada, considerando que o Estado possui 21 Regiões com Consórcios Intermunicipais gerenciando Ambulatório Médico Especializado – AME.

O Núcleo de Descentralização tem apoiado desde dezembro/2020 as Regiões de Saúde para que os Consórcios apresentem seus pleitos de Adesão ao Programa QualiCIS. São possíveis a realização de 24 pleitos de convênio para adesão ao QualiCIS pelos Consórcios que gerenciam AME, sendo que até a data de 09 de julho/2021 tivemos a formalização de 7 Convênios, a saber: CISVALI na 6ª RS, ARSS na 8ª RS, CIS COMCAM na 11ª RS, CIS AMUNPAR na 14ª RS, CISVIR na 16ª RS, CISNORPI na 19ª RS e CIS IVAIPORÁ na 22ª RS.

Encontram-se ainda em fase de instrução nos Consórcios e nas Regionais de Saúde protocolos de 15 pleitos, e 2 consórcios não enviaram protocolo com solicitação do pleito até o momento (CISGAP – 5ª RS e CISI Medianeira – 9ª RS).

A 1ª Avaliação do QualiCIS acontecerá em Agosto para os convênios formalizados.

Foi publicada a Resolução 674/2021 que “Estabelece temporariamente as ações quanto ao monitoramento, avaliação e repasse do incentivo de Custeio referente ao Programa Estadual de Qualificação dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – QualiCIS, destinado aos Consórcios que gerenciam Ambulatórios Médicos de Especialidades – AME, aos Consórcios que aderiram ao Programa, por meio de Convênio, tendo em vista a situação de emergência para enfrentamento do COVID-19 no Estado do Paraná. No Art. 2º – do monitoramento, avaliação e repasse de recursos: I – fica suspenso temporariamente a aplicação do desconto no percentual variável, que corresponde a 30% do recurso referente a cada desembolso, proporcional à pontuação da avaliação do Programa QualiCIS no mês de agosto, devendo ser retomada a aplicação do desconto no percentual variável do repasse referente a avaliação a partir de fevereiro/2022”.

3º Quadrimestre:

Informamos que até a data de 31 de dezembro/2021 tivemos a formalização de 15 pleitos de convênio para adesão ao QualiCIS pelos Consórcios que gerenciam AME, a saber: 2ª RS COMESP NORTE; 2ª RS COMESP SUL; 5ª RS CIS CENTRO OESTE; 5ª RS ASSISCOPE; 6ª RS CISVALI; 8ª RS ARSS; 10ª RS CISOP; 11ª RS CISCOMCAM; 12ª RS CISA AMERIOS; 13ª RS CISCENOP; 14ª RS CISAMUNPAR; 15ª RS CISAMUSEP; 16ª RS CISVIR; 19ª RS CISNORPI; 22ª RS CIS IVAIPORÃ. Encontram-se ainda em fase de instrução nos Consórcios e nas Regionais de Saúde protocolos de 7 pleitos, e 2 consórcios não enviaram protocolo com solicitação do pleito até o momento (CISGAP – 5ª RS e CISI Medianeira – 9ª RS).

A 1ª Avaliação do QualiCIS ocorreu em Agosto para os convênios formalizados, sendo que foram avaliados 7 CIS. Os Consórcios que apresentaram pontuação igual a 76 pontos (pontuação máxima) foram **00**; Consórcios que apresentaram pontuação entre 69 e 75 pontos: foram **00**; Consórcios que apresentaram pontuação entre 54 e 68 pontos: foram **01** (8ª RS ARSS); e Consórcios que apresentaram pontuação abaixo de 53 pontos: foram **06** (6ª RS CISVALI; 11ª RS CISCOMCAM; 14ª RS CISAMUNPAR; 16ª RS CISVIR; 19ª RS CISNORPI e 22ª RS CIS IVAIPORÃ. Nenhum convênio contava com mais de seis meses de execução na 1ª avaliação, sendo que o cenário conforme o quadro acima poderá ser observado a partir de fevereiro de 2022 para os que estiverem na 2ª avaliação.

Foram empenhados até a data de 31/12/2021 o valor de R\$ 22.051.574,84 e foram realizados os repasses no valor de R\$ 17.438.769,76.

Quadro 1 - Acompanhamento do Programa QualiCIS *		
Nível da Qualificação na Avaliação do Programa	Percentual	Pontuação
Nível Mínimo	A partir de 70%	A partir de 53
Nível intermediário	71% a 89%	54 – 68
Nível Avançado	90% a 100%	69 – 75
Nível Total	100%	76

116 * PES 2020/2023 – Indicador – Número de Ambulatórios que atingiram nível mínimo de qualificação na
117 avaliação do Programa QualiCIS.

b) Fomentar a organização efetiva dos ambulatórios multiprofissionais no Modelo de Atenção às Condições Crônicas – MACC, nas linhas de cuidado prioritárias, integrando-se com os demais níveis de atenção da RAS.

Os Ambulatórios deverão prestar os atendimentos de acordo com o previsto no Programa QualiCIS, após a formalização da adesão, para as linhas de Cuidado Prioritárias, a saber, Gestante, Criança, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa e Saúde Mental.

2º Quadrimestre:

Os Ambulatórios deverão prestar os atendimentos de acordo com o previsto no Programa QualiCIS após a formalização da adesão para as linhas de Cuidado Prioritárias para o Estado, a saber, Linha de Cuidado da Gestante, Criança, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa, Saúde Mental e Especialidades definidas como prioritárias no Diagnóstico do PRI levantado em 2019 em cada Região de Saúde. Os Ambulatórios que aderiram ao Programa QualiCIS estão retomando os atendimentos das Linhas de Cuidado, realizando o planejamento em conjunto à equipe Regional e o CRESEMS por meio do Grupo Técnico Consultivo – GTC, que foi instituído em cada Consórcio Intermunicipal de Saúde.

3º Quadrimestre:

Os Ambulatórios deverão prestar os atendimentos de acordo com o previsto no Programa QualiCIS após a formalização da adesão para as linhas de Cuidado Prioritárias para o Estado, a saber, Linha de Cuidado da Gestante, Criança, Hipertensão Arterial, Diabetes Mellitus, Pessoa Idosa, Saúde Mental e Especialidades definidas como prioritárias no Diagnóstico do PRI levantado em 2019 em cada Região de Saúde. Cada Ambulatório é referência para as Linhas de cuidado conforme pactuação em sua CIR.

Os Ambulatórios que aderiram ao Programa QualiCIS estão retomando os atendimentos das Linhas de Cuidado, realizando o planejamento em conjunto à equipe Regional e o CRESEMS por meio do Grupo Técnico Consultivo – GTC, que foi instituído em cada Consórcio Intermunicipal de Saúde.

c) Apoiar os ambulatórios multiprofissionais especializados para que desenvolvam as funções assistencial, supervisonal, educacional e pesquisa.

Os Ambulatórios serão acompanhados pelas Comissões Regionais de Acompanhamento e Avaliação do Programa semestralmente, independente da data de adesão, conforme Resoluções SESA nº 1.419/2020 e nº 1.420/2020.

2º Quadrimestre:

Este NDS realizou reuniões para apoiar os Primeiros Passos na operacionalização do Programa em cada Região de Saúde, bem como, vem acompanhando as discussões dos Grupos Técnicos Consultivos – GTC, apoiando as particularidades de cada Região de Saúde na implantação e implementação do Programa QualiCIS.

3º Quadrimestre:

Este NDS deu continuidade a realização das reuniões para apoiar os Primeiros Passos na operacionalização do Programa em cada Região de Saúde, bem como, vem acompanhando as discussões dos Grupos Técnicos Consultivos – GTC, apoiando as particularidades de cada Região de Saúde na implantação e implementação do Programa QualiCIS.

Foi realizada a 1ª Oficina do Programa QualiCIS, nos dias 03 e 04 de novembro/202, com mais de 300 participantes. O público alvo foram todos os Consórcios Intermunicipais do Estado, equipes administrativas e assistenciais, assim como técnicos das 22 Regionais de Saúde e Apoiadores do COSEMS. Contamos ainda com o apoio do CONASS para a realização desta Oficina.

Ações Relacionadas à Meta nº 47:

a) Implantar Protocolo de Acesso aos procedimentos Cirúrgicos Eletivos.

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná.

2º Quadrimestre:

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná

3º Quadrimestre:

Publicada a Resolução SESA nº 1.127/2021 onde estabelece normas e recursos financeiros para execução da 1ª fase do Programa Paranaense de Ampliação do Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos para atendimentos dos usuários do Sistema Único de saúde - SUS no Estado do Paraná - "OPERA PARANÁ".

b) Estabelecer programação assistencial mínima para operacionalização do Programa indicadores de monitoramento.

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná.

2º Quadrimestre:

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná.

3º Quadrimestre:

Com base nos diagnósticos realizados pelas Regionais de Saúde estão sendo implementados os critérios para a 1ª fase do programa;

Realizado o repasse da 1ª parcela dos recursos para os Gestores de Gestão do Teto MAC;

Será realizado Edital de Chamamento para os gestores da Gestão Estadual.

c) Definir os pontos de atenção e de apoio dentro do Programa.

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná.

2º Quadrimestre:

Foi adiada a implantação do Programa devido a pandemia causada pelo COVID-19 uma vez que as Resoluções SESA Nº 13/2021, 222/2021 e 355/2021 que recomendam a suspensão temporária e consequente reagendamento posterior de todo procedimento cirúrgico de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná

3º Quadrimestre:

Na fase inicial serão contempladas as especialidade para a Média e Alta Complexidade de sistema ósteomuscular, sistema digestório, aparelho da visão, circulatório/vascular, aparelho geniturinário e vias aéreas superiores e do pescoço;

O programa está garantindo a integralidade no atendimento dos pacientes dentro da linha de cuidado

A SESA juntamente com as CIR's e CIB-PR realizará o monitoramento conjunto quanto a execução das cirurgias.

Ações Relacionadas à Meta nº 48:

a) Rever critérios de inclusão dos hospitais nos Programas

Realizadas reuniões na Diretoria de Gestão em Saúde (DGS) entre Coordenadoria de Auditoria, Avaliação e Monitoramento – CAAM, Coordenadoria de Contratualização e Cuidados em Saúde - CCCS e Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde para rever indicadores do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.

2º Quadrimestre:

Realizadas reuniões na Diretoria de Gestão em Saúde (DGS) entre Coordenadoria de Auditoria, Avaliação e Monitoramento – CAAM, Coordenadoria de Contratualização e Cuidados em Saúde - CCCS e Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde para rever indicadores do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.

3º Quadrimestre:

Não foram realizadas ações para dar ênfase ao Programa de Cirurgias Eletivas

b) Rever indicadores de acompanhamento e avaliação dos hospitais.

Realizadas reuniões na Diretoria de Gestão em Saúde (DGS) entre Coordenadoria de Auditoria, Avaliação e Monitoramento – CAAM, Coordenadoria de Contratualização e Cuidados em Saúde - CCCS e Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde para rever indicadores do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.

2º Quadrimestre:

Realizadas reuniões na Diretoria de Gestão em Saúde (DGS) entre Coordenadoria de Auditoria, Avaliação e Monitoramento – CAAM, Coordenadoria de Contratualização e Cuidados em Saúde - CCCS e Diretoria de Atenção e Vigilância em Saúde para rever indicadores do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.

3º Quadrimestre:

Não foram realizadas ações para dar ênfase ao Programa de Cirurgias Eletivas

c) Implantar o programa

Não foram realizadas ações pois os indicadores e critérios de inclusão não foram finalizados.

2º Quadrimestre:

Não foram realizadas ações pois os indicadores e critérios de inclusão não foram finalizados.

3º Quadrimestre:

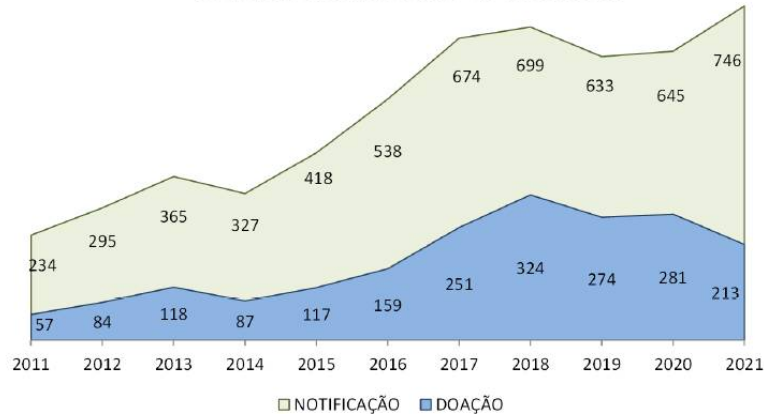
Não foram realizadas ações para dar ênfase ao Programa de Cirurgias Eletivas

Ações Relacionadas à Meta nº 49:

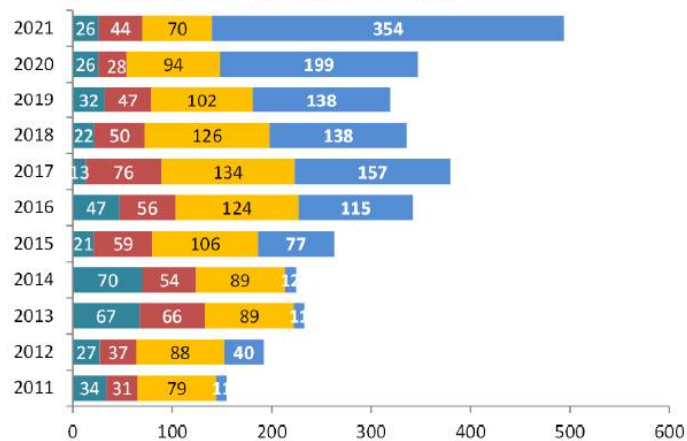
Obs.: Com a relação ao atendimento da meta cabe destacar que mesmo com a pandemia houve uma melhora nos índices de notificação de morte encefálica em

relação aos anos anteriores, porém houve um aumento expressivo nas Contra Indicações Clínicas – C.I.C de potenciais doadores, visto que pacientes com suspeita ou confirmados para doenças não podem ser doadores, com reflexo expressivos na quantidade de doadores efetivos.

Comparativo do número total de notificações e doações efetivas no período de Janeiro a Julho de 2011 a 2021.



Comparativo do número total dos motivos de não doação período de Janeiro a Julho de 2011 a 2021.



	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
■ Soma de OUTROS	34	27	67	70	21	47	13	22	32	26	26
■ Soma de PCR	31	37	66	54	59	56	76	50	47	28	44
■ Soma de NEGATIVA FAMILIAR	79	88	89	89	106	124	134	126	102	94	70
■ Soma de C.I.C	11	40	11	12	77	115	157	138	138	199	354

Dados até julho de 2021, pois a estatística de Agosto não está finalizada

a) Aprimoramento da rede de doação e transplante através do fortalecimento das políticas contidas no Plano Estadual de Transplantes

As Organizações de Procura de Órgãos - OPOs fazem as buscas ativas via telefone diariamente nos hospitais com potencial de notificação de morte encefálica;

Devido à situação de pandemia não foi possível programar condutas com atuação direta dentro dos hospitais, visto que a intenção foi evitar expor os servidores às áreas de risco;

A atuação da equipe das OPOs junto aos hospitais ocorreu nos casos onde não era possível a atuação a distância.

2º Quadrimestre:

Com a melhora na realidade hospitalar devido à situação de pandemia do COVID-19, as Organizações de Procura de Órgãos - OPOs fazem as buscas ativas de potenciais doadores de órgãos diariamente via telefone e/ou presencialmente em todos os hospitais com potencial de notificação de morte encefálica;

A atuação da equipe das OPOs junto aos hospitais, para as situações de auxílio no processo de diagnóstico de morte encefálica, acolhimento e entrevista familiar ocorreram em todos os casos onde não era possível a atuação a distância

b) Manutenção dos índices de doação de Morte Encefálica com a redução das taxas de recusa familiar através de tutoria e treinamentos contínuos em comunicação de más notícia e entrevista familiar pelo setor de educação permanente da CET-PR.

Realização de busca ativa, pelas Comissões Intra-hospitalares de Doção de Órgãos e Tecidos para Transplantes - CIHDOTTs de potenciais doadores nas unidades de críticos;

As OPOs monitoram, diariamente, as buscas ativas realizadas pelas CIHDOTTs nos hospitais com potencial de notificação de morte encefálica;

As OPOs acompanham todo o processo de diagnóstico de morte encefálica, comunicação da má notícia à família e entrevista familiar para doação de órgãos, participando em todos os casos onde seja solicitada ou entenda que seja necessária sua intervenção;

Devido à situação de pandemia, causada pela COVID-19 todos os cursos estão suspensos, diante disso o calendário de cursos e eventos será retomado após o as medidas de distanciamento social serem suspensas.

2º Quadrimestre:

1. Realização de busca ativa, pelas Comissões Intra-hospitalares de Doção de Órgãos e Tecidos para Transplantes – CIHDOTTs de potenciais doadores nas unidades de pacientes críticos;

2. As OPOs monitoram, diariamente, as buscas ativas realizadas pelas CIHDOTTs nos hospitais com potencial de notificação de morte encefálica;

3. As OPOs acompanham todo o processo de diagnóstico de morte encefálica, manutenção hemodinâmica, comunicação da má notícia à família e entrevista familiar para doação de órgãos, participando em todos os casos onde seja solicitada ou entenda que seja necessária sua intervenção;

4. Com a melhora na realidade hospitalar devido à situação de pandemia no mês de julho foi reiniciada a programação de cursos do Setor de Educação Permanente da CET-PR, de modo que já temos 14 cursos agendados para ocorrer entre agosto e setembro/2021 sendo;

03 em Maringá

07 em Curitiba

02 em Cascavel

02 em Ponta Grossa

c) Ações contínuas voltadas a educação permanente como a realização de cursos de aperfeiçoamento do processo de doação/transplante, formação de médicos para realização de Doppler transcraniano, formação de coordenadores intra-hospitalares de doação de órgãos e tecidos e reuniões semanais entre a CET e as OPOs com o

objetivo de estabelecer metas e planejar as ações e sensibilização da população sobre a importância da doação de órgãos e tecidos.

Devido à situação de pandemia, causada pela COVID-19 todos os cursos estão suspensos, diante disso o calendário de cursos e eventos será retomado após o as medidas de distanciamento social serem suspensas.

Está em fase final de edição, pelo setor de comunicação da SESA/PR, a nova versão do Manual de Atuação das Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante.

2º Quadrimestre:

1.Com a melhora na realidade hospitalar devido à situação de pandemia no mês de julho foi reiniciada a programação de cursos do Setor de Educação Permanente da CET-PR, de modo que já temos 14 cursos agendados para ocorrer entre agosto e setembro sendo;

03 em Maringá

07 em Curitiba

02 em Cascavel

02 em Ponta Grossa

2.O processo de edição, pelo setor de comunicação da SESA/PR, da nova versão do Manual de Atuação das Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante foi finalizado e devolvido, em agosto de 2021 para CET/PR para avaliação e aprovação final e posterior abertura de licitação para impressão;

3.Estão sendo programadas em todo o Estado, ações em alusão ao Setembro Verde, mês de conscientização quanto a doação de órgãos.

Ações Relacionadas à Meta nº 50:

a) Instituição do núcleo interno da regulação e otimização de cirurgias e salas cirúrgicas

Meta não atingida no 1º Quadrimestre devido o manutenção do quadro epidemiológico (COVID-19) onde por meio de orientação da SESA Nº 338/2020 que recomenda a suspensão temporária de procedimentos cirúrgicos de caráter eletivo para todos os serviços hospitalares do Estado do Paraná.

2º Quadrimestre:

Meta não atingida no 2º quadrimestre devido ao manutenção dos atendimentos em tratamento de pacientes suspeitos e/ou confirmados pelo SARS-CoV-2.

b) Aperfeiçoamento do processo de gestão dos hospitais próprios por meio da inovação em metodologias de gestão

Como forma de aperfeiçoamento do processo de gestão dos hospitais próprios por meio da inovação em metodologias de gestão em tempos de Pandemia, objetivou-se um plano para aperfeiçoamento, onde foi incorporado o Hospital Regional da Lapa São Sebastião (HRLSS) ao Complexo Hospitalar do Trabalhador.

2º Quadrimestre:

Como forma de melhoria dos processos de gestão dos Hospitais para o 2º Quadrimestre de 2021, objetivou-se a incorporação do Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná a FUNEAS por meio do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 001/21 com o objeto de “operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS” na realização de atendimento ambulatorial, terapêutico, apoio diagnóstico e outros serviços conforme complexidade e

capacidade operacional. Sendo referência para 1ª, 2ª e 6ª Regionais de Saúde, totalizando 44 Municípios, com população referenciada de 2.223.301 habitantes.

A proposta é otimizar a estrutura existente e adequar os espaços a fim de implantar serviços especializados, iniciando pela área dermatológica uma vez que esta é a afinidade e vocação do hospital.

Na primeira etapa se propõe a implantação de ambulatório de dermatologia e feridas, com atendimento integral ao paciente com equipe multiprofissional, exames complementares, pequenos procedimentos cirúrgicos, fototerapia, reabilitação e internamento na modalidade hospital dia.

Na segunda etapa se pretende implantar o AME – Ambulatório Médico Especializado, com oferta de serviços especializados, priorizando as especialidades mais escassas no SUS, a exemplo: hematologia/reumatologia/neurologia, endocrinologia. Nesta mesma etapa, se propõe implantar o centro de apoio diagnóstico, com a oferta dos principais exames, entre outros, radiologia /eletroencefalografia /eletrocardiograma/densitometria óssea e serviço de oxigenoterapia hiperbárica.

Na terceira e última etapa, serão implantados o CEO – Centro de Especialidades odontológicas e ambulatórios vinculados a saúde da mulher, pediatria e outros serviços de interesse da Secretaria Estadual de Saúde.

Com a conclusão de todas as etapas, a expectativa é de colocar em funcionamento um Centro de Especialidades com capacidade instalada suficiente para disponibilizar mais de 30.000 atendimentos/mês, ofertando um serviço resolutivo e eficaz com atendimento qualificado e humanizado a fim de reduzir o déficit de serviços especializados na região metropolitana e demais regiões do Estado do Paraná

3º Quadrimestre:

Como forma de melhoria dos processos de Gestão dos Hospitais Próprios para o 3º Quadrimestre de 2021, realizou-se a incorporação do Hospital Dr. Eulalino Ignácio De Andrade – HZS e Hospital Dr. Anísio Figueiredo – HZN, localizados em Londrina para a FUNEAS por meio do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 001/21 com o objeto de “operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS” na realização de atendimento Hospitalar, ambulatorial, terapêutico, apoio diagnóstico e outros serviços conforme complexidade e capacidade operacional.

Ações Relacionadas à Meta nº 51:

a) Realização de estudo de viabilidade técnico e econômico sobre novas metodologias de gestão

Meta estava em planejamento para iniciar em 2021 ativando 1 Unidade, todavia devido ao quadro epidemiológico que se instaurou no mundo, estabelecendo um cenário de Emergência em Saúde Pública, os esforços foram concentrados para finalização e entrega das obras para que essas unidades pudessem ser instituídas pelo Governo do Estado do Paraná como Hospitais Campanha, sendo estes: Hospital Regional de Ivaiporã, Hospital Regional de Guarapuava e Hospital de Telêmaco Borba.

Hospital Regional de Telêmaco Borba foi entregue 100% da obra no 2º quadrimestre de 2020

Hospital Regional de Ivaiporã foi entregue 100% da obra no 2º quadrimestre de 2020.

2º Quadrimestre:

Meta finalizada pois foi atingida em sua totalidade.

b) Discussão aprovação e implantação de novos modelos para gestão dos serviços assistenciais.

Renovado para o 1º Quadrimestre os Contratos de Prestação de Serviço para a Gestão dos Hospitais de Campanha, onde-se mantém exclusivamente para o tratamento de pacientes suspeitos e/ou confirmados pacientes infectados pelo SARS-CoV-2, até perdurar a Pandemia.

3º Quadrimestre:

Manutenção dos Contratos de Prestação de Serviço no 3ª Quadrimestre para a Gestão dos Hospitais de Campanha, onde-se mantém exclusivamente para o tratamento de pacientes suspeitos e/ou confirmados pelo SARS-CoV-2.

2º Quadrimestre:

Manutenção dos Contratos de Prestação de Serviço para a Gestão dos Hospitais de Campanha, onde-se mantém exclusivamente para o tratamento de pacientes suspeitos e/ou confirmados pelo SARS-CoV-2, até perduro da Pandemia.

Acompanhamento mensal dos Contratos de Gestão de Prestação de Serviços dos Hospitais Campanha pela Coordenação de Gestão de Serviços Próprios.

Mantém-se o acompanhamento mensal dos Contratos de Gestão para Prestação de Serviços dos Hospitais Campanha pela Coordenação de Gestão de Serviços Próprios.

3º Quadrimestre:

Com a continuidade da Pandemia e dos Contratos de Gestão para prestação de Serviços aos Hospitais Campanha se mantiveram mensalmente o acompanhamento realizado pela Coordenação de Gestão de Serviços Próprios (CGSP).

Ações Relacionadas à Meta nº 52:

a) Monitoramento e avaliação do processo de execução da obra.

Unidade concluída no 1º quadrimestre de 2020.

Ações Relacionadas à Meta nº 53:

a) Monitoramento e avaliação do processo de execução da obra.

Unidade concluída no 1º quadrimestre de 2020.

Ações Relacionadas à Meta nº 54:

a) Monitoramento e avaliação do processo de execução da obra.

Percentual executado: 98,12%.

Prorrogação dos prazos de execução até 29/04/221, com vigência até 29/10/21 com readequação de cronograma.

2º Quadrimestre:

Percentual executado: 98,12%, com readequação do cronograma.

3º Quadrimestre:

Existem ajustes contratuais a serem realizados e a PRED vai instituir uma comissão de fiscalização.

Ações Relacionadas à Meta nº 55:

a) Monitoramento e avaliação do processo de execução da obra

Percentual executado: 96,92%

Prorrogação do prazo de execução com readequação de cronograma físico financeiro. Acréscimo de serviços contratuais o valor de R\$ 21.942,88

2º Quadrimestre:

Percentual executado: 100,0%, conclusão da Obra em 17/05/2021

3º Quadrimestre:

Obra concluída no 2º Quadrimestre de 2021

Ações Relacionadas à Meta nº 56:

a) Monitoramento e avaliação do processo de execução da obra.

O terreno encontra-se em processo de tramitação de regularização no cartório para formalização da escritura pública de reversão de doação

2º Quadrimestre:

Justifica se o não cumprimento da meta neste 2º Quadrimestre ao fato que está em tramitações uma parceria entre a SESA e a ITAIPU para realizar o projeto e a execução da obra.

Ações Relacionadas à Meta nº 57:

a) Construir os Ambulatórios Multiprofissionais Especializados ampliando o acesso as ações e serviços de saúde o mais próximo possível da residência dos paranaenses.

Não se aplica à 2021

Ações Relacionadas à Meta nº 58:

a) Investimento na Rede HEMEPAR em infraestrutura física, equipamentos e novas tecnologias, de acordo com o número de leito SUS atendidos.

Investimentos no Hemocentro Coordenador: Renovação do parque de equipamentos nas áreas da Triagem Clínica (equipamentos de medição de bioparâmetros sanguíneos não invasivo para realização dos procedimentos de triagem hematológica de doadores de sangue), Produção, Laboratório (Metodologias de quimioluminescência e eletroquimioluminescência; Testes Sorologia IgG Covid-19) e Ambulatório (aquisição em andamento de ecodoppler transcraniano).

Investimentos na Hemorrede - A reforma do prédio do Hemonúcleo de Ponta Grossa está sendo finalizada, faltando apenas autorização dos órgãos de vistoria para o seu funcionamento.

2º Quadrimestre:

Aquisição de novo modelo de equipamentos de medição de parâmetros hematológicos dos candidatos à doação de sangue.

Reforma estrutural do Laboratório de Sorologia do HC Curitiba e construção de porta janela para entrada e saída de equipamentos de grande porte.

Avaliação predial da AT Ivaiporã com previsão de mudança da sede para o Hospital Regional de Ivaiporã. O novo local atenderá as normas recomendadas e terá sistema informatizado SBS.

Finalização da implantação do sistema informatizado SBS no HR Londrina.

Entrega da nova sede da UCT Toledo, com previsão de mudança até 30/09/2021.

Conclusão da reforma do prédio do HN Ponta Grossa e início do processo licitatório do mobiliário planejado.

Implantação da gestão de documentos da qualidade da Hemorrede Hemepar no Sistema Documentador / CELEPAR, reduzindo o uso de papel para impressão, conforme o modelo de gestão *"paperless"*.

Remanejamento de veículo Van do HC Curitiba para a UCT Cornélio Procópio, com o objetivo de atender demanda de transporte de doadores dos municípios da 18ª e 19ª RS.

3º Quadrimestre:

Em novembro/2021 ocorreu a mudança da AT de Ivaiporã para a nova sede e em dezembro/2021 foi inaugurada a UCT de Toledo.

b) Mapeamento e monitoramento de número de leitos SUS cadastrados no sistema de cadastro de estabelecimentos de saúde – CNES, para a manutenção de atendimento.

No 1º quadrimestre/2021 atendemos 91,6% dos leitos SUS do Estado de um total de 23.196 leitos (CNES, mês de referência março/2021). Deste montante, apenas 1.952 leitos SUS atendidos por outros bancos de sangue privados do Estado.

A justificativa em relação a porcentagem abaixo da meta pretendida se deu em virtude das estratégias adotadas ao enfrentamento da pandemia ocasionada pelo COVID-19. Houvera um aumento relevante no número de leitos SUS criados para o atendimento aos pacientes infectados pelo SARS-CoV-2 em unidades hospitalares contemplados pela prestação de serviços de bancos de sangue privados, o que automaticamente refletiu na redução do índice em destaque.

Faz-se oportuno mencionar da temporalidade desses leitos criados para o objetivo acima mencionado (enfrentamento Covid-19), e uma vez cessada/controlado/reduzido o número de casos, refletirá na desativação desses leitos e a consequente elevação da porcentagem e meta a ser alcançada pela rede HEMEPAR.

2º Quadrimestre:

No 2º quadrimestre/2021 o Hemepar atendeu a 91,6% dos leitos SUS do Estado de um total de 23.615 leitos (CNES, mês de referência julho/2021). Deste montante, 1.979 leitos SUS foram atendidos por outros bancos de sangue privados do Estado.

A justificativa para resultado inferior à meta é semelhante à referida no 1º quadrimestre/2021

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre/2021 o Hemepar atendeu a 91,4% dos leitos SUS do Estado de um total de 22.343 leitos (CNES, mês de referência novembro/2021). Deste montante, 1.911 leitos SUS foram atendidos por outros bancos de sangue privados do Estado. O resultado inferior à meta estabelecida se deve à diminuição dos leitos clínicos e de UTI

para Covid, em razão do avanço da imunização da população e estabilidade da pandemia.

c) Manutenção das parcerias com as Universidades Estaduais e Fundações.

Manutenção das atividades e fornecimento de insumos para as Unidades da Hemorrede parceiras de Universidades Estaduais e Fundações. Com vistas à redução de aglomerações devido à pandemia, os treinamentos, estágios e visitas técnicas continuam suspensos no 1º semestre de 2021. Com a finalização da vacinação para a Covid-19 em 100% dos funcionários, a partir do 2º semestre /21, as atividades de integração trabalho/ensino deverão ser retomados

3º Quadrimestre:

Manutenção das atividades e fornecimento de insumos para as Unidades da Hemorrede parceiras de Universidades Estaduais e Fundações.

Ações Relacionadas à Meta nº 59:

a) Adquirir equipamentos para estruturação de leitos de UTI e enfermaria adulto e pediátrico COVID-19.

A SESA recebeu em doação 426 equipamentos, dentre eles, Monitores, ventiladores e respiradores e também adquiriu 586 equipamentos sendo, camas, monitores, poltronas, eletrocardiografos e reanimadores adulto e pediátrico que foram distribuídos para as Regionais de Saúde conforme quadro abaixo:

RS	EQUIPAMENTOS				TOTAL DE EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL
	VENTILADO R/ RESPIRADOR	MONITOR	CARDIOVERSOR	OUTROS		
01 RS	8	9	1	26	44	1.206.535,44
02 RS	104	88	1	398	591	8.476.463,00
03 RS	9	12	0	0	21	621.212,00
05 RS	1	0	0	0	1	49.000,00
06 RS	6	4	0	7	17	459.441,82
07 RS	17	8	0	12	37	1.091.754,55
08 RS	20	16	1	0	37	1.587.252,34
09 RS	1	21	0	0	22	306.598,60
10 RS	36	54	0	0	90	2.851.581,88
11 RS	1	5	0	0	6	117.749,65
14 RS	0	10	0	5	15	127.449,30

15 RS	19	25	0	0	44	1.422.830,02
16 RS	6	6	0	0	12	425.870,88
17 RS	3	3	0	33	39	282.939,96
19 RS	5	5	0	0	10	443.503,10
20 RS	16	3	0	0	19	985.139,98
21 RS	3	3	0	0	6	57.322,40
22 RS	1	0	0	0	1	50.490,19
TOTAL	256	272	3	481	1.012	20.563.135,11

2º Quadrimestre:

A SESA recebeu em doação 620 equipamentos, dentre eles, Monitores, ventiladores e respiradores e também adquiriu 122 equipamentos sendo, camas, monitores, poltronas, eletrocardiógrafos e reanimadores adulto e pediátrico que foram distribuídos para as Regionais de Saúde conforme quadro abaixo:

RS	EQUIPAMENTOS			TOTAL DE EQUIPAMENTOS	VALOR TOTAL
	VENTILADOR/ RESPIRADOR	MONITOR CARDIOVERSOR	OUTROS		
02 RS	2	10	2	31	338.365,80
05 RS			1	3	60.828,57
08 RS		4		10	46.859,72
09 RS				20	158.000,00
10 RS				10	36.610,00
14 RS			1	2	39.200,00
15 RS		10		10	115.499,30
16 RS		1		20	76.160,00
19 RS	1			1	55.637,00
21 RS		1		2	49.700,00
TOTAL	3	26	4	98	976.660,39

Fonte: SESA/DEMP, em 23/08/2021

b) Estabelecer normativa para financiamento de leitos de UTI e enfermaria COVID- 19 adulto e pediátrico priorizando os hospitais públicos

Publicada a Resolução 864/2020, tendo sua vigência prorrogada pelo Resolução 022/2021 onde estabelecem ações para contratação emergencial e institui recursos de

custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus - COVID-19, no Paraná.

2º Quadrimestre:

b)Estabelecer normativa para financiamento de leitos de UTI e enfermaria COVID- 19 adulto e pediátrico priorizando os hospitais públicos

Publicada a Resolução 614/2021, tendo sua vigência prorrogada pela Resolução 864/2020 onde estabelecem ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus - COVID-19, no Paraná

3º Quadrimestre:

Publicada a Resolução 1.109/2021, tendo sua vigência prorrogada pela Resolução 864/2020 onde estabelecem ações para contratação emergencial e institui recursos de custeio para oferta de leitos de Unidade de Terapia Intensiva e de Retaguarda Clínica para atendimento de usuários do SUS, com quadro clínico compatível com a infecção por Coronavírus - COVID-19, no Paraná

2º Quadrimestre:

c)Ofertar leitos de UTI e enfermaria COVID-19 adulto e pediátrico com acesso regulado.

A partir da publicação da Resolução nº 864/2020 que teve sua vigência prorrogada pela Resolução 022/2021 e com base no Plano de Contingência Estadual foi intensificada a disponibilidade de leitos de UTI e Enfermária Adulto e Pediátrico, por Macrorregião de Saúde, para garantir a internação com isolamento dos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS acometidos pelo COVID-19.

A tabela abaixo demonstra a disponibilidade de leitos no Paraná, por Macrorregião de Saúde:

MACRORREGIONAL	1º QUADRIMESTRE			
	ADULTO		PEDIÁTRICO	
	UTI	ENFERMARIA	UTI	ENFERMARIA
MACRO LESTE	1.011	1.425	10	22
MACRO OESTE	311	414	2	2
MACRO NOROESTE	256	425	5	5
MACRO NORTE	258	467	5	5
TOTAL	1.836	2.731	22	34

Fonte: SESA/DGS, em 22/04/2021

3º Quadrimestre:

c)Ofertar leitos de UTI e enfermaria COVID-19 adulto e pediátrico com acesso regulado.

A tabela abaixo demonstra a disponibilidade de leitos no Paraná, por Macrorregião de Saúde:

MACRORREGIONAL	3º QUADRIMESTRE			
	ADULTO		PEDIATRICO	
	UTI	ENFERMARIA	UTI	ENFERMARIA
MACRO LESTE	347	412	5	15
MACRO OESTE	147	100	0	0
MACRO NOROESTE	106	111	5	5
MACRO NORTE	139	125	5	5
TOTAL	739	748	15	25

Fonte: SESA/DGS, Leitos em dezembro 2021

Ações Relacionadas à Meta nº 60:

Obs.: Todos os municípios são atendidos com exames e insumos necessários para coleta e envio do material ao Lacen/PR e IBMP

a) Estabelecer a utilização de protocolos e procedimentos padronizados para a resposta ao coronavírus.

Elaboradas 03 novas Notas Orientativas referentes a COVID-19: 01/2021 – Medidas para prevenção da disseminação de variantes de Sars-CoV-2; 02-2021 – Orientações quanto à atuação das equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da pandemia COVID19 e 03/2021 – Identificação e controle de casos da COVID-19 em Instituições de Ensino no Estado do Paraná.

Foram também revisadas neste período 10 Notas Orientativas elaboradas em 2020, todas disponibilizadas em suas versões vigentes no site da Sesa.

Elaboradas aproximadamente 08 novas Resoluções com definição de medidas de prevenção, controle e monitoramento da COVID-19, dentre elas a Resolução Sesa n.º 98/2021 que dispõe sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná para o retorno das atividades curriculares e extracurriculares.

Analisados e respondidos mais de 95 e-protocolos a respeito das medidas de prevenção e controle contra COVID-19, somando-se ao ano de 2020 um total de 250 e-protocolos relacionados a medidas de prevenção e controle analisados no decorrer da pandemia.

Participado, considerando o cenário de gravidade instalado no país, da reunião virtual (4h) sobre “Gases Medicinais – redução dos riscos de instalação e operação das usinas concentradoras de oxigênio nos serviços de saúde na situação de pandemia”. A fim de manter as informações atualizadas nas normativas e orientações publicadas, houve também participação na webinar Anvisa “Boas Práticas de Fabricação de Alimentos, Boa Práticas de serviços de Alimentação e aplicações no contexto da COVID-19”.

Publicados informes contínuos às Visas de RS e municípios relacionados, dentre outros pontos, a medidas para evitar o desabastecimento de medicamentos, oxigênio e dispositivos médicos; monitoramento dos fabricantes e distribuidores de Oxigênio Medicinal em âmbito nacional e simplificação da importação de medicamentos identificados como prioritários para o combate à COVID-19. Além de orientações, de forma contínua, quanto a notificação, no Sistema NOTIVISA, das Queixas Técnicas relacionadas às vacinas utilizadas no PR.

2º Quadrimestre:

Além da continuidade às ações de comunicação, orientação e educação contínuas vinculadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, no período foram elaboradas pelas áreas técnicas da Sesa as Notas Orientativas: 04/2021 “Orientações para emissão de declaração de comorbidade para fins de vacinação contra a COVID-19”, 05/2021 “Orientações quanto à fabricação e envase de Gases Medicinais e Usinas Concentradoras de Oxigênio em estabelecimentos assistenciais de saúde” e 06/2021 “Orientações sobre manejo e acompanhamento da Síndrome Pós-Covid”.

Foi revisada a norma que trata sobre as medidas de prevenção, monitoramento e controle da COVID-19 nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado do Paraná, com a publicação da RE n.º 735/2021.

Foram analisados mais de 60 protocolos relacionados a medidas de prevenção e controle contra COVID-19 no período (Total 2020 e 2021: 315), a fim de verificar o atendimento às normativas vigentes.

Foi realizada reunião com Promotorias para esclarecimento de dúvidas relacionadas às medidas sanitárias para controle e prevenção da COVID-19 em Instituições de Ensino, e a respeito das medidas adotadas em instituições de longa permanência para idosos,

Realizado o acolhimento e atendimento de atendimento a denúncias encaminhadas por Conselhos de Classe Profissional; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Trabalho; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; entre outros.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi dada continuidade ao processo de revisão contínua dos documentos elaborados pela Sesa-PR, como Resoluções e Notas Orientativas, bem como avaliação dos protocolos COVID-19 encaminhados para análise. Só no ano de 2021, foram avaliados mais de 200 protocolos COVID-19 referentes a medidas de prevenção, protocolos de biossegurança, funcionamento das atividades e outros.

No período foi dada continuidade também às tratativas para apuração de denúncias encaminhadas por Conselhos de Classe Profissional; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Trabalho; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; entre outros.

E, em relação ao registro de ações no SIEVISA relacionadas à COVID-19 em 2021, evidencia-se mais de 10.000 ações de inspeção relacionadas à COVID-19; 665 ações educativas para a população e 965 ações educativas para o setor regulado, registradas pelas equipes do Estado e municípios, resultando em números bastante significativos.

b) Monitorar o comportamento dos casos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nos sistemas de informação da Rede de Atenção à Saúde para permitir avaliação de risco e apoiar tomada de decisão.

Mantido monitoramento do comportamento dos casos de Síndrome Gripal (SG) e de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) nos sistemas de informação da Rede de Atenção à Saúde (Notifica COVID-19, SIVEP-Gripe e e-SUS Notifica) para permitir avaliação de risco e apoiar tomada de decisão no enfrentamento da pandemia por COVID-19. Ver Informe Epidemiológico nº 05 Vigilância da Síndrome Gripal e Síndrome Respiratória Aguda Grave Monitoramento dos Vírus Respiratórios. Até a Semana Epidemiológica 15 de 2021 em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-04/informe_virus_respiratorios_05_2021.pdf

3º Quadrimestre:

c) Prover recursos necessários de estoque de insumos estratégicos para execução das ações de respostas à situação de pandemia pelo coronavírus e outros vírus respiratórios

Foram adquiridos os insumos e reagentes necessários para a coleta, transporte das amostras e a realização dos exames para pesquisa do SARS-CoV-2, causador da COVID-19. O Lacen/PR manteve a pesquisa de Influenza e outros vírus respiratórios tendo, inclusive, detectado duas cepas variantes de Influenza durante a pandemia da COVID-19.

2º Quadrimestre:

Foram adquiridos os insumos e reagentes necessários para a coleta, transporte das amostras e a realização dos exames para pesquisa do SARS-CoV-2, causador da COVID-19. O Lacen/PR manteve a pesquisa de Influenza e outros vírus respiratórios tendo, inclusive, detectado duas cepas variantes de Influenza durante a pandemia da COVID-19.

3º Quadrimestre:

Ações Relacionadas à Meta nº 61:

a) Atender a demanda do LACEN na composição do Kit para diagnóstico da COVID-19 pelo método RT PCR

Todos os insumos e reagentes necessários foram adquiridos atendendo 100% das solicitações de exames para pesquisa da COVID-19 e outros vírus respiratórios.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre não houve solicitação de produção de Meio de Transporte Viral (MTV) ao CPPI pelo LACEN/PR, pois a demanda deste insumo foi coberta pelo fornecimento feito pelo Ministério da Saúde.

No ano de 2021 foram produzidos 203.154 tubos de MTV. A meta produtiva foi alcançada em 101,57%, atendendo assim a demanda de insumos do LACEN para execução dos exames para pesquisa de COVID-19.

Considerações:

Meta nº 1: Parcialmente Atingida a Linha de Cuidado de Sobrepeso e Obesidade encontra-se em fase final de elaboração. O documento preliminar recebeu contribuições dos membros do Grupo de Trabalho e demais áreas técnicas da SESA pertinentes e está sendo adequado às sugestões recebidas. A arte preliminar foi elaborada pelo Núcleo de Comunicação Social da SESA e aguarda aprovação da Diretoria para finalização.

Meta nº 2: Atingida. a execução das ações pactuadas contribuiu para o cumprimento da meta.

Meta nº 3: Não Atingida. O alcance da meta foi de 50%, uma vez que houve a implantação do Programa Vida no Trânsito - PVT em mais um município (Araucária), por meio do Decreto nº 35.473, de 14/01/2021, que institui no âmbito do Município de Araucária a Comissão Municipal Intersetorial de Prevenção de Acidentes e Segurança no Trânsito/Programa Vida no Trânsito e dá outras providências. Devido à pandemia de Covid-19 as reuniões e visitas aos municípios e RS foram suspensas, dificultando a negociação com os gestores municipais, bem como a articulação entre as instituições nos municípios para a adesão ao PVT. No entanto, a equipe da área técnica da SESA e do DETRAN/PR realizou diversas ações para apoiar os municípios na implantação do programa, tais como: reuniões on-line com municípios e RS; realização do VI Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito em parceria com o DETRAN/PR nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2021; organizou e editou a Nota Técnica 01/2021 – Motociclistas que apresenta o panorama da morbimortalidade no trânsito no Paraná, realizando recomendações de prevenção.

Meta nº 4: Atingida

Meta nº 5: Atingida. Com relação ao indicador de cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Primária em Saúde, cabe destacar que o Ministério da Saúde no ano de 2022 não disponibilizou dados atualizados, desta forma foi necessária utilizar o resultado do indicador do ano de 2021 de forma preliminar para todos os quadrimestres. Caso o Ministério da Saúde no ano de 2022 não atualize o resultado do indicador e não disponha de metodologia para a equipe técnica calcular será necessário rever a ação pactuada.

Meta nº 6: Atingida

Meta nº 7: Não Atingida. A modificação do perfil assistencial dos HPP está vinculada ao projeto do Banco Mundial, ainda em tramitação.

Meta nº 8: Atingida. A pandemia trouxe implicações no acompanhamento dos usuários com condições crônicas. Houve um impacto no diagnóstico e acompanhamento desses indivíduos. Quer seja pelas orientações decorrentes da pandemia, como isolamento, distanciamento, medo de contaminação pelo vírus, como também pelas alterações no âmbito da rede de atenção à saúde, em virtude do atendimento às necessidades de enfrentamento da Covid-19.

Meta nº 9: Não Atingida. A pandemia trouxe implicações no acompanhamento dos usuários com condições crônicas. Houve um impacto no diagnóstico e acompanhamento desses indivíduos. Quer seja pelas orientações decorrentes da pandemia, como isolamento, distanciamento, medo de contaminação pelo vírus, como também pelas alterações no âmbito da rede de atenção à saúde, em virtude do atendimento às necessidades de enfrentamento da Covid-19.

Meta nº 10: Atingida

Meta nº 11: Parcialmente Atingida. O alcance foi de 65% da meta, considerando o significativo impacto da pandemia de Covid-19 nesta ação. Pontua-se que desde 20/11/2020 com a atualização da Nota Orientativa nº 18/2020 que trata dos atendimentos em oncologia frente à pandemia Covid-19, a SESA tem reforçado a necessidade da manutenção da realização do exame citopatológico

do colo do útero, conforme as diretrizes vigentes, especialmente em relação à população-alvo e periodicidade, considerando as medidas de precaução contra Covid-19. Em 14/10/2021, foi publicada a Nota Técnica nº 17/2021 – CPRO/DAV/SESA com Recomendações da SESA, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre o Paraná Rosa 2021 e ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero. No ano de 2021 foram realizados 92%, 94% e 88% dos exames realizados em 2019, quando comparados os meses de outubro, novembro e dezembro. Quando se considera todo o ano de 2021 foram realizados 73% dos exames realizados em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19.

Meta nº 12: Parcialmente Atingida. O alcance foi de 65% da meta, considerando o significativo impacto da pandemia de Covid-19 nesta ação. Pontua-se que desde 20/11/2020 com a atualização da Nota Orientativa nº 18/2020 que trata dos atendimentos em oncologia frente à pandemia Covid-19, a SESA tem reforçado a necessidade da manutenção da realização do exame de mamografia, conforme as diretrizes vigentes, especialmente em relação à população-alvo e periodicidade, considerando as medidas de precaução contra Covid-19. Em 14/10/2021, foi publicada a Nota Técnica nº 17/2021 – CPRO/DAV/SESA com Recomendações da SESA, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre o Paraná Rosa 2021 e ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero. No ano de 2021 foram realizados 78%, 85% e 95% dos exames realizados em 2019, quando comparados os meses de outubro, novembro e dezembro. Quando se considera todo o ano de 2021, foram realizados 71% dos exames realizados em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19.

Meta nº 13: Não Atingida. Com a pandemia da COVID-19 a Razão de Mortalidade Materna em 2021 foi fortemente impactada em decorrência das gestantes possuírem maior risco de morte pela doença em relação a população geral. Mais da metade dos óbitos maternos foram relacionados à COVID-19.

Meta nº 14: Atingida.

Meta nº 15: Parcialmente Atingida. 97,7% da meta atingida. Este indicador obteve discreto impacto negativo durante o período da pandemia da COVID-19, porém houve um aumento comparado a 2020.

Meta nº 16: Atingida.

Meta nº 17: Atingida.

Meta nº 18: Atingida.

Meta nº 19: Não Atingida. Esta meta sofreu revés para sua execução tendo em vista que o Sistema de Apoio a Implantação de Políticas de Saúde – Saips do Ministério da Saúde estava fechado, sendo reaberto para novas propostas em janeiro de 2021. Os municípios que solicitaram habilitação do Serviço Hospitalar de Referência (leitos de saúde mental em hospital geral), sendo: Uraí (18ªRS), Astorga (15ª RS), Irati (04ª RS) tiveram suas propostas aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde e aguardam publicação de portaria de habilitação e de incorporação de recurso financeiro pelo Ministério da Saúde/MS. A meta 2020-2023 é ampliar em 40 o número de leitos de saúde mental em hospital geral e no momento temos um acumulado de 31 leitos desta meta.

Meta nº 20: Atingida

Meta nº 21: Atingida

Meta nº 22: Atingida

Meta nº 23: Atingida

Meta nº 24: Atingida

Meta nº 25: Não Atingida. Contudo, diversas ações foram realizadas para o cuidado das pessoas idosas no estado como o monitoramento e cuidados aos idosos institucionalizados por meio da Nota Orientativa nº 41 “Medidas de Prevenção, Controle e Testagens nas ILPI”; priorização e discussões da linha de cuidado ao idoso no PlanificaSUS Paraná; ampliação das equipes de atenção domiciliar; linha de cuidado ao idoso e Nota Técnica SAÚDE DA PESSOA IDOSA” para Organização da Rede de Atenção à Saúde com foco na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Ambulatorial Especializada” mantidas; e, apoio financeiro aos consórcios por meio do QualiCIS.

Meta nº 26: Atingida.

Meta nº 27: Atingida.

Meta nº 28: Atingida. A execução das ações pactuadas contribuiu para o cumprimento da meta.

Meta nº 29: Não Atingida. Em dezembro de 2021 foi publicada a Resolução SESA n.º 1026/2021 que instituiu o Incentivo Financeiro Estadual de Apoio para implantação e fortalecimento do Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde e da Cultura de Paz (Núcleo de Paz). O valor de repasse foi de 14.000,00 (quatorze mil reais) em parcela única, e foram elencados 29 municípios do Estado com o Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal (IPDM) de médio baixo desempenho em 2018. Ressalta-se que destes 29 municípios, 4 já realizaram a adesão ao Incentivo, fato este que irá contabilizar nos próximos relatórios. Ademais, a equipe técnica trabalhando na divulgação da referida resolução e articulação com as RS para captação dos demais municípios elegíveis para futuras adesões e implantações de Núcleos de Paz, bem como fortalecimento dos já existentes. Outra ação importante neste sentido foi a publicação da 1ª edição do Manual de Orientação para Implantação e Implementação do Núcleo de Paz, com a finalidade de subsidiar as equipes de saúde e da rede intersetorial na execução da estratégia.

Meta nº 30: Parcialmente Atingida. 87,26% da meta atingida. Estamos em processo de licitação para aquisição de equipamentos para renovação do Parque Tecnológico dos Postos de Coleta de Leite Humano já existentes, bem como para a implantação de novos bancos. Esse ano realizamos a implantação de 1 novo banco de leite.

Meta nº 31: Parcialmente Atingida. 80% da meta atingida. Havia hospitais no processo de habilitação, entretanto devido a pandemia e a reorganização dos fluxos, solicitaram rever e suspender o processo. Apesar de não habilitar novos hospitais, realizamos reuniões com regionais e gestores hospitalares para sensibilizar e estimular a implantação da estratégia.

Meta nº 32: Não Atingida. Devido à pandemia não foi possível implantar leitos de Ucinco e Ucinca, além disso, está em processo de reestruturação a contratualização à Linha de Cuidado Materno Infantil. A previsão é realizar sensibilização com todos os gestores dos hospitais para o cumprimento da meta.

Meta nº 33: Não Atingida. Revisamos a estratificação de risco de crianças e iniciamos um projeto de capacitação em puericultura abordando todos os cuidados necessários com as crianças e não somente as doenças prevalentes. Estamos reestruturando a linha de cuidado, ampliando de 1 para 2 anos.

Meta nº 34: Não Atingida. A certificação está sendo revisada pelo Ministério da Saúde, seguindo suspensão durante todo o ano de 2021, por isso, não foi possível cumprir essa meta.

Meta nº 35: Atingida.

Meta nº 36: Atingida

Meta nº 37: Parcialmente Atingida. Houve necessidade de alterar a modalidade das oficinas de presencial para virtual. Assim, as 8 oficinas presenciais se tornaram 6 encontros de formação on-line e constituíram o curso “Dialogando sobre saúde e equidade”, promovido pela SESA em parceria com a Escola de Saúde Pública do Paraná - ESPP. O curso contou com o apoio e participação das Regionais de Saúde; dos Municípios que possibilitaram uma aproximação com as ações que estão sendo desenvolvidas nos territórios no cotidiano das equipes de atenção primária, por meio dos relatos de “boas práticas”; do Ministério da Saúde, que contribuiu com a discussão com a participação de técnicos nas diversas temáticas dialogadas; aos usuários que compartilharam sobre a importância do SUS no espaço de relatos denominado “Lugar de Fala”. O curso encontra-se disponível para acesso na plataforma AVASUS da ESPP.

Meta nº 38: Não se aplica à 2021

Meta nº 39: Não Atingida. Não foi possível realizar os encontros presenciais previstos devido à pandemia. No entanto, outras estratégias foram desenvolvidas com o intuito de ampliar o olhar e assegurar o cuidado das populações específicas presentes em todo o Estado, objeto das políticas de equidade em saúde. Em relação aos povos indígenas, a SESA intensificou as articulações intra e intersetoriais, especialmente para encaminhar respostas rápidas e oportunas quanto ao enfrentamento da pandemia, contenção de surtos de Covid-19 e promoção da vacinação contra Covid-19 nas aldeias indígenas. Destaque para as articulações com o Distrito Sanitário Especial Indígena Litoral Sul e Regionais de Saúde. Foram também distribuídos testes rápidos de antígeno para utilização nos povos indígenas, para os municípios com Aldeias.

Meta nº 40: Não Atingida. Reduzir para 69,7 por 100mil/hab a taxa de mortalidade por doenças cardio e cerebrovasculares na faixa etária entre 0 a 69 anos. Contabilizado por taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório na faixa etária de 0 a 69 anos, por 100 mil habitantes na população residente no Paraná. Em 2021 tivemos 71,64 óbitos por 100 mil/hab, onde corroboramos a necessidade de acompanhamento da APS, evitando o agudizar nos casos crônicos de hipertensão arterial e diabetes, movimento prejudicado pela pandemia COVID-19. Aumentado o número de óbitos por esta patologia.

Meta nº 41: Atingida.

Meta nº 42: Atingida.

Meta nº 43: Parcialmente Atingida. A consolidação da meta proposta depende do cumprimento das três ações relacionadas. As ações referentes ao mapeamento da tramitação dos processos de solicitação de medicamentos e a definição da solução tecnológica mais adequada foram concluídas. O sistema “Farmácia do Paraná Digital” foi implantado em quatro Regionais de Saúde: 2ª RS (Curitiba), 10ª RS (Cascavel), 15ª RS (Maringá) e 17ª RS (Iondrina), estando disponível aos usuários residentes nos municípios sede. A normatização da tramitação eletrônica de documentos nas farmácias está prevista para o próximo ano.

Meta nº 44: Atingida.

Meta nº 45: Não Atingida. A consolidação da meta proposta depende do cumprimento das três ações relacionadas. As ações referentes à definição dos resultados clínicos que serão avaliados e registrados no sistema de informação já foi realizada para parte dos PCDT. O correspondente registro no sistema de informação deve ser realizado no momento das avaliações de nova solicitação e de renovação dos tratamentos. No entanto, em razão da pandemia de COVID-19, as renovações automáticas das solicitações de medicamentos do CEAF foram autorizadas pelo Ministério da Saúde ao longo do ano de 2020 e de 2021. Por este motivo os resultados dos exames periódicos não foram registrados no Sismedex, adiando a implementação do serviço de

Cuidado Farmacêutico com foco na avaliação do resultado do tratamento.

Meta nº 46: Não Atingida. Considerando que a meta está atrelada ao resultado alcançado durante as avaliações semestrais do Programa QualiCIS, e que durante o exercício de 2021 não foi possível observar esta evolução por ter tido somente a primeira avaliação com execução parcial do programa. Essa meta poderá ser acompanhada a partir de 2022 com dados dos ambulatórios sendo possível a comparação entre o dado inicial do monitoramento (linha de base estabelecida) e das avaliações semestrais subsequentes.

Meta nº 47: Não Atingida. Encaminhamentos adiados devido COVID-19.

Meta nº 48: Não Atingida. Meta impactada devido a pandemia COVID-19.

Meta nº 49: Atingida.

Meta nº 50 Não Atingida. Devido ao manutenção do cenário pandêmico no ano de 2021, contudo esforços estão sendo realizados com a tomada gradual das cirurgias eletivas e atendimentos ambulatoriais nas Unidades Próprias do Estado.

Meta nº 51: Atingida.

Meta nº 52: Atingida.

Meta nº 53: Atingida.

Meta nº 54: Atingida.

Meta nº 55: Atingida.

Meta nº 56: Não Atingida. Regularização da documentação do terreno e tratativas junto à ITAIPU.

Meta nº 57: Não se aplica à 2021.

Meta nº 58: Parcialmente Atingida. O resultado inferior à meta estabelecida se deve à diminuição dos leitos clínicos e de UTI para leitos Covid-19

Meta nº 59: Atingida

Meta nº 60: Atingida.

Meta nº 61: Atingida. Em 2021 foram produzidos 203.154 tubos de MTV. Meta alcançada 101,57%, em atendimento à demanda de insumos do LACEN para execução dos exames para pesquisa de RT-PCR/COVID-19. No 3º quadrimestre/2021 o fornecimento de MTV foi realizado pelo Ministério da Saúde/CGLAB não havendo solicitação do LACEN-PR para produção.

DIRETRIZ 3 – QUALIFICAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivos, Metas, Indicadores e Resultados

OBJETIVO 1: QUALIFICAR AS AÇÕES DE ATENÇÃO E VIGILÂNCIA EM SAÚDE						
Meta para 2021		Indicador para monitoramento e avaliação da meta.	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Acumulado (Resultado Anual)
1	Realizar 3 monitoramentos anuais para verificação da execução integrada das ações pactuadas para o fortalecimento da atenção e vigilância em saúde	Número de monitoramentos realizados	0	0	0	0
2	Implantar 04 Diretrizes Estaduais de Segurança do Paciente (DESP)					Não se aplica a 2021
3	Implementar 25% das ações estratégicas de Vigilância e Atenção à Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos.	Percentual de execução das metas pactuadas nas 10 ações estratégicas de Vigilância e Atenção à Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos.	11,65%	13,77%	23%	23%
4	Aumentar para 22,7% a implantação dos Núcleos Municipais de Segurança do Paciente em municípios com mais de 100 mil habitantes.	Percentual de municípios com mais de 100 mil habitantes com Núcleo de Segurança do Paciente instituído (Número de Municípios com mais de 100 mil com NSP/Número de Municípios com mais de 100 mil habitantes x 100)	0%	0%	0%	0%
5	Aumentar para 445 o número de Núcleos de Segurança do Paciente em Estabelecimentos de Assistência	Número de Núcleos de Segurança do Paciente em Estabelecimentos de Assistência Hospitalar.	425	425	425	425

	Hospitalar (EAH).					
OBJETIVO 2: IDENTIFICAR E MONITORAR, COM BASE NA ANÁLISE DE SITUAÇÃO DE SAÚDE E NA AVALIAÇÃO DE RISCO, OS DETERMINANTES E CONDICIONANTES DE DOENÇAS E AGRAVOS						
6	Alcançar 75% de homogeneidade das coberturas vacinais do Calendário Básico das Crianças até 1 (um) ano de idade, no Estado do Paraná	Percentual de Homogeneidade da Cobertura Vacinal adequada nos municípios do Estado do Paraná	0	0	0	0
7	Encerrar a investigação de 85,0% dos casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI), registradas no SINAN em até 60 dias após a notificação.	Proporção de casos de Doenças de Notificação Compulsória Imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após a notificação.	78,0%	84,8%	78,0%	87,3%
8	Implantar 1 unidade sentinela de vigilância de fronteira	Número de unidade sentinela implantada	0	0	1	1
9	Notificar e investigar no mínimo 23 casos de Paralisia Flácida Aguda/Poliomielite em menores de 15 anos.	Número de casos de PFA/Polio em menores de 15 anos, notificados por ano.	2	3	7	12
10	Ampliar para 95,5% de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida.	Proporção de notificações de violência interpessoal e autoprovocada com o campo raça/cor preenchido com informação válida	90,6%	0	93,6%	94,1%
11	Reduzir para 2 o número de casos de AIDS em menores de 5 anos.	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos.	0	0	0	0
12	Reduzir para 793 os casos de transmissão vertical da sífilis congênita em menores de um ano de idade.	Número de casos de sífilis congênita em menores de um ano de idade.	141	167	220	785

13	Aumentar para 13% a proporção de municípios em eliminação da tuberculose.	Proporção de municípios com incidência menor que 10 casos novos por 100 mil habitantes e busca do sintomático respiratório acima de 0,3% da população ao ano.	10,3%	3,51%	7,19	7,0
14	Manter em no mínimo, 97% a proporção de registros de óbitos com causa básica definida.	Proporção de registros de óbitos com causa básica definida.	96,4%	97,0%	96,9%	97,3%
15	Manter a investigação de 100% dos óbitos maternos.	Proporção de óbitos maternos investigados no Módulo SIM Federal.	89,5	91,1%	96,7%	97,6%
16	Manter a investigação em 95,0% dos óbitos em mulheres em idade fértil (MIF).	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados no Módulo SIM Federal.	90,3%	90,7%	93,4%	95,4%
17	Manter a investigação em 97% dos óbitos Infantis.	Proporção de óbitos infantis investigados.	70,4%	84,7%	82,0%	87,2%
18	Manter a investigação em 97% dos óbitos fetais.	Proporção de óbitos fetais investigados.	69,1%	84,1%	87,4%	87,7%
19	Implantar 1 Unidade de Serviço de Verificação de Óbitos – SVO.	Número de serviços implantados.	0	0	0	0
20	Aumentar para 120 o número de supervisões em laboratórios que prestam serviços as SUS).	Número de supervisões realizadas no ano.	02	09	46	57
OBJETIVO 3: MONITORAR EM CONJUNTO COM OS MUNICÍPIOS, OS AGRAVOS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA QUE SOFREM INFLUÊNCIA DO MEIO AMBIENTE E FATORES AMBIENTAIS, PROPONDO MEDIDAS DE INTERVENÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE.						
21	Reduzir para 33 números de municípios com Índice de Infestação Predial (IIP) de alto risco.	Número de Municípios com IIP \geq 4% no mês de novembro.	0	0	40	40

22	Reduzir para 764 os casos de intoxicações acidentais por medicamentos em crianças de 0 a 12 anos incompletos.	Número de casos de intoxicações acidentais por medicamentos em crianças de 0 a 12 anos incompletos.	85	118	107	663
23	Acompanhar a vigilância do íon fluoreto em 5 Regiões de Saúde.	Número de Regiões de Saúde com monitoramento dos dados da vigilância do íon fluoreto na água para consumo humano.	0	20	1	21
OBJETIVO 4: IMPLEMENTAR AÇÕES DE GERENCIAMENTO DO RISCO SANITÁRIO E AGRAVOS À SAÚDE DECORRENTES DA PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE BENS E DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE E DE INTERESSE A SAÚDE.						
24	Qualificar 22 Regiões de Saúde para implementação e gerenciamento do grau de risco em Vigilância Sanitária.	22 Regiões de Saúde qualificadas	0	0	22	22
25	Reduzir em 12,5% o percentil 90 da densidade de incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorialmente confirmada associada a Cateter Venoso Central (IPCL-CVC), em UTI Adulto.	Percentual anual de redução do P90 (100 - P90 do ano atual x 100)/P90 do ano 2018).	0%	0%	0%	0%
26	Reduzir em 12,5% o percentil 90 da densidade de incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorialmente confirmada associada a Cateter Venoso Central (IPCL-CVC), em UTI Pediátrica.	Percentual anual de redução do P90 (100 - (P90 do ano atual x 100)/P90 do ano 2018).	0%	0%	0%	0%
27	Reduzir em 17,5% o percentil 90 da	Percentual anual de redução do				

	densidade de incidência de Infecção de Trato Urinário associada à Sonda Vesical de Demora (ITU-SVD), UTI Adulto.	P90 (100 - (P90 do ano atual x 100)/P90 do ano 2018).	0%	0%	0%	0%
28	Reduzir em 17,5% o percentil 90 da densidade de incidência de Infecção de Trato Urinário associada à Sonda Vesical de Demora (ITU-SVD), UTI Pediátrica.	Percentual anual de redução do P90 (100 - (P90 do ano atual x 100)/P90 do ano 2018).	0%	0%	0%	0%
29	Monitorar o nível de resíduos de contaminantes em alimentos em no mínimo 90% das amostras programadas no Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxico em Alimentos	Percentual de amostras coletadas por ano (Número de amostras de alimentos coletadas por ano/número de amostras programadas para coleta por ano X 100)	0%	21,88%	42,75%	65,63%
30	Aumentar para 83% o percentual de amostras coletadas no Programa Estadual de Controle de Resíduos de Medicamentos Veterinários em Alimentos de Origem Animal.	Percentual de amostras coletadas por ano (Número de amostras de alimentos de origem animal coletadas por ano/número de amostras programadas para coleta por ano x 100).	0%	0%	90%	90%
OBJETIVO 5: FORTALECER A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO UMA AÇÃO TRANSVERSAL DO SUS						
31	Aumentar para 641 notificações das doenças relacionadas ao trabalho.	Número de notificação das doenças relacionadas ao trabalho no Sinan.	235	280	301	999
OBJETIVO 6: RETOMAR A CAPACIDADE PRODUTIVA E DE PESQUISA DO CPPI						
32	Produzir 10.000 frascos de Soro Antiloxoscélico.	Número de frascos de Soro Antiloxoscélico produzidos por ano.	0	0	0	0
	Produzir 5000 frascos de Soro	Número de frascos de Soro			0	0

33	Antibiotrópico.	Antibiotrópico produzidos por ano.	0	0		
34	Produzir 5.000 frascos do Antígeno de Montenegro.	Número de frascos de Antígeno de Montenegro produzidos por ano	0	0	1400	1400
35	Realizar 3 pesquisas científicas para desenvolvimento de novos produtos e processos.	Número de participações em projetos de pesquisa, submissão de artigos científicos, registro de patentes por ano.	02	0	3	7

Ações Relacionadas à Meta nº 1:

a) Realizar oficina integrada de atenção e vigilância para discussão temática e apresentação de experiências exitosas.

Ação não realizada no 1º quadrimestre.

2º Quadrimestre:

b) Avaliar o percentual de cumprimento das ações pactuadas; c) Realizar ações educativas.

Ação não realizada no 1º quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Em 2021 foi efetuada análise e discussão para construção de um novo programa voltado à qualificação da vigilância em saúde, concluindo o ano com a publicação do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde - ProVigiA-PR, que tem por objetivo o avanço das ações de prevenção, promoção e proteção da saúde. O ProVigiA-PR, composto por 12 ações estratégicas, foi apresentado em CIB nas reuniões de 07 e 08 de dezembro de 2021 (Deliberação CIB n.º 341/2021 e 342/2021) e ao Conselho Estadual de Saúde nas reuniões de 15 e 16 de dezembro de 2021.

Mediante as devidas apresentações e pactuações, o programa foi oficialmente instituído por meio da Resolução Sesa n.º 1.102/2021 (acesso em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Resolucoes>), e a transferência de recurso financeiro de custeio aos 399 municípios referente ao primeiro ano do programa, no valor de R\$ 30.000.000,00, publicada por meio da Resolução Sesa n.º 1.103/2021 (acesso: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Fundo-Estadual-de-Saude-Funsaude-FES>) e efetivada em 23 de dezembro de 2021.

O ProVigiA-PR visa privilegiar o desenvolvimento e fortalecimento da Vigilância em Saúde, como área essencial para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), com o objetivo maior de proteção da saúde da população. Nesse contexto é importante destacar a relevância da atuação integrada e transversal da Atenção e Vigilância em Saúde, como condição essencial para a integralidade no cuidado e alcance de resultados efetivos para as partes interessadas, por meio de processos de trabalho que preservem as especificidades dos setores e compartilhe suas tecnologias.

Dessa forma, em que pese as ações previstas na Meta n.º 01 não tenham sido realizadas como previstas inicialmente (“03 monitoramentos no quadrimestre”), o que só seria possível se vinculado a um programa existente, houve o cumprimento parcial desta meta com a publicação do novo programa e transferência de recurso financeiro vinculados ao fortalecimento da vigilância em saúde em todo o Estado do Paraná.

Ações Relacionadas à Meta nº 2:

a) Implementar, monitorar e avaliar as medidas estratégicas voltadas à qualificação do cuidado em saúde e à Segurança do Paciente.

Não se aplica à 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 3:

a) Elaborar, pactuar e divulgar o Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde da População Exposta aos Agrotóxicos

Finalizado o documento do Plano Estadual de Vigilância e Atenção à Saúde das Populações Expostas aos Agrotóxicos no Paraná – PEVASPEA 2020-2023, divulgado a todas as Regionais de Saúde, Conselho Estadual de Saúde, Ministério Público do Paraná e outros entes.

Realizadas reuniões internas com as áreas envolvidas, em 12/02/2021 e 08/04/2021, para atualização e definição de referências no nível central e pontos focais nas Regionais de Saúde; necessidade de contatar outros órgãos para retomada dos trabalhos e formato e periodicidade do boletim de divulgação dos resultados.

2º Quadrimestre:

Houve participação na reunião conduzida pelo Ministério da Saúde a respeito da meta inserida no Plano Nacional de Saúde (PNS) para implantação da Vigilância às populações expostas aos agrotóxicos nos municípios prioritários (N=273). No Estado do Paraná, 14 municípios foram elencados de acordo com os critérios estabelecidos.

Foi construído o Guia para elaboração dos Planos Regionais de Vigilância e Atenção à saúde das Populações expostas aos agrotóxicos” como um instrumento de apoio com o objetivo de propor informações fundamentais que devem ser contempladas nos respectivos planos, orientar para a proposição das ações regionais, sinalizar caminhos e fontes de informação, entre outras estratégias debatidas.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi dado início à elaboração dos planos regionais de vigilância e atenção à saúde das populações expostas aos agrotóxicos. Até dezembro de 2021, 16 Regionais de Saúde apresentaram seus respectivos planos, contemplando uma análise situacional da região e a proposição de ações estratégicas vinculadas às necessidades regionais. Os planos foram avaliados individualmente pelo GT estadual, para revisão geral, e estão em fase de finalização.

Os planos elaborados apresentam uma diversidade de estratégias e atividades previstas no âmbito de cada região de saúde e demonstram o compromisso no enfrentamento da problemática relacionada aos agrotóxicos. Avaliação parcial dos planos foi apresentada nas reuniões da comissão de Vigilância em Saúde & IST AIDS do CES-PR, em outubro e dezembro de 2021.

Em setembro de 2021, considerando o compromisso firmado no Plano Nacional de Saúde, foi enviado o primeiro compilado de informações referente à implantação das ações de vigilância às populações expostas aos agrotóxicos nos municípios prioritários

definidos pelo Ministério da Saúde. Neste primeiro momento, 10 municípios, dentre os 14 prioritários, encaminharam informações.

Considerando a apresentação da Dr^a Margaret Matos de Carvalho, coordenadora do Fórum Estadual de Combate aos Agrotóxicos, na reunião do pleno do CES-PR no mês de outubro, a respeito do Programa para Redução do Uso de Agrotóxicos, o GT estadual realizou, também neste quadrimestre, a análise de todas as ações apresentadas a fim de verificar o cumprimento por parte da pasta da Saúde. A análise foi apresentada como pauta única na reunião conjunta das comissões de Vigilância em Saúde & IST AIDS e Intersetorial de Recursos Humanos & Intersetorial de Saúde do Trabalhador no mês de novembro, e também brevemente descrita em resposta ao CES-PR por meio do Ofício n.º 3051, de 13 de dezembro de 2021. Em suma, a análise demonstra o comprometimento da Saúde no desenvolvimento das ações de sua competência, trabalhando o tema no contexto do PEVASPEA.

b) Realizar ações de capacitação nos diferentes temas que compõe o Plano.

Não realizado no 1º quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Em relação à Ação estratégica n.º 05, no dia 14 de outubro de 2021 foi realizado o evento em alusão ao Dia Mundial da Alimentação. O evento foi organizado pela Coordenadoria de Promoção da Saúde - Divisão de Promoção da Alimentação Saudável e Atividade Física e Coordenadoria de Vigilância Sanitária - Divisão de Vigilância Sanitária de Alimentos e contou com a participação de duas palestrantes, Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas (GEPECIN-PUCPR e Rede PEnSSAN), que abordou a temática "Dialogando sobre a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - conexões entre cenários complexos do presente e impactos sobre saúde e nutrição", e Thanise Sabrina Souza Santos (GIN-UFMG e NUPENS), que abordou a temática "Classificação NOVA e estratégias para a implementação do Guia Alimentar na Atenção Primária à Saúde". O evento foi realizado de forma remota pela plataforma Cisco Webex e a gravação foi disponibilizada no canal do Youtube da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (75 participações ao vivo e 145 visualizações em 2021). Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ZzGm-63CTzY

.2º Quadrimestre:

Foi realizada reunião com as 22 Regionais de Saúde (RS), em 25/06/21, para orientação a respeito das 10 ações que compõe o PEVASPEA 2020-2023 e apoio para construção dos Planos regionais.

Foi realizada reunião com RS e municípios considerados prioritários no PNS, quanto a implantação da Vigilância às populações expostas aos agrotóxicos nos municípios prioritários (N=14 no Paraná), para início das etapas estabelecidas no 3º quadrimestre.

c) Realizar as ações de vigilância e atenção às saúdes consideradas prioritárias.

Em relação à Ação Estratégica n.º 4 do PEVASPEA os trabalhos estão organizados em três subprojetos que juntos compõem o Programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano no Paraná. No subprojeto, denominado até o momento de Projeto Piloto Toledo, serão analisadas duas amostras mensais a partir de 27 de abril até agosto de 2021 na Estação de Tratamento de Água que abastece o município de Toledo, totalizando 10 amostras. Esta é uma ação integrada no âmbito do Grupo de Trabalho "Insumos Agrícolas" da Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2) e conta com a atuação da Defesa Civil, da Secretaria de Estado de Saúde, da

Companhia de Saneamento do Paraná, da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná e do Ministério Público do Estado do Paraná. No escopo do segundo subprojeto, foi acordada junto ao Ministério da Saúde em parceria com a Fiocruz, a disponibilidade de amostras mensais. Nesse subprojeto, por ora denominado Vigilância de resíduos na bacia hidrográfica do Miringuava, serão analisadas 12 amostras mensais na área rural do município de São José dos Pinhais, a partir de maio. O terceiro subprojeto, e o de maior abrangência, trata-se de coletas de amostras que abrangerão todas as Regionais de Saúde, estas estão previstas para ocorrer em agosto deste ano, o mês foi escolhido em função do calendário agrícola do Estado e em função do fim do contrato com o laboratório contratado no início do mês de setembro. O objetivo é avaliar os possíveis resíduos deixados na água para consumo humano pelos tratamentos culturais executados na safra de inverno no território paranaense.

Em relação à ação 07, foram avaliadas 100% das fichas de intoxicações por agrotóxicos relacionadas ao trabalho (n=59 casos, DBF de 16/03/2021). Foram identificados 3 casos para investigação: 2 casos em menores de 18 anos e 1 óbito de trabalhador, este com investigação finalizada.

Elaborado Memo Circular n.º 56/2021-DVVSP/CVIS/DAV, de 14/04/2021, informando às Visas Regionais e Municipais sobre a importância de executar as ações sanitárias referentes ao “chumbinho” e outros raticidas ilegais.

2º Quadrimestre:

Em relação à Ação Estratégica n.º 02, foi iniciado o movimento para revisão da Linha Guia e organização do curso para capacitação, a ser realizado em setembro e outubro.

Em relação à Ação Estratégica 03, foi estabelecido uma rotina de fluxo de informações sobre os atendimentos dos Centros de Informação Toxicológica (CIATOX' s) e o encaminhamento para as Regionais de Saúde que notificaram os atendimentos sem notificação. 100% das notificações de intoxicação por agrotóxicos foram revisadas e solicitada correções para as Regionais de Saúde quando detectado incompletude e/ou inconsistências. Foi dado apoio para as regionais que notificaram casos que envolviam tentativa de suicídio auxiliando na investigação in loco utilizando o roteiro complementar.

Em relação à Ação Estratégica n.º 4, conforme organização do trabalho citada no 1º quadrimestre, totaliza até o momento 348 amostras de água. No subprojeto Elo Toledo, antes, temporariamente denominado, de Projeto Piloto Toledo, foram analisadas duas amostras mensais, uma bruta e uma tratada, de abril a agosto de 2021 na Estação de Tratamento de Água que abastece o município de Toledo, totalizando 10 amostras. No escopo do segundo subprojeto, por ora denominado Vigilância de resíduos na bacia hidrográfica do Miringuava, foram realizadas 12 amostras mensais de água bruta de maio a agosto na área rural do município de São José dos Pinhais, totalizando 48 amostras. O terceiro subprojeto, e o de maior abrangência, foram coletadas, no período de 09 a 24 de agosto, 290 amostras de água tratada abrangendo todas as Regionais de Saúde do Estado. Os detalhamentos relacionados à coleta de alimentos, desta mesma ação, encontram-se na meta 29.

Em relação à Ação Estratégica n.º 5, houve a participação na organização do evento "Ano Internacional das Frutas, Legumes e Verduras - Diálogo Regional Sul", de iniciativa do Ministério da Saúde, INCA, OPAS/OMS, FAO e WFP. O evento visa ampliar a reflexão sobre experiências locais que fortaleçam a produção, o

abastecimento e o consumo de frutas, legumes e verduras e, com isto, promover a saúde, a alimentação adequada e fortalecer os sistemas alimentares saudáveis, justos e sustentáveis. O evento também visa fomentar a inscrição de experiências inovadoras no "Laboratório de Inovação: Incentivo à produção, à disponibilidade, ao acesso e ao consumo de frutas, legumes e verduras", que irão subsidiar a elaboração de um conjunto de recomendações para políticas setoriais e intersetoriais e para o desenvolvimento de estratégias, ações, programas e projetos relacionados ao tema.

Em relação à Ação Estratégica n.º 7, no 2º quadrimestre foram avaliadas 100% das fichas de intoxicações por agrotóxicos relacionadas ao trabalho (n=26 casos, DBF de 11/08/2021), com o total no ano de 85 casos de intoxicação exógena relacionada ao trabalho notificados. Até o momento, foram identificados 6 casos para investigação: 2 casos de óbitos, e 4 casos envolvendo crianças e adolescentes, sendo 1 caso com investigação finalizada.

Em relação à Ação Estratégica n.º 10, está em finalização a proposta de texto para revisão da Resolução n.º 374/2015, e foi encaminhado para Consulta Pública a proposta de norma para regulamentação da venda de produto saneante destinado a empresa especializada.

No contexto da Ação Estratégica n.º 02 está em desenvolvimento um curso de capacitação para os profissionais da Rede de Atenção para a identificação, notificação, diagnóstico e tratamento de intoxicações crônicas e agudas por agrotóxicos (em fase de finalização).

Quanto a Ação Estratégica n.º 03, foram avaliadas 100% das fichas de intoxicações por agrotóxicos (N=90), sendo os casos graves investigados com roteiro complementar. Houve também análise e encaminhamento dos atendimentos dos Centros de Informação toxicológica e notificação dos casos não notificados no SINAN, e monitoramento das fichas de intoxicação crônica no período. Ressalta-se que a notificação e investigação das Intoxicações Exógenas referentes ao ano de 2021 encerram-se em out/2022, podendo ocorrer alterações nas informações da quantidade de casos.

Em relação às análises de água para consumo humano, na Ação Estratégica n.º 04 do PEVASPEA, os trabalhos desenvolvidos durante o último ano estão organizados em três subprojetos que juntos compõem o monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano do Paraná. Até o mês de novembro foram coletadas o total de 390 amostras de água, destas 97 amostras de água bruta e 293 amostras de água tratada.

Ainda referente à ação 04, no que se refere à coleta de alimentos para análises do PARA-PR, houve coleta nas Unidades da CEASA nos municípios de Cascavel (39), Foz do Iguaçu (21 s), Londrina (46), Maringá (41) e Curitiba (coletas nos equipamentos de abastecimento municipais - 35 amostras), totalizando 182 amostras no CEASA no 3º quadrimestre e 357 no total. As coletas nas Escolas Estaduais tiveram início no 3º quadrimestre e ocorreram nos seguintes municípios: Araucária (10), Campo Mourão (7), Cascavel (2), Chopinzinho (22), Colombo (12), Foz do Iguaçu (22), Guaraniaçu (7), Londrina (9), Maringá (26), Paranaíba (10), Pato Branco (9), Pinhais (8), Ponta Grossa (5), São José dos Pinhais (11), totalizando 160 amostras.

No âmbito da Ação Estratégica n.º 05, houve participação de técnicos da 10ª RS no I Fórum de Agricultura Familiar, promovido pelo COMSEA de Cascavel, e participação de técnicos da 16ª RS nos seguintes eventos: Seminário VSPEA/MT; Seminário Região Sul "O impacto do uso de agrotóxicos na saúde e meio ambiente" e Seminário Sul Brasileiro sobre pesquisas realizadas no âmbito dos impactos dos agrotóxicos e transgênicos.

Em relação à Ação Estratégica n.º 06, em outubro foi elaborado um folder eletrônico do PEVASPEA, divulgado nas redes sociais para amplo conhecimento do plano. Além desta ação, foi dado início ao processo de atualização da página, descrito no item "d" abaixo.

Considerando as atividades da Ação Estratégica n.º 07, foram avaliadas 100% das fichas de intoxicações por agrotóxicos relacionadas ao trabalho. Foram identificados 6 casos para investigação: 5 casos em crianças/adolescentes e 1 óbito de trabalhador, todos devidamente encaminhados.

No escopo da Ação Estratégica n.º 10, foi disponibilizada para Consulta Pública (CP) a proposta de norma para regulamentação da venda de produto saneante destinado a empresa especializada, que ficará disponível até janeiro de 2022, com acesso em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Vigilancia-Sanitaria-VISA>. Foi também concluída a proposta de revisão da Resolução Estadual n.º 374/2015 que dispõe sobre a Norma Técnica para funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, e encontra-se em tramitação interna para avaliação jurídica e disponibilização para CP. Em relação às empresas fabricantes de saneantes desinfestantes, manteve-se o monitoramento contínuo das mesmas. Neste período foi elaborada e divulgada a todas as Regionais de Saúde a NT 03/2021 "Orientação às Visas para ações de fiscalização do 'chumbinho' e raticidas irregulares", tendo em vista a grande problemática enfrentada frente a esse tipo de produto. Cabe também destacar, ainda no âmbito dessa ação estratégica, a comunicação para a Anvisa para publicação de Resolução a nível nacional para interdição/apreensão/descarte dos produtos irregulares quando aqui identificados; e a revisão do Procedimento e do Roteiro de Inspeção nas empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, entre outras.

d) Divulgar o resultado das ações por meio de Boletins, Relatórios, Apresentações, entre outros.

Está em elaboração o protótipo do Boletim a ser divulgado periodicamente com reporte das ações do PEVASPEA.

2º Quadrimestre:

Ação não realizada no 2º quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Considerando a relevância do tema, a divulgação das informações relacionadas à execução das ações ocorre mensalmente de forma permanente nas reuniões da comissão de Vigilância em Saúde do CES-PR.

Tendo em vista a necessidade de melhoria contínua das ações de comunicação, no 3º quadrimestre foi iniciado o processo de revisão da página onde constam as informações do PEVASPEA. A primeira atualização contempla a criação de dois novos campos: “Materiais de Comunicação”, onde foram disponibilizados modelos de folders educativos (até o momento – *Raticidas, e Agrotóxicos e Saúde do Trabalhador*), e “Informações de Interesse da Vigilância dos Agrotóxicos” (até o momento – *Intoxicações por agrotóxicos relacionadas ao trabalho, Consumo de Agrotóxicos e Programa de Análise de resíduos de Agrotóxicos em Alimentos – PARA*). Essas e outras informações do PEVASPEA estão disponíveis em: <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Saude-e-agrotoxicos-Pevaspea>.

Ações Relacionadas à Meta nº 4:

a) Desenvolver roteiro para formalização do NSP na Atenção Primária à Saúde.

Desenvolvido roteiro para formalização do NSP na Atenção Primária à Saúde.

Finalizada a elaboração do Manual de Segurança no Cuidado na Atenção Primária à Saúde, em andamento para publicação e treinamento com as Regionais de Saúde como instrumento para nortear os municípios na constituição de NSPs municipais.

2º Quadrimestre:

b) Desenvolver ações para implantação e monitoramento.

Não houve a constituição de novos NSPs municipal, permanecendo apenas os NSPs de Curitiba e Pinhais.

2º Quadrimestre:

Não houve a constituição de novos NSPs municipal.

3º Quadrimestre:

Não houve a constituição de novos NSPs municipal.

Ações Relacionadas à Meta nº 5:

a) Desenvolver ações para fomentar a implantação de Núcleos de Segurança do Paciente nos EAH.

Realizado monitoramento mensal por meio do BI/ANVISA para cadastro de Núcleos de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde.

2º Quadrimestre:

Realizado monitoramento mensal por meio do BI/ANVISA para cadastro de Núcleos de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde. Não houve acréscimo no número de EAH cadastrados.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento mensal por meio do BI/ANVISA para cadastro de Núcleos de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde. Não houve acréscimo no número de EAH cadastrados.

Considerando a relevância da temática da Segurança do Paciente, as câmaras técnicas do CONASS (de Vigilância Sanitária e de Segurança do Paciente) trouxeram discussões do assunto no 3º quadrimestre. Em 26 de novembro de 2021 a Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Paraná apresentou, na reunião do GT-Visa, um resumo das ações realizadas no Estado, e em 29/11/2021, apresentação de igual teor foi realizada no GT-Segurança do Paciente.

b) Monitorar a implantação.

Foi realizado o monitoramento da implantação e cadastramento dos NSP em EAH através da Plataforma de *Business Intelligence* (BI) da ANVISA, na qual todos os Hospitais com NSP implantados devem ser cadastrados, que desde o mês de março encontra-se com atualização diária. Neste monitoramento a Coordenação Estadual de Segurança do Paciente do Paraná (CESP-PR) avaliou o número de Hospitais do Paraná cujos cadastros haviam sido iniciados, porém sem conclusão e também quais os Hospitais sem cadastro. Após este levantamento, foram selecionados hospitais de pequeno porte com cadastros incompletos e para estes a CESP-PR realizou contato telefônico e encaminhou e-mails para orientá-los a respeito da necessidade de conclusão dos cadastros dos NSP junto à ANVISA. Até a data de 27/04/2021, 05 hospitais de pequeno porte cadastraram seus NSP na ANVISA. Para os EAHs sem NSP cadastrado na ANVISA foi realizado contato com as Regionais de Saúde para que auxiliassem no contato direto com esses hospitais.

2º Quadrimestre:

Não houve acréscimo no número de EAH cadastrados.

3º Quadrimestre:

Não houve acréscimo no número de EAH cadastrados.

Ações Relacionadas à Meta nº 6:

a) Implementar projetos de educação permanente para a atualização e integração dos profissionais que desenvolvem atividades com Imunização.

Realizadas reuniões remotas periódicas entre equipes do Programa Nacional de Imunizações/MS, da Secretaria de Estado da Saúde e dos municípios para a organização do processo de vacinação contra a COVID-19 e manutenção do Calendário Vacinal no Paraná.

O indicador do RAG (Relatório Anual de Gestão) é calculado com base no alcance da cobertura de 8 vacinas elencadas no Calendário Nacional de Vacinação da Criança menor de 2 anos, com as seguintes coberturas atingidas:

Quadro 1. Cobertura Vacinal e Metas Preconizadas – Paraná

Vacina	BCG	MENING O C	PENT A	PNEUM O	VIP	ROTAVIRU S	FEBRE AMAREL A	SCR – D1
Meta Preconizada	90%	95%	95%	95%	95%	90%	95%	95%

Cobertura Atingida	11,72 %	4,08%	3,94%	5,29%	3,81 %	5,25%	4,11%	3,88 %
--------------------	---------	-------	-------	-------	--------	-------	-------	--------

O quadro acima mostra que o estado do Paraná não atingiu cobertura vacinal preconizada pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde em nenhuma das 8 vacinas elencadas no Relatório Anual de Gestão, o que resulta no percentual “0” em homogeneidade de cobertura vacinal.

Na avaliação individualizada nos 399 municípios paranaenses, evidencia-se:

399 (100%) municípios apresentam 0% de homogeneidade, ou seja, não atingem cobertura em nenhuma das vacinas do indicador.

A Divisão de Vigilância do Programa de Imunização (DVVPI) vem questionando a Coordenação Geral do Programa Nacional de Imunizações (PNI) pela ausência de dados de imunização no Banco Nacional de Imunizações (BNI). Destaca-se que a ausência de dados em imunização atinge não tão somente o Estado do Paraná, mas todas as Unidades Federadas, o que pode ser evidenciado no do quadro abaixo:

Quadro 2 - Cobertura Vacinal e Metas Preconizadas - Brasil

Vacina	BCG	MENING O C	PENT A	PNEUM O	VIP	ROTAVIRU S	FEBRE AMAREL A	SCR - D1
Meta Preconizada	90%	95%	95%	95%	95%	90%	95%	95%
Cobertura Atingida	8,48 %	8,41%	3,59%	9,55%	8,30 %	9,35%	7,40%	6,26%

2º Quadrimestre:

Quando se avalia a nível de Estado, no 2º Quadrimestre (mai-ago/2021) atingimos as seguintes coberturas:

Quadro 3 – Cobertura Vacinal e Metas Preconizadas - Paraná

Vacina	BCG	MENING O C	PENTA	PNEU MO	VIP	ROTAV IRUS	FEBRE AMAR ELA	SCR – D1
Meta Preconizada	90%	95%	95%	95%	95%	90%	95%	95%
Cobertura Atingida 1º Quadrim.	11,72 %	4,08%	3,94%	5,29%	3,81%	5,25%	4,11%	3,88%
Cobertura Atingida 2º Quadrim.	33,02 %	29,01%	27,99%	32,00%	27,68%	30,82%	24,04%	31,98%

O quadro acima mostra que o estado do Paraná não atingiu cobertura vacinal preconizada pelo Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde em nenhuma das 8 vacinas elencadas no Relatório Anual de Gestão, o que resulta no percentual “0” em homogeneidade de cobertura vacinal.

Na avaliação individualizada nos 399 municípios paranaenses, evidencia-se que:

No 1º quadrimestre, 93 municípios (23,3%) apresentaram homogeneidade de 75% ou mais, 29 municípios (7,3%) apresentaram entre 50 a 75% de homogeneidade e 277 municípios (69,4%) apresentaram homogeneidade menor ou igual de 50%.

No 2º quadrimestre, 399 (100%) municípios apresentam 0% de homogeneidade, ou seja, não atingem cobertura em nenhuma das vacinas do indicador.

Informamos que os dados apresentados são preliminares, considerando que o segundo quadrimestre ainda não está encerrado e que há uma diferença entre o tempo de aplicação e a disponibilização dos dados no sistema de informação. Além de ocorre um delay na transferência de dados do e-SUS-AB para o SIPNI de 45 dias, justificando a ausência de transferência de dados até a presente data.

b) Realizar Seminário Anual para sensibilização dos gestores e profissionais da rede pública.

3º Quadrimestre:

a) Implementar projetos de educação permanente para a atualização e integração dos profissionais que desenvolvem atividades com Imunização.

- Não houve desenvolvimento do projeto de educação permanente.

Quadro 4 – Cobertura Vacinal e Metas Preconizadas – Paraná.

Vacina	BCG	Menin go C	Penta Valent e	Pneum o 10	Polio (VIP)	Rotavi rus	Febre Amar ela	Tripli ce D1	Homogenei dade
Meta Preconiz ada	90%	95%	95%	95%	95%	90%	95%	95%	75%
Cobertur a Atingida 1º Quadrim .	11,72 %	4,08%	3,94%	5,29%	3,81%	5,25%	4,11%	3,88 %	0
Cobertur a Atingida 2º Quadrim .	33,02 %	29,01 %	27,99 %	32,00%	27,68%	30,82 %	24,04 %	31,9 8%	0
Cobertur a Atingida 3º Quadrim .	36,26 %	38,43 %	37,07 %	38,46%	36,98%	37,39 %	32,55 %	38,7 2%	0

O quadro acima, demonstra a cobertura vacinal, das oito vacinas preconizadas no calendário nacional de vacinação, de crianças menores de 1 ano, sendo: BCG,

Pentavalente, Poliomielite Inativada (VIP), Pneumocócica 10, Meningocócica C, Rotavírus, Febre Amarela e Tríplice Viral (D1). Evidencia-se que, no último quadrimestre de 2021 o Estado do Paraná, não atingiu a homogeneidade da cobertura vacinal preconizada

Quanto às baixas coberturas vacinais, reforçamos a justificativa apresentada anteriormente, ou seja, são dados parciais, com problemas na transmissão de informações da Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS).

b) Realizar Seminário Anual para sensibilização dos gestores e profissionais da rede pública.

- Não foi realizado Seminário de Imunização no ano de 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 7:

a) Capacitação para tabulação e qualificação do banco de dados e Curso de Bioestatística para melhorar análise de situação de saúde.

Resultado preliminar: encerrados oportuno (39), notificados (51). % encerrado oportunamente: 76,5%. Meta estadual: 87%

Abaixo listagem de casos não encerrados e inconclusivos para verificação junto às regionais/municípios.

República Federativa do Brasil - Ministério da Saúde Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan

Encerramento Oportuno
Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação

Nível de desagregação: Discriminar por Agravos UF de residência: PR Região de Saúde: TODAS Município de residência: TODOS	Agravos: TODOS Data da avaliação: 22/04/2021 Ano/Período de avaliação: 2021 Período de notificação: 01/01/2021 a 21/02/2021 Arquivos selecionados: CHIKON2021.dbf DENGON2021.dbf NINDINET2021.DBF
--	--

Para este indicador, foram definidas, em virtude de sua magnitude e relevância, os seguintes eventos e doenças de notificação imediata nacional, listados na Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - capítulo I: Antraz pneumônico, Arnavírus, Botulismo, Cólera, Dengue (óbitos), Ebola, Febre amarela, Febre do Nilo ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública, Febre maculosa e outras riquetsioses, Febre purpúrica brasileira, Hantavirose, Influenza humana produzida por novo subtipo viral, Lassa, Malária na região extra Amazônica, Marburg, Poliomielite por poliovírus selvagem, Peste, Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika, Óbito com suspeita de Febre de Chikungunya, Raiva humana, Rubéola, Sarampo, Síndrome de paralisia flácida aguda, Tularemia, Variola e outras emergências de saúde pública.

Agravos	Agravos	Notificações	Oportuno	
		(n)	(n)	%
ANTRAZ PNEUMONICO	24	59	46	78,0
ARENÁVIRUS		0	0	0,0
BOTULISMO		0	0	0,0
COLERA		0	0	0,0
DENGUE (OBITOS)		6	4	66,7
EBOLA		0	0	0,0
FEBRE AMARELA		5	3	60,0
FEBRE DE CHIKUNGUNYA (OBITOS)		1	1	100,0
FEBRE DO NILO OCIDENTAL		0	0	0,0
FEBRE MACULOSA E OUTRAS RIQUETSIOSES		4	1	25,0
FEBRE PURPÚRICA BRASILEIRA		0	0	0,0
HANTAVIROSE		8	7	87,5
INFLUENZA HUMANA PRODUZIDA POR NOVO SUBTIPO VIRAL		0	0	0,0
LASSA		0	0	0,0
MALARIA NA REGIÃO EXTRA AMAZÔNICA		23	20	87,0
MARBURG		0	0	0,0
PARALISIA FLÁCIDA AGUDA		0	0	0,0
PESTE		0	0	0,0
RAIVA HUMANA		0	0	0,0
RUBÉOLA		5	5	100,0
SARAMPO		6	4	66,7
TULAREMIA		0	0	0,0
VARIOLA		0	0	0,0
ZIKA (OBITOS)		1	1	100,0

3º Quadrimestre:

a) Capacitação para tabulação e qualificação do banco de dados e Curso de Bioestatística para melhorar análise de situação de saúde.

. Capacitação presencial de novos interlocutores regionais do Sinan da 09ª RS, 10ªRS e 19ªRS. . Elaboração e divulgação do informe técnico da avaliação preliminar do encerramento oportuno da investigação DNCI – 2021 e listagem de casos não encerrados/inconclusivos para técnicos do nível central e regionais de saúde.

Resultado preliminar: encerrados oportuno (39), notificados (51). % encerrado oportunamente: 82,8%. Meta estadual: 85%

Abaixo listagem de casos não encerrados e inconclusivos para verificação junto às regionais/municípios.

Encerramento Oportuno

Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação

Nível de desagregação: Discriminar por Agravado UF de residência:PR Região de Saúde TODAS Município de residência: TODOS	Agravado: TODOS Data da avaliação: 14/01/2022 Ano/Período de avaliação: 01/09/2021 a 31/12/2021 Período de notificação: 01/09/2021 a 15/11/2021 Arquivos selecionados: CHIKON2021.dbf DENGON2021.dbf NINDINET2021.DBF
<i>Para este indicador, foram definidas, em virtude de sua magnitude e relevância, os seguintes eventos e doenças de notificação imediata nacional, listados na Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - capítulo I: Antraz pneumônico, Arnavírus, Botulismo, Cólera, Dengue (óbitos), Ebola, Febre amarela, Febre do Nilo ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública, Febre maculosa e outras riquetisioses, Febre purpúrica brasileira, Hantavirose, Influenza humana produzida por novo subtipo viral, Lassa, Malária na região extra Amazônica, Marburg, Poliomielite por poliovírus selvagem, Peste, Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika, Óbito com suspeita de Febre de Chikungunya, Raiva humana, Rubéola, Sarampo, Síndrome de paralisia flácida aguda, Tularemia, Varíola e outras emergências de saúde pública.</i>	

Agravado	Agravados	Notificações (n)	Oportuno	
			(n)	%
	24	87	72	82,8
ANTRAZ PNEUMONICO		0	0	0,0
ARENAVIRUS		0	0	0,0
BOTULISMO		0	0	0,0
COLERA		0	0	0,0
DENGUE (OBITOS)		0	0	0,0
EBOLA		0	0	0,0
FEBRE AMARELA		5	4	80,0
FEBRE DE CHIKUNGUNYA (OBITOS)		0	0	0,0
FEBRE DO NILO OCIDENTAL		18	14	77,8
FEBRE MACULOSA E OUTRAS RIQUETISIOSES		5	3	60,0
FEBRE PURPURICA BRASILEIRA		0	0	0,0
HANTAVIROSE		5	4	80,0
INFLUENZA HUMANA PRODUZIDA POR NOVO SUBTIPO VIRAL		0	0	0,0
LASSA		0	0	0,0
MALARIA NA REGIAO EXTRA AMAZONICA		17	16	94,1
MARBURG		0	0	0,0
PARALISIA FLACIDA AGUDA		6	4	66,7
PESTE		0	0	0,0
RAIVA HUMANA		1	1	100,0
RUBEOLA		13	12	92,3
SARAMPO		16	14	87,5
TULAREMIA		0	0	0,0
VARIOLA		0	0	0,0
ZIKA (OBITOS)		1	0	0,0

Encerramento Oportuno

Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação

Nível de desagregação: Discriminar por Agravos UF de residência: PR Região de Saúde: TODAS Município de residência: TODOS	Agravos: TODOS Data da avaliação: 14/01/2022 Ano/Período de avaliação: 01/01/2021 a 31/12/2021 Período de notificação: 01/01/2021 a 15/11/2021 Arquivos selecionados: CHIKON2021.dbf DENGON2021.dbf NINDINET2021.DBF
<p><i>Para este indicador, foram definidas, em virtude de sua magnitude e relevância, os seguintes eventos e doenças de notificação imediata nacional, listados na Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de Setembro de 2017, anexo V - capítulo I: Antraz pneumônico, Arnavírus, Botulismo, Cólera, Dengue (óbitos), Ebola, Febre amarela, Febre do Nilo ocidental e outras arboviroses de importância em saúde pública, Febre maculosa e outras riquetisioses, Febre purpúrica brasileira, Hantavirose, Influenza humana produzida por novo subtipo viral, Lassa, Malária na região extra Amazônica, Marburg, Poliomielite por poliovírus selvagem, Peste, Óbito com suspeita de doença pelo vírus Zika, Óbito com suspeita de Febre de Chikungunya, Raiva humana, Rubéola, Sarampo, Síndrome de paralisia flácida aguda, Tularemia, Varíola e outras emergências de saúde pública.</i></p>	

Agravos	Agravos	Notificações	Oportuno (n)	%
	24	323	282	87,3
ANTRAZ PNEUMONICO		0	0	0,0
ARENAVIRUS		0	0	0,0
BOTULISMO		1	0	0,0
COLERA		0	0	0,0
DENGUE (OBITOS)		26	26	92,9
EBOLA		0	0	0,0
FEBRE AMARELA		25	22	88,0
FEBRE DE CHIKUNGUNYA (OBITOS)		1	1	100,0
FEBRE DO NILO OCIDENTAL		18	14	77,8
FEBRE MACULOSA E OUTRAS RIQUETISIOSES		29	17	58,6
FEBRE PURPURICA BRASILEIRA		0	0	0,0
HANTAVIROSE		50	47	94,0
INFLUENZA HUMANA PRODUZIDA POR NOVO SUBTIPO VIRAL		0	0	0,0
LASSA		0	0	0,0
MALÁRIA NA REGIÃO EXTRA AMAZONICA		65	61	93,8
MARBURG		0	0	0,0
PARALISIA FLACIDA AGUDA		11	9	81,8
PESTE		0	0	0,0
RAIVA HUMANA		2	2	100,0
RUBEOLA		37	33	89,2
SARAMPO		51	46	90,2
TULAREMIA		0	0	0,0
VARIOLA		0	0	0,0
ZIKA (OBITOS)		5	4	80,0

Ações Relacionadas à Meta nº 8:

a) Elaboração de projeto de vigilância de fronteira/Articulação intra e intersetorial e treinamento simulado para emergências em saúde pública.

Realizado o Projeto da Vigilância de Fronteiras.

b) Fortalecimento do Núcleo de vigilância Hospitalar na fronteira.

Em definição ações de fortalecimento do Núcleo de Vigilância Hospitalar na Fronteira.

3º Quadrimestre:

Estão implantadas 60 unidades sentinelas de arboviroses em 57 municípios do Paraná, por meio da Deliberação CIB-PR nº 163/2020, para a comprovação da circulação viral dos 4 sorotipos de dengue (DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4), zika, chikungunya e febre amarela de forma efetiva, precoce, utilizando quantitativo de exames adequados e viáveis. A Unidade Sentinela de Arboviroses de Foz do Iguaçu deverá contemplar

outras ações, na perspectiva de se tornar uma Unidade Sentinela de Vigilância de Fronteira.

Ações Relacionadas à Meta nº 9:

a) Monitorar a notificação de casos.

Meta não atingida no quadrimestre que é de 7,66 casos que corresponde a 33,33% no quadrimestre.

Encaminhado Memorando Circular no dia 07/04/2021 à todas as Regionais de Saúde, enfatizando a responsabilidade de cada Regional em notificar no mínimo 1 caso por ano e as ações para avaliação da qualidade da Vigilância Epidemiológica da PFA/Pólio.

Técnica responsável pelo agravo fez contato com os técnicos da Regionais de Saúde enfatizando o conteúdo do Memorando Circular, bem como colocando-se a disposição para apoio no que for necessário.

2º Quadrimestre:

b) Orientar a investigação e coleta oportuna de amostras biológicas.

Meta não atingida no quadrimestre que é de 7,66 casos que corresponde a 33,33% no quadrimestre.

Encaminhado Memorando Circular no dia 07/04/2021 à todas as Regionais de Saúde, enfatizando a responsabilidade de cada Regional em notificar no mínimo 1 caso por ano e as ações para avaliação da qualidade da Vigilância Epidemiológica da PFA/Pólio.

Técnica responsável pelo agravo fez contato com os técnicos da Regionais de Saúde enfatizando o conteúdo do Memorando Circular, bem como colocando-se a disposição para apoio no que for necessário.

3º Quadrimestre:

Meta não atingida no quadrimestre que é de 7,66 casos que corresponde a 33,33% no quadrimestre.

No acumulado meta não atingida que é de 23 casos que corresponde a 100% do acumulado.

2º Quadrimestre:

Meta não atingida no quadrimestre que é de 7,66 casos que corresponde a 33,33% no quadrimestre.

Orientações e suporte técnico contínuo a todas as Regionais de Saúde, enfatizando a responsabilidade de cada Regional em notificar no mínimo 1 caso por ano e as ações para avaliação da qualidade da Vigilância Epidemiológica da PFA/Pólio.

3º Quadrimestre:

Meta não atingida no quadrimestre que é de 7,66 casos que corresponde a 33,33% no quadrimestre.

No acumulado meta não atingida que é de 23 casos que corresponde a 100% do acumulado.

- Orientações e suporte técnico contínuo a todas as Regionais de Saúde, enfatizando a responsabilidade de cada Regional em notificar no mínimo 1 caso por ano e as ações para avaliação da qualidade da Vigilância Epidemiológica da PFA/Pólio.

- Reunião Técnica da Divisão de Vigilância do Programa de Imunização com as Regionais de Saúde no dia 03/11/2021, assunto abordado: Vigilância da PFA/Pólio

- Reunião Técnica da Divisão de Vigilância das Doenças Transmissíveis com as Regionais de Saúde no dia 16/02/2021, assunto abordado: Vigilância da PFA/Pólio com ênfase na busca ativa de casos suspeitos e a coleta oportuna de amostra biológica.

Ações Relacionadas à Meta nº 10:

a) Capacitação/ Sensibilização dos profissionais para preenchimentos dos dados raça/cor respeitando a autodeclaração do usuário de saúde para caracterização da pessoa que sofreu violência.

Realizado suporte técnico às equipes das regionais de saúde e dos municípios sobre notificação de violência interpessoal e autoprovocada. Em virtude da pandemia da COVID-19 as capacitações planejadas estão adiadas.

2º Quadrimestre:

Elaboração, publicação e divulgação da Nota Técnica 03/2021 – CPRO/DAV/SESA, em 28 de abril, com recomendações da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná aos profissionais que atuam nos estabelecimentos de saúde públicos e privados para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência, notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada e comunicação externa nos casos de violência contra a mulher diante da Portaria GM/MS nº 78, de 18 de janeiro de 2021.

Realizada reunião no dia 02 de junho, com as equipes da SCAPS, SCVGE das 22 regionais de saúde para tratar sobre a vigilância e monitoramento das violências, comunicação externa dos casos de violência à autoridade policial, apresentação da Nota Técnica nº 3/2021 – CPRO/DAV/SESA.

Em virtude da pandemia da COVID-19 as capacitações previstas no planejamento foram adiadas.

Realizado suporte técnico às equipes das RS e municípios de abrangência conforme demandas recebidas.

3º Quadrimestre:

No 2º Quadrimestre de 2021, a meta atingida para esse indicador foi de 91,0%.

Em virtude da pandemia da COVID-19 as capacitações previstas no planejamento foram adiadas. Realizado suporte técnico às equipes das RS e dos municípios de abrangência conforme demandas recebidas sobre vigilância e monitoramento das violências e acidentes, notificação das violências interpessoal e autoprovocada, preenchimento correto da ficha de notificação de acordo com o objeto de notificação preconizado pelo MS, a fim de manter a produção de informações qualificadas, consistentes e robustas.

Ações Relacionadas à Meta nº 11:

a) Monitorar a investigação de transmissão vertical do HIV em todas as crianças menores de 5 anos de idade.

Dispensação de fórmula infantil para as crianças nascidas de mãe soropositiva em todo o Estado.

2º Quadrimestre:

Realizada Webinar (18/05/2021) da Vigilância do óbito com menção em tuberculose nas causas de morte, em parceria com a DVIEP, com a participação dos coordenadores regionais e municipais e técnicos da vigilância.

Realizada Webinar (19/08/2021) sobre o diagnóstico molecular da Tuberculose Drogarresistente, com o foco de divulgar a implantação de novas tecnologias no LACEN PR, com a participação dos coordenadores regionais, técnicos responsáveis pela Rede de Teste Rápido Molecular de Tuberculose (RTR-TB) e profissionais médicos.

Participação no Evento (27/08/2021) Tabagismo e Covid-19: impactos, prevenção à iniciação e perspectivas, para abordar sobre a tuberculose nesse contexto.

Realizada reunião com representantes do Complexo Hospital do Trabalhador.

b) Monitorar a cobertura de TARV nas gestantes HIV positivas.

Monitoramento contínuo = 100% das gestantes em acompanhamento fazendo a profilaxia.

2º Quadrimestre:

Distribuição do autoteste de HIV para jovens participantes do Projeto Protagonismo Juvenil.

Capacitação em PrEP (Profilaxia Pré Exposição) para os municípios e regionais – Projeto Protagonismo Juvenil.

Realização de capacitação no Sistema de Monitoramento clínico de Pessoas Vivendo com HIV – SIMC, juntamente com a Divisão de Doenças e Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis DDCCIS do Ministério da Saúde, para monitoramento das pessoas vivendo que estão em GAP de tratamento.

Retorno das atividades do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, agora como Comitê Estadual de Investigação STORCH-Z e HIV.

3º Quadrimestre:

- Descentralização da PrEP= 12 regionais e 104 municípios.

- Acesso ao diagnóstico = 3.750 autotestes distribuídos, permitindo o acesso ao diagnóstico para a população não precisar se deslocar até os serviços de saúde.

- Redução de aproximadamente 3 a 5% no Gap de tratamento. Este monitoramento é contínuo, estabelecendo um acompanhamento mensal das pessoas vivendo que estão em GAP de tratamento.

- Distribuição de insumos de prevenção: Preservativos internos e externos 350 mil; Fórmula láctea 10.500 latas de leite, 78.973 testes rápidos para HIV, sífilis e hepatite B e C.

Webinar alusivo ao Dia Mundial do HIV, com ênfase na prevenção da transmissão vertical do HIV.

- Reuniões do protagonismo juvenil contemplando vários assuntos como: Estudo Mosaico, - Relato de PVHIV nacional, prevenção combinada, com aproximadamente 50 jovens participantes.

- Proposta de eliminação da transmissão vertical do HIV no Estado do Paraná para municípios, independentemente do número populacional.

- Manutenção do título de Eliminação da transmissão vertical para os municípios com 100 mil ou mais habitantes que são Curitiba e Umuarama.

Ações Relacionadas à Meta nº 12:

a) Monitorar as gestantes diagnosticadas com sífilis que realizaram o pré-natal (cobertura maior ou igual a 80% das gestantes diagnosticadas).

85% das gestantes com sífilis estão em acompanhamento de pré-natal.

2º Quadrimestre:

b) Monitorar o tratamento adequado da gestante com sífilis (maior ou igual a 90% da gestantes tratadas adequadamente).

90% das gestantes receberam nesse período, pelo menos 1 dose de penicilina.

Retorno das atividades do Comitê de Investigação da Transmissão Vertical do HIV, agora como Comitê Estadual de Investigação STORCH-Z e HIV.

Projeto em desenvolvimento do Protagonismo Juvenil, no combate ao HIV e outras IST.

2º Quadrimestre:

Realizado 4 encontros no período do Comitê Estadual de Investigação STORCH-Z e HIV e apresentado sobre a Certificação da Eliminação Vertical da Sífilis Congênita no Paraná.

3º Quadrimestre:

90% das gestantes receberam nesse período, pelo menos 1 dose de penicilina.

Webinar alusivo ao Dia nacional de Enfrentamento da sífilis com a certificação de 210 municípios que atingiram aos critérios (Certificação da eliminação da transmissão vertical da sífilis), entre eles : Taxa de incidência menor ou igual a 2,5/1.000 nascidos vivos nos últimos 03 anos; proporção menos que 25% das crianças menores de 01 ano, com sífilis congênita nos últimos 03 anos Proporção de 90% das gestantes com 4 ou mais consultas de pré-natal nos últimos 02 anos; Proporção de 90% de gestantes com diagnóstico de sífilis, que receberam uma dose ou mais de penicilina G benzatina nos últimos 02 anos; Proporção de 50% ou mais das gestantes que foram diagnosticadas com sífilis, no primeiro trimestre da gestação no últimos 02 anos.

Ações Relacionadas à Meta nº 13:

a) Incentivar o aumento do percentual de sintomático respiratório examinado.

Monitoramento contínuo dos sistemas de informação e contato com os coordenadores regionais para solução de situações pontuais.

Participação em reunião com a ADAPAR (29/01/2021) sobre casos de tuberculose em bovinos para orientação de busca de sintomáticos respiratórios entre os contatos humanos.

Em 22/03/2021 foi realizada reunião virtual em alusão ao Dia Mundial de Combate a Tuberculose com participação de coordenadores regionais e municipais. Estímulo a retomada das ações de controle da doença de acordo com a realidade epidemiológica de cada território.

Produção de Boletim Epidemiológico da Tuberculose no Paraná com indicadores e resultados das ações por regionais e municípios para avaliação.

2º Quadrimestre:

b) Estimular a testagem para HIV de todos os casos diagnosticados por tuberculose.

Distribuição de teste rápido para HIV para regionais de saúde e municípios.

Realizadas reuniões virtuais para sensibilização de públicos pontuais para testagem (protagonismo juvenil).

3º Quadrimestre:

Distribuição de teste rápido para HIV para regionais de saúde e municípios.

Realizadas reuniões virtuais para sensibilização de públicos pontuais para testagem (protagonismo juvenil).

Elaboração de Nota técnica nº10 orientação e aplicação do PPD

Elaboração da Nota nº 15/2021 (DCIST/SESA) Avaliação de contatos humanos de casos confirmados de tuberculose bovina.

Realizada Webinar (LACEN/DCIST/SESA) sobre novo método diagnóstico de resistência LPA (Hibridação com sonda em linha) no LACEN PR, o qual já está em andamento, oportunizando o diagnóstico de resistência com tempo otimizado, para diagnóstico e tratamento corretos.

O método para diagnóstico para infecção latente de tuberculose (ILT) está sendo incorporado ao SUS. Em parceria com o LACEN PR, estamos avaliando a possibilidade de incorporar os testes IGRA no Paraná.

Redesenho da Rede Laboratorial de Teste Rápido Molecular RTR-TB para potencializar a realização de diagnóstico precoce, bem como diagnóstico da tuberculose droga resistente no estado. Atualmente temos 11 equipamentos.

JUSTIFICATIVA: Quando esse indicador foi proposto, inicialmente seria para municípios com taxa de incidência de TB menor ou igual a 10/100.00 habitantes. Então foi adicionado a composição de que tivessem 0,3% ou mais de busca de Sintomáticos Respiratórios (SR).

Todas as ações desencadeadas para incentivar o diagnóstico de tuberculose, tiveram um resultado positivo quanto ao comprometimento e capacitação dos profissionais de saúde, quanto à importância do diagnóstico e tratamento em tempo oportuno, mas não atingiram o objetivo no que se refere a busca do SR. A busca dos SR ficou comprometida, desde o início da pandemia, onde foi priorizado a pesquisa por COVID-19 e a busca pelos serviços de saúde reduziram sensivelmente.

Mesmo havendo uma discreta redução nos diagnósticos devido a pandemia da COVID-19, os testes já estão retornando a sua capacidade habitual e está sendo feito um redimensionamento da Rede para o alcance do objetivo de ampliar o método diagnóstico nos territórios.

Assim, o número acumulado apresenta um total de 197 municípios que atingiram a meta de incidência menor ou igual a 10/100.00 habitantes (49,4% dos municípios do Estado). Quando utilizamos a composição final do indicador, apenas 28 municípios atingiram a meta de 0,3% ou mais. Muitos dentro desses 197 municípios ficaram com o percentual mais de 0,2% ou mais, mas não foram contados para o resultado do indicador.

A tosse é o principal sintoma da tuberculose pulmonar. Assim, considera-se suspeito de portar tuberculose quem tem tosse prolongada. Há várias décadas os organismos internacionais recomendam a busca ativa de SR como estratégia para o diagnóstico precoce da tuberculose. Os locais ideais para se organizar a procura de casos são os serviços de saúde, onde a detecção de casos entre os SR deve ser uma atitude permanente e incorporada à rotina de atividades dos profissionais de saúde.

Consideramos que é imprescindível, para a efetiva vigilância da tuberculose, a implementação do diagnóstico precoce de casos a partir da busca ativa dos SR, e já estamos orientando incansavelmente, para que oportunizem o diagnóstico diferencial quando a procura pelo diagnóstico da COVID ocorre nos serviços de saúde.

Ações Relacionadas à Meta nº 14:

a) Formar codificadores de causa básica do óbito, e de investigação de causa básica mal definida.

O Banco de Dados de 2020 somente se encerra para as investigações de causas mal definidas no início de 2021.

2º Quadrimestre:

Formar codificadores de causa básica do óbito, e de investigação de causa básica mal definida. Realizado curso para a formação de codificadores da causa básica na forma de EAD, com parceria da Escola de Saúde Pública do Paraná com a participação das RS, nos meses de abril e maio de 2021.

Planejamento de implantação de projeto de redução de códigos Garbage (Causas pouco úteis para mortalidade) com as 22 Regionais de Saúde do Estado.

b) Implantar Serviços de Verificação de Óbitos para elucidar causas de morte natural mal definidas.

Ações Relacionadas à Meta nº 15:

a) Monitorar mensalmente as investigações dos óbitos maternos.

2º Quadrimestre:

Monitorar mensalmente as investigações dos óbitos maternos.

Fortalecer a Vigilância Epidemiológica do Óbito materno e o Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbitos (GTARO) das Regionais de Saúde e respeitar o tempo oportuno de investigação dos óbitos maternos segundo a Portaria nº 1.119/GM, de 5 de junho de 2008.

3º Quadrimestre:

Em prol de orientar as equipes da epidemiologia das regionais de saúde e municípios, foram realizadas capacitações sobre codificação, processo investigativo dos OM e inconsistências no Sistema de Informação sobre Mortalidade;

Atualização da ficha de investigação estadual de OM, com objetivo de facilitar o processo, reunindo todas as informações primordiais em um único instrumento.

Ações Relacionadas à Meta nº 16:

a) Monitorar mensalmente as investigações dos óbitos MIF.

2º Quadrimestre:

Monitorar mensalmente as investigações dos óbitos maternos.

Fortalecer a Vigilância Epidemiológica do Óbito materno e o Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbitos (GTARO) das Regionais de Saúde e respeitar o tempo oportuno de investigação dos óbitos maternos segundo a Portaria nº 1.119/GM, de 5 de junho de 2008.

b) Fortalecer Grupo Técnico de Agilização e Revisão do Óbitos (GTARO) das Regionais de Saúde e do processo de investigação, cumprindo o tempo oportuno determinado na Portaria Portaria nº 1.119/GM, de 5 de junho de 2008.

3º Quadrimestre:

c) Capacitar as equipes da epidemiologia das Regionais de Saúde sobre a investigação dos óbitos MIF.

Realizado capacitações sobre processo investigativo dos óbitos MIF e inconsistências no Sistema de Informação sobre Mortalidade.

Ações Relacionadas à Meta nº 17:

a) Validar as amostras das investigações das esferas municipais e regionais.

2º Quadrimestre:

Apoiar as regionais de Saúde facilitando o acesso a todas as informações necessárias ao processo investigatório referente aos óbitos infantis;

Atualizar as fichas de investigação de óbito infantil;

Fomentar a realização de entrevista domiciliar como complemento do processo investigatório dos óbitos infantis, a ser realizada pela equipe da atenção primária dos municípios;

Qualificar o processo de investigação de óbitos infantis e realizar a investigação em tempo oportuno.

b) Fortalecer o GTARO (Grupo de Trabalho de Agilização da Investigação de Óbito) nas Regionais de Saúde e do processo de investigação, cumprindo o tempo oportuno determinado em legislação.

3º Quadrimestre:

-Elaboração de documento com orientações sobre os critérios de investigação e o processo investigatório dos óbitos infantis a ser realizado pelos municípios, Regionais de Saúde e nível central da SESA. Material este encaminhado às Regionais de Saúde juntamente com o Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal e o Manual de Preenchimento da Investigação de Óbito Infantil.

-Realização de levantamento e análise das investigações dos óbitos infantis do ano de 2020 por município e Regional de Saúde.

-Realização de reuniões com as Regionais de Saúde para discussão e orientação sobre o processo investigatório, apresentação de dados referentes às investigações, por município e Regional de Saúde e esclarecimento sobre as inconsistências encontradas no Sistema de Informação sobre Mortalidade.

-Apresentação e discussão sobre os dados de mortalidade infantil relacionados às STORCH + Z e HIV (sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, hepatite, zika vírus e HIV) no Comitê Estadual de Investigação das STORCH+Z e HIV.

-Apresentação mensal dos dados de mortalidade infantil nas reuniões da Câmara Técnica de Saúde da Mulher,

-Apresentação dos dados de mortalidade infantil na reunião da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite CIB-PR.

Ações Relacionadas à Meta nº 18:

a) Validar as amostras das investigações das esferas municipais e regionais.

2º Quadrimestre:

b) Fortalecer o GTARO (Grupo de Trabalho de Agilização da Investigação de Óbito) nas Regionais de Saúde e do processo de investigação, cumprindo o tempo oportuno determinado em legislação.

3º Quadrimestre:

-Elaboração de documento com orientações sobre os critérios de investigação e o processo investigatório dos óbitos fetais a ser realizado pelos municípios, Regionais de Saúde e nível central da SESA. Material este encaminhado às Regionais de Saúde juntamente com o Manual de Vigilância do Óbito Infantil e Fetal e o Manual de Preenchimento da Investigação de Óbito Fetal.

-Realização de levantamento e análise das investigações dos óbitos fetais do ano de 2020 por município e Regional de Saúde.

-Realização de reuniões com as Regionais de Saúde para discussão e orientação sobre o processo investigatório, apresentação de dados referentes às investigações, por município e Regional de Saúde e esclarecimento sobre as inconsistências encontradas no Sistema de Informação sobre Mortalidade.

-Apresentação e discussão sobre os dados de mortalidade fetal relacionados às STORCH + Z e HIV (sífilis, toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, hepatite, zika vírus e HIV) no Comitê Estadual de Investigação das STORCH+Z e HIV.

-Apresentação mensal dos dados de mortalidade fetal nas reuniões da Câmara Técnica de Saúde da Mulher,

-Apresentação dos dados de mortalidade fetal na reunião da Câmara Técnica da Comissão Intergestores Bipartite CIB-PR.

Ações Relacionadas à Meta nº 19:

a) Pactuação com a SESP (IML's), para utilização das estruturas já existentes.

2º Quadrimestre:

Pactuação com a SESP (IML's), para utilização das estruturas já existentes.

Estimulo à parceria com municípios, universidades e programas de residência médica.

Instituição de grupo técnico para acompanhamento da implantação, execução de ações da Rede de Serviços de Verificação de Óbitos, conforme a Resolução 699/2019.

b) Estimular a parceria com municípios, universidades e programas de residência médica.

3º Quadrimestre:

Realizada reunião técnica com a presença do Ministério da Saúde, Sesa e Regionais de Saúde para fortalecimento do SVO em Cascavel e Foz do Iguaçu e implantação do Serviço de Verificação de Óbito na 2º RS Metropolitana, além de Maringá e Londrina.

Ações Relacionadas à Meta nº 20:

a) Supervisão nos laboratórios quanto à Gestão da Qualidade e Biossegurança.

As supervisões foram suspensas durante a pandemia da COVID-19, sendo realizadas somente as emergenciais que estejam relacionadas à realização dos exames para esta doença. Neste período foram realizadas 2 (duas) supervisões.

3º Quadrimestre:

Ainda por conta da pandemia da COVID-19 as supervisões foram suspensas, sendo realizadas somente as emergenciais que estejam relacionadas à realização dos exames para esta doença. Neste período foram realizadas 46 supervisões.

Ações Relacionadas à Meta nº 21:

a) Trabalhar municípios prioritários com Índice de Infestação Predial (IIP) $\geq 4\%$ por meio da supervisão do trabalho de campo realizado pelas Regionais de Saúde, de forma a identificar as fragilidades e assim propor medidas para a redução de índice e controle vetorial.

Realizada vídeoconferência da equipe técnica da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores- DVDTV com as regionais de saúde cujos municípios apresentaram índice de infestação predial –IIP igual ou superior a 4% em novembro de 2020, a saber: Laranjal, pertencente à 05ªRS; Capanema, pertencente à 08ªRS e São Miguel do Iguaçu, pertencente à 09ªRS.

O encontro virtual apresentou o “Roteiro para Avaliação da Organização do Trabalho de Controle Vetorial” que aplicado no município pela equipe técnica da regional de saúde propiciará diagnóstico situacional das fortalezas e fragilidades visando propor ações que visem à resolubilidade dos problemas detectados.

2º Quadrimestre:

As regionais de saúde envolvidas no projeto realizaram a aplicação do instrumento de diagnóstico situacional nos municípios considerados prioritários e, partir deste, elaboraram relatório técnico apresentando as potencialidades e fragilidades encontradas quanto às ações de controle vetorial. O relatório foi discutido com a equipe da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores- DVDTV a fim de estabelecer e propor medidas a serem adotadas pelos municípios como forma de alcançar a redução do índice de infestação predial.

Posteriormente, foram realizadas visitas técnicas aos municípios pelas equipes técnicas da DVDTV e das Regionais de Saúde envolvidas (vigilância ambiental, epidemiológica e atenção à saúde) com a finalidade de realizar a devolutiva da aplicação do instrumento de diagnóstico situacional e apoiar tecnicamente a implantação de propostas de melhorias e adequações nos processos de trabalho.

3º Quadrimestre:

Tendo em vista o acompanhamento das ações previstas na Programação Anual de Saúde 2021 no que se refere a meta nº 21, dos 3 municípios elencados como prioritários, foi solicitado por São Miguel do Iguaçu capacitação para os Agentes de Combate as Endemias, para atualização e padronização das ações de campo de forma a executar com maior presteza as atividades de rotina previstas no Programa Nacional de Controle da Dengue, tal capacitação foi executada pelos técnicos do Núcleo de Entomologia da 17ª Regional de Saúde e por um técnico da Divisão de Doenças Transmitidas por Vetores. Já os municípios de Laranjal e Capanema tiveram o apoio

dos técnicos da 5ª Regional de Saúde e 8ª Regional de Saúde, respectivamente, para o cumprimento das ações propostas segundo os diagnósticos produzidos nas visitas aos municípios como forma de alcançar o objetivo de redução do Índice de Infestação Predial (IIP) no levantamento de índice entomológico realizado no período compreendido entre 01/10/2021 à 15/11/2021.

Dos três municípios apenas Laranjal conseguiu alcançar o proposto e obteve a redução do IIP de 5,1% em 2020 para 0,0% em 2021. Já os municípios de Capanema e São Miguel do Iguaçu não conseguiram êxito na meta. Mesmo contando com todo o apoio e intensificação das visitas técnicas realizadas pelas regionais de saúde e pelos técnicos da Divisão de Doença Transmitidas por Vetores o município de Capanema que alcançou o IIP de 4,4% em 2020 obteve IIP de 4,9% em 2021. E São Miguel do Iguaçu que obteve IIP de 4,7% em 2020, concluiu 2021 com IIP de 8,0%. Tal fato mostra que existe a necessidade de intensificar a aproximação do estado por meio de rotinas de supervisão nos trabalhos realizados nos municípios de maneira a identificar as fragilidades em tempo oportuno para sugerir alterações na rotina, objetivando a redução da infestação por *Aedes aegypti*. Além disso, muito do trabalho foi prejudicado pela pandemia de Covid-19, pois o Ministério da Saúde por meio de Nota Informativa nº 13/2020 – CGARB/DEIDT/SVS/MS de 06 de maio de 2020 orientou a suspensão da realização dos levantamentos entomológicos, e mesmo após emissão de Nota Técnica nº 3/2021-CGARB/DEIDT/SVS/MS que recomendou a retomada da execução do Levantamento Entomológico para arboviroses urbanas no ano de 2021, inclusive em áreas de possível transmissão simultânea de Coronavírus, manteve a orientação prevista na Nota Informativa nº 11/2020 -CGARB/DEIDT/SVS/MS de 16 de novembro de 2020 que restringia o acesso dos ACEs as residências, o que afetou significativamente as atividades de campo.

Como resultados desta ação, ainda, 345 municípios optaram pela realização do levantamento de índice no 5º ciclo, que foi encaminhado à SESA em novembro de 2021 e 54 municípios não enviaram informação sobre a realização do levantamento. Um total de 146 obtiveram IIP menor que 1%, sendo classificado como satisfatório; 158 municípios apresentaram IIP entre 1% a 3,99%, classificados como situação de alerta e 40 municípios tiveram IIP superior a 4%, classificados como situação de risco para ocorrência de epidemias. Tais resultados podem ser explicados, parte por conta do comprometimento da rotina de trabalho de campo acarretada pela pandemia de Covid-19, somada as condições climáticas que antecederam a realização do levantamento entomológico, o qual foi realizado após um longo período de estiagem seguido por semanas de chuvas intensas, o que permitiu perceber que a falta da atividade de visita domiciliar, manteve no ambiente, potenciais criadouros com quantidade de ovos de *Aedes aegypti* suficientes para que permanecesse a população de mosquitos elevada.

Ações Relacionadas à Meta nº 22:

a) Fortalecer ações conjuntas com a vigilância sanitária, atenção em saúde da criança e do adolescente e Secretaria de Estado da Educação.

Planejamento da campanha de 2021 com base nos dados do ano anterior, promovendo a integração das equipes de Atenção e Vigilância em Saúde na divulgação da campanha de prevenção ao envenenamento infantil.

2º Quadrimestre:

Acompanhamento e auxílio às regionais de saúde quanto ao correto preenchimento das fichas de notificação e na investigação em casos de intoxicações de crianças e adolescente de 0-12 anos.

Iniciado contato com a Secretaria de Educação para a proposta implantação de divulgação de medidas preventivas de intoxicações com crianças e adolescentes nas escolas. Programação prevista para o 2º semestre do ano de 2021.

Análise do banco de dados das notificações com enfoque nas intoxicações por medicamento em crianças e adolescente de 0-12 anos.

a) Realizar parceria com a assistência farmacêutica, por meio do conselho Regional de Farmácia para orientação de prevenção de acidentes no momento da entrega de medicamentos.

3º Quadrimestre:

Contínuo acompanhamento e auxílio às regionais de saúde quanto ao correto preenchimento das fichas de notificação e na investigação em casos de intoxicação de crianças e adolescentes de 0-12 anos. Análise dos roteiros complementares aplicados na investigação desses casos. Foram no total 107 casos: Setembro foram 67 casos, Outubro 34 casos, Novembro 6 casos e em Dezembro nenhum caso foi registrado no SINAN, lembrando que os dados são preliminares e poderão sofrer alterações (fonte DBF 05/01/2022).

Fase inicial do contato com a Secretaria de Educação para a proposta implantação de divulgação de medidas preventivas de intoxicações com crianças e adolescentes nas escolas. Programação prevista para o 2º semestre do ano de 2021 ainda está em andamento.

Análise contínua do banco de dados das notificações com enfoque nas intoxicações por medicamento em crianças e adolescente de 0-12 anos.

Ações Relacionadas à Meta nº 23:

a) Estabelecer fluxo para o acompanhamento dos dados do SISAGUA.

Realizada reunião online entre a DVVSM, LACEN, 1ª e 2ª Regionais de Saúde para orientar sobre novo fluxo de solicitação de análises do parâmetro fluoreto para o LACEN nos municípios de abrangência.

2º Quadrimestre:

Elaborado Nota Orientativa pela DVVSM/CVIA referente ao parâmetro fluoreto com objetivo de subsidiar as Regionais de Saúde e as vigilâncias municipais nos encaminhamentos frente às informações obtidas nos dados do Sisagua.

Constam no Sisagua, segundo dados extraídos no dia 25/08/21, os dados referentes às análises de fluoreto realizadas pela rede do LACEN e pelas Universidades Estaduais conveniadas de 20 Regionais de Saúde.

b) Capacitar profissionais com auxílio da vigilância para realizar o estudo dos dados coletados no SISÁGUA.

Considerando a situação pandêmica do COVID-19, parte das ações do GT-FLUOR foram suspensas, porém a realização das análises do parâmetro flúor dentro do Programa VIGIAGUA não foram interrompidas.

A DVVSM realizou a sistematização do banco de dados do SISAGUA, referente ao período 2019 a 2020. Esses dados foram tabulados para subsidiar as discussões intersetoriais e definir melhor as estratégias, a proposição de treinamentos específicos, e estabelecer mecanismos para maior confiabilidade dos dados e redefinir o plano de amostragem para parâmetro fluoreto.

2º Quadrimestre:

c) Realizar levantamento quanto a ocorrência de fluorose nos municípios das regionais de saúde.

Tabulado pela DVSAB/COAS os dados de ocorrência de fluorose dental pelo SISAB, no formato de série histórica de 2016-2019 para se estruturar junto as Universidades Estaduais participantes do GT Flúor e encaminhar as propostas de ação.

3º Quadrimestre:

Realizada avaliação do banco de dados do Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) com o objetivo de identificar populações expostas a concentração elevada de flúor natural proveniente de água subterrânea utilizadas para o consumo humano. Os dados subsidiarão o GT Flúor para proposição de estratégias viáveis voltadas a avaliação de risco para fluorose dentária em municípios considerados prioritários.

A Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano preconiza um número mínimo de análises de vigilância a serem realizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde com base na faixa populacional do município. Constam 24.572 resultados de análise do parâmetro fluoreto, inseridas no Sisagua até 17 de dezembro de 2021, proveniente de amostragem realizada.

Regional de Saúde	Total de análises realizadas	Nº mínimo de análises preconizadas na Diretriz Nacional	Percentual de cumprimento da Diretriz Nacional (%)
1 RS	329	468	70,3
2 RS	2524	2484	101,6
3 RS	1725	840	205,4
4 RS	1113	564	197,3
5 RS	1718	1272	135,1
6 RS	131	564	23,2
7 RS	0	948	0,0
8 RS	1325	1644	80,6
9 RS	1228	636	193,1
10 RS	702	1596	44,0
11 RS	1286	1524	84,4

12 RS	2141	1308	163,7
13 RS	616	684	90,1
14 RS	1421	1704	83,4
15 RS	3049	1920	158,8
16 RS	182	1116	16,3
17 RS	2137	1512	141,3
18 RS	267	1260	21,2
19 RS	915	1320	69,3
20 RS	723	1152	62,8
21 RS	468	444	105,4
22 RS	572	960	59,6
TOTAL	24.572 (100%)	25.920	94,8

Ações Relacionadas à Meta nº 24:

a) Regular o risco sanitário no Estado, promovendo ações voltadas a desburocratização com foco no risco e monitorar a implementação da norma.

Construção da proposta de repactuação de competência das ações de Vigilância Sanitária, a fim de efetuar ajustes e alinhamentos necessários e adequá-la ao estabelecido na Resolução Sesa nº 1.034, que estabelece o grau de risco sanitário das atividades. Processo realizado com análise e contribuição das 22 Regionais de Saúde e de parcela dos municípios paranaenses, indicados pelo COSEMS.

Contribuição no conteúdo da Consulta Pública 2º Projeto de Revisão ABNT NBR 7256 Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações.

No 1º quadrimestre foram realizadas 107 análises de projetos básicos de arquitetura de estabelecimentos de alto risco sanitário.

Foi realizada, em 2020, uma pesquisa junto às RS, versando sobre a apropriação do Processo Administrativo Sanitário (PAS) pelas equipes da vigilância sanitária, o que revelou enormes fragilidades no manejo dessa ferramenta e relevantes heterogeneidades na sua condução, e determinou a necessidade de padronização do instrumento no âmbito da SESA-PR, com intenso e permanente apoio técnico e analítico para a elaboração dos atos processuais. No contexto do processo de padronização, tratativas com o Núcleo de Informática e Informações (NII) culminaram com o desenvolvido de um sistema para a emissão do Auto/Termo (SISTEMA SESA AUTO/TERMO), destinado a registrar as diversas medidas administrativas legalmente disponíveis para o controle sanitário realizado pelas equipes de Vigilância em Saúde, inclusive o Auto de Infração que dá início ao PAS. Esse sistema está com a primeira versão finalizada e previsão de implantação para o mês de maio/2021, ocasião em que será também disponibilizada a primeira fase do Procedimento Operacional Padrão do PAS, definindo os passos e respectivos fluxos a serem observados, unificando as condutas administrativas e contribuindo efetivamente para a melhoria da qualidade das

práticas sanitárias em curso. Essas ferramentas representam a consolidação do primeiro passo da padronização do PAS na instituição, homogeneizando o formulário base utilizado pelas autoridades sanitárias estaduais, revestindo-o da necessária oficialidade, com numeração automática e plena observância dos requisitos de forma exigidos pela legislação vigente, bem como redefinindo as regras de preenchimento, fluxos e demais orientações administrativas relacionadas à atividade. Constituirá também, na medida em que for sendo utilizado, um banco de dados apto a apoiar a gestão da vigilância, permitindo a realização de análises gerenciais para orientar a tomada de decisão no aprimoramento das ações sob responsabilidade estadual, revelando questões a serem priorizadas no planejamento do serviço e, ainda, a eventual necessidade de estratégias inovadoras voltadas à qualificação permanente das ações de vigilância.

Para a Vigilância Sanitária, as novidades mencionadas significam um enorme e estratégico avanço na qualificação das ações desenvolvidas e uma oportunidade de resgate e legitimação do papel coordenador do Sistema Estadual de VISA atribuído Coordenadoria de Vigilância Sanitária.

2º Quadrimestre:

Em decorrência das tratativas a respeito da pactuação das competências para execução das ações de controle sanitário, foi publicada a deliberação CIB n.º 85/2021, trazendo atualização do rol de atividades sujeitas a vigilância sanitária e organização frente à responsabilidade para execução das mesmas.

Houve o lançamento do Sistema Auto/Termo PR, que se tornou vigente a partir de 01 de junho, bem como do PG-CVIS-09 Processo Administrativo Sanitário (PAS), conforme justificativas já apresentadas no relato do 1º quadrimestre. Foram realizadas orientações pontuais às 22 RS, e tem sido efetuado acompanhamento e monitoramento contínuo dos documentos elaborados.

Os dados dos primeiros 60 dias de uso do Sistema Auto/Termo PR (01/06 a 30/07) já nos permite evidenciar resultados importantes para a gestão do sistema estadual de vigilância sanitária. Nesse período foram gerados 370 formulários, dos quais 299 em ambiente de produção e 71 em treinamento. Dos formulários já concluídos (155), todos foram analisados individualmente com *feedback* à RS emitente. Neste mesmo período foi notificada a abertura de 25 Processos Administrativos Sanitários pela Vigilância Sanitária Estadual, os quais também se encontram sob acompanhamento contínuo. Além desse trabalho, vem sendo efetuadas orientações diárias às RS a respeito da regularidade dos PAS instaurados, a fim de prover encaminhamento oportuno, legal e pautados na razoabilidade e no risco.

A análise do resultado da pesquisa, citada no relato do 1º quadrimestre e respondida por 375 municípios, nos permitiu evidenciar que 349 municípios seguem o disposto na RE n.º 1.034/2020, conduzindo as ações de vigilância sanitária com base no grau de risco das atividades. Daqueles que informaram possuir legislação própria, foi realizada a análise da mesma e orientado os que não estavam convergindo com as normativas atuais.

Houve participação nas reuniões da Consulta Pública 2º Projeto de Revisão ABNT NBR 7256 Tratamento de ar em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS) - Requisitos para projeto e execução das instalações, que culminou recentemente na publicação da norma revisada.

No 2º quadrimestre foram realizadas 146 análises de projetos básicos de arquitetura de estabelecimentos de alto risco sanitário, correspondendo a uma metragem quadrada de aproximadamente 128 mil m².

3º Quadrimestre:

Destacamos no 3º quadrimestre o resultado demonstrado por meio das ações das auditorias da Qualidade realizadas pela Anvisa para verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos pela RDC n.º 560/2021 e IN n.º 32/2019, no que se refere à manutenção do *status* de Estado habilitado para realizar inspeções sanitárias em fabricantes de medicamentos, insumos farmacêuticos ativos e produtos para a saúde, classes III e IV, em que a Vigilância Sanitária do Paraná obteve a delegação deferida por meio da Portaria n.º 679, de 14 de dezembro de 2021, com percentuais de atendimento de 100% para os 78 critérios estabelecidos no roteiro de auditoria para as áreas de medicamentos e produtos para a saúde, os quais são classificados como críticos (n=48), muito importantes (n=26) e importantes (n=4).

O fato de nenhum dos municípios estar habilitado para realizar tais inspeções, demandou ao Estado a inclusão dessas empresas no cronograma de inspeções estadual, concluindo, em 2021, cerca de 60 inspeções sanitárias nestas classes de produtos, contando, em todas elas, com técnicos inspetores do Estado devidamente habilitados pelo PROG-CVIS-DVVSP-01 Programa de Qualificação e Capacitação vigente, o que gerou uma grande demanda para organização, operacionalização e monitoramento do processo de trabalho. Cabe ressaltar que, mediante todas as dificuldades enfrentadas, foi dado atendimento a todas as inspeções em fabricantes de medicamentos, insumos farmacêuticos ativos e produtos para a saúde, classes III e IV programadas para 2021, cumprindo o cronograma estabelecido.

Considerando o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária do Estado frente a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade em Vigilância Sanitária, houve participação, em 18 de novembro, como palestrante no módulo IV da Oficina para implantação do SGQ “Seminário de Alinhamento conceitual”, a fim de explicar a experiência do PR.

Ainda em relação à Gestão da Qualidade, foram revisados 16 Procedimentos Operacionais Padrão, 02 Procedimentos Gerenciais e, elaborados 04 Instruções de Trabalho, 01 Procedimento Gerencial e 02 Procedimentos Operacionais no decorrer do ano, objetivando melhorar o entendimento e a aplicabilidade dos documentos pelos técnicos de Visa do Estado, de acordo com as reais necessidades destes, e com vistas a melhorar a entrega dos resultados às partes interessadas.

No 3º quadrimestre foi formalizado o Grupo Técnico estadual para elaboração do Decreto regulamentador da Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, composto por membros da Vigilância Sanitária, Casa Civil, Controladoria Geral do Estado, Instituto Água e Terra, Corpo de Bombeiros, Receita Estadual e Junta Comercial, com realização de reuniões semanais. O processo se encontra em andamento, coordenado pela Controladoria Geral do Estado.

Neste período houve também a constituição do grupo de trabalho tripartite (CONASS, CONASEMS e Anvisa) para o processo de revisão da RDC Anvisa n.º 153/2017 e sua instrução normativa. A Vigilância Sanitária do PR é componente deste grupo, que teve a primeira reunião em 30 de novembro de 2021, para condução efetiva dos trabalhos em 2022.

No 3º quadrimestre foram realizadas 104 análises de projetos básicos de arquitetura de estabelecimentos de alto risco sanitário, correspondendo a uma metragem quadrada de aproximadamente 117 mil m². Dessa forma totalizou-se, em 2021, 357 projetos analisados correspondentes a aproximadamente 320 mil m², representando uma quantidade extremamente significativa e expressiva para a melhoria da qualidade das edificações e conseqüentemente dos processos de trabalho e resultados ofertados no Estado.

No 3º quadrimestre buscou-se também a consolidação do uso do Sistema Numeração Auto/Termo Sesa-Pr, e da aplicação do Processo Administrativo Sanitário. O Sistema de emissão do Auto Termo está estreitamente articulado com o Documentador e com o e-Protocolo, juntamente com orientações teóricas essenciais para a correta realização das ações de vigilância, dispostas no PG-CVIS-09 - PAS/Fase de Instauração, com vistas a padronizar a atuação dos agentes estaduais de fiscalização sanitária de forma qualificada, além de efetivar a migração dos processos elaborados em meio físico para o meio digital, com segurança, consistência e pleno respeito às exigências legais.

Em outubro de 2021 foi realizada a avaliação dos 120 dias do sistema, com análise e orientação detalhada para cada Regional de Saúde e Coordenadorias envolvidas, a fim de demonstrar os avanços alcançados e as necessidades de melhoria do processo de trabalho. Desde o lançamento do Sistema Numeração Auto/Termo Sesa-Pr, em 01 de junho de 2021, já foram emitidos mais de 700 documentos no sistema, os quais foram sistematicamente acompanhados e analisados pela Coordenadoria de Vigilância Sanitária.

b) Manter e aprimorar o Sistema Estadual de Informação e Vigilância Sanitária.

Retomada e melhoria da integração do SIEVISA com o sistema Empresa Fácil.

Encaminhamento para entrega da 1ª fase da atualização e melhoria no SIEVISA para implementação da RE Sesa nº 1.034/2020, a fim de possibilitar o gerenciamento dos estabelecimentos conforme grau de risco sanitário.

Articulação com NII e Celepar para implementação de ferramenta integrada ao SIEVISA para solicitação de licença sanitária online.

Conclusão e análise do questionário a respeito do SIEVISA e RE Sesa nº 1034/2020, aplicado no Estado, com resposta de 375 municípios, com informação do uso do SIEVISA, necessidades de melhoria do sistema, uso de sistemas próprios de Visa, internalização da RE Sesa nº 1034/2020 ou elaboração de legislação própria a fim de subsidiar melhoria do processo de trabalho.

2º Quadrimestre:

Foram realizadas diversas tratativas com os envolvidos no desenvolvimento do sistema e integração com o Empresa Fácil (Celepar, Cast, Vox, Junta Comercial), a fim de conduzir a implantação da nova versão que se encontra em ambiente de homologação. Na data de 26/08 foi realizada reunião do GT Liberdade econômica, coordenado pela Coordenadoria Geral do Estado (CGE), onde também foi explanado a respeito do sistema e das necessidades relacionadas ao mesmo.

Está em continuidade a tratativa e o trabalho do NII para implantação da ferramenta de solicitação de Licença Sanitária online, integrada com o SIEVISA.

Houve conclusão e análise do questionário a respeito do SIEVISA e RE Sesa nº 1034/2020, aplicado no Estado, com resposta de 375 municípios. Todas respostas

foram analisadas individualmente, gerando uma base de dados que permitiu conhecer esse cenário e compor um rol de informações para melhorias no sistema que estão sendo gerenciadas junto aos responsáveis, e, como *feedback* a esse processo, foram elaborados Ofícios individualizados aos 399 municípios, às 22 RS, e ao COSEMS com a devolutiva de respostas e orientações a fim de fortalecer o sistema.

Como um dos resultados, foi possível identificar que 311 municípios no Estado fazem uso do SIEVISA, demonstrando a relevância do mesmo e, ao mesmo tempo, a necessidade de ampliação para os demais que não possuem sistemas de Vigilância Sanitária.

3º Quadrimestre:

No Comitê Permanente de Desburocratização, do qual a Visa PR é membro, foi apresentado o Programa Descomplica Municípios, coordenado pelo SEBRAE, que iniciou os trabalhos para ampliação das medidas de liberdade econômica com trabalho piloto junto a 9 municípios em 2021. Em 07 de dezembro foi realizada reunião da Visa com integrantes do comitê para discussão dos processos específicos, e a partir de 08/12 o projeto foi apresentado aos municípios pelo SEBRAE para concretização. Essa iniciativa visa fortalecer o processo de gerenciamento com base no grau de risco no estado, com grande foco na integração dos sistemas de informação.

A avaliação de 120 dias do Sistema Numeração Auto/Termo Sesa-PR mostrou-se também como uma importante ferramenta de avaliação pois apresentou uma análise conjunta das ações e registros desse sistema e do SIEVISA, apresentando detalhamento a cada Regional de Saúde dos achados da região.

Ainda, considerando as necessidades de melhoria do sistema, foram individualmente analisadas cada uma das contribuições oriundas da pesquisa realizada junto aos municípios e RS, para que, somadas às identificações da própria CVIS, possam compor o plano de trabalho frente ao sistema.

E, tendo em vista a necessidade de capacitação, está em conclusão o procedimento gerencial que tratará do SIEVISA, e, portanto, será material de apoio contínuo aos usuários.

No 3º quadrimestre se intensificaram as tratativas para conclusão da nova versão do SIEVISA, e assim que concluídos os testes pela empresa responsável, o sistema entrará em produção com as atualizações realizadas.

c) Promover ações de capacitação.

Realizado encontro virtual com as Vigilâncias Sanitárias Municipais e respectivas Regionais de Saúde onde estão localizados serviços de medicina nuclear e radioterapia a fim de apresentar proposta de repactuação da atividade, visando qualificar o processo e diminuir prazo de resposta ao interessado.

Realizadas capacitações sobre PAS, por meio remoto, objetivando promover o indispensável alinhamento conceitual capaz de impulsionar a reorientação das práticas de fiscalização e controle das equipes de vigilância do Paraná. Dirigidas aos técnicos da Vigilância Sanitária, Ambiental e em Saúde do Trabalhador das Regionais e do nível central da instituição, bem como às equipes dos municípios das respectivas abrangências regionais. Configuram-se como atividade de caráter transversal em favor da integração dos serviços de vigilância, agindo como elo de aproximação dessas áreas que compõem o SUS, com indesejáveis fragmentações historicamente consolidadas.

2º Quadrimestre:

- 03/05/2021: Treinamento a respeito da Nota Orientativa 03/2021 para profissionais da saúde e educação do território da 13ª Regional de Saúde.
- 21/05/21: Realizada capacitação com todas as RS para lançamento do Sistema Numeração Auto/Termo-PR e do PG-CVIS-09 (130 participantes).
- De 26 a 31/05/21: Realizado treinamento individualizado com as RS quanto ao uso do Sistema Numeração Auto/Termo-PR.
- 23/06/2021: Live com Ministério Público do Estado do Paraná e Escola Superior do MPPR, referente ao tema: Questões relevantes observadas em fiscalizações em ILPIs, do ponto de vista sanitário.
- Treinamento em serviço para análise e aprovação de projeto básico de arquitetura com técnicos das Visas dos municípios de São Mateus do Sul, Paiçandu, Marialva, União da Vitória, Irati, Cascavel, Toledo e da 15ªRS, para qualificação do processo de trabalho e fortalecimento da descentralização.
- Capacitação em Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, *on line*, de 64 horas, na plataforma Moodle da Anvisa, com participação de 60 técnicos de Visas das RS e municípios.
- 19/08: Início da Rodada de Conversas com as equipes de Vigilância Sanitária das 22 Regionais de Saúde (01, 04, 05, 07, 09 e 21).
- Gravação de videoaula, em parceria com o Hospital Alemão Oswaldo Cruz, para o curso online de Implantação de Sistema de Gestão da Qualidade nos órgãos de Vigilância Sanitária.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre destacam-se as seguintes ações de capacitação:

- 19/08 a 24/09/2021: Rodada de Conversa com as equipes de Vigilância Sanitária das 22 Regionais de Saúde, para alinhamento de informações, apresentação das ações realizadas e previstas, com debate da situação de Visa no estado e compilação de necessidades para melhoria dos processos de trabalho.
- 11/09/2021, 18/09/2021, 25/09/2021, 16/10/2021, 23/10/2021 e 30/10/2021: Curso Básico de Radioterapia e Medicina Nuclear com ABFM e ANVISA, em plataforma online, para 99 participantes das Regionais de Saúde e municípios porte III que possuem esse tipo de serviço.
- 06 a 10/12/2021: Curso de Boas Práticas para o controle sanitário em Serviços de Diálise, modalidade presencial, com 163 participantes das Regionais de Saúde e municípios porte III que possuem esse tipo de serviço.
- 29 e 30/09: Realizado projeto piloto de capacitação visando a descentralização da análise de projetos de blindagem para municípios de porte I e II. Ação realizada com técnicos dos municípios abrangidos pela 03ªRS (Arapoti, Carambeí, Castro, Jaguariaíva, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Sengés).

-Treinamento em serviço para análise e aprovação de projeto básico de arquitetura com técnicos das Visas dos municípios de Jandaia do sul, Guaíra, União da Vitória e 15ª RS, para qualificação do processo de trabalho e fortalecimento da descentralização.

- Capacitação em Boas Práticas de Fabricação de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, ofertada a todos os técnicos de Visas de Regionais de Saúde e municípios, na plataforma AVA-Visa da Anvisa de forma permanente.

Ações Relacionadas à Meta nº 25:

a) Monitorar e desenvolver ações de prevenção focadas nos estabelecimentos que estão com indicadores de IPCSL-CVC no percentil 90 (ação educativa e de monitoramento).

Ação de monitoramento: Foi realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

Ação educativa: Foi realizada reunião da CECISS/PR com representantes das SCIH e UTI dos Hospitais do Paraná em 16/04/2021 para atualização de informações relacionadas à análise dos dados notificados no SONIH, no período de julho a dezembro/2020, onde consta um aumento significativo na incidência de casos de *Acinetobacter baumannii* R Carbapenêmicos e aumento no consumo de Polimixina B. Neste encontro os Hospitais foram orientados para a necessidade de desenvolverem Planos Internos de Ação para intervenção nesta situação, com envio dos mesmos à Sesa. (Público: 191 Hospitais). Está em elaboração um Projeto de Capacitação com o tema: Curso Básico de Controle de IRAS, voltado para Hospitais e CRECISS (em parceria com ESPP). Previsão de execução: 2º semestre/2021. Houve apresentação dos dados de incidência das IRAS no Estado do Paraná em reunião do COE realizada em 27/04/2021.

2º Quadrimestre:

Ação de monitoramento: Realizado monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

Em maio de 2021 foi publicado o Boletim Epidemiológico das infecções relacionadas à assistência a saúde (IRAS) notificadas no Sistema Online de Notificação de Infecções Hospitalares (SONIH) pelos Serviços de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) dos Hospitais do Paraná. Este Boletim também foi publicado pela Anvisa com disponibilização para todo território nacional (esta informação se aplica às metas 25 a 28).

Ações estratégicas: a) Publicação da Nota Técnica nº 001/2021/DVVSS/CVIS/DAV/SESA, com orientações relacionadas à identificação de *Staphylococcus coagulase* negativo R a vancomicina; b) Apoio técnico ao CIEVS na elaboração do Comunicado de Risco referente a casos de Murcomicose no Estado do Paraná; c) Reunião com Escola de Saúde Pública do Paraná para organização do Curso Básico de Capacitação em Controle de Infecção para profissionais dos Hospitais cadastrados no Sistema SONIH e Vigilância Sanitária; d) Reunião *online*, em parceria com CIEVS / Vigilância Sanitária Regional e Municipal, com profissionais de saúde da Associação Evangélica Beneficente de Londrina para orientação e apoio técnico no manejo do Surto de Infecção associado à *Pseudomonas aeruginosa* resistente à carbapenêmicos e associado aos genes KPC e NDM; e) Inserção dos seguintes

indicadores de monitoramento dos dados de infecção na Plataforma do Sistema SONIH: Formulário para check list da inserção dos Cateteres Venosos Centrais e Formulário para Auditoria das Oportunidades de Adesão à Higiene de Mãos por Profissionais de Saúde durante a assistência; f) Elaboração de videoaula aos profissionais de saúde com instruções relacionadas à notificação de indicadores no Sistema SONIH; g) Atendimento telefônicos e via WhatsApp a usuários do Sistema SONIH para esclarecimento de dúvidas relacionadas à notificação de dados no Sistema, Surto de Infecção em Serviços de Saúde e Prevenção de Iras; h) Participação em reuniões técnicas *online* com o Lacen/PR para o alinhamento de ações específicas relacionadas à coleta de amostras e análises microbiológicas; i) Participação na reunião da Comissão Municipal de Controle de Infecções Hospitalares do Município de Londrina (agosto/2021); j) Avaliação e feedback dos Planos de Ação encaminhados por Hospitais com UTI do Paraná para prevenção e controle da incidência de Iras associada à *Acinetobacter baumannii* R a Polimixina (desdobramento da ação realizada em 16/04/2021); k) Análise semanal do banco de dados do Sistema SONIH, com foco nos microrganismos com perfil de resistência de importância epidemiológica; l) análise do banco de dados do Sistema SONIH (Agosto/2021) para avaliação da adesão dos Hospitais do Paraná ao longo do 1º semestre/2021 a esta plataforma de notificação. Estabelecimentos com notificações irregulares foram contatos por telefone para regularização das informações no Sistema SONIH; m) Rastreamento dos Hospitais do Paraná que ainda não possuíam cadastrados no Sistema SONIH, com solicitação para o cadastramento e notificação dos dados de Iras.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

Foram também desenvolvidas ações estratégicas, dentre as quais: a) Contato com as equipes de Controladores de Infecção Hospitalar (CCIH) que notificaram surtos de infecção à Anvisa em 2021 para orientação técnica e monitoramento da situação; b) Articulação com outros Estados, como Santa Catarina, para harmonização das ações exitosas destes entes na contenção de surtos infecciosos em serviços de saúde; c) Articulação com as Coordenações Regionais e Municipais de Prevenção e Controle de IRAS com a finalidade de atualizá-los a respeito do perfil de incidência de infecção em sua região; d) Gerenciamento do grupo do Telegram criado para os usuários do SONIH (324 participantes) com o objetivo de compartilhar conteúdos técnicos relacionados ao controle de IRAS, promover o *network* entre os participantes e divulgar informações de interesse comum relacionadas ao tema; e) Planejamento de ações conjuntas com LACEN/PR e CIEVS/PR para o desenvolvimento de estratégias para o monitoramento dos Microrganismos Multirresistentes (MMR) de notificação e investigação obrigatórias pelos Estabelecimentos de Assistência a Saúde (EAS) no Estado do Paraná (conforme RE 823/2021).

Em que pese todas as ações efetuadas, considerando o cenário da pandemia e a grande demanda da COVID-19 direcionada aos estabelecimentos de assistência hospitalar, com aumento de internação e enfermarias e leitos de UTI, não foi possível atingir a meta proposta em 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 26:

a) Monitorar e desenvolver ações de prevenção focadas nos estabelecimentos que estão com indicadores de IPCSL-CVC no percentil 90 (ação educativa e de monitoramento).

Ação de monitoramento: Realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH. A análise dos dados do 1ºQDM/2021 mostraram queda em 14% na incidência de IPSCL-CVC em UTI Pediátrica (DI = 15,29), quando comparado ao acumulado desta infecção em 2020 (DI = 17,68).

Ação educativa: Foi realizada reunião da CECISS/PR com representantes das SCIH e UTI dos Hospitais do Paraná em 16/04/2021 para atualização de informações relacionadas à análise dos dados notificados no SONIH, no período de julho a dezembro/2020, onde consta um aumento significativo na incidência de casos de *Acinetobacter baumannii* R Carbapenêmicos e aumento no consumo de Polimixina B. Neste encontro os Hospitais foram orientados para a necessidade de desenvolverem Planos Internos de Ação para intervenção nesta situação, com envio dos mesmos à Sesa. (Público: 191 Hospitais). Está em elaboração um Projeto de Capacitação com o tema: Curso Básico de Controle de IRAS, voltado para Hospitais e CRECISS (em parceria com ESPP). Previsão de execução: 2º semestre/2021. Houve apresentação dos dados de incidência das IRAS no Estado do Paraná em reunião do COE realizada em 27/04/2021.

2º Quadrimestre:

Ação de monitoramento: monitoramento das notificações de Iras realizado mensalmente no Sistema SONIH.

Ação educativa: a) Publicação da Nota Técnica nº 001/2021/DVVSS/CVIS/DAV/SESA, com orientações relacionadas à identificação de *Staphylococcus coagulase* negativo R a vancomicina; b) Apoio técnico ao CIEVS na elaboração do Comunicado de Risco referente a casos de Murcomicose no Estado do Paraná; c) Reunião com Escola de Saúde Pública do Paraná para organização do Curso Básico de Capacitação em Controle de Infecção para profissionais dos Hospitais cadastrados no Sistema SONIH e Vigilância Sanitária; d) Reunião *online*, em parceria com CIEVS / Vigilância Sanitária Regional e Municipal, com profissionais de saúde da Associação Evangélica Beneficente de Londrina para orientação e apoio técnico no manejo do Surto de Infecção associado à *Pseudomonas aeruginosa* resistente à carbapenêmicos e associado aos genes KPC e NDM; e) Inserção dos seguintes indicadores de monitoramento dos dados de infecção na Plataforma do Sistema SONIH: Formulário para check list da inserção dos Cateteres Venosos Centrais e Formulário para Auditoria das Oportunidades de Adesão à Higiene de Mãos por Profissionais de Saúde durante a assistência; f) Elaboração de videoaula aos profissionais de saúde com instruções relacionadas à notificação de indicadores no Sistema SONIH; g) Atendimentos telefônicos e via WhatsApp a usuários do Sistema SONIH para esclarecimento de dúvidas relacionadas à notificação de dados no Sistema, Surto de Infecção em Serviços de Saúde e Prevenção de Iras; h) Participação em reuniões técnicas *online* com o Lacen/PR para o alinhamento de ações específicas relacionadas à coleta de amostras e análises microbiológicas; i) Participação na reunião da Comissão Municipal de Controle de Infecções Hospitalares do Município de Londrina (agosto/2021); j) Avaliação e feedback dos Planos de Ação encaminhados por Hospitais com UTI do Paraná para prevenção e controle da incidência de Iras associada à *Acinetobacter baumannii* R a Polimixina (desdobramento da ação realizada em 16/04/2021); k) Análise semanal do banco de dados do Sistema SONIH, com foco nos microrganismos com perfil de resistência de importância epidemiológica; l) análise do banco de dados do Sistema

SONIH (Agosto/2021) para avaliação da adesão dos Hospitais do Paraná ao longo do 1º semestre/2021 a esta plataforma de notificação. Estabelecimentos com notificações irregulares foram contatos por telefone para regularização das informações no Sistema SONIH; m) Rastreamento dos Hospitais do Paraná que ainda não possuíam cadastrados no Sistema SONIH, com solicitação para o cadastramento e notificação dos dados de IRAS.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

Foram também desenvolvidas ações estratégicas, dentre as quais: a) Contato com as equipes de Controladores de Infecção Hospitalar (CCIH) que notificaram surtos de infecção à Anvisa em 2021 para orientação técnica e monitoramento da situação; b) Articulação com outros Estados, como Santa Catarina, para harmonização das ações exitosas destes entes na contenção de surtos infecciosos em serviços de saúde; c) Articulação com as Coordenações Regionais e Municipais de Prevenção e Controle de IRAS com a finalidade de atualizá-los a respeito do perfil de incidência de infecção em sua região; d) Gerenciamento do grupo do Telegram criado para os usuários do SONIH (324 participantes) com o objetivo de compartilhar conteúdos técnicos relacionados ao controle de IRAS, promover o *network* entre os participantes e divulgar informações de interesse comum relacionadas ao tema; e) Planejamento de ações conjuntas com LACEN/PR e CIEVS/PR para o desenvolvimento de estratégias para o monitoramento dos Microrganismos Multirresistentes (MMR) de notificação e investigação obrigatórias pelos Estabelecimentos de Assistência a Saúde (EAS) no Estado do Paraná (conforme RE 823/2021).

Em que pese todas as ações efetuadas, considerando o cenário da pandemia e a grande demanda da COVID-19 direcionada aos estabelecimentos de assistência hospitalar, com aumento de internação e enfermarias e leitos de UTI, não foi possível atingir a meta proposta em 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 27:

a) Selecionar os serviços de saúde com as maiores densidades de incidência em ITU-SVD (Percentil 90), em UTI Adulto, segundo notificações realizadas no Sistema SONIH.

Ação de monitoramento: Realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

2º Quadrimestre:

Ação de monitoramento: Realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

b) Realizar ações educativas com foco em medidas de prevenção e controle para os serviços de saúde com UTI Adulto que fazem parte do Percentil 90 de ITU-SVD

Ação educativa: Foi realizada reunião da CECISS/PR com representantes das SCIH e UTI dos Hospitais do Paraná em 16/04/2021 para atualização de informações relacionadas à análise dos dados notificados no SONIH, no período de julho a dezembro/2020, onde consta um aumento significativo na incidência de casos de

Acinetobacter baumannii R Carbapenêmicos e aumento no consumo de Polimixina B. Neste encontro os Hospitais foram orientados para a necessidade de desenvolverem Planos Internos de Ação para intervenção nesta situação, com envio dos mesmos à Sesa. (Público: 191 Hospitais). Está em elaboração um Projeto de Capacitação com o tema: Curso Básico de Controle de IRAS, voltado para Hospitais e CRECISS (em parceria com ESPP). Previsão de execução: 2º semestre/2021. Houve apresentação dos dados de incidência das IRAS no Estado do Paraná em reunião do COE realizada em 27/04/2021.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foram desenvolvidas ações estratégicas, dentre as quais: a) Contato com as equipes de Controladores de Infecção Hospitalar (CCHI) que notificaram surtos de infecção à Anvisa em 2021 para orientação técnica e monitoramento da situação; b) Articulação com outros Estados, como Santa Catarina, para harmonização das ações exitosas destes entes na contenção de surtos infecciosos em serviços de saúde; c) Articulação com as Coordenações Regionais e Municipais de Prevenção e Controle de IRAS com a finalidade de atualizá-los a respeito do perfil de incidência de infecção em sua região; d) Gerenciamento do grupo do Telegram criado para os usuários do SONIH (324 participantes) com o objetivo de compartilhar conteúdos técnicos relacionados ao controle de IRAS, promover o *network* entre os participantes e divulgar informações de interesse comum relacionadas ao tema; e) Planejamento de ações conjuntas com LACEN/PR e CIEVS/PR para o desenvolvimento de estratégias para o monitoramento dos Microrganismos Multirresistentes (MMR) de notificação e investigação obrigatórias pelos Estabelecimentos de Assistência a Saúde (EAS) no Estado do Paraná (conforme RE 823/2021).

Em que pese todas as ações efetuadas, considerando o cenário da pandemia e a grande demanda da COVID-19 direcionada aos estabelecimentos de assistência hospitalar, com aumento de internação e enfermarias e leitos de UTI, não foi possível atingir a meta proposta em 2021.

2º Quadrimestre:

a) Publicação da Nota Técnica nº 001/2021/DVVSS/CVIS/DAV/SESA, com orientações relacionadas à identificação de *Staphylococcus coagulase* negativo R a vancomicina; b) Apoio técnico ao CIEVS na elaboração do Comunicado de Risco referente a casos de Murcomicose no Estado do Paraná; c) Reunião com Escola de Saúde Pública do Paraná para organização do Curso Básico de Capacitação em Controle de Infecção para profissionais dos Hospitais cadastrados no Sistema SONIH e Vigilância Sanitária; d) Reunião *online*, em parceria com CIEVS / Vigilância Sanitária Regional e Municipal, com profissionais de saúde da Associação Evangélica Beneficente de Londrina para orientação e apoio técnico no manejo do Surto de Infecção associado à *Pseudomonas aeruginosa* resistente à carbapenêmicos e associado aos genes KPC e NDM; e) Inserção dos seguintes indicadores de monitoramento dos dados de infecção na Plataforma do Sistema SONIH: Formulário para check list da inserção dos Cateteres Venosos Centrais e Formulário para Auditoria das Oportunidades de Adesão à Higiene de Mãos por Profissionais de Saúde durante a assistência; f) Elaboração de videoaula aos profissionais de saúde com instruções relacionadas à notificação de indicadores no Sistema SONIH; g) Atendimento telefônicos e via WhatsApp a usuários do Sistema SONIH para esclarecimento de dúvidas relacionadas à notificação de dados no Sistema, Surto de Infecção em Serviços de Saúde e Prevenção de Iras; h) Participação em reuniões técnicas *online* com o Lacen/PR para o alinhamento de ações específicas relacionadas à coleta de amostras e análises microbiológicas; i) Participação na reunião da Comissão Municipal de Controle de Infecções Hospitalares do Município de Londrina

(agosto/2021); j) Avaliação e feedback dos Planos de Ação encaminhados por Hospitais com UTI do Paraná para prevenção e controle da incidência de Iras associada à *Acinetobacter baumannii* R a Polimixina (desdobramento da ação realizada em 16/04/2021); k) Análise semanal do banco de dados do Sistema SONIH, com foco nos microrganismos com perfil de resistência de importância epidemiológica; l) análise do banco de dados do Sistema SONIH (Agosto/2021) para avaliação da adesão dos Hospitais do Paraná ao longo do 1º semestre/2021 a esta plataforma de notificação. Estabelecimentos com notificações irregulares foram contatos por telefone para regularização das informações no Sistema SONIH; m) Rastreamento dos Hospitais do Paraná que ainda não possuíam cadastrados no Sistema SONIH, com solicitação para o cadastramento e notificação dos dados de Iras.

Ações Relacionadas à Meta nº 28:

a) Selecionar os serviços de saúde com as maiores densidades de incidência em ITU-SVD (percentil 90 em UTI Pediátrica, segundo notificações realizadas no sistema SONIH.

Realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

2º Quadrimestre:

Realizado o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento mensal das notificações de IRAS no Sistema SONIH.

b) Realizar ações educativas com foco em medidas de prevenção e controle para os serviços de saúde com UTI Pediátrica que fazem parte do percentil 90 de ITI-SVD.

Realizada reunião da CECISS/PR com representantes das SCIH e UTI dos Hospitais do Paraná em 16/04/2021 para atualização de informações relacionadas à análise dos dados notificados no SONIH, no período de julho a dezembro/2020, onde consta um aumento significativo na incidência de casos de *Acinetobacter baumannii* R Carbapenêmicos e aumento no consumo de Polimixina B. Neste encontro os Hospitais foram orientados para a necessidade de desenvolverem Planos Internos de Ação para intervenção nesta situação, com envio dos mesmos à Sesa. (Público: 191 Hospitais). Está em elaboração um Projeto de Capacitação com o tema: Curso Básico de Controle de IRAS, voltado para Hospitais e CRECISS (em parceria com ESPP). Previsão de execução: 2º semestre/2021. Houve apresentação dos dados de incidência das IRAS no Estado do Paraná em reunião do COE realizada em 27/04/2021.

2º Quadrimestre:

a) Publicação da Nota Técnica nº 001/2021/DVVSS/CVIS/DAV/SESA, com orientações relacionadas à identificação de *Staphylococcus coagulase* negativo R a vancomicina; b) Apoio técnico ao CIEVS na elaboração do Comunicado de Risco referente a casos de Murcomiose no Estado do Paraná; c) Reunião com Escola de Saúde Pública do Paraná para organização do Curso Básico de Capacitação em Controle de Infecção para profissionais dos Hospitais cadastrados no Sistema SONIH e Vigilância Sanitária; d) Reunião *online*, em parceria com CIEVS / Vigilância Sanitária Regional e Municipal, com profissionais de saúde da Associação Evangélica Beneficente de Londrina para orientação e apoio técnico no manejo do Surto de Infecção associado à *Pseudomonas aeruginosa* resistente à carbapenêmicos e associado aos genes KPC e NDM; e)

Inserção dos seguintes indicadores de monitoramento dos dados de infecção na Plataforma do Sistema SONIH: Formulário para check list da inserção dos Cateteres Venosos Centrais e Formulário para Auditoria das Oportunidades de Adesão à Higiene de Mãos por Profissionais de Saúde durante a assistência; f) Elaboração de vídeo-aula aos profissionais de saúde com instruções relacionadas à notificação de indicadores no Sistema SONIH; g) Atendimentos telefônicos e via WhatsApp a usuários do Sistema SONIH para esclarecimento de dúvidas relacionadas à notificação de dados no Sistema, Surto de Infecção em Serviços de Saúde e Prevenção de Iras; h) Participação em reuniões técnicas *online* com o Lacen/PR para o alinhamento de ações específicas relacionadas à coleta de amostras e análises microrbiológicas; i) Participação na reunião da Comissão Municipal de Controle de Infecções Hospitalares do Município de Londrina (agosto/2021); j) Avaliação e feedback dos Planos de Ação encaminhados por Hospitais com UTI do Paraná para prevenção e controle da incidência de Iras associada à *Acinetobacter baumannii* R a Polimixina (desdobramento da ação realizada em 16/04/2021); k) Análise semanal do banco de dados do Sistema SONIH, com foco nos microrganismos com perfil de resistência de importância epidemiológica; l) análise do banco de dados do Sistema SONIH (Agosto/2021) para avaliação da adesão dos Hospitais do Paraná ao longo do 1º semestre/2021 a esta plataforma de notificação. Estabelecimentos com notificações irregulares foram contatos por telefone para regularização das informações no Sistema SONIH; m) Rastreamento dos Hospitais do Paraná que ainda não possuíam cadastrados no Sistema SONIH, com solicitação para o cadastramento e notificação dos dados de Iras.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foram desenvolvidas ações estratégicas, dentre as quais: a) Contato com as equipes de Controladores de Infecção Hospitalar (CCIH) que notificaram surtos de infecção à Anvisa em 2021 para orientação técnica e monitoramento da situação; b) Articulação com outros Estados, como Santa Catarina, para harmonização das ações exitosas destes entes na contenção de surtos infecciosos em serviços de saúde; c) Articulação com as Coordenações Regionais e Municipais de Prevenção e Controle de IRAS com a finalidade de atualizá-los a respeito do perfil de incidência de infecção em sua região; d) Gerenciamento do grupo do Telegram criado para os usuários do SONIH (324 participantes) com o objetivo de compartilhar conteúdos técnicos relacionados ao controle de IRAS, promover o *network* entre os participantes e divulgar informações de interesse comum relacionadas ao tema; e) Planejamento de ações conjuntas com LACEN/PR e CIEVS/PR para o desenvolvimento de estratégias para o monitoramento dos Microrganismos Multirresistentes (MMR) de notificação e investigação obrigatórias pelos Estabelecimentos de Assistência a Saúde (EAS) no Estado do Paraná (conforme RE 823/2021).

Em que pese todas as ações efetuadas, considerando o cenário da pandemia e a grande demanda da COVID-19 direcionada aos estabelecimentos de assistência hospitalar, com aumento de internação e enfermarias e leitos de UTI, não foi possível atingir a meta proposta em 2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 29:

a) Capacitar os técnicos quanto ao tema, procedimentos de coleta e preenchimento dos termos de apreensão de amostras.

Não realizado no 1º quadrimestre.

2º Quadrimestre:

Realizada reunião virtual com as Visas Municipais em 26/05/2021 com a finalidade de orientar sobre a retomada das coletas de alimentos nas Unidades do CEASA para realização de análises laboratoriais.

As coletas nas Unidades do CEASA foram retomadas em junho de 2021 nos municípios de Cascavel (49 amostras), Foz do Iguaçu (27 amostras), Londrina (40 amostras) e Maringá (50 amostras); a Visa Municipal de Curitiba realizou coletas nos equipamentos de abastecimento municipais (09 amostras). Até agosto de 2021 foram coletadas 175 amostras de alimentos.

Agendada para 31/08/2021 a reunião virtual com as Visas Municipais participantes do programa e a Secretaria Estadual de Educação para fornecer orientações referentes à retomada das coletas de alimentos nas escolas Estaduais do Paraná.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre foi mantido o monitoramento das coletas realizadas e o esclarecimento de dúvidas dos técnicos quanto ao encaminhamento de amostras para análise laboratorial. Não foram realizadas capacitações específicas.

Considerando que devido à pandemia as coletas ficaram paralisadas até o final do 1º semestre de 2021, não foi possível atingir o quantitativo programado inicialmente de 800 amostras. Contudo, destaca-se o grande trabalho realizado para atingir o número de coletas, ainda que em meio a situação da pandemia e também frente a não realização de aulas presenciais no período que impactou a coleta da modalidade de alimentação escolar. Dessa forma, totalizou-se o ano com 64,63% (N=517) do programado.

b) Elaborar e divulgar relatório anual

Disponibilização no sítio eletrônico da Sesa e divulgação do Relatório PARA-PR Ciclo 2018 a 2019 por meio de Memorando Circular para todas as Regionais de Saúde.

Participação na Comissão Técnica de Avaliação do Projeto de Lei nº 116/2021 sobre a deriva de agrotóxicos no Estado do Paraná, que aborda a contaminação de produtos orgânicos (frutas, verduras), apicultura e sericicultura por agrotóxicos.

Participação na Comissão Estadual da Produção Orgânica, realizando reuniões com as organizações de controle social para verificação do cumprimento da Lei nº 10.831/2003, de certificação de produtos orgânicos.

3º Quadrimestre:

No 3º quadrimestre houve participação em aula *on-line da Disciplina de Manejo Integrado de Pragas* para alunos do 5º período da turma de Agronomia da UFPR, com a apresentação do Programa PARA-PR e a divulgação dos dados constantes no Relatório PARA-PR 2018 a 2020.

No que se refere aos relatórios, cabe destacar que em 2020 as coletas foram paralisadas devido a COVID-19 e, portanto, não há resultados a serem compilados em 2021 frente ao ano anterior. Contudo, os dados das amostras coletadas em 2021 já estão sendo planilhados e analisados para elaboração do Relatório PARA-PR referente ao período de 2021-2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 30:

a) Capacitar os técnicos quanto ao tema, procedimentos de coleta e preenchimento dos termos de apreensão de amostras.

Aberto processo para elaboração de pesquisa de preços com a finalidade de contratação de laboratório para realização de análises laboratoriais (considerando que em 2021 não houve retorno por parte dos laboratórios das cotações de preços para viabilizar o processo de licitação).

2º Quadrimestre:

A pesquisa de preço continua em andamento junto aos laboratórios. Os dados foram atualizados em 24/08/2020.

3º Quadrimestre:

O processo para elaboração de pesquisa de preços para realização de análises em laboratórios terceirizados foi concluído e encontra-se em andamento para composição do certame licitatório.

O PAMvet-Pr conta com 2 eixos, sendo um referente à pesquisa de resíduos de medicamentos veterinários (realizada por laboratório contratado), e a pesquisa de genes de resistência antimicrobiana em produtos de origem animal (realizada pelo Lacen-PR). Considerando que o contrato com laboratório terceiro ainda não foi concretizado, para 2021 foi organizado um cronograma de coletas para análise de presença de gene de resistência antimicrobiana, com a programação de 40 amostras. Foi totalizada a coleta de 36 (90%) amostras de alimentos de origem animal no 3º quadrimestre, sendo 9 amostras de carne de frango, 13 de carne suína e 14 de carne de pescado.

No período não foi realizado evento de capacitação sobre procedimentos de coleta de amostras, contudo as coletas foram direcionadas para as Visas Municipais que já participaram do PAMvet-PR anteriormente (no período de 2018 a 2019). Além disso, foi encaminhado Memorando Circular com o cronograma estabelecido e as orientações detalhadas quanto aos procedimentos de coleta a serem adotados. Visando o esclarecimento de qualquer dúvida que porventura pudesse persistir, também foi realizado o contato telefônico previamente ao envio do cronograma com os técnicos das Regionais de Saúde e de Visas Municipais.

b) Definir pontos focais nas Regionais de Saúde para apoio aos municípios coletores.

Definição dos pontos focais de cada Regional de Saúde já concluída.

2º Quadrimestre:

Ação já concluída no quadrimestre anterior.

c) Discutir e divulgar resultados a cada ciclo de coletas.

Não realizado no 1º quadrimestre.

2º Quadrimestre:

Ação não realizada no quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Considerando que o ciclo de coletas foi finalizado apenas na segunda semana de dezembro, a divulgação dos resultados ocorrerá após o recebimento dos resultados dos laudos de análises realizadas.

Ações Relacionadas à Meta nº 31:

a) Capacitar a rede de atenção em saúde para o diagnóstico e notificação dos casos.

Realizadas reuniões virtuais de acompanhamento das atividades dos técnicos dos CEREST: Macro Leste, Macro Campos Gerais, Macro Norte I, Macro Norte II, Macro Noroeste I, Macro Noroeste II, Macro Centro Sul e Macro Oeste (fevereiro a abril).

Realizadas capacitações virtuais sobre a notificação dos agravos da saúde do trabalhador para os técnicos das RS: 1ªRS, 2ªRS, 5ªRS, 6ªRS, 8ªRS, 9ªRS, 10ªRS, 16ªRS, 20ªRS, 22ªRS e respectivos municípios (fevereiro a março).

– Realizada capacitação virtual para os novos servidores da saúde do trabalhador das RS, abordando diversos assuntos, entre elas as notificações dos agravos da saúde do trabalhador (15 a 23 de fevereiro).

– Realizada capacitação virtual para os novos gestores municipais da 20ªRS, sobre as atribuições dos municípios, incluindo o diagnóstico e as notificações dos agravos da saúde do trabalhador.

– Realizadas reuniões virtuais para estudo de caso (para diagnóstico e notificação): com a 10ª RS e os municípios de Iguatu e Corbélia, sobre um óbito por intoxicação exógena relacionado ao trabalho (março); com a 2ªRS e o município da Lapa, sobre caso de transtorno mental relacionado ao trabalho; estudo de caso de um acidente de trabalho fatal, com a 20ªRS e município de Mercedes (abril), estudo de caso de um acidente de trabalho fatal em área rural, com 7ªRS e município de Saudade do Iguazu (abril).

2º Quadrimestre:

b) Implementar as ações do Caderno de Atenção Básica do Ministério da Saúde nº41/2018: Saúde do trabalhador e da trabalhadora.

– Realizadas reuniões internas entre os setores da SESA para a realização de um curso EAD via ESPP.

3º Quadrimestre:

Capacitar a rede de atenção em saúde para o diagnóstico e notificação dos casos:

1. Realização de capacitação virtual sobre as ações do programa de vigilância em saúde do trabalhador em unidades armazenadoras de grãos, com a participação das 22RS;
2. Realização de reuniões virtuais de matriciamento com o CEREST Macro Campos Gerais, Macro Norte 2, Macro Oeste e presencial com o CEREST Macro Leste;
3. Realização de capacitação virtual sobre transtorno mental e trabalho para os técnicos do município de Rio Negro;
4. Realização de reunião técnica virtual com os técnicos da saúde do trabalhador da 2ªRS, 3ªRS, 5ªRS, 11ªRS, 15ªRS e 17ªRS, sobre os casos de trabalhadores portadores de mesotelioma;
5. Realização de 2 capacitações presenciais sobre investigação de acidente de trabalho, com a participação dos técnicos da saúde do trabalhador das 22RS;
6. Realização de 4 capacitações presenciais sobre vigilância de ambientes em silos, com participação dos trabalhadores dos silos, técnicos da saúde do trabalhador da 2ªRS e técnicos dos municípios da Lapa, Balsa Nova, Rio Negro e Quitandinha;
7. Realização de curso online de vigilância de ambientes e processos de trabalho, com a participação dos técnicos da saúde do trabalhador da 5ªRS, 7ªRS, 8ªRS, 14ªRS, 15ªRS, 17ªRS, 18ªRS e seus respectivos municípios;
8. Reunião virtual com os técnicos do CEREST Macro Leste, municípios de Colombo e São José dos Pinhais sobre o plano de vigilância da população exposta ao Amianto;

9. Reunião online para os Conselheiros Tutelares de Rio Branco do Sul sobre Trabalho Infantil e a notificação dos casos no SINAN;
10. Capacitação para médicos dos municípios da 02 RS e Curitiba sobre a Saúde do Trabalhador e Fluxos de Encaminhamento para a especialidade Medicina do Trabalho da Unidade de Saúde do Trabalhador;

Implementar as ações do Caderno de Atenção Básica do MS nº 41/2018: saúde do trabalhador e da trabalhadora:

1. O curso foi finalizado, porém, seu lançamento será feito no início de 2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 32:

a) Concretizar Acordo de Cooperação entre Instituto Butantan (I.B) e Secretaria de Saúde para a viabilização da produção de soros.

A meta de produção de 5000 frascos de Soro Antiloxoscélico não foi atingida no 1º quadrimestre. Houve continuidade nas tratativas entre SESA/FUNEAS/CPPI e Instituto/Fundação Butantan para contratação dos serviços de processamento e produção de quatro lotes (20.000 frascos de Soro Antiloxoscélico) no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Processo em tramitação visando a celebração de contrato

3º Quadrimestre:

As tratativas entre SESA/FUNEAS/CPPI e Instituto/Fundação Butantan para contratação dos serviços de processamento e produção de quatro lotes (20.000 frascos de Soro Antiloxoscélico) no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) foram encerradas por impossibilidade de produção do Instituto/Fundação Butantan.

Negociações entre FUNEAS e Fundação Ezequiel Dias (FUNED) para o processamento do Soro Antiloxoscélico foram retomadas em dezembro /2021

Ações Relacionadas à Meta nº 33:

a) Concretizar Acordo de Cooperação entre Instituto Butantan (I.B) e Secretaria de Saúde para a viabilização da produção de soros.

A meta de produção de 2.500 frascos de Soro Antibotrópico não foi atingida no 1º quadrimestre pois requer a contratação dos serviços de processamento industrial de plasma antibotrópico junto ao Instituto/ Fundação Butantan, os quais ainda não foram pactuados devido à sobrecarga da indústria paulista ocasionada pela pandemia de coronavírus.

3º Quadrimestre:

A meta de produção de Soro Antibotrópico não foi atingida no 3º quadrimestre pois requer a contratação dos serviços de processamento industrial de plasma antibotrópico.

As tratativas com o Instituto/fundação Butantan foram encerradas por impossibilidade de produção. Negociações entre FUNEAS e Fundação Ezequiel Dias (FUNED) para processamento do soro antibotrópico foram retomadas em dezembro /2021

Ações Relacionadas à Meta nº 34:

a) Executar Cronograma de ações em parceria com o IBMP/FIOCRUZ/TECPAR do Projeto de Produção do Antígeno de Montenegro, com investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento, obras e adequações e equipamentos.

Não se aplica à 2021, porém, estão em andamento atividades de pesquisa relacionadas ao Antígeno de Montenegro que darão suporte à produção futura.

3º Quadrimestre:

Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento estão em andamento, com gestões junto ao Ministério da Saúde (MS) para financiamento das obras de ampliação da fábrica no IBMP estão em análise. Protocolo: 25.000.16.52.19/2019-01. Foi produzido lote experimental de 1400 frascos de Antígeno de Montenegro para uso exclusivo em pesquisa em animais.

Ações Relacionadas à Meta nº 35:

a) Estabelecer parcerias com diversas instituições de saúde, ciência e tecnologia.

Meta atingida em 100% com a publicação de duas pesquisas:

Brown Spiders' Phospholipases-D with Potential Therapeutic Applications: Functional Assessment of Mutant Isoforms.

Production of a novel recombinant brown spider hyaluronidase in baculovirus-infected insect cells.

3º Quadrimestre:

Realizadas 3 publicações de pesquisa no 3º quadrimestre – totalizando 7 no ano

-Participação no Artigo científico: Brown Spiders' Phospholipases-D with Potential Therapeutic Applications: Functional Assessment of Mutant Isoforms;

-Participação no Artigo científico: Production of a novel recombinant brown spider hyaluronidase in baculovirus-infected insect cells.

-Participação no Artigo científico: Prospective Use of Brown Spider Venom Toxins as Therapeutic and Biotechnological Inputs

-Participação no Artigo científico: Description of a serpin toxin in *Loxosceles* (Brown spider) venoms: Cloning, expression in baculovirus-infected insect cells and functional characterization

-Participação no Artigo científico: A prokaryote system optimization for rMEPLox expression: A promising non-toxic antigen for *Loxosceles* Antivenom Production

-Participação no Artigo científico: In silico and in vivo Evaluation of Mimetic Peptides as potential antigen candidates for prophylaxis of Leishmaniosis

-Participação no Artigo científico: A protective vaccine against the toxic activities following Brown Spider accidents based on recombinant mutated phospholipases D as antigen.

Considerações:

Meta nº 1: Não Atingida. A meta previa a realização de 3 monitoramentos anuais para verificação da execução integrada das ações pactuadas para o fortalecimento da atenção e vigilância em saúde, no âmbito de um programa de qualificação dessas ações.

No decorrer de 2021 o programa, que se encontrava em construção desde 2020, foi continuamente avaliado e discutido pelas áreas técnicas, passando por um redesenho de perspectiva, lógica e objetivos, a fim de possibilitar sua concretização de forma madura e permanente. Com isso, em dezembro de 2021 foi concluído o do Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde - ProVigiA-PR, que tem por objetivo o avanço das ações de prevenção, promoção e proteção da saúde no Estado do Paraná. O ProVigiA-PR foi apresentado e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite – CIB, nos dias 07 e 08 de dezembro de 2021, por meio da Deliberação CIB n.º 341/2021 e 342/2021, e apresentado ao Conselho Estadual de Saúde nas reuniões de 15 e 16 de dezembro de 2021, sendo oficialmente instituído por meio da Resolução Sesa n.º 1.102/2021.

O ProVigiA-PR contempla 12 ações estratégicas para fins de monitoramento, e conta com a previsão de repasse de recurso financeiro anual na modalidade de capital e/ou custeio. O primeiro repasse financeiro ocorreu ainda em dezembro de 2021, nos moldes do disposto na Resolução Sesa n.º 1.103/2021, totalizando um valor de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Dessa forma, ainda que a meta prevista não tenha sido alcançada conforme sua previsão inicial, é extremamente exitosa e relevante a conclusão da publicação do programa de qualificação e fortalecimento da vigilância em saúde, ProVigiA-PR, que contempla ações integradas de atenção e vigilância, e que visa manter de forma estruturada e permanente o repasse financeiro aos municípios do Paraná, e o monitoramento constante das ações pactuadas, as quais possuem previsão de revisão e atualização minimamente a cada dois anos.

Conforme reportado ao final do 3º quadrimestre, o objetivo central deste programa é reforçar a execução das ações de prevenção, promoção e proteção da saúde, com foco na integralidade no cuidado e alcance de resultados efetivos para as partes interessadas, por meio de processos de trabalho que preservem as especificidades dos setores e compartilhe suas tecnologias.

Meta nº 2: Não se aplica a 2021

Meta nº 3: Parcialmente Atingida. A meta previa a realização de 25% das ações do Plano estadual de Vigilância e Atenção à Saúde das Populações Expostas aos agrotóxicos – PEVASPEA 2020-2023. Foi encerrado o ano com 23% dessas ações concluídas, representando 92% da meta prevista para o ano.

As ações do PEVASPEA envolvem uma gama de atividades de diferentes complexidades e características, dentre as quais atividades de caráter presencial, fiscalizações, coletas de amostras *in loco*, capacitações em grupo, entre outras, que, por suas características foram diretamente afetadas no decorrer da pandemia de COVID-19.

É importante pontuar que havia uma previsão de 15% de realização dessas ações em 2020, e a partir disso a ampliação de mais 10% no ano seguinte a fim de atingir os 25% em 2021, contudo, devido ao início da pandemia naquele ano e considerando as características das atividades acima descritas, esse percentual foi de apenas 9,4% no primeiro ano do plano. Dessa forma, em 2021 partiu-se de um percentual mais baixo do que o previsto, ampliando a curva de atingimento da meta de 25%. Ainda assim, todas as áreas técnicas envolvidas não mediram esforços para o avanço do programa, conseguindo atingir 23%, o que representa um crescimento de 13,6% em relação ao ano anterior, aumento maior do que o inicialmente previsto.

O resumo do avanço das 10 ações estratégicas encontra-se reportado nas análises quadrimestrais, com o fechamento acumulado do ano no 3º quadrimestre.

Meta nº 4: Não Atingida. A meta tratava da ampliação do número de núcleos de segurança do paciente municipais. Em relação a essa meta, que não foi alcançada no ano, cabe informar que

durante 2021 foi realizado um intenso movimento das equipes para ampliação do PlanificaSUS para as 21 regiões de saúde do Estado (considerando que a 4ª região foi onde ocorreu o projeto piloto de implantação). Foram realizadas oficinas e reuniões em todas as regiões, com assinatura do termo de adesão dos 399 municípios. Como um dos microprocessos do PlanificaSUS aborda as questões de segurança do paciente espera-se que com isso o tema se fortaleça ainda mais e a meta seja efetivamente alcançada em 2022.

Meta nº 5: Parcialmente Atingida. A meta previa o acréscimo, de 420 para 445, do número de estabelecimentos de assistência hospitalar (EAH) com núcleos de segurança do paciente (NSP) cadastrados.

Frente a esse objetivo e considerando a importância da implantação desses núcleos, foi realizado um extensivo trabalho da equipe de vigilância sanitária de serviços, com monitoramento mensal por meio do BI/ANVISA quanto ao cadastro de Núcleos de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde. Foi avaliado o número de hospitais do Paraná cujos cadastros haviam sido iniciados, porém sem conclusão e também quais os Hospitais sem cadastro. Após este levantamento, foram selecionados hospitais de pequeno porte com cadastros incompletos para os quais foi efetuado contato, por diferentes meios, com as devidas orientações a respeito da necessidade de conclusão dos cadastros dos NSP junto à ANVISA, e para aqueles EAHs sem NSP cadastrado, foi realizado contato permanente com as Regionais de Saúde para que auxiliassem no contato com esses hospitais.

Contudo, a despeito de todo esforço realizado não foi evidenciado aumento no n.º de EAH cadastrados conforme previsto, fechando o ano de 2021 com 425 EAH com núcleos de segurança do paciente cadastrados.

Meta nº 6: Não Atingida. Não foi realizado o Seminário de Imunização e Implementação do projeto de educação continuada devido o cenário pandêmico frente ao SARS-COV-2 e as atividades da Divisão de Vigilância do Programa Estadual de Imunização na campanha de vacinação COVID-19. A homogeneidade da cobertura vacinal não foi atingida, informamos que os dados apresentados são preliminares, considerando que o terceiro quadrimestre ainda não está encerrado e que há uma diferença entre o tempo de aplicação e a disponibilização dos dados no sistema de informação. Além de ocorrer um delay na transferência de dados do e-SUS-AB para o SIPNI de 45 dias, justificando a ausência de transferência de dados até a data de avaliação dos mesmos. Ainda, houve o problema com os sistemas de informação do Ministério da Saúde, os quais permaneceram *of line* durante o mês de dezembro de 2021.

Meta nº 7: Atingida.

Meta nº 8: Parcialmente Atingida. Foi implantada a unidade sentinela de fronteira em Foz do Iguaçu e outras 59 unidades sentinelas de arboviroses. Todas em 57 municípios do Paraná, por meio da Deliberação CIB-PR nº 163/2020, para a comprovação da circulação viral dos 4 sorotipos de dengue (DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4), zika, chikungunya e febre amarela de forma efetiva, precoce, utilizando quantitativo de exames adequados e viáveis. A pandemia de COVID-19 não permitiu ampliar o escopo analítico da Unidade Sentinela de Vigilância de Fronteira.

Meta nº 9: Parcialmente Atingida. 52,17% da meta atingida. A vigilância Epidemiológica da PFA/Polio baseia-se na sensibilidade do sistema de saúde em captar os casos, notificar, coletar oportunamente a amostra biológica e revisita, a vigilância ativa é de extrema importância para a certificação da ausência da circulação do poliovírus selvagem e a detecção de casos de poliomielite ocorridos a partir de vírus circulante vacinal. No ano de 2021 ações foram realizados para o cumprimento da meta que é de 23 casos/ano, sendo que foram captados apenas 12 casos que corresponde a 52,17% da meta. Atribuímos o não cumprimento da meta as questões que

envolveram a pandemia pelo CORONAVÍRUS, tirando do foco agravos de importância similar.

Meta nº 10: Parcialmente Atingida. A qualificação do campo raça/cor nos sistemas de informação de saúde é de competência dos profissionais e gestores dos serviços de saúde públicos e privados. Apesar da pandemia de Covid-19 dificultar a realização de capacitações presenciais planejadas para 2021, foi alcançado 98% da meta estabelecida. Foram realizadas ações contínuas de suporte técnico às RS e aos municípios, com foco na vigilância e notificação de violência interpessoal e autoprovocada, para melhorar a qualidade das informações e completude dos campos da ficha de notificação.

Meta nº 11: Atingida.

Meta nº 12: Atingida.

Meta nº 13: Parcialmente Atingida. Com 54% da meta atingida. Quando esse indicador foi elaborado, inicialmente foi com o propósito de ter uma redução significativa de casos novos de Tuberculose. Então seria municípios com a incidência menor ou igual a 10 por 100 mil habitantes. Dos 399 municípios do Estado, 197 atingiram a meta, mas quando cruzado com a busca dos sintomáticos respiratórios em 0,3% da população, apenas 28 municípios conseguiram atingir. Essa redução da busca de sintomáticos respiratórios pode ser devido a pandemia da COVID-19, quando a busca aos serviços de saúde foram reduzidos, inclusive tirando o foco da importância da realização do diagnóstico diferencial quando a principal hipótese diagnóstica é afastada.

Meta nº 14: Atingida.

Meta nº 15: Parcialmente Atingida. Devido ao impacto que a pandemia teve tanto nos municípios para as investigações de óbitos, como nas Regionais de Saúde, sendo estas as responsáveis pelas investigações.

Meta nº 16: Atingida.

Meta nº 17: Parcialmente Atingida. Devido ao impacto que a pandemia teve tanto nos municípios para as investigações de óbitos, como nas Regionais de Saúde, sendo estas as responsáveis pelas investigações.

Meta nº 18: Parcialmente Atingida. Devido ao impacto que a pandemia teve tanto nos municípios para as investigações de óbitos, como nas Regionais de Saúde, sendo estas as responsáveis pelas investigações.

Meta nº 19: Não Atingida. Apesar de não ter sido implantado mais unidades de SVO no estado, houve grande avanço com as tratativas entre IML, SESA e Prefeitura Municipal de Curitiba para que seja implantado ainda no ano de 2022 o SVO da 2ª Regional Metropolitana. Sendo que documentos como termos de cooperação e seção de servidores já estão em andamento. Além disso há interesse em construção e implantação do SVO em Maringá, tendo parceria com a Universidade e o Hospital.

Meta nº 20: Não Atingida. Com o agravamento da pandemia foram suspensas as supervisões presenciais.

Meta nº 21: Não Atingida. Considerando o total de municípios no estado do Paraná, 345 optaram pela realização do levantamento de índice no 5º ciclo (período compreendido entre 01/09/2021 a 15/11/2021), que foi encaminhado à SESA em novembro de 2021 e 54 municípios não enviaram informação sobre a realização do levantamento. Um total de 146 obtiveram Índice de Infestação Predial (IIP) menor que 1%, sendo classificado como satisfatório; 158 municípios apresentaram IIP entre 1% a 3,99%, classificados como situação de alerta e 40 municípios tiveram IIP superior a 4%, classificados como situação de risco para ocorrência de epidemias. Tais resultados podem ser

explicados, parte pelo comprometimento da rotina de trabalho de campo acarretada pela pandemia de COVID-19, somada as condições climáticas que antecederam a realização do levantamento entomológico, o qual foi realizado após um longo período de estiagem seguido por semanas de chuvas intensas, o que permitiu perceber que a falta da atividade de visita domiciliar, manteve no ambiente, potenciais criadouros com quantidade de ovos de *Aedes aegypti* suficientes para que a população de mosquitos permanecesse elevada.

Meta nº 22: Atingida. Com redução para 663 notificações de intoxicação infantil acidental por medicamentos em 2021. Há significativa alteração no valor acumulado porque o banco de dados (SINAN Net) continua atualizando notificações para os três quadrimestres, encerrando somente em outubro/2022 para o ano contabilizado (2021).

Meta nº 23: Atingida.

Meta nº 24: Atingida. A meta trata da regulação do risco sanitário no Estado do Paraná por meio de diferentes estratégias, e foi concluída conforme previsão anual. Em adição a todas as informações já reportadas nas análises quadrimestrais, informamos que tem sido realizado um intenso trabalho frente a esta temática. Resumidamente, em 2020 as ações foram direcionadas fortemente para a elaboração e publicação da norma estadual que versa sobre o grau de risco sanitário, uma vez que até então o Paraná não tinha tal normativa, culminando com sua publicação em agosto de 2020 por meio da Resolução Sesa n.º 1.034/2020, e norma comentada, disponível em <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Licenciamento-Sanitario>.

Em continuidade ao trabalho de análise de impacto regulatório, e mediante a experiência adquirida após toda discussão para publicação da norma retromencionada, em 2021 foi intensificada a análise e discussão para atualização do instrumento de pactuação de Visa, culminando com a Deliberação CIB n.º 85, de 24 de junho de 2021, que buscou organizar as informações quanto a responsabilidade pela execução das ações de controle sanitário no Estado.

Paralelamente a esse eixo, vem sendo realizada intensa tratativa com os envolvidos para concretização da atualização do sistema de informação, o SIEVISA, sendo direcionado grande foco do trabalho em 2021 para esse processo. A operacionalização para a implantação da nova versão do SIEVISA, de forma a contemplar o grau de risco sanitário e a pactuação atual da Visa, exige inúmeras análises, testes, e construções operacionais de sistemas por parte de diferentes parceiros e, portanto, não se constitui em item de entrega simplificada. Frente a isso, e mediante dedicação extensiva da equipe, a conclusão da primeira atualização está prevista para o início de 2022.

Outro ponto extremamente relevante em 2021, descrito nas análises quadrimestrais, foi o desenvolvimento do *Sistema Numeração Auto/Termo Sesa-PR*, disponibilizado como ferramenta de trabalho a todas as equipes de vigilância em saúde estaduais para fins de geração automática e controlada da numeração dos Auto/Termos. O sistema veio como instrumento inovador, a fim de possibilitar eficiência, agilidade, qualidade e segurança no processo de trabalho da Visa, e se encontra em acompanhamento e monitoramento sistemático e contínuo. Somado a isso intensificou-se também em 2021 a harmonização do procedimento do Processo Administrativo Sanitário no Estado, por meio da elaboração do PG-CVIS-09 PAS - Fase de instauração, o qual já se encontra em nova versão em 2022, com vistas ao avanço consistente desse importante processo no Estado.

Destacamos também que em 2021 foi concluído o processo de auditoria para garantir o *status* de Estado habilitado para realizar inspeções sanitárias em fabricantes de medicamentos, insumos farmacêuticos ativos e produtos para a saúde, classes III e IV, em que a Vigilância Sanitária do Paraná obteve a delegação por meio da Portaria n.º 679, de 14 de dezembro de 2021, com

atendimento de 100% dos 78 critérios estabelecidos.

Informamos, por fim, que a página da Vigilância Sanitária tem sido constantemente atualizada a fim de prover informações oportunas às partes interessadas, e, pode ser acessada em <https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/Vigilancia-Sanitaria-VISA>.

Meta nº 25: Não Atingida. As metas nº 25 e nº 26 previam a redução do percentil 90 da densidade de incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorialmente confirmada associada a Cateter Venoso Central, em UTI adulto e pediátrica respectivamente, contemplando, para isso, estratégias de monitoramento e de ação educativa, como reportado ao longo dos quadrimestres. De forma geral, além das informações já constantes do relatório, ressaltamos que foi realizado o acompanhamento das notificações mensais de infecção relacionada a assistência a saúde (IRAS) quanto a regularidade dos hospitais e microrganismos reportados. Mediante percepção de erros de notificação que prejudicavam a interpretação do banco de dados do SONIH, sistema onde essas informações são notificadas, foram realizadas reuniões virtuais (setembro e outubro/2021) com os serviços notificadores, e abordado a respeito da importância da vigilância epidemiológica das IRAS, como realizar esta vigilância, os critérios diagnósticos das IRAS, e como realizar a notificação, totalizando 11 reuniões para 93 participantes. Além disso, em setembro/2021 a RE nº 096/2018 foi revogada pela RE nº 823/2021, que estabelece os microrganismos multirresistentes de notificação e investigação obrigatórias no Estado do Paraná e critérios para confirmação diagnóstica junto ao LACEN/PR.

Contudo, a despeito de todas as ações realizadas, o ano de 2021 ainda foi caracterizado pela grande ocupação dos leitos de UTI em todo Estado, muitas vezes com capacidade máxima de lotação, em decorrência da pandemia de COVID-19. Importante também ressaltar que ao longo do processo da pandemia houve baixas no contingente de profissionais de saúde nestas unidades, os quais necessitaram ser afastados em decorrência de contaminação pela doença.

Este cenário apresentado, infelizmente constitui um ponto bastante crítico para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, e impactou diretamente na capacidade de atingimento dessas metas.

Meta nº 26: Não Atingida. As metas nº 25 e nº 26 previam a redução do percentil 90 da densidade de incidência de Infecção Primária de Corrente Sanguínea Laboratorialmente confirmada associada a Cateter Venoso Central, em UTI adulto e pediátrica respectivamente, contemplando, para isso, estratégias de monitoramento e de ação educativa, como reportado ao longo dos quadrimestres. De forma geral, além das informações já constantes do relatório, ressaltamos que foi realizado o acompanhamento das notificações mensais de infecção relacionada a assistência à saúde (IRAS) quanto a regularidade dos hospitais e microrganismos reportados. Mediante percepção de erros de notificação que prejudicavam a interpretação do banco de dados do SONIH, sistema onde essas informações são notificadas, foram realizadas reuniões virtuais (setembro e outubro/2021) com os serviços notificadores, e abordado a respeito da importância da vigilância epidemiológica das IRAS, como realizar esta vigilância, os critérios diagnósticos das IRAS, e como realizar a notificação, totalizando 11 reuniões para 93 participantes. Além disso, em setembro/2021 a RE nº 096/2018 foi revogada pela RE nº 823/2021, que estabelece os microrganismos multirresistentes de notificação e investigação obrigatórias no Estado do Paraná e critérios para confirmação diagnóstica junto ao LACEN/PR.

Contudo, a despeito de todas as ações realizadas, o ano de 2021 ainda foi caracterizado pela grande ocupação dos leitos de UTI em todo Estado, muitas vezes com capacidade máxima de lotação, em decorrência da pandemia de COVID-19. Importante também ressaltar que ao longo do processo da pandemia houve baixas no contingente de profissionais de saúde nestas unidades, os quais necessitaram ser afastados em decorrência de contaminação pela doença.

Este cenário apresentado, infelizmente constitui um ponto bastante crítico para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, e impactou diretamente na capacidade de atingimento dessas metas.

Meta nº 27: Não Atingida. As metas nº 27 e nº 28 previam a redução do percentil 90 da densidade de incidência de infecção de trato urinário associada a sonda vesical de demora, em UTI adulto e pediátrica respectivamente, contemplando, para isso, estratégias de monitoramento e de ação educativa, como reportado ao longo dos quadrimestres. De forma geral, além das informações já constantes do relatório, ressaltamos que foi realizado o acompanhamento das notificações mensais de infecção relacionada a assistência à saúde (IRAS) quanto a regularidade dos hospitais e microrganismos reportados. Mediante percepção de erros de notificação que prejudicavam a interpretação do banco de dados do SONIH, sistema onde essas informações são notificadas, foram realizadas reuniões virtuais (setembro e outubro/2021) com os serviços notificadores, e abordado a respeito da importância da vigilância epidemiológica das IRAS, como realizar esta vigilância, os critérios diagnósticos das IRAS, e como realizar a notificação, totalizando 11 reuniões para 93 participantes. Além disso, em setembro/2021 a RE nº 096/2018 foi revogada pela RE nº 823/2021, que estabelece os microrganismos multirresistentes de notificação e investigação obrigatórias no Estado do Paraná e critérios para confirmação diagnóstica junto ao LACEN/PR.

Contudo, a despeito de todas as ações realizadas, o ano de 2021 ainda foi caracterizado pela grande ocupação dos leitos de UTI em todo Estado, muitas vezes com capacidade máxima de lotação, em decorrência da pandemia de COVID-19. Importante também ressaltar que ao longo do processo da pandemia houve baixas no contingente de profissionais de saúde nestas unidades, os quais necessitaram ser afastados em decorrência de contaminação pela doença.

Este cenário apresentado, infelizmente constitui um ponto bastante crítico para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, e impactou diretamente na capacidade de atingimento dessas metas.

Meta nº 28: Não Atingida. As metas 27 e 28 previam a redução do percentil 90 da densidade de incidência de infecção de trato urinário associada a sonda vesical de demora, em UTI adulto e pediátrica respectivamente, contemplando, para isso, estratégias de monitoramento e de ação educativa, como reportado ao longo dos quadrimestres. De forma geral, além das informações já constantes do relatório, ressaltamos que foi realizado o acompanhamento das notificações mensais de infecção relacionada a assistência à saúde (IRAS) quanto a regularidade dos hospitais e microrganismos reportados. Mediante percepção de erros de notificação que prejudicavam a interpretação do banco de dados do SONIH, sistema onde essas informações são notificadas, foram realizadas reuniões virtuais (setembro e outubro/2021) com os serviços notificadores, e abordado a respeito da importância da vigilância epidemiológica das IRAS, como realizar esta vigilância, os critérios diagnósticos das IRAS, e como realizar a notificação, totalizando 11 reuniões para 93 participantes. Além disso, em setembro/2021 a RE nº 096/2018 foi revogada pela RE nº 823/2021, que estabelece os microrganismos multirresistentes de notificação e investigação obrigatórias no Estado do Paraná e critérios para confirmação diagnóstica junto ao LACEN/PR.

Contudo, a despeito de todas as ações realizadas, o ano de 2021 ainda foi caracterizado pela grande ocupação dos leitos de UTI em todo Estado, muitas vezes com capacidade máxima de lotação, em decorrência da pandemia de COVID-19. Importante também ressaltar que ao longo do processo da pandemia houve baixas no contingente de profissionais de saúde nestas unidades, os quais necessitaram ser afastados em decorrência de contaminação pela doença.

Este cenário apresentado, infelizmente constitui um ponto bastante crítico para o controle das infecções relacionadas à assistência à saúde, e impactou diretamente na capacidade de atingimento dessas metas.

Meta nº 29: Parcialmente Atingida. A meta diz respeito ao monitoramento do nível de resíduos de contaminantes em alimentos em atendimento ao Programa Estadual de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos-PARA/PR. O Programa, instituído no Estado por meio da Resolução SESA nº 217/2011, tem como objetivo avaliar continuamente os níveis de agrotóxicos nos alimentos a fim de evitar agravos e proteger a saúde da população paranaense. As coletas são realizadas em parceria com as Visas Municipais nas escolas da Rede Estadual de Ensino e nas Centrais de Abastecimento do Paraná-CEASA e os produtos são encaminhados ao Laboratório

contratado para detecção e quantificação de resíduos de agrotóxicos, com a consequente verificação do cumprimento da legislação vigente.

Ao longo de 2021, devido ao impacto da pandemia da COVID-19, foi necessário alterar o cronograma de coletas de amostras previstas para o período, considerando a permanência das aulas em modalidade remota por um longo período, o intenso envolvimento das Visas Municipais com as questões relacionadas ao enfrentamento da COVID-19 em seu território, e as questões de contingenciamento e adoção das medidas de prevenção que se fizeram necessárias a fim de evitar atividades presenciais, culminando assim na inviabilização de coletas nos primeiros meses do ano.

A meta previa o monitoramento em no mínimo 90% das amostras programadas no PARA-PR, tendo sido o monitoramento efetivamente concluído com 516 amostras, representando 65,63% do total e, portanto, 72% da meta estabelecida. Contudo, ainda que não atingida a meta anual, esse valor demonstra o envolvimento e o compromisso da Visa com o Programa e representa uma porcentagem considerável de análises, já que as coletas nas escolas estaduais puderam ser realizadas apenas a partir de meados de setembro, por ocasião do retorno de parcela das aulas presenciais, totalizando, ainda assim, 159 amostras de alimentos nesta modalidade, e situação semelhante pôde ser observada com as coletas na modalidade CEASA, que tiveram início somente em meados de maio, e ainda assim possibilitaram contabilizar 357 amostras no período.

Meta nº 30: Atingida.

Meta nº 31: Atingida. A meta foi superada em 55,85% devido as ações de matriciamento e capacitação por parte do CEST e CEREST da SESA.

Meta nº 32: Não Atingida. Tratativas da SESA/FUNEAS/CPPI para contratação dos serviços de processamento e produção de 20.000 frascos de Soro Antiloxoscélico foram encerradas por impossibilidade de produção do Instituto/Fundação Butantan. Negociações entre FUNEAS e Fundação Ezequiel Dias (FUNED-MG), que dispõe de fabricada certificada, foram retomadas em dezembro /2021. O CPPI não conta com área fabril, no momento, para processamento industrial de soros.

Meta nº 33: Não Atingida. A meta de produção de 5.000 frascos de Soro Antibotrópico não foi atingida pois requer a contratação dos serviços de processamento industrial de plasma. Negociações entre FUNEAS e Fundação Ezequiel Dias (FUNED) para o processamento do Soro Antiloxoscélico foram retomadas em dezembro /2021. O CPPI não conta com área fabril, no momento, para processamento industrial de soros.

Meta nº 34: Não Atingida. Embora tenham sido produzidos 1.400 frascos do Antígeno de Montenegro (para pesquisa em animais) a meta foi considerada como não atingida (abaixo de 60% do esperado).

Meta nº 35: Atingida. Realizadas 07 publicações de pesquisa. Meta atingida em 233,33%. Salientamos que no 2º quadrimestre o quantitativo consta "0", porém foram "2" publicações.

DIRETRIZ 4: FORTALECIMENTO DA GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Objetivos, Metas, Indicadores e Resultados

OBJETIVO 1: QUALIFICAR A GESTÃO DE PESSOAS DA SESA/PR						
Meta para 2021		Indicador para monitoramento e avaliação da meta.	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Acumulado (Resultado Anual)
1	Implantar 1 Plano de Gestão de Pessoas.	Número de Plano de Gestão de Pessoas Implantado.				Não se aplica a 2021
OBJETIVO 2: FORTALECER A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E OS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO VOLTADOS ÀS NECESSIDADES DO SUS DO PARANÁ						
2	Implantar 2 Comissões de Integração Ensino-Serviço-Comunidade (CIESC) Macrorregionais.	Número de CIESC Macrorregionais implantadas.	0	0	0	0
3	Elaborar 1 Plano Estadual de Educação Permanente em Saúde (PEEPS) 2020-2023.	Número de PEEP elaborado.	01	0	0	01
4	Formar 18 Profissionais de Saúde Especialistas por meio de Programa de Residência, conforme recursos financeiros disponibilizados, para o SUS.	Número de Profissionais Especialistas formados por meio de Programas de Residência.	07	01	0	08
5	Formar 80 Profissionais de Saúde de Nível Superior Especialistas para o SUS por meio de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade de Especialização.	Número de Profissionais de Saúde Especialistas certificados.	57	0	45	102
6	Formar 640 Profissionais de Saúde em Nível Técnico para o SUS.	Número de Profissionais de Saúde de Nível Técnico certificados	715*	0	0	0

7	Formar 150 Profissionais em Nível Inicial para áreas prioritárias da saúde.	Número de Profissionais de em Formação Inicial certificados.	0	0	0	0
8	Desenvolver 2 cursos em áreas prioritárias da saúde na modalidade de Educação à Distância (EAD).	Número de cursos EAD desenvolvidos.	02	04	03	09
9	Desenvolver 100 Projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS) encaminhados pelas áreas técnicas da SESA e Regionais de Saúde.	Número de Projetos de EPS desenvolvidos pela ESPP-CFRH.	10	12	43	65

*Alunos matriculados

Ações Relacionadas à Meta nº 1:

a) Organizar o processo de implantação para as unidades da SESA/PR.

2º Quadrimestre:

O Plano de Gestão de Pessoas está em processo de elaboração, sendo que sua conclusão se dará após a realização das demais ações programadas.

3º Quadrimestre:

Em andamento o estudo das competências e organograma do Grupo de Recursos Humanos Setorial – GRHS visando a organização do processo de trabalho para a elaboração do Plano de Gestão de Pessoas.

b) Mapear por função os perfis dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde.

2º Quadrimestre:

Encontra-se em andamento a revisão para atualizar o perfil profissiográfico das funções do QPSS – previsto na Resolução Conjunta SEAP/SESA nº 10 de 17/06/2016.

3º Quadrimestre:

Iniciado o processo de avaliação dos perfis profissiográficos previstos na Resolução Conjunta SEAP/SESA nº 10 de 17/06/2016 visando atender às necessidades técnicas da SESA e assegurar que nenhum servidor execute atividades em desvio de função.

b) Realizar estudo de redimensionamento da força de trabalho das unidades gerenciadas pela SESA/PR.

2º Quadrimestre:

Encontra-se em andamento a realização de estudo de redimensionamento de pessoal das unidades da SESA.

3º Quadrimestre:

Em andamento o alinhamento das informações obtidas no Sistema Meta 4 (SEAP), com a realidade encontrada nas unidades (Regionais de Saúde, Hospitais e Prédio Central) e execução de ações de correção de inconsistências encontradas.

Em andamento o planejamento para reuniões técnicas nas unidades visando a manutenção das informações de gestão do trabalho que subsidiam a coordenação do GRHS no estudo de redimensionamento da força de trabalho da SESA.

Ações Relacionadas à Meta nº 2:

a) Indicar técnico/profissional de referência para coordenação da CIESC Macrorregional.

Em validação da proposta da indicação de técnico/profissional de referência para coordenação da CIESC Macrorregional, junto à CIESC Estadual.

2º Quadrimestre:

Sem ações para este quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Sem ações para este quadrimestre.

Ações Relacionadas à Meta nº 3:

a) Desenvolver Oficinas Estadual e Macrorregionais para planejamento das ações do PEEPS.

Sem ações desenvolvidas no 1º quadrimestre, aguardando o planejamento das ações do PEEPS que ocorrerá junto à etapa de definição de prioridades sanitárias do PRI.

2º Quadrimestre:

Sem ações desenvolvidas no 2º quadrimestre, aguardando o planejamento das ações do PEEPS que ocorrerá junto à etapa de definição de prioridades sanitárias do PRI.

b) Pactuar na CIB e CES/PR o PEEP.

Realizada Pactuação em 10/12/2020, por meio da DELIBERAÇÃO CIB Nº 213 que Aprova o Plano Estadual de Educação Permanente do Estado do Paraná – PEEPS - PR 2020 – 2023.

2º Quadrimestre:

Plano já pactuado em 10/12/2020, por meio da DELIBERAÇÃO CIB Nº 213. Aguardando agenda com o CES/PR

3º Quadrimestre:

Plano já pactuado em 10/12/2020, por meio da DELIBERAÇÃO CIB Nº 213. Aguardando agenda com o CES/PR para 2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 4:

a) Recredenciar/credenciar programas de residência junto ao MEC.

Mantidos os programas credenciados em 2019: Multiprofissional em saúde mental (13 residentes matriculados); Enfermagem Obstétrica (12 residentes matriculados) e Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, em parceria com o Complexo Hospitalar do Trabalhador – HT, com 15 residentes matriculados.

Não foram credenciados novos programas neste período.

2º Quadrimestre:

Mantidos os programas credenciados em 2019: Multiprofissional em saúde mental (12 residentes matriculados: 07 R1 e 05 R2) e Enfermagem Obstétrica (09 residentes matriculados: 05 (R2) e 04 (R1) e Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, em parceria com o Complexo Hospitalar do Trabalhador – HT, com 15 residentes matriculados.

Apoio Técnico (reuniões on line com os responsáveis, grupos de trabalho, COREMU/HCAB, orientações por e-mail, envio de materiais) para as unidades Funeas que desejam submeter ao MEC projetos para credenciamento de novos programas de residência. Apoiada solicitação de credenciamento do novo programa de Residência Médica em Psiquiatria junto ao Hospital Aداuto Botelho-Pinhais para oferta de 05 vagas anuais- em fase de avaliação do MEC.

3º Quadrimestre:

Mantidos os programas credenciados em 2019: Multiprofissional em saúde mental (12 residentes matriculados: 07 R1 e 05 R2) e Enfermagem Obstétrica (09 residentes matriculados: 05 (R2) e 04 (R1) e Programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia, em parceria com o Complexo Hospitalar do Trabalhador – HT.

Autorizado pelo MEC dois novos programas de residência médica para início em 2022:

- Residência Médica em Psiquiatria junto ao Hospital Aداuto Botelho-Pinhais para oferta de 03 vagas anuais.

- Residência Médica em Cirurgia Geral junto ao Hospital Regional do Litoral para oferta de 02 vagas anuais.

b) Implementar seleção anual de Residentes nos Programas de Residência da ESPP/SESA.

Processo seletivo dos Programas Multiprofissional em saúde mental e Enfermagem Obstétrica realizado em parceria com o Núcleo de Concursos/UFPR, constituído por 2 (duas) fases, prova escrita e análise de currículo (janeiro 2021). Início das novas turmas dia 01 de março (12 novos residentes selecionados).

2º Quadrimestre:

Em andamento, em parceria com o Núcleo de Concurso da UFPR, as tratativas e encaminhamentos para a estruturação do processo de seleção de residentes 2022.

Formatura de 01 residente do Programa de Residência em Saúde Mental-pós licença maternidade

3º Quadrimestre:

Publicados os editais de seleção dos residentes para os dois novos programas aprovados (Residência Médica em Psiquiatria – Edital 20/2021; Residência Médica em Cirurgia Geral – Edital 22/2021) e o edital para elaborador de questão de prova (Edital 18/2021). Processo seletivo foi realizado pela ESPP.

c) Formar, Selecionar e Remunerar Preceptores, Tutores, Docentes e Orientadores.

Formatura das primeiras turmas dos Programas Multiprofissional em saúde mental (05 residentes formados) e Enfermagem Obstétrica (02 residentes formados), com apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso TCR em fevereiro 2021.

Realizadas 02 reuniões da COREMU e capacitação com preceptores.

2º Quadrimestre:

Realizadas 02 reuniões da COREMU e capacitação com preceptores.

3º Quadrimestre:

Realizadas 02 reuniões da COREMU e capacitação com preceptores.

Ações Relacionadas à Meta nº 5:

a) Realizar seleção de Alunos, Docentes e Orientadores dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Não realizada oferta de turmas de Cursos de Especialização para o 1º quadrimestre de 2021.

57 Profissionais de Saúde Especialistas (Pós-Graduação Lato sensu) certificados:

Curso de Especialização em Saúde Pública - Turma Apucarana: 37 concluintes (Formatura em 11/03/2021);

Curso de Especialização em Gestão do SUS - Turma Ponta Grossa: 20 alunos concluintes (Formatura em 18/03/2021);

2º Quadrimestre:

– Não realizada oferta de turmas de Cursos de Especialização para o 2º quadrimestre de 2021.

– Publicado Edital de Seleção de Docentes para os conteúdos teóricos e Orientadores de TCC para o Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica, com oferta de duas turmas (polos Cascavel e Curitiba), no próximo quadrimestre de 2021.

3º Quadrimestre:

Realizada seleção de alunos para o Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica (Edital 13/2021). Aulas do curso iniciaram em outubro/2021 com duas turmas sendo, Tuma Curitiba com 25 alunos matriculados e 22 alunos na turma de Cascavel.

Selecionados docentes para os conteúdos teóricos e Orientadores de TCC para o Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica, com oferta de duas turmas (polos Cascavel e Curitiba) iniciadas neste quadrimestre.

Ações Relacionadas à Meta nº 6:

a) Selecionar Alunos e Docentes.

Os cursos de Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal seguem em andamento e retornaram suas atividades em abril, na modalidade EAD. Curso de Técnico em Enfermagem em andamento com 24 turmas descentralizadas totalizando 682 alunos matriculados e, Curso de Técnico em Saúde Bucal em andamento com 02 turmas descentralizadas totalizando e 33 alunos matriculados.

Foram selecionados 24 docentes de referência, via Edital 01/2021, para acompanhamento das turmas nas Regionais de Saúde, de acordo como Regimento Escolar do CFRH. Para as aulas EAD, foram chamados os docentes aprovados no Edital 15/2019, para ministrar as disciplinas de Enfermagem na Saúde da Mulher e Enfermagem Pediátrica e Infanto-Juvenil.

Realizada a seleção dos docentes de estágio supervisionado do Curso Técnico em Saúde Bucal, via Edital 04/2021.

Não foram publicados editais para seleção de alunos, visto que os cursos em andamento estavam paralisados em virtude da pandemia e não foram abertos novos cursos no momento.

2º Quadrimestre:

Os cursos de Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal seguem em andamento e retornaram suas atividades presenciais em agosto, com carga horária semanal reduzida (dois dias na semana). Curso de Técnico em Enfermagem em andamento com 24 turmas descentralizadas totalizando 682 alunos matriculados e, Curso de Técnico em Saúde Bucal em andamento com 02 turmas descentralizadas totalizando e 33 alunos matriculados.

Publicado Edital 12/2021 para seleção de docentes do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Hospitalar com Ênfase na Qualidade e Segurança do Paciente, a ser ofertado em 2022.

Realizada a seleção dos docentes de estágio supervisionado do Curso Técnico em Saúde Bucal, via Edital 04/2021.

b) Realizar capacitação Pedagógica de Docentes.

Não foram realizadas capacitações pedagógicas de docentes neste período.

2º Quadrimestre:

Não foram realizadas capacitações pedagógicas de docentes neste período.

3º Quadrimestre:

Realizado processo de seleção de docentes para o Curso Técnico em Enfermagem para supervisionar estágios (Edital nº 21/2021).

Ações Relacionadas à Meta nº 7:

a) Selecionar de Alunos e Docentes.

Não foram abertas novas turmas, em virtude da pandemia. Neste quadrimestre, foi realizada a revisão de conteúdo da apostila do Curso de Cuidador de Idoso.

2º Quadrimestre:

Publicado Edital 09/2021 para seleção de aluno para o curso de Agente de Combate às Endemias, Turma 15ª Regional de Saúde – Maringá.

Foram selecionados 34 alunos para o curso de Agente de Combate às Endemias, Turma 15ª Regional de Saúde – Maringá.

Foram selecionados 2 docentes para ministrar aulas no curso de Agente de Combate às Endemias (ACE) na 15ª Regional de Saúde – Maringá.

3º Quadrimestre:

Não foram abertas novas turmas neste quadrimestre.

b) Realizar capacitação Pedagógica de Docentes.

Não foram realizadas capacitações pedagógicas de docentes neste quadrimestre.

2º Quadrimestre:

Realizada Reunião Técnico-pedagógica com os docentes do curso ACE – 15ª RS, em Maringá

3º Quadrimestre:

Não foram realizadas capacitações pedagógicas de docentes neste quadrimestre.

Ações Relacionadas à Meta nº 8:

a) Elaborar plano de desenvolvimento de cursos em áreas prioritárias da Saúde na modalidade EAD em parceria com as áreas técnicas da SESA.

No primeiro quadrimestre de 2021 foram criados 02 novos cursos:

Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) voltada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) para Pais, Cuidadores e Educadores;

Curso Básico de Brigadistas da SESA.

2º Quadrimestre:

No segundo quadrimestre de 2021 foram criados 04 novos cursos:

Dialogando sobre saúde e equidade;

Capacitação para a Linha de Cuidado em Saúde Bucal 2021;

Reabilitação Pós COVID-19;

Curso de administração e uso seguro de medicamentos.

Elaborado projeto do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Hospitalar com Ênfase na Qualidade e Segurança do Paciente, a ser ofertado em 2022.

3º Quadrimestre:

No terceiro quadrimestre de 2021 foram criados 03 novos cursos, sendo 1 de especialização semipresencial:

Curso de capacitação aos profissionais de educação física de promoção da saúde, prevenção e atenção às pessoas com Doenças Crônicas Não Transmissíveis

Curso de Psicofarmacologia para médicos da Rede de Atenção à Saúde

Curso de Especialização em Enfermagem Obstétrica (Semipresencial)

b) Monitoramento e Avaliação dos Cursos.

Além dos 52 curso e módulos educacionais já ofertados na plataforma ESPPR VIRTUAL e que seguem disponíveis. Especialmente com a temática do Covid-19 foram disponibilizados 18 cursos autoinstrucionais para profissionais de saúde de diversos níveis de formação.

Números da EaD no 1º Trimestre de 2021:

Alunos Cadastrados: 4877

Matrículas em Cursos: 5707

Certificados Emitidos: 1897

2º Quadrimestre:

Além dos 56 cursos e módulos educacionais já ofertados na plataforma ESPPR VIRTUAL e que seguem disponíveis, foram realizados diversos eventos on-line como Webconferencias, Seminários, Oficinas, que totalizaram 31.870 visualizações e 10.995 horas de exibição em nosso canal no YouTube (<https://www.youtube.com/espprvirtual>).

Números da EaD no 2º quadrimestre de 2021:

Alunos Cadastrados: 8.547

Matrículas em Cursos: 11.163

Certificados Emitidos: 5.964

3º Quadrimestre:

Atualmente a Plataforma ESPPrVirtual conta com 60 cursos e módulos educacionais ativos e que seguem disponíveis.

Números da EaD no 3º Quadrimestre de 2021:

Alunos Cadastrados: 8292

Matrículas em Cursos: 12191

Certificados Emitidos: 6169

Além dos 60 cursos e módulos educacionais já ofertados e disponíveis na plataforma ESPPR VIRTUAL, foram realizados diversos eventos on-line como Webconferencias, Seminários, Oficinas, que totalizaram 41.200 visualizações e 43.000 horas de exibição em nosso canal no YouTube (<https://www.youtube.com/espprvirtual>), no período.

Ações Relacionadas à Meta nº 9:

a) Revisar e orientar a normatização para encaminhamento de Projetos de EPS à ESPP-CFRH às áreas técnicas da SESA e Regionais de Saúde.

Revisão das Normas Técnicas da ESPP-CFRH para orientação dos procedimentos a serem adotados pelas unidades da SESA para execução de projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS), considerando a cenário epidemiológico advindo da Pandemia Covid-19.

Foi instituída a recomendação para realização de cursos na modalidade à distância/remota, na impossibilidade a obrigatoriedade de inclusão de plano de contingência para realização destes na modalidade presencial, considerando as prerrogativas legais videntes e a suspensão/remarcação frente a piora do cenário epidemiológico.

Elaborada minuta de nota técnica para estabelecer os procedimentos a serem realizados pelas unidades da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR) proponentes dos Projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS) para convocação e pagamento dos instrutores / professores selecionados, por meio de editais de credenciamento publicados pela Escola de Saúde Pública do Paraná e Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (ESPP-CFRH).

2º Quadrimestre:

Instituída Nota Técnica ESPP-CFRH nº 01/2021 que estabelece os procedimentos a serem realizados pelas unidades da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná (SESA-PR) proponentes dos Projetos de Educação Permanente em Saúde (EPS) para convocação e pagamento dos instrutores / professores selecionados, por meio de editais de credenciamento publicados pela Escola de Saúde Pública do Paraná e Centro Formador de Recursos Humanos Caetano Munhoz da Rocha (ESPP-CFRH).

Revisão das: Nota Técnica ESPP-CFRH nº01/2020-Define e caracteriza as modalidades de ensino promovidas pela ESPP-CFRH; Nota Técnica ESPP-CFRH nº 02/2020-Estabelece o fluxo de encaminhamento, análise, implementação e certificação dos projetos de EPS; e, Nota Técnica ESPP-CFRH nº 03/2020-Estabelece o Regulamento da submissão informatizada (Workflow) das propostas de projetos de EPS.

b) Analisar e acompanhar os projetos de EPS.

Revisão e orientação de 10 Projetos de EPS, destes, três com elaboração de Edital de Seleção de instrutores.

2º Quadrimestre:

Revisão e orientação de 12 Projetos de EPS, destes um com elaboração de Edital de Seleção de instrutores.

3º Quadrimestre:

Revisão e orientação de 43 Projetos de EPS, destes dois com elaboração de Edital de Seleção de instrutores.

Considerações:

Meta nº 1: Não se aplica à 2021

Meta nº 2: Não Atingida. considerando as restrições impostas pelo estado de Pandemia em decorrência da Covid-19 não foram realizadas as ações previstas para a implantação das CIESC macrorregionais em 2021. Novas ações foram planejadas para 2022.

Meta nº 3: Atingida

Meta nº 4: Não Atingida. (44,5%). Foram formados 08 residentes nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e Residência Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica. As formaturas dos profissionais dos Programas de Residência são realizadas conforme calendário alinhado com as exigências do MEC e considerando o cumprimento integral da carga horária do curso pelo residente. No ano de 2021 houveram desistências e licenças maternidades que irão

concluir o curso em 2022.

Meta nº 5: Atingida. Em 128 % Curso de Especialização em Saúde Pública com 37 profissionais formados; Curso de Especialização em Gestão do SUS com 20 alunos profissionais formados e Curso de Especialização em Auditoria do SUS com 45 alunos formados.

Meta nº 6: Não Atingida. Considerando as restrições impostas pelo estado de Pandemia em decorrência da Covid-19 as aulas presenciais dos Cursos de Técnico em Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal ficaram suspensas o que ocasionou o atraso no calendário do curso. A previsão de conclusão dos cursos em andamento é para o próximo ano (2022).

Meta nº 7: Não Atingida. Considerando as restrições impostas pelo estado de Pandemia em decorrência da Covid-19 não foram ofertadas novas turmas dos cursos de formação inicial (Cuidado de Idoso, Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate a Endemias).

Meta nº 8: Atingida. Em 450%, a meta anual era a oferta de 02 cursos no formato EAD e foram desenvolvidos 09 cursos. A estratégia da Educação à Distância se mostrou como uma ferramenta importante de EPS nos tempos de pandemia e restrições de atividades presenciais.

Meta nº 9: Parcialmente Atingida. Em 65%, a meta anual prevista era de apoiar 100 projetos de EPS, no entanto as restrições impostas pelo estado de Pandemia em decorrência da Covid-19, com a restrição de eventos presenciais, impactou na realização de cursos e eventos propostos pelas áreas técnicas da SESA e Regionais de Saúde, reduzindo a realização deste tipo de ação.

DIRETRIZ 5 – FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NO SUS

Objetivos, Metas, Indicadores e Resultados

OBJETIVO 1: DELIBERAR E FISCALIZAR OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E DE GESTÃO DO SUS						
Meta para 2021		Indicador para monitoramento e avaliação da meta.	Resultados 1º Quadrimestre	Resultados 2º Quadrimestre	Resultados 3º Quadrimestre	Acumulado (Resultado Anual)
1	Manter a fiscalização de 100% dos instrumentos de Gestão do SUS.	Percentual de cumprimento de cada Instrumento de Gestão.	100%	100%	100%	100%
2	Atualizar 1 vez ao ano o Mapa Estratégico do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.	Número de revisão do Mapa Estratégico do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.	0	0	1	1
OBJETIVO 2: FORTALECER E MELHORAR A QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHEIROS DE SAÚDE						
3	Realizar Oficinas/Capacitações para 100% dos conselheiros estaduais de saúde.	Número de Oficinas/Capacitações realizadas.	0	0	0	0
4	Realizar 1 Conferência Estadual ou Temática de Saúde.	Número de Conferências realizadas	0	0	0	0
OBJETIVO 3: FORTALECER AS OUVIDORIAS DO SUS E DESENVOLVER ESTRATÉGIAS PARA QUE SE EFETIVEM COMO UM INSTRUMENTO DE GESTÃO E CIDADANIA						
5	Realizar 44 capacitações para instrumentalizar os ouvidores municipais das Regiões de Saúde	Número de capacitações realizadas	31	1	145	201
6	Realizar 4 encontros nas macrorregiões para qualificar os serviços de Ouvidoria do SUS no Estado	Número de encontros realizados	1	1	1	3
7	Realizar 1 encontro Estadual de Ouvidores do SUS.	Número de encontro realizado.	0	0	0	0
8	Ampliar para 24 as ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde em funcionamento	Número de ouvidorias ampliadas por meio de convênios realizados entre a SESA e os CIS	24	0	0	24

9	Manter 100% das ouvidorias dos Hospitais e Unidades Próprias em funcionamento.	Percentual de hospitais e unidades próprias com ouvidorias em funcionamento.	90%	10%	0%	100%
10	Garantir a implantação de Ouvidoria em 25% dos Hospitais contratualizados com a SESA	Percentual de implantação de ouvidorias nos hospitais contratualizados com a SESA	0%	0%	0%	0%
OBJETIVO 4: AVALIAR OS SERVIÇOS DO SUS CONTRATUALIZADOS COM A SESA						
11	Realizar 1 avaliação quanto ao grau de satisfação dos usuários em relação aos serviços prestados.	Número de avaliações realizadas.	0	0	0	0

Ações Relacionadas à Meta nº 1:

a) Fiscalizar e avaliar execução:

- I. Plano Plurianual de Governo (PPA);
- II Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- III. Lei Orçamentária Anual (LOA);
- IV. Programação Anual de Saúde (PAS);
- V. Relatórios Quadrimestrais;
- VI. Relatório Anual de Gestão (RAG).

Apresentados: Relatório Quadrimestral de Gestão – 3º Quadrimestre de 2020; Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas FUNEAS, Relatório Anual de Gestão (RAG) 2020; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2021, Prestação de contas anual FUNEAS.

2º Quadrimestre:

Apresentados: Relatório Quadrimestral de Gestão – 1º Quadrimestre 2021, Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas FUNEAS, Relatório da Ouvidoria SESA, Metas referentes à Pactuação Interfederativa de Indicadores para o ano de 2021, Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2022.

3º Quadrimestre:

Apresentados: Relatório Quadrimestral de Gestão – 2º Quadrimestre 2021, Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas FUNEAS, Programação Anual de Saúde – PAS 2022.

Ações Relacionadas à Meta nº 2:

a) Realizar oficinas para atualização do Mapa Estratégico do Conselho Estadual de Saúde do Paraná.

Não foram realizadas ações neste 1º Quadrimestre.

Não foram realizadas ações neste 2º Quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Mapa Estratégico do Conselho Estadual de Saúde do Paraná atualizado por meio da Resolução CES/PR nº 009/2021.

Ações Relacionadas à Meta nº 3:

a) Organizar e realizar a Oficina/Capacitação

Não foram realizadas ações neste 1º Quadrimestre.

Não foram realizadas ações neste 2º Quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Não foram realizadas ações neste 3º Quadrimestre.

Ações Relacionadas à Meta nº 4:

a) Organizar e realizar a Conferência Estadual ou Temática de Saúde.

Não foram realizadas ações neste 1º Quadrimestre.

Não foram realizadas ações neste 2º Quadrimestre.

3º Quadrimestre:

Não foram realizadas ações neste 3º Quadrimestre.

Ações Relacionadas à Meta nº 5:

a) Realizar 02 capacitações por Regiões de Saúde.

A Ouvidoria Geral da Saúde realizou capacitação com as Regionais de Saúde em Março/2021, e a partir dessa capacitação, as Ouvidorias Regionais realizaram 31 (trinta e uma) capacitações com as Ouvidorias Municipais de Saúde na sua área de abrangência, conforme discriminado abaixo:

09ª Regional de Saúde – Foz do Iguaçu: 09 (nove) municípios;

14ª Regional de Saúde – Paranavaí: 12 (doze) municípios;

22ª Regional de Saúde – Ivaiporã: 10 (dez) municípios.

Complementa-se ainda que todas Ouvidorias de Regionais de Saúde realizarão capacitações com as ouvidorias municipais da sua área de abrangência no decorrer do exercício de 2021.

2º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde efetivou capacitação com as 21 Regionais de Saúde em Maio/2021, e nesta oportunidade, a Ouvidoria da 7ª Regional de Saúde – Irati capacitou 01 (um) município

3º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde realizou capacitação com as Regionais de Saúde em Setembro/2021, e a partir dessa capacitação, as Ouvidorias Regionais realizaram 145 (cento e quarenta e cinco) capacitações com as Ouvidorias Municipais de Saúde na sua área de abrangência (podendo o município participar mais de uma vez de capacitação referente a assuntos distintos), conforme discriminado abaixo:

- 1ª Regional de Saúde – Paranaguá: 02;
- 2ª Regional de Saúde Metropolitana – Curitiba: 07;
- 3ª Regional de Saúde – Ponta Grossa: 03;
- 4ª Regional de Saúde – Irati: 03;
- 5ª Regional de Saúde – Guarapuava: 43;
- 6ª Regional de Saúde – União da Vitória: 02);
- 8ª Regional de Saúde – Francisco Beltrão: 10;
- 10ª Regional de Saúde – Cascavel: 19;
- 11ª Regional de Saúde – Campo Mourão: 17;
- 14ª Regional de Saúde – Paranavaí: 11;
- 16ª Regional de Saúde – Apucarana: 12;
- 17ª Regional de Saúde – Londrina: 06;
- 20ª Regional de Saúde – Toledo: 04;
- 21ª Regional de Saúde – Telêmaco Borba: 06.

Ações Relacionadas à Meta nº 6:

a) Realizar 01 encontro anual por macrorregião

A Ouvidoria Geral da Saúde, realizou o primeiro Encontro na Macrorregional Leste, sendo encaminhado convite às ouvidorias das Secretarias Municipais de Saúde, Consórcios Intermunicipais de Saúde, Regionais de Saúde e Unidades Próprias, na área de abrangência da 1ª RS – Paranaguá, 2ª RSM – Curitiba, 3ª RS – Ponta Grossa, 4ª RS – Irati, 5ª RS – Guarapuava, 6ª RS – União da Vitória e 21ª RS – Telêmaco Borba. Durante a realização do evento remoto, foi constatada a participação de 98 (noventa e oito) representantes.

2º Quadrimestre:

Foi efetivado o segundo Encontro na Macrorregional Oeste, estando presentes os representantes das ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, Unidades Próprias e Hospitalares, Regionais de Saúde, e Ouvidorias Municipais de Saúde da área de abrangência da 7ª Regional de Saúde – Pato Branco, 8ª Regional de Saúde – Francisco Beltrão, 9ª Regional de Saúde – Foz do Iguaçu, 10ª Regional de Saúde – Cascavel e 20ª Regional de Saúde – Toledo, contando com a participação da Coordenação de Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado. Conforme lista de presença, foram constatados durante a videoconferência 53 (cinquenta e três) participantes.

3º Quadrimestre:

Foi efetivado o terceiro Encontro na Macrorregional Noroeste, estando presentes os representantes das ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde, Unidades Próprias e Hospitalares, Regionais de Saúde, e Ouvidorias Municipais de Saúde da área de abrangência da 11ª Regional de Saúde – Campo Mourão, 12ª Regional de Saúde – Umuarama, 13ª Regional de Saúde – Cianorte, 14ª Regional de Saúde – Paranavaí e 15ª Regional de Saúde – Maringá, contando com a participação da Coordenação de Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado. Conforme lista de presença, foram constatados durante a videoconferência 41 (quarenta e um) participantes.

Ações Relacionadas à Meta nº 7:

a) Realizar encontro estadual anual.

A Ouvidoria Geral da Saúde está estudando a possibilidade de realização do Encontro Estadual Anual, tendo em vista a finalidade do evento, sendo apresentadas limitações devido a situação emergencial de saúde pública, em decorrência da pandemia de Coronavírus – COVID19.

2º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está estudando a possibilidade de realização do Encontro Estadual Anual, tendo em vista a finalidade do evento, sendo apresentadas limitações devido a situação emergencial de saúde pública, em decorrência da pandemia de Coronavírus – COVID19.

3º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está estudando a possibilidade de realização do Encontro Estadual Anual, tendo em vista a finalidade do evento, sendo apresentadas limitações devido a situação emergencial de saúde pública, em decorrência da pandemia de Coronavírus – COVID19.

Ações Relacionadas à Meta nº 8:

a) Garantir cláusula de implantação e funcionamento das Ouvidorias nos contratos dos Consórcios Intermunicipais de Saúde.

Está sendo mantido o funcionamento das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, no âmbito do Estado do Paraná, conforme cláusulas de implantação dos contratos firmados com os referidos Consórcios (QualiCIS).

2º Quadrimestre:

Está sendo mantido o funcionamento das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, no âmbito do Estado do Paraná, conforme cláusulas de implantação dos contratos firmados com os referidos Consórcios (QualiCIS).

3º Quadrimestre:

Está sendo mantido o funcionamento das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, no âmbito do Estado do Paraná, conforme cláusulas de implantação dos contratos firmados com os referidos Consórcios (QualiCIS).

Informa-se ainda que foram realizadas capacitações com as Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, além da efetivação de pesquisa quanto ao grau de satisfação dos usuários dos serviços ofertados.

Ações Relacionadas à Meta nº 9:

a) Capacitar todos os ouvidores dos hospitais e unidades próprias.

A Ouvidoria Geral da Saúde estabeleceu, de acordo com a Programação Anual de Saúde – 2021, capacitações a serem realizadas com todos os ouvidores de hospitais e unidades próprias. Com o objetivo de manter o funcionamento em 100% (cem por cento) das Unidades Hospitalares Próprias, foi solicitada por meio de Memorando a indicação de ouvidor para os Diretores do Hospital Adauto Botelho e do Hospital Regional de Guaraqueçaba.

2º Quadrimestre:

Foram indicados pelo Hospital Adauto Botelho e Hospital Regional de Guaraqueçaba Ouvidores, mantendo desta forma o funcionamento em 100% (cem por cento) das Ouvidorias das Unidades Hospitalares Próprias.

3º Quadrimestre:

Está sendo mantido o funcionamento em 100% (cem por cento) das Ouvidorias dos Hospitais e Unidades Próprias.

b) Manter o funcionamento da Ouvidoria da FUNEAS.

O funcionamento da ouvidoria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS está mantido, ocorrendo neste momento parceria para o desenvolvimento de materiais de divulgação, relacionados aos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde e pela Ouvidoria Geral da Saúde.

2º Quadrimestre:

O funcionamento da ouvidoria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS está mantido.

3º Quadrimestre:

O funcionamento da ouvidoria da Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEAS está mantido.

Ações Relacionadas à Meta nº 10:

a) Garantir cláusula de implantação e funcionamento das Ouvidorias nos contratos dos hospitais contratualizados com a SESA.

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para realizar a inclusão de cláusula de implantação e funcionamento de ouvidorias nos contratos de hospitais contratualizado com a SESA/PR.

2º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para realizar a inclusão de cláusula de implantação e funcionamento de ouvidorias nos contratos de hospitais contratualizado com a SESA/PR.

3º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para realizar a inclusão de cláusula de implantação e funcionamento de ouvidorias nos contratos de hospitais contratualizado com a SESA/PR.

Ações Relacionadas à Meta nº 11:

a) Realizar pesquisa de satisfação dos usuários em 100% dos serviços da SESA e contratualizados pela SESA, que atendem diretamente a população

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para a elaboração, e posterior realização, de Pesquisa de Satisfação dos usuários.

2º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para a elaboração, e posterior realização, de Pesquisa de Satisfação dos usuários.

3º Quadrimestre:

A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando com as áreas técnicas responsáveis para a elaboração, e posterior realização, de Pesquisa de Satisfação dos usuários.

Cabe ainda informar que a Ouvidoria está trabalhando de forma descentralizada a fim de auxiliar na implantação e realização de Pesquisa de Satisfação nos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, por meio do Programa QualiCIS, em conjunto com o Núcleo de Descentralização do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerações:

Meta nº 1: Atingida

Meta nº 2: Atingida

Meta nº 3: Não atingida. Não foram realizadas ações ao longo do ano de 2021.

Meta nº 4: Não atingida. V Conferência Estadual de Saúde Mental do Paraná programada para ocorrer nos dias 25 e 26 de abril de 2022, conforme Resolução CES/PR nº 017/2021, publicada no Diário Oficial do Estado nº 11088 de 04/01/2022.

Meta nº 5: Atingida. Por meio das capacitações efetivadas pela Ouvidoria Geral da Saúde, com os Ouvidores Regionais de Saúde, cada Ouvidoria Regional realizou capacitações e orientações técnicas no decorrer do exercício de 2021 com as Ouvidorias Municipais de Saúde, da sua respectiva área de abrangência. Informa-se que estas capacitações foram feitas no intuito de habilitar o uso das ferramentas do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias – SIGO e formular Relatórios Gerenciais, além de repassar orientações técnicas com o intuito de aperfeiçoar o direcionamento efetivo da atividade de Ouvidoria junto aos gestores Regionais e Municipais de Saúde. Por fim, cabe esclarecer que as Ouvidorias da 12ª Regional de Saúde – Umuarama, 15ª Regional de Saúde – Maringá e 19ª Regional de Saúde – Jacarezinho não atingiram a meta de capacitação de ouvidorias municipais na sua área de abrangência, conforme justificativa apresentada a esta Ouvidoria Geral da Saúde – OGS/SESA em data oportuna.

Meta nº 6: Parcialmente Atingida. Foram realizados encontros na Macrorregião Leste, Macrorregional Oeste e Macrorregional Noroeste, ocorrendo desta forma o compartilhamento de experiências exitosas na área de Ouvidorias Públicas de Saúde, incluindo medidas de enfrentamento e combate ao Coronavírus – COVID19, participando do evento Ouvidorias de Saúde dos municípios, entidades de saúde, regionais de saúde, unidades hospitalares e unidades próprias da sua respectiva área de abrangência. Complementa-se que não foi possível a realização do encontro Macrorregional Norte, o qual será efetivado posteriormente em ocasião adequada.

Meta nº 7: Não Atingida. A Ouvidoria Geral da Saúde está estudando a possibilidade de realização do Encontro Estadual Anual, se possível no formato presencial, tendo em vista a finalidade e porte do evento, sendo apresentadas as limitações devido em decorrência da pandemia de Coronavírus – COVID19.

Meta nº 8: Atingida. Foi mantido o funcionamento das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, conforme assegurado pelas cláusulas previstas através do Programa Estadual QualiCIS. Cabe informar que a Ouvidoria Geral da Saúde realizou 04 (quatro) capacitações com as Ouvidorias das Regionais de Saúde, e que a partir destas 15 (quinze) Ouvidorias Regionais efetivaram capacitações com seus respectivos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, quanto à rotina de trabalho do Ouvidor e pontos específicos do Programa Estadual QualiCIS, além da implantação e efetivação de pesquisa quanto ao grau de satisfação dos usuários dos serviços ofertados.

Meta nº 9: Atingida. Funcionamento das ouvidorias dos Hospitais e Unidades Próprias da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná foram mantidos.

Meta nº 10: Não Atingida. A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando em conjunto com às áreas técnicas responsáveis para viabilizar e estruturar a implantação de ouvidorias nos contratos com hospitais contratualizados com a Secretaria de Estado da Saúde.

Meta nº 11: Não Atingida. A Ouvidoria Geral da Saúde está articulando em conjunto com às áreas técnicas responsáveis para efetivar o desenvolvimento e implantação de instrumento padronizado, tendo em vista a especialidade da unidade fim e a espécie de serviço prestado, visando desta forma promover a realização de avaliações quanto ao grau de satisfação dos usuários dos serviços disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde e por entidades que possuem serviços contratualizado com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. No entanto, cabe informar sobre o desenvolvimento e implantação da Pesquisa de Satisfação por meio das Ouvidorias dos Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS, por meio do Programa Estadual QualiCIS, sendo registrada a aplicação de 6.917 (seis mil novecentos e dezessete) formulários de pesquisa de satisfação entre os usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, avaliando desta forma o grau de satisfação dos serviços prestados.

PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA

A Pactuação Interfederativa Tripartite¹ (Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde - CONASS e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS), de indicadores relacionados a prioridades nacionais em saúde para o período 2017-2021, foi regulamentada por meio da Resolução no. 08 da Comissão Intergestores Tripartite/CIT, de 24/11/16, publicada no DOU no. 237, de 12/12/2016.

Foram definidos nacionalmente **23 indicadores** para pactuação de metas, sendo **20 Universais** (obrigatórios) e **03 Específicos** (obrigatório, se houver a especificidade no território). Esses indicadores devem ser considerados nos respectivos instrumentos de planejamento do SUS (Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório de Gestão).

Até o ano de 2017, as metas pactuadas e aprovadas eram registradas oficialmente em um sistema nacional denominado SISPACTO. A partir de 2018, a Pactuação Interfederativa seria registrada no Sistema DigiSUS – Módulo Planejamento, no entanto esse sistema ainda não foi implantado oficialmente pelo Ministério da Saúde.

No que se refere à Pactuação Estadual – 2020, do total de 23 indicadores, 02 não se aplicam ao Estado (7 - Número de casos autóctones de malária, aplicável à Região Amazônica); e 22 - Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue (só aplicável a municípios).

A Resolução nº 45, de 25 de julho de 2019, excluiu o indicador 20 da Pactuação Interfederativa “percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas a todos os municípios no ano”

A Deliberação CIB/PR nº 85-A de 24/06/2021 aprovou os indicadores e metas referente a Pactuação Interfederativa do Estado do Paraná para o ano de 2021.

As pactuações municipais e estaduais serão formalizadas posteriormente no novo Sistema DIGISUS – Módulo Planejamento/E-gestor, em fase de treinamento; para acesso aos gestores (registro da pactuação), conselhos de saúde (registro da aprovação) e público em geral.

¹ As Comissões Intergestores têm entre suas atribuições a pactuação de aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, de acordo com a definição da política de saúde dos entes federativos, consubstanciada nos planos de saúde, aprovados pelos respectivos conselhos de saúde (inciso I do art. 14-A da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e inciso I do art. 32 do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011).

METAS PACTUADAS E RESULTADOS OBTIDOS

Nº	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO	META ESTADUAL	RESULTADOS 2021
1	Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas): para município e região com 100 mil ou mais habitantes, estados e Distrito Federal. Para municípios com menos de 100 mil hab. usar o número de óbitos.	U	312,27	327,9
2	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	E	96%	96%
3	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	U	97%	96,7%
4	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade – Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice viral (1ª dose) – com cobertura vacinal preconizada	U	75%	0%
5	Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação	U	87%	87,3%
6	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	U	90%	81,8%
7	Número de casos autóctones de malária	E		Não se aplica

8	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	U	793	785
9	Número de casos novos de AIDS em menores de 5 anos	U	2	0
10	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	U	94,5%	98,6%
11	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	U	0,58	0,38
12	Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	U	0,40	0,26
13	Proporção de parto no SUS e na saúde suplementar	U	38%	35%
14	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas de 10 a 19 anos	U	11,20%	11,20%
15	Taxa de mortalidade infantil/1.000 nv. Para municípios com menos de 100 mil habs. usar o número de óbitos.	U	10,10/1.000 nv	9,5/1.000NV
16	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	U	74	167
17	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	U	77%	79,5%
18	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de	U	70%	72,5

	Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)			
19	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	U	53%	56,3%
20	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano	U	Não se aplica	Resolução CIT nº 45 de 25 de julho de 2019 exclui o indicador 20 da pactuação.
21	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (só para municípios com mais de 15 mil habs. e Estado)	E	100%	56,3%
22	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	U –	aplicável só a municípios	Não se aplica
23	Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	U	95%	97,8%

Considerações:

Meta nº 1: Parcialmente Atingida. O resultado do Paraná quase alcançou a meta, ficando apenas 5% acima do valor estipulado para 2021. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, Organização Panamericana da Saúde - OPAS e Sociedade Brasileira de Cardiologia - SBC, é notório o impacto negativo da pandemia nas ações de identificação, prevenção e controle das doenças crônicas não transmissíveis: diminuição da procura dos usuários pelos serviços de saúde para exames preventivos; diminuição das atividades de promoção de saúde por restrições de mobilidade pública; deslocamento de equipes de todas as áreas para atendimentos prioritários da Covid-19 em toda a rede de saúde.

Meta nº 2: Atingida

Meta nº 3: Parcialmente Atingida. Meta aumentada no último PES e ainda não atingida, mas passível de alteração porque existem óbitos ainda por investigar.

Meta nº 4: Não Atingida. Não foi realizado o Seminário de Imunização e implementação do projeto de educação continuada devido o cenário pandêmico frente ao SARS-COV-2 e as atividades da Divisão de Vigilância do Programa Estadual de Imunização na campanha de vacinação COVID-19. A homogeneidade da cobertura vacinal não foi atingida, informamos que os dados apresentados são preliminares, considerando que o terceiro quadrimestre ainda não está encerrado e que há uma diferença entre o tempo de aplicação e a disponibilização dos dados no

sistema de informação. Além de ocorrer um delay na transferência de dados do e-SUS-AB para o SIPNI de 45 dias, justificando a ausência de transferência de dados até a data de avaliação dos mesmos. Ainda, houve o problema com os sistemas de informação do Ministério da Saúde, os quais permaneceram *of line* durante o mês de dezembro de 2021.

Meta nº 5: Atingida.

Meta nº 6: Parcialmente Atingida. O impacto da Covid-19 fez com que muitas UBS deixassem de proceder à busca ativa de usuários cadastrados.

Meta nº 7: - Não se aplica

Meta nº 8: Atingida.

Meta nº 9: Atingida.

Meta nº 10: Atingida.

Meta nº 11: Parcialmente Atingida. O alcance foi de 65% da meta, considerando o significativo impacto da pandemia de Covid-19 nesta ação. Pontua-se que desde 20/11/2020 com a atualização da Nota Orientativa nº 18/2020 que trata dos atendimentos em oncologia frente à pandemia Covid-19, a SESA tem reforçado a necessidade da manutenção da realização do exame citopatológico do colo do útero, conforme as diretrizes vigentes, especialmente em relação à população-alvo e periodicidade, considerando as medidas de precaução contra Covid-19. Em 14/10/2021, foi publicada a Nota Técnica nº 17/2021 – CPRO/DAV/SESA com Recomendações da SESA, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre o Paraná Rosa 2021 e ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero. No ano de 2021 foram realizados 92%, 94% e 88% dos exames realizados em 2019, quando comparados os meses de outubro, novembro e dezembro. Quando se considera todo o ano de 2021 foram realizados 73% dos exames realizados em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19.

Meta nº 12: Parcialmente Atingida. O alcance foi de 65% da meta, considerando o significativo impacto da pandemia de Covid-19 nesta ação. Pontua-se que desde 20/11/2020 com a atualização da Nota Orientativa nº 18/2020 que trata dos atendimentos em oncologia frente à pandemia Covid-19, a SESA tem reforçado a necessidade da manutenção da realização do exame de mamografia, conforme as diretrizes vigentes, especialmente em relação à população-alvo e periodicidade, considerando as medidas de precaução contra Covid-19. Em 14/10/2021, foi publicada a Nota Técnica nº 17/2021 – CPRO/DAV/SESA com Recomendações da SESA, aos gestores e profissionais que atuam nos estabelecimentos públicos de saúde, sobre o Paraná Rosa 2021 e ações de rastreamento do câncer de mama e do colo do útero. No ano de 2021 foram realizados 78%, 85% e 95% dos exames realizados em 2019, quando comparados os meses de outubro, novembro e dezembro. Quando se considera todo o ano de 2021, foram realizados 71% dos exames realizados em 2019, ano anterior à pandemia de Covid-19.

Meta nº 13: Atingida.

Meta nº 14: Atingida.

Meta nº 15: Atingida.

Meta nº 16: Não Atingida. A Covid-19 interferiu no aumento da MM em razão das alterações fisiológicas e biológicas que ocorrem no ciclo gravídico-puerperal, principalmente no 3º trimestre, embora decrescendo com o avanço da vacinação. Foram realizadas capacitações aos profissionais de saúde, em parceria com o CRM, Saúde da Mulher, e Epidemiologia.

Meta nº 17: Atingida.

Meta nº 18: Atingida.

Meta nº 19: Atingida.

Meta nº 20 - Excluída por meio da Resolução CIT nº 45 de 25 de julho de 2019.

Meta nº 21: Não Atingida.

Meta nº 22 – Não se aplica

Meta nº 23: Atingida. A meta foi atingida e superada em mais de 2%, devido ao monitoramento constante das notificações visando o correto preenchimento das fichas de notificações.

INFORMAÇÕES SOBRE AUDITORIA

Neste relatório serão apresentadas as Auditorias Especiais, (realizadas ou em fase de execução) conforme documento padronizado na Resolução MS/CNS nº 459/2012, constando: Município, Demandante, Órgão Responsável pela Auditoria, Número da Auditoria, Finalidade, Unidade Auditada, Encaminhamentos (recomendações e determinantes).

1º Quadrimestre:

01

Período: 03/07/2019

Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Feita visita *in loco* em 2020, porém com a revogação da Portaria Ministerial nº 140 sobre a oncologia e a situação de pandemia será realizada nova visita. Em elaboração de novo cronograma.

Unidade auditada: Hospital Parolin - Campo Largo

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório.

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

02

Período: 30/07/2019

Demandante: Gabinete do Secretário

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Revisão do relatório preliminar

Unidade auditada: Hospital Regional Norte Pioneiro - Santo Antônio da Platina

Finalidade: Apurar possíveis irregularidades na administração

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

03

Período: 01/08/2019

Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

04

Período: Setembro/outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Elaboração do relatório preliminar.

Unidade auditada: Honpar - Hospital Norte Paranaense

Finalidade: Avaliar serviço de oncologia (regular) e atenção especial a reclamações dos municípios da região (cobrança de taxa de conveniência, dificuldade com hemato/masto/dermato/próstata, cotas de atendimento e radioterapia desorganizada, além da verificação do cumprimento da Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

05

Período: Setembro/2019

Demandante: MPPR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Aguardando manifestação do auditado sobre as inconformidades apontadas em relatório preliminar da auditoria.

Unidade auditada: Hospital Dr. Paulo Fortes – São Mateus do Sul

Finalidade: Identificar possíveis irregularidades na administração

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

06

Período: Agosto/Setembro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Ispar Instituto Sul de Radioterapia - Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

07

Período: Setembro/Outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Hospital da Providência - Apucarana

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

08

Período: Setembro/2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em curso

Unidade auditada: Centro Integrado em Saúde de Santa Mariana

Finalidade: Investigar irregularidades em AIHs, participação de enfermagem em cirurgias, complicações em procedimentos cirúrgicos e atendimentos de complexidade acima de sua capacidade técnica

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

09

Período: Março/2020

Demandante: Secretário de Estado da Saúde do Paraná (nº03/2020)

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 2ª RS

Status: Aguardando manifestação do auditado sobre inconformidades apresentadas no relatório preliminar da auditoria.

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron

Finalidade: Averiguar denúncias quanto ao fluxo de acesso ao serviço de cirurgia bariátrica

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

10

Período: Setembro/2020

Demandante: DGS/CAAM (nº06/2020)

Órgão responsável pela auditoria: DGS/CAAM e 10ªRS

Status: Elaboração de relatório final

Unidade auditada: CMC (Clínica Médica Cascavel)

Finalidade: Averiguar denúncia de cobrança para acesso a cirurgias eletivas

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

11

Período: Outubro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 6ª RS

Status: Em fase de elaboração de relatório final

Unidade auditada: Clínica Médica HJ – São Mateus do Sul

Finalidade: Averiguar extrapolação de teto

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

12

Período: Outubro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: 17ª RS e 18ª RS

Status: Em curso

Unidade auditada: Santa Casa de Cornélio Procópio

Finalidade: Averiguar denúncia de cobrança para acesso a cirurgias eletivas

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

13

Período: Novembro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: DGS/CAAM

Status: Em curso

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron

Finalidade: Averiguar duplicidade de cobrança na apresentação de AIHs

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

14

Período: Novembro/2020

Demandante: MP-PR

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 2ª RS

Status: Em curso (fase operativa)

Unidade auditada: Hospital do Rocio – Campo Largo

Finalidade: Averiguar irregularidades na apresentação de códigos SIGTAP para procedimentos de arteriografia cerebral

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

Auditorias realizadas pelas Regionais de Saúde – 1º Quadrimestre/2021

1ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

2ª Regional de Saúde

15

Período: 24/02/2021

Demandante: SESA/PR

Órgão responsável pela auditoria: 2ª RSM – SCRACA

Status: Concluído

Unidade auditada: Hospital São Lucas Parolin – Campo Largo – PR

Finalidade: Constatar se a quantidade de leitos disponibilizados para a COVID na Central de Regulação era condizente com os leitos existentes no local e se estavam sendo utilizados por pacientes SUS, visto que, no censo diário de UTI, constava paciente particular

Recomendação: O estabelecimento foi notificado a manter a atualizada na Central de Regulação o número de leitos. Jamais apresentar cobrança de leito disponibilizado ao SUS para internação particular. Que não será pago leitos não disponibilizados exclusivamente ao SUS. Informar imediatamente a SESA caso tenha interesse em desativar leito SUS. Deverá cumprir integralmente todas as cláusulas do contrato. Sugerida a contratação de novos leitos UTI e retaguarda

Encaminhamento: Orientação ao Prestador a cumprir o Contrato estabelecido com a SESA/PR; assim como a contratação de novos leitos UTI e retaguarda

16

Período: 11/03/2021

Demandante: DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: 2ª RSM – SCRACA

Status: Em andamento

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron – Campina Grande do Sul/PR

Finalidade: Análise da denúncia feita na Ouvidoria nº 26638/2021 de atendimento e cirurgia em pacientes residentes fora do Estado.

Recomendação: Será feita quando da elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será realizado após análise final da auditoria

3ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

4ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

5ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

6ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

7ª Regional de Saúde

17

Período: 14/04/2021

Demandante: Ministério Público do Estado do Paraná/ Chopinzinho

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/7ª RS

Status: Finalizada

Unidade auditada: Instituto São Rafael do Município de Chopinzinho

Finalidade: Verificar pagamento indevido de UTI particular, e se os equipamentos cedidos pelo estado estavam sendo utilizados por usuários SUS.

Recomendação: Não há

Encaminhamento: Resposta ao MP que no Instituto São Rafael os equipamentos estavam todos sendo utilizados por usuários do SUS.

8ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

9ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

10ª Regional de Saúde

18

Período: 10/06/2019

Demandante: SESA e Ministério Público Federal

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/SCVSAT/10ª RS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Sistemas Público de Saúde do Município de Jesuítas/ Pr

Finalidade: Auditoria Especial averiguando o Sistema de Saúde Municipal, nos termos do plano apresentado a Procuradoria da República através de ofício nº2.493/2018 GS e, protocolos 15.784.557-8 e 17.267.755-0, além das diligências propostas no Plano de Auditoria, sejam realizadas também, as seguintes: 1) Falta de cumprimento de Jornada de trabalho por médicos; 2) Demora excessiva no atendimento de pacientes; 3) Pagamento de parcela de consulta a médicos especialistas; 4) Prescrição médica feita por enfermeiros; 5) Escassez de recursos físicos e humanos, a serem realizadas nos seguintes serviços cadastrados de acordo com CNES: Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Saúde de Jesuítas, Unidade de Atenção Primária a Saúde da Família e Posto de Saúde Carajá, além do Hospital e Maternidade Jesuítas que está cadastrado como Sociedade Empresaria Ltda e alguns outros prestadores de serviços

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

19

Período: 23/09/2020

Demandante: CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/10 RS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Hospital do Coração/ CMC Central Médica Cascavel Eireli

Finalidade: O objetivo desta auditoria foi verificar respeito de matéria vinculada junto à imprensa da região de Cascavel no início da semana de 17 a 21/08/2020 acerca de denúncia por parte da família de paciente de cobrança indevida de procedimento realizado pelo SUS.

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

11ª Regional de Saúde

20

Período: 11/02/2021 à 22/04/2021

Demandante: SESA/DGS/CRASS

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS.

Status: Em fase de elaboração de relatório final.

Unidade auditada: Secretaria Municipal de Saúde de Luiziana

Finalidade: Averiguar endereço informado do paciente e a forma de acesso para cirurgia bariátrica no Hospital Angelina Caron

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

21

Período: 11/02/2021 à 29/04/2021

Demandante: SESA/DGS/CRASS

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS.

Status: Em andamento

Unidade auditada: Secretaria Municipal de Campo Mourão

Finalidade: Averiguar endereço informado do paciente e a forma de acesso para cirurgia bariátrica no Hospital Angelina Caron

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

12ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

13ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

14ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

15ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

16ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

17ª Regional de Saúde

22

Período: 30/03/2021

Demandante: 1º Promotoria de Justiça do Município de Ibiporã

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/17ª RS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Hospital São Camilo/CNES 2729512 – CNPJ:77.332.682/0001-64

Finalidade: Atender a demanda da 1º Promotoria de Justiça do Município de Ibiporã, recebida por esta Regional de Saúde por meio do Ofício nº198/2021, emitido em 25 de março de 2021. Refere-se a Notícia de Fato nº MPPR 0062.21.000099-8 que considera a necessidade de verificar informações sobre possível fraude praticada pelo Hospital São Camilo no Município de Jataizinho-PR, para recebimento de verbas públicas a partir do registro de internações de pacientes “fantasmas” com fulcro no art 26, inciso I alínea “a” da lei nº8.625/1993

Recomendação: Será feita junto a elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da auditoria

18ª Regional de Saúde

23

Período: 15/07/2019 à 18/07/2019

Demandante: SESA/PR

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/18ª RS

Status: Em fase de análise documental

Unidade auditada: Centro Integrado em Saúde (CIS) de Santa Mariana

Finalidade: Trata-se de atendimento ao Memo nº256/2019 DGS/SESA para realização de Auditoria Especial no Hospital CIS – Centro Integrado em Saúde de Santa Mariana, Pr, em vista das irregularidades apontadas pelo Relatório de Vigilância Sanitária no período de 15/07/2019 à 18/07/2019

Recomendação: Auditoria em andamento

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da auditoria

19ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

20ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

21ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 1º Quadrimestre

22ª Regional de Saúde

24

Período: 02/03/2021

Demandante: Memo 026/2021 CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: 22ª Regional de Saúde

Status: Em andamento

Unidade Auditada: Instituto de Saúde Bom Jesus / Pronto Atendimento Municipal de Ivaiporã

Finalidade: Averiguação de utilização de AIH para pacientes registrados no CARE

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

25

Período: 26/02/2021

Demandante: Ouvidoria SIGO nº 1089/2021

Órgão responsável pela auditoria: 22ª Regional de Saúde

Status: Em andamento

Unidade Auditada: Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon

Finalidade: Verificar a condução do atendimento da paciente residente no município de Nova Tebas, no Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

26

Período: 30/03/2021

Demandante: CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: 22ª Regional de Saúde

Status: Em andamento

Unidade Auditada: Instituto de Saúde Bom Jesus / Pronto Atendimento Municipal de Ivaiporã

Finalidade: Averiguação de utilização de AIH para pacientes registrador no CARE

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

27

Período: 06/04/2021;

Demandante: Complexo Regulador Macrorregião Norte / Unidade de Regulação de Leitos / Rede de Urgência e Emergência Macrorregião Norte

Órgão responsável pela auditoria: 22ª Regional de Saúde

Status: Em andamento

Unidade Auditada: Instituto de Saúde Bom Jesus

Finalidade: Averiguar leitos de UTI Covid SUS ocupado por paciente Unimed, Sr. P. O.R.

Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria.

2º Quadrimestre:

28

Período: 03/07/2019

Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Feita visita *in loco* em 2020, porém com a revogação da Portaria Ministerial nº 140 sobre a oncologia e a situação de pandemia será realizada nova visita. Em elaboração de novo cronograma.

Unidade auditada: Hospital Parolin – Campo Largo

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório.

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

29

Período: 30/07/2019

Demandante: Gabinete do Secretário

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: sobrestada por sobrecarga da equipe em função da pandemia

Unidade auditada: Hospital Regional Norte Pioneiro – Santo Antonio da Platina

Finalidade: Apurar possíveis irregularidades na administração

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

30

Período: 01/08/2019

Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

31

Período: Setembro/outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Elaboração do relatório preliminar.

Unidade auditada: Honpar—Hospital Norte Paranaense

Finalidade: Avaliar serviço de oncologia (regular) e atenção especial a reclamações dos municípios da região (cobrança de taxa de conveniência, dificuldade com hemato/masto/dermato/próstata, cotas de atendimento e radioterapia desorganizada, além da verificação do cumprimento da Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

32

Período: Setembro/2019

Demandante: MPPR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: elaboração de relatório final

Unidade auditada: Hospital Dr. Paulo Fortes – São Mateus do Sul

Finalidade: Identificar possíveis irregularidades na administração

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

33

Período: Agosto/Setembro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Ispar Instituto Sul de Radioterapia – Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

34

Período: Setembro/Outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Hospital da Providência – Apucarana

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

35

Período: Março/2020

Demandante: Secretário de Estado da Saúde do Paraná (nº03/2020)

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 2ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron

Finalidade: Averiguar denúncias quanto ao fluxo de acesso ao serviço de cirurgia bariátrica

Recomendação: Abertura de PAAR para apuração de responsabilidade do auditado

Encaminhamento: Aguardando tomada de decisão

36

Período: Setembro/2020

Demandante: DGS/CAAM (nº06/2020)

Órgão responsável pela auditoria: DGS/CAAM e 10ªRS

Status: Concluída

Unidade auditada: CMC (Clínica Médica Cascavel)

Finalidade: Averiguar denúncia de cobrança para acesso a cirurgias eletivas

Recomendação: Não pagamento dos atendimentos não conformes

Encaminhamento: Notificação dos interessados via 10ª RS

37

Período: Outubro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 6ª RS

Status: Elaboração de relatório final

Unidade auditada: Clínica Médica HJ – São Mateus do Sul

Finalidade: Averiguar extrapolação de teto

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

38

Período: Outubro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: 17ª RS e 18ª RS

Status: Aguardando manifestação da ouvidoria

Unidade auditada: Santa Casa de Cornélio Procópio

Finalidade: Averiguar denúncia de cobrança para acesso a cirurgias eletivas

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

39

Período: Novembro/2020

Demandante: DGS

Órgão responsável pela auditoria: DGS/CAAM

Status: Relatório parcial emitido

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron

Finalidade: Averiguar duplicidade de cobrança na apresentação de AIHs

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

40

Período: Novembro/2020

Demandante: MP-PR

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 2ª RS

Status: Elaboração do relatório final

Unidade auditada: Hospital do Rocio – Campo Largo

Finalidade: Averiguar irregularidades na apresentação de códigos SIGTAP para procedimentos de arteriografia cerebral

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

41

Período: Julho/2021

Demandante: Ministério da Saúde

Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 16ª RS

Status: Elaboração da fase analítica

Unidade auditada: HONPAR – Arapongas

Finalidade: Averiguar denuncia irregularidades cometidas pelo Honpar

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

3.2 Auditorias realizadas pelas Regionais de Saúde – 2º Quadrimestre/2021

1ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

2ª Regional de Saúde

42

Período: 11 de Março de 2021 a 10 de Maio de 2021

Demandante: DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: 2ª RSM – SCRACA

Status: Concluído

Unidade auditada: Hospital Angelina Caron – Campina Grande do Sul/PR

Finalidade: Análise da Ouvidoria 26638/2021; referente a denúncia de atendimento e cirurgia em pacientes residentes fora do Estado. Realizado a análise de documentação e contato telefônico

Recomendação: Realizado retorno ao questionamento da ouvidoria.

Encaminhamento: Enviado para ouvidoria via Sistema de Gestão Integrado de Ouvidorias (nº 26638/2021) retorno ao questionamento

43

3ª Regional de Saúde

Período: 21/06/2021 a 01/07/2021

Demandante: CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/03ª RS

Status: Aguardando manifestação do prestador

Unidade auditada: Hospital Municipal Dr. Amadeu Puppi

Finalidade: Verificação do cumprimento contratual

Recomendação: Será feito quando da elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

4ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

5ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

6ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

7ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

8ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

9ª Regional de Saúde

44

Período: 14/06/2021

Demandante: Ministério Público do estado do Paraná – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Iguaçu-PR

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/09ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Complexo Hospitalar Municipal – São Miguel do Iguaçu – CNES 6657885

Finalidade: Auditoria no Complexo Hospitalar Municipal de São Miguel do Iguaçu com a finalidade de verificar e corrigir eventuais inadequações em razão da emergencialidade da reativação da maternidade municipal e elaboração de relatório

para resposta a demanda da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Iguaçu

Recomendação: Orientamos a observância do preenchimento e apresentação para a auditoria do laudo de solicitação de Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Encaminhamento: Caso repassado ao demandante e a Secretaria Municipal de Saúde responsável

45

Período: 14/06/2021

Demandante: Ministério Público do estado do Paraná – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Iguaçu-PR

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/09ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Estratégia de Saúde da Família Central – São Miguel do Iguaçu – CNES 2587394

Finalidade: Auditoria na Estratégia de Saúde da Família Central – São Miguel do Iguaçu com a finalidade de verificar denúncia ao MP de superlotação no estabelecimento durante a pandemia do Novo Coronavírus

Recomendação: Priorizar o atendimento agendado dos pacientes, com espaçamento dos horários, assim como o agendamento prévio para atendimento na sala de vacinas. Priorizar o atendimento de pacientes dos grupos prioritários, dentro do grupo agendado e nas demandas espontâneas

Regularizar as informações dos profissionais de saúde no CNES (cadastro nacional de estabelecimentos de saúde)

Encaminhamento: Caso repassado ao demandante e a Secretaria Municipal de Saúde responsável

46

Período: 02/07/2021

Demandante: Ministério Público do estado do Paraná – 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Iguaçu-PR

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/09ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Hospital e Maternidade Itaipulândia – Itaipulândia – CNES 2582627

Finalidade: Auditoria no Hospital e Maternidade Itaipulândia com a finalidade de verificar o cumprimento da suspensão das cirurgias eletivas no Estado do Paraná frente a denúncia recebida pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Miguel do Iguaçu

Recomendação: Orientamos quanto a observância e obrigatoriedade do cumprimento das Resoluções emitidas pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná

Encaminhamento: Caso repassado ao demandante e a Secretaria Municipal de Saúde responsável

10ª Regional de Saúde

47

Período: 10/06/2019

Demandante: SESA e Ministério Público Federal

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/SCVSAT/10ª RS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Sistemas Público de Saúde do Município de Jesuítas/ Pr

Finalidade: Auditoria Especial averiguando o Sistema de Saúde Municipal, nos termos do plano apresentado a Procuradoria da República: Secretaria Municipal de Saúde, Centro de Saúde de Jesuítas, Unidade de Atenção Primária a Saúde da Família e Posto de Saúde Carajá, além do Hospital e Maternidade Jesuítas que está cadastrado como Sociedade Empresaria Ltda e alguns outros prestadores de serviços

Recomendação: monitoramento referente aos atendimentos realizados e queixas registradas junto à ouvidoria

Encaminhamento: monitoramento

48

Período: 23/09/2020 16.861.015-7

Demandante: CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/10 RS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Hospital do Coração/ CMC Central Médica Cascavel Eireli

Finalidade: O objetivo desta auditoria foi verificar respeito de matéria vinculada junto à imprensa da região de Cascavel no início da semana de 17 a 21/08/2020 acerca de denúncia por parte da família de paciente de cobrança indevida de procedimento realizado pelo SUS.

Recomendação: Não autorizado pagamento das AIHs; utilização do sistema de regulação CARE/PR para o acesso dos pacientes ao estabelecimento

Encaminhamento: Relatório encaminhado aos interessados e encerramento do processo

11ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

12ª Regional de Saúde

49

Período: 26/07/2021 a 27/07/2021

Demandante: CRASS/DGS/SESA e Conselho Regional de Medicina – CRM-PR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA – SCRACA/12ªRS

Status: Em andamento

Unidade auditada: Hospital Casa de Paranavaí

Finalidade: Verificar a recorrente recusa da Santa Casa de Paranavaí para atendimento de pacientes referenciados pelo Complexo Regulador – protocolo SESA nº17.635.702-9. Em paralelo, por meio do protocolo SESA nº17.668.703-7 apensado ao supracitado

Recomendação: Será feito quando da elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

13ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

14ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

15ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

16ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

17ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

18ª Regional de Saúde

50

Período: Setembro/2019

Demandante: SESA/DGS/CAAM

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/18ª RS

Status: sobrestada por equipe insuficiente durante ações de enfrentamento à pandemia

Unidade auditada: Centro Integrado em Saúde de Santa Mariana

Finalidade: Investigar irregularidades em AIHs, participação de enfermagem em cirurgias, complicações em procedimentos cirúrgicos e atendimentos de complexidade acima de sua capacidade técnica

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

19ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

20ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

21ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 2º Quadrimestre

22ª Regional de Saúde

51

Período: 26/02/2021

Demandante: Ouvidoria SIGO nº 1089/2021

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/22ª RS

Status: Em andamento

Unidade Auditada: Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon
Finalidade: Verificar a condução do atendimento da paciente residente no município de Nova Tebas, no Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon
Recomendação: Auditoria em andamento
Encaminhamento: O encaminhamento será feito às partes envolvidas após a conclusão da auditoria

52

Período: 06/04/2021;
Demandante: Complexo Regulador Macrorregião Norte / Unidade de Regulação de Leitos / Rede de Urgência e Emergência Macrorregião Norte
Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/22ª RS
Status: Em andamento
Unidade Auditada: Instituto de Saúde Bom Jesus
Finalidade: Averiguar leitos de UTI Covid SUS ocupado por paciente Unimed, Sr. P. O.R.
Recomendação: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria
Encaminhamento: Será feito às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

3º Quadrimestre:

53

Período: 03/07/2019
Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS
Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA
Status: Feita visita *in loco* em 2020, porém com a revogação da Portaria Ministerial nº 140 sobre a oncologia e a situação de pandemia será realizada nova visita. Em elaboração de novo cronograma.
Unidade auditada: Hospital Parolin - Campo Largo
Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório.
Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

54

Período: 30/07/2019
Demandante: Gabinete do Secretário
Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA
Status: Sobrestada por sobrecarga da equipe em função da pandemia.
Unidade auditada: Hospital Regional Norte Pioneiro – Santo Antônio da Platina
Finalidade: Apurar possíveis irregularidades na administração
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

55

Período: 01/08/2019
Demandante: Câmara Técnica da CIB e DGS
Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

56

Período: Setembro/outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA

Status: Elaboração do relatório preliminar.

Unidade auditada: Honpar - Hospital Norte Paranaense

Finalidade: Avaliar serviço de oncologia (regular) e atenção especial a reclamações dos municípios da região (cobrança de taxa de conveniência, dificuldade com hemato/masto/dermato/próstata, cotas de atendimento e radioterapia desorganizada, além da verificação do cumprimento da Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feita após conclusão da auditoria

57

Período: Setembro/2019

Demandante: MPPR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA

Status: Concluída

Unidade auditada: Hospital Dr. Paulo Fortes – São Mateus do Sul

Finalidade: Identificar possíveis irregularidades na administração

Recomendação: Solicitar ao Controle Interno da SESA, que avalie necessidade de auditoria contábil para adequado encontro de contas

Encaminhamento: ao GS, para os encaminhamentos que julgar pertinentes

58

Período: Agosto/Setembro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Ispar Instituto Sul de Radioterapia - Ponta Grossa

Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019

Recomendação: Será feita na conclusão do relatório

Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

59

Período: Setembro/Outubro 2019

Demandante: SESA/DGS

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS

Status: Em elaboração de novo cronograma para as visitas que estavam em sobrestado em função da pandemia COVID/19

Unidade auditada: Hospital da Providência - Apucarana
Finalidade: Verificar se o Estabelecimento atende à Nova Portaria Ministerial de Oncologia nº 1399 de 17/12/2019
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feito após conclusão da auditoria

60

Período: Outubro/2020
Demandante: SESA/DGS
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 6ª RS
Status: Concluída
Unidade auditada: Clínica Médica HJ – São Mateus do Sul
Finalidade: Averiguar extrapolação de teto
Recomendação: Não foram encontradas inconformidades na produção
Encaminhamento: Encaminhado para autorização de pagamento.

61

Período: Outubro/2020
Demandante: SESA/DGS
Órgão responsável pela auditoria: 17ª RS e 18ª RS
Status: Aguardando ouvidoria sobre possíveis denúncias contra Santa Casa.
Unidade auditada: Santa Casa de Cornélio Procópio
Finalidade: Averiguar denúncia de cobrança para acesso a cirurgias eletivas
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

62

Período: Novembro/2020
Demandante: SESA/DGS
Órgão responsável pela auditoria: DGS/CAAM
Status: Concluída
Unidade auditada: Hospital Angelina Caron
Finalidade: Averiguar duplicidade de cobrança na apresentação de AIHs
Recomendação: Ressarcimento do valor faturado a maior e apuração de responsabilidades (PAAR)
Encaminhamento: Envio do relatório final ao Gabinete do Secretário. Protocolo enviado à Controladoria Geral do Estado para providências administrativas

63

Período: Novembro/2020
Demandante: MP-PR
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 2ª RS
Status: Elaboração do relatório final
Unidade auditada: Hospital do Rocio – Campo Largo
Finalidade: Averiguar irregularidades na apresentação de códigos SIGTAP para procedimentos de arteriografia cerebral
Recomendação: ressarcimento dos valores faturados a maior e abertura de PAAR
Encaminhamento: aguarda avaliação e providências pelo gestor da Pasta

64

Período: Julho/2021
Demandante: Ministério da Saúde
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 16ª RS

Status: Elaboração de Relatório Preliminar
Unidade auditada: HONPAR – Arapongas
Finalidade: Averiguar denuncia irregularidades cometidas pelo HONPAR
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

65

Período: Maio a Set/2021
Demandante: GS + DGS/CRASS
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM e 12ª RS
Status: Concluída
Unidade auditada: Santa Casa de Paranaíba
Finalidade: Averiguar denúncia de recusas de atendimento e sobrecarga na porta de urgência/emergência
Recomendação: Melhorias nos processos internos da Santa Casa
Encaminhamento: relatório encaminhado ao auditado, CRM e ao Gestor da Pasta

66

Período: Set/2021
Demandante: DGS
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM
Status: Em andamento
Unidade auditada: Hospital do Rim de Ivaiporã
Finalidade: Averiguar faturamento indevido relacionado aos códigos para COVID
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

67

Período: Out a Dez/2021
Demandante: MS
Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS
Status: Concluída
Unidade auditada: Angelina Caron, São Lucas (Campo Largo), Hospital do Rocio, HONPAR, Instituto Lucena Sanchez, Hospital Bom Jesus (IVAIPORÃ), Hospital Ministro Costa Cavalcanti, Hospital Vicentino, Bom Jesus (Ponta Grossa), Hospital do Coração (Cascavel), São Lucas (Cascavel), Unioeste, São Vicente de Paulo (Guarapuava), Metropolitano de Sarandi, HOESP Hospital Regional (Francisco Beltrão)
Finalidade: Averiguar possíveis irregularidades no faturamento de OPMs nas cirurgias de artrodese de coluna
Recomendação: Não há.
Encaminhamento: Resposta ao MS para as providências, já que se trata de auditoria descentralizada realizada em prestadores de todo o território nacional. Sugestão de Melhorias nos sistemas automatizados do MS

68

Período: Dez/2021
Demandante: DGS
Órgão responsável pela auditoria: SESA/CAAM
Status: Em andamento
Unidade auditada: Hospital Angelina Caron
Finalidade: averiguação de denúncia feita pelo município de Guarapuava sobre agendamento de consultas SUS mediante pagamento, sem passar pela regulação do CARE
Recomendação: Será feita na conclusão do relatório
Encaminhamento: Será feito quando da conclusão da auditoria

3.3 Auditorias realizadas pelas Regionais de Saúde - 3º Quadrimestre/2021

1ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

2ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

3ª Regional de Saúde

69

Período: 03/11/2021

Demandante: CAA/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/03ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Associação hospitalar Bom Jesus e Centro Hospitalar São Camilo

Finalidade: Constatação de cobranças irregulares em OPME's, demanda pelo Ministério da Saúde

Recomendação: Não se aplica

Encaminhamento: Enviado relatório final à CAAM/DGS/SESA

4ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

5ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

6ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

7ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

8ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

9ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

10ª Regional de Saúde

70

Período: 10/06/2019

Demandante: SESA e MPF

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA e SCVSAT

Nº Auditoria: 005/2019

Status: Enviado para CAAM para análise

Unidade auditoria: Sistema Público de Saúde do Município de Jesuítas/PR

Finalidade: Auditoria especial para averiguar se existe irregularidade no atendimento de alguns prestadores que fazem parte do Sistema Público de Saúde Municipal

Encaminhamento: O encaminhamento será feito as partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

Recomendação: A recomendação será feita às partes envolvidas após a conclusão da Auditoria

71

Período: 23/09/2020

Demandante: CAAM/DGS/SESA

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA

Status: Concluída

Unidade auditada: Hospital do Coração/CMC Central Médica Cascavel EIRELI

Finalidade: O objetivo desta auditoria foi verificar a respeito de matéria vinculada junto a imprensa da região de Cascavel no início da semana 17 a 21/08/2020 acerca da denúncia por parte da família do paciente de cobrança indevida de procedimento realizado pelo SUS. Realizada auditoria para investigar o caso não autorizar de maneira retroativa a AIH em questão, salvo se, ficar comprovada a conformidade do acesso do paciente ao serviço especializado, detectar falhas e possíveis irregularidades, comparar a situação real com a adequada a fim de oportunizar melhora na gestão do SUS. Atribuições da 10ª Regional de Saúde, já enviadas ao Nível Central.

Encaminhamento: Análise da CAAM concluída em 07/07/2021, informado via Ofício ao prestador e MP, arquivamento 03/12/2021

Recomendação: A AIH da paciente não será autorizada pela CAAM/DGS/SESA, oficializado prestado e arquivado demanda

11ª Regional de Saúde

72

Período: 24/08/2021 a 18/10/2021

Demandante: Ministério Público Federal

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS

Status: Concluída

Unidade auditada: Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão

Finalidade: Verificar se adota prontuário único; tempestividade para início do tratamento até 60 dias e anotação equipe multiprofissional

Recomendação: Anotar na folha de rosto a data da requisição do anatomopatológico; aperfeiçoar a folha de rosto do prontuário para que os dados sejam de fácil visualização; manter ordem cronológica dos dados; data do estadiamento ou definição do tratamento deve constar na folha de roto, independentemente se foi anotado no prontuário e melhorar sistema de busca ativa dos pacientes faltosos em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde de Campo Mourão

Encaminhamento: Após finalizado o relatório final, foi encaminhado via Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF e as recomendações para o hospital referido acima

73

Período: 08/10/2021 a 25/11/2021

Demandante: Poder Judiciário do Estado do Paraná - Comarca de Campo Mourão

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS

Status: Em fase de elaboração do relatório final

Unidade auditada: Hospital Santa Casa de Misericórdia de campo Mourão e Sistema Integrado de Saúde do Norte do Paraná - SISNOR

Finalidade: Organizar fluxo de trauma-ortopedia e atendimento de urgência/emergência do município de Campo Mourão

Recomendação: Será feita quando elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

74

Período: 01/12/2021

Demandante: Ministério Público do Estado do Paraná - Comarca de Campo Mourão

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS

Status: Em fase de investigação

Unidade auditada: SMS/Município de Boa Esperança

Finalidade: Verificar o acesso e a extração de dados (lista) dos agendamentos de exames e consultas médicas, bem como a relação dos respectivos pacientes, de janeiro a novembro de 2021

Recomendação: Será feita quando elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

75

Período: 29/11/2021 a 08/12/2021

Demandante: Ouvidoria

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/11ªRS

Status: Em fase de elaboração de relatório final

Unidade auditada: Hospital Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão

Finalidade: Verificar o atendimento da obstetrícia

Recomendação: Será feita quando elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado

12ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

13ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

14ª Regional de Saúde

76

Período: Maio a Setembro de 2021

Demandante: CRASS/DGS/SESA e CRM/PR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA/ SCRACA/14ª RS

Status: Concluída

Unidade auditada: Santa Casa de Paranaíba

Finalidade: Averiguar situação do Hospital de estar atendendo acima de sua capacidade instalada

Recomendação: Reorganização da estrutura operacional do Estabelecimento atendendo a protocolos de atendimentos entre outras medidas para a melhoria dos atendimentos e diminuir a sobregarga de alguns profissionais.

Encaminhamento: Enviado Relatório Final de Auditoria Especial nº003/2021 com as recomendações à Santa Casa de Paranaíba e visita técnica da Regional de Saúde em 60 (sessenta dias) para verificar se houve atendimento às recomendações feitas pela equipe de auditoria.

15ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

16ª Regional de Saúde

77

Período: 20/05/2021 a 09/12/2021

Demandante: Ministério Público Estadual

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/16ªRS

Status: Finalizada

Unidade Auditada: HONPAR - Hospital Norte Paranaense

Finalidade: Referente à Notícia de Fato no 0008.20.000559-4 relacionado ao atendimento do paciente G. S.

Recomendação: Apesar de haver conformidade no item avaliado recomenda-se que a instituição mantenha comunicação clara com a família e ou responsável de modo a evitar possíveis entendimentos errôneos e insatisfação pelas partes

Encaminhamento: Orientação ao Estabelecimento

17ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

18ª Regional de Saúde

78

Período: Setembro/2019 - Dezembro 2021

Demandante: SESA/DGS/CAAM

Órgão responsável pela auditoria: SCRACA/18ª RS

Status: Em fase de análise documental

Unidade auditada: Centro Integrado em Saúde (CIS) de Santa Mariana

Finalidade: Realização de Auditoria Especial no Hospital CIS – Centro Integrado em Saúde de Santa Mariana, Pr, em vista das irregularidades apontadas pelo Relatório de Inspeção da Vigilância Sanitária no período de 15/07/2019 à 18/07/2019

Recomendação: Será feita se houver necessidade após a conclusão da auditoria.

Encaminhamento: O encaminhamento será feito às partes envolvidas após a conclusão da auditoria.

19ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

20ª Regional de Saúde

79

Período: Setembro a Dezembro de 2021

Demandante: CRASS/DGS/SESA e Conselho Regional de Medicina - CRM-PR

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA - SCRACA/20ªRS

Status: Em andamento

Unidade auditada: HOESP

Finalidade: Auditoria Operativa sobre uso e faturamento de OPME's, abordada no protocolo nº17.962.520-2

Recomendação: Será feita se necessário quando elaboração do relatório final

Encaminhamento: Será feito após a definição das recomendações para cada interessado.

21ª Regional de Saúde

Não houve demanda para Auditoria Especial no 3º Quadrimestre

22ª Regional de Saúde

80

Período: 01/10/2021 a 14/12/2021

Demandante: Ouvidoria/SESA

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA/ SCRACA/DVAGS/22ª RS

Status: Suspenso, o prestador descontinuou a prestação a prestação de serviço desde 24/08/2021, vide protocolo nº 17.829.907-7

Unidade Auditada: Santa Casa de Misericórdia de Rosário do Ivaí

Finalidade: Verificar o cumprimento da legislação sanitária

Recomendação: Será feita, se necessário, após a definição da situação de funcionamento do Hospital.

Encaminhamento: Será feito após a confirmação de rescisão contratual, protocolo nº 17.829.907-7

81

Período: 01/10/2021 a 14/12/2021

Demandante: Ouvidoria/SESA

Órgão responsável pela auditoria: CAAM/DGS/SESA/ SCRACA/DVAGS/22ª RS

Status: Concluída

Unidade Auditada: Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon

Finalidade: Verificação acerca do atendimento a paciente M.B.A. no Hospital Municipal Dr. Antonio Pietrobon - CNES:2587823

Recomendação: a) Encaminhar o relatório final aos Conselhos de Classe para ciência e providências em relação à conduta dos profissionais envolvidos, observando sigilo em relação à identificação da paciente.

b) Adotar medidas para monitoramento das ações corretivas propostas para melhoria da qualidade da assistência inclusive em relação ao preenchimento do prontuário de paciente

c) Informar à Ouvidoria da Regional as providências que foram tomadas em relação ao atendimento prestado pelo Estabelecimento para resposta à denúncia do cidadão

d) Solicitar aos Conselhos de Classe que informe sobre as providências adotadas mediante a denúncia

Encaminhamento: - Oficializar aos Conselhos de Classe para ciência e providências em relação à conduta dos profissionais envolvidos conforme recomendado

- Oficializar a Instituição para que implemente ações corretivas para a melhoria da qualidade da assistência e melhor qualidade no preenchimento de prontuários

- Visitas sistemáticas com a finalidade de monitorar a implementação das ações corretivas

- Informar a Ouvidoria por meio de ofício sobre as providências tomadas em relação ao atendimento prestado pelo estabelecimento para resposta à denúncia do cidadão.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

Indicador	Valor
1.1 Participação da receita de impostos na receita total do Estado	55,79 %
1.2 Participação das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	20,17 %
1.3 Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para o Estado	14,77 %
1.4 Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos para a saúde no Estado	100,00 %
1.5 Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da União para o Estado	27,30 %
1.6 Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita Total do Estado	62,05 %
2.1 Despesa total com Saúde, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R\$ 598,12
2.2 Participação da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	19,37 %
2.3 Participação da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,84 %
2.4 Participação da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com Saúde	41,08 %
2.5 Participação da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	5,53 %
2.6 Despesas com Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	5,85 %
3.1 Participação das transferências para a Saúde em relação à despesa total do Estado com saúde	29,47 %
3.2 % da receita própria aplicada em ASPS conforme a LC 141/2012	12,26 %

Fonte:SIOPS

Considerações:

Durante o exercício de 2021 o Estado do Paraná obteve a aplicação de 12,26% em Ações e Serviços Públicos de Saúde na fonte 100, sendo empenhado o valor de R\$ 4.835.942.353,32 . A diferença entre o valor aplicado e a despesa mínima a ser aplicada foi de R\$ 106.186.551,41.

A receita líquida de impostos foi de R\$ 39.414.631.682,64

A despesa por habitante em 2021 ficou em R\$ 598,12 ante aos R\$ 558,97.de 2020.

DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	41.211.109.334,00	41.211.109.334,00	47.086.136.401,88	114,26
Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	33.028.220.153,00	33.028.220.153,00	39.072.064.259,00	118,30
ICMS	32.227.144.953,00	32.227.144.953,00	37.683.694.016,53	116,93
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	274.659.200,00	274.659.200,00	572.345.319,89	208,38
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	526.416.000,00	526.416.000,00	816.024.922,58	155,02
Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos - ITCD	897.771.571,00	897.771.571,00	920.178.626,82	102,50
ITCD	881.151.571,00	881.151.571,00	897.709.126,81	101,88
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	16.620.000,00	16.620.000,00	22.469.500,01	135,20
Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	4.038.801.410,00	4.038.801.410,00	4.183.247.014,37	103,58
IPVA	3.934.194.410,00	3.934.194.410,00	3.957.027.014,00	100,58
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	104.607.000,00	104.607.000,00	226.220.000,37	216,26
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.246.316.200,00	3.246.316.200,00	2.910.646.501,69	89,66
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	3.623.774.900,00	3.623.774.900,00	4.124.769.023,31	113,83
Cota-Parte FPE	2.905.917.000,00	2.905.917.000,00	3.546.519.517,80	122,04

Cota-Parte IPI-Exportação	465.857.900,00	465.857.900,00	578.249.505,51	124,13
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	252.000.000,00	252.000.000,00	0,00	0,00
ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	252.000.000,00	252.000.000,00	0,00	0,00
Outras	N/A	N/A	N/A	N/A
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	9.659.334.300,00	9.659.334.300,00	11.796.273.742,55	122,12
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	7.561.108.800,00	7.561.108.800,00	9.559.701.359,25	126,43
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	1.981.761.000,00	1.981.761.000,00	2.092.010.007,44	105,56
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	116.464.500,00	116.464.500,00	144.562.375,86	124,13
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)	35.175.549.934,00	35.175.549.934,00	39.414.631.682,64	112,05

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (V)	358.925.903,00	428.691.009,00	428.118.215,29	99,87	215.983.704,55	50,38	215.928.704,55	50,37	212.134.510,74
Despesas Correntes	283.300.478,00	180.936.406,00	180.380.212,53	99,69	172.741.860,82	95,47	172.741.860,82	95,47	7.638.351,71

Despesas de Capital	75.625.425,00	247.754.603,00	247.738.002,76	99,99	43.241.843,73	17,45	43.186.843,73	17,43	204.496.159,03
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	713.594.889,00	1.238.081.405,00	1.236.714.149,49	99,89	943.166.505,68	76,18	943.024.690,40	76,17	293.547.643,81
Despesas Correntes	666.094.889,00	1.199.485.004,00	1.198.131.285,61	99,89	930.244.954,33	77,55	930.103.139,05	77,54	267.886.331,28
Despesas de Capital	47.500.000,00	38.596.401,00	38.582.863,88	99,96	12.921.551,35	33,48	12.921.551,35	33,48	25.661.312,53
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	344.798.066,00	442.777.837,00	441.675.720,05	99,75	324.597.326,72	73,31	324.597.326,72	73,31	117.078.393,33
Despesas Correntes	341.898.066,00	440.206.537,00	439.116.420,05	99,75	322.529.476,72	73,27	322.529.476,72	73,27	116.586.943,33
Despesas de Capital	2.900.000,00	2.571.300,00	2.559.300,00	99,53	2.067.850,00	80,42	2.067.850,00	80,42	491.450,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	9.650.000,00	32.424.284,00	32.301.094,49	99,62	31.376.012,52	96,77	31.198.490,86	96,22	925.081,97
Despesas Correntes	6.220.000,00	30.135.110,00	30.135.109,60	100,00	30.134.912,65	100,00	29.957.390,99	99,41	196,95
Despesas de Capital	3.430.000,00	2.289.174,00	2.165.984,89	94,62	1.241.099,87	54,22	1.241.099,87	54,22	924.885,02
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	140.101.246,00	303.929.262,00	302.363.051,64	99,48	196.772.963,54	64,74	196.657.618,73	64,71	105.590.088,10
Despesas Correntes	140.101.246,00	303.929.262,00	302.363.051,64	99,48	196.772.963,54	64,74	196.657.618,73	64,71	105.590.088,10
Despesas de	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Capital

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	35.000.000,00	34.376.379,00	34.370.108,02	99,98	34.370.108,02	99,98	34.370.108,02	99,98	0,00
Despesas Correntes	35.000.000,00	34.376.379,00	34.370.108,02	99,98	34.370.108,02	99,98	34.370.108,02	99,98	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XI)	2.268.131.688,00	2.367.112.555,00	2.365.901.711,34	99,95	2.025.138.115,08	85,55	2.023.687.971,36	85,49	340.763.596,26
Despesas Correntes	2.202.197.055,00	2.304.652.815,00	2.303.442.126,89	99,95	2.015.963.238,09	87,47	2.014.513.094,37	87,41	287.478.888,80
Despesas de Capital	65.934.633,00	62.459.740,00	62.459.584,45	100,00	9.174.876,99	14,69	9.174.876,99	14,69	53.284.707,46
TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)	3.870.201.792,00	4.847.392.731,00	4.841.444.050,32	99,88	3.771.404.736,11	77,80	3.769.464.910,64	77,76	1.070.039.314,21

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPSP	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPSP (XIII) = (XII)	4.841.444.050,32	3.771.404.736,11	3.769.464.910,64
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	0,00	N/A	N/A
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPSP em Exercícios Anteriores (XV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	5.501.697,00	5.501.697,00	5.501.697,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPSP (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)	4.835.942.353,32	3.765.903.039,11	3.763.963.213,64

Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)	4.729.755.801,91		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x % (Constituição Estadual)	N/A		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII)1	106.186.551,41	-963.852.762,80	-965.792.588,27
Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	-963.852.762,80	-965.792.588,27
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)* 100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)	12,26	9,55	9,54

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXERCÍCIO DO EMPENHO ²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
-----------------------------------	---	---	---	---------------------------------------	---	--	-----------------------	-------------------------	--	--

Empenhos de 2021	4.729.755.801,91	4.835.942.353,32	106.186.551,41	1.071.979.139,68	0,00	965.792.588,27	0,00		1.071.979.139,68	0,00	106.186.551,41
Empenhos de 2020	3.878.955.220,72	4.190.157.995,24	311.202.774,52	708.160.508,48	0,00	396.957.733,96	494.030.335,14	187.258.342,32	26.871.831,02		284.330.943,50
Empenhos de 2019	3.879.746.522,41	3.946.218.384,93	66.471.862,52	535.658.092,63	0,00	469.186.230,11	451.610.230,70	64.249.438,92	19.798.423,01		46.673.439,51
Empenhos de 2018	3.741.788.229,31	3.795.558.815,94	53.770.586,63	387.480.138,92	0,00	333.709.552,29	313.697.810,73	46.987.501,35	26.794.826,84		26.975.759,79
Empenhos de 2017	3.629.090.146,55	3.649.168.567,30	20.078.420,75	424.487.812,77	0,00	404.409.392,02	349.291.677,89	1.851.667,62	73.344.467,26		-53.266.046,51
Empenhos de 2016	3.292.384.107,17	3.314.440.300,23	22.056.193,06	466.330.825,73	0,00	444.274.632,67	404.894.088,00	0,00	61.436.737,73		-39.380.544,67
Empenhos de 2015	3.082.565.842,83	3.089.977.233,93	7.411.391,10	765.007.400,65	0,00	757.596.009,55	701.436.517,08	0,00	63.570.883,57		-56.159.492,47
Empenhos de 2014	2.781.040.694,55	2.848.455.409,33	67.414.714,78	531.154.136,18	0,00	463.739.421,40	390.453.858,03	0,00	140.700.278,15		-73.285.563,37
Empenhos de 2013	2.516.032.533,02	2.352.490.418,37	0,00	387.596.227,52	0,00	387.596.227,52	327.165.355,54	0,00	60.430.871,98		-60.430.871,98

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (soma dos saldos negativos da coluna "r")	282.522.519,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	234.996.037,63
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIV) = (XXII - XVIII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	47.526.481,37

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) ¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2021 a ser compensados (XXV)	47.526.481,37	0,00	0,00	0,00	47.526.481,37
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a ser compensados (XXVI)	5.501.697,00	5.501.697,00	5.501.697,00	5.501.697,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a ser compensados (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXIX)	53.028.178,37	5.501.697,00	5.501.697,00	5.501.697,00	47.526.481,37

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXX)	1.783.685.700,00	1.783.685.700,00	2.015.104.994,36	112,97
Provenientes da União	1.783.685.700,00	1.783.685.700,00	2.015.104.994,36	112,97
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXXII)	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00

TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXIII) = (XXX + XXXI + XXXII)	1.783.701.700,00	1.783.701.700,00	2.015.104.994,36	112,97
---	------------------	------------------	------------------	--------

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXIV)	24.068.353,00	26.999.801,00	3.484.349,51	12,91	3.031.657,24	11,23	3.031.657,24	11,23	452.692,27
Despesas Correntes	24.068.353,00	26.999.801,00	3.484.349,51	12,91	3.031.657,24	11,23	3.031.657,24	11,23	452.692,27
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXV)	1.292.306.854,00	1.308.673.202,00	1.203.018.497,76	91,93	1.167.653.134,50	89,22	1.167.603.134,50	89,22	35.365.363,26
Despesas Correntes	1.292.306.854,00	1.308.673.202,00	1.203.018.497,76	91,93	1.167.653.134,50	89,22	1.167.603.134,50	89,22	35.365.363,26
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXVI)	118.201.246,00	119.032.046,00	113.521.641,32	95,37	104.376.455,98	87,69	104.376.455,98	87,69	9.145.185,34
Despesas Correntes	118.201.246,00	118.201.246,00	112.699.391,32	95,35	103.942.905,98	87,94	103.942.905,98	87,94	8.756.485,34
Despesas de Capital	0,00	830.800,00	822.250,00	98,97	433.550,00	52,18	433.550,00	52,18	388.700,00

VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXVII)	56.118.900,00	48.533.182,00	20.354.820,87	41,94	9.090.127,91	18,73	9.090.127,91	18,73	11.264.692,96
Despesas Correntes	56.118.900,00	44.810.385,00	17.563.292,05	39,19	9.036.300,63	20,17	9.036.300,63	20,17	8.526.991,42
Despesas de Capital	0,00	3.722.797,00	2.791.528,82	74,98	53.827,28	1,45	53.827,28	1,45	2.737.701,54
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVIII)	110.502.700,00	704.917.257,00	545.606.897,73	77,40	407.445.384,16	57,80	407.170.634,73	57,76	138.161.513,57
Despesas Correntes	110.501.700,00	676.163.103,00	532.566.725,57	78,76	399.179.318,12	59,04	398.906.168,68	59,00	133.387.407,45
Despesas de Capital	1.000,00	28.754.154,00	13.040.172,16	45,35	8.266.066,04	28,75	8.264.466,05	28,74	4.774.106,12
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXIX)	0,00	84.000.000,00	84.000.000,00	100,00	71.560.586,92	85,19	71.560.586,92	85,19	12.439.413,08
Despesas Correntes	0,00	84.000.000,00	84.000.000,00	100,00	71.560.586,92	85,19	71.560.586,92	85,19	12.439.413,08
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XL)	71.291.800,00	105.326.385,00	27.486.501,09	26,10	19.982.339,73	18,97	19.918.686,75	18,91	7.504.161,36
Despesas Correntes	56.962.800,00	83.498.692,00	19.546.714,86	23,41	14.834.699,31	17,77	14.771.046,33	17,69	4.712.015,55
Despesas de Capital	14.329.000,00	21.827.693,00	7.939.786,23	36,37	5.147.640,42	23,58	5.147.640,42	23,58	2.792.145,81
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XLI) = (XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII +	1.672.489.853,00	2.397.481.873,00	1.997.472.708,28	83,32	1.783.139.686,44	74,38	1.782.751.284,03	74,36	214.333.021,84

XXXVIII + XXXIX + XL)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
ATENÇÃO BÁSICA (XLII) = (V + XXXIV)	382.994.256,00	455.690.810,00	431.602.564,80	94,71	219.015.361,79	48,06	218.960.361,79	48,05	212.587.203,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLIII) = (VI + XXXV)	2.005.901.743,00	2.546.754.607,00	2.439.732.647,25	95,80	2.110.819.640,18	82,88	2.110.627.824,90	82,88	328.913.007,07
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLIV) = (VII + XXXVI)	462.999.312,00	561.809.883,00	555.197.361,37	98,82	428.973.782,70	76,36	428.973.782,70	76,36	126.223.578,67
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLV) = (VIII + XXXVII)	65.768.900,00	80.957.466,00	52.655.915,36	65,04	40.466.140,43	49,98	40.288.618,77	49,77	12.189.774,93
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLVI) = (XIX + XXXVIII)	250.603.946,00	1.008.846.519,00	847.969.949,37	84,05	604.218.347,70	59,89	603.828.253,46	59,85	243.751.601,67
ALIMENTAÇÃO E	35.000.000,00	118.376.379,00	118.370.108,02	99,99	105.930.694,94	89,49	105.930.694,94	89,49	12.439.413,08

NUTRIÇÃO (XLVII) =
(X + XXXVIX)

OUTRAS

SUBFUNÇÕES (XLVIII) = (XI + XL)	2.339.423.488,00	2.472.438.940,00	2.393.388.212,43	96,80	2.045.120.454,81	82,72	2.043.606.658,11	82,66	348.267.757,62
------------------------------------	------------------	------------------	------------------	-------	------------------	-------	------------------	-------	----------------

TOTAL DAS

DESPESAS COM SAÚDE (XLIX) = (XII +XLI)	5.542.691.645,00	7.244.874.604,00	6.838.916.758,60	94,40	5.554.544.422,55	76,67	5.552.216.194,67	76,64	1.284.372.336,05
--	------------------	------------------	------------------	-------	------------------	-------	------------------	-------	------------------

(-) Despesas

executadas com
recursos

provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	1.589.532.700,00	2.117.337.486,00	1.784.617.743,14	84,29	1.610.122.018,90	76,04	1.609.733.616,49	76,03	174.495.724,24
---	------------------	------------------	------------------	-------	------------------	-------	------------------	-------	----------------

TOTAL DAS

DESPESAS

EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (L)	3.953.158.945,00	5.127.537.118,00	5.054.299.015,46	98,57	3.944.422.403,65	76,93	3.942.482.578,18	76,89	1.109.876.611,81
--	------------------	------------------	------------------	-------	------------------	-------	------------------	-------	------------------

FONTE: SIOPS, Paraná24/02/22 14:50:06

1 - Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

2 - Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).

3 - Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

Considerações:

A Receita Líquida de Impostos alcançou a valor de R\$ 39.414.631.682,64.

As suplementações orçamentárias efetuadas na fonte 100 durante o ano atingiu o montante de R\$ 976.649.946,00.

As despesas com saúde no Estado do Paraná foram financiadas com recursos federais mediante convênios na fonte 281, repasses do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde na Fonte 255, do Tesouro do Estado mediante repasses da fonte 100, 101, 102 e 130, com recursos diretamente arrecadados na fonte 250, 258, 262 e na fonte 263 com recursos advindos de outros poderes(TJ, MP, TCE e ALEP) especificamente para o combate a COVID-19.

Os valores empenhados em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o cômputo do índice constitucional, foram financiados exclusivamente com recursos da Fonte 100 – Ordinários não Vinculados, programados na Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2021, na Função 10 – Saúde, conforme determinado pela Lei Complementar 141/2012.

Foi empenhado o valor de R\$ 878.080.145,45 para o combate a COVID-19 nas fontes 100, 113, 130, 250, 255, 258, 262 e 263.

Os recursos de convênios foram repassados conforme cronograma de desembolsos financeiros do Governo Federal e foram utilizados de acordo com o plano de aplicação pactuado.

Os valores referentes aos restos a pagar foram inscritos com disponibilidade financeira, em conformidade com a Lei 101/2000.

O valor dos restos a pagar de exercícios anteriores cancelados da fonte 100 em 2021 e com recomposição obrigatória em 2022 nas modalidades específicas, foi de R\$ 47.526.481,37 e o valor efetivamente recomposto na modalidade 95 em 2021 dos restos a pagar cancelados em 2020 foi de R\$ 5.501.697,00

A execução orçamentária e financeira foi realizada dentro da Política Fiscal do Estado, conforme estabelecido na Lei Estadual nº 20.446 de 18/12/2020 a qual estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2021.

ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES GERAIS:

A Portaria nº 2.135, GM/MS, de 25/09/2013, estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o Relatório Anual de Gestão – RAG é o instrumento que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da programação Anual de Saúde – PAS, e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

Contempla o monitoramento e avaliação das Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores do Plano de Saúde anualizadas por meio da Programação Anual de Saúde – PAS 2021 aprovada pelo Conselho Estadual de Saúde por meio da Resolução nº 013/2020 de 16/12/2020; bem como, a análise da execução orçamentária.

Para cada meta não atingida (com resultado menor que 60%) consta justificativa.

No ano de 2021, foram acompanhadas 130 metas, sendo que destas, 04 (os resultados) não se aplicam à 2021, **avaliando-se assim resultados de 126 metas.**

Das 126 metas avaliadas, 58 foram atingidas (46%), 46 não atingidas (36,5%) e 22 parcialmente atingidas (17,5%).

O percentual aplicado em ações e serviços de saúde foi **de 12,26%**.

Em relação a Pactuação Interfederativa de Indicadores para o ano de 2021, das 20 metas/indicadores monitorados e avaliados, 12 (60%) metas foram atingidas, 5 (25%) metas foram parcialmente atingidas, e 3 (15%) metas não foram atingidas.